UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
PROGRAMA DE DOUTORADO

CÉSAR CLAUDINO PEREIRA

NEOLIBERALISMO, FLORESTANIA E AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA E NO ACRE: UMA PERSPECTIVA DE O DIREITO ACHADO NA RUA - VARADOUROS

BRASÍLIA
2024

CÉSAR CLAUDINO PEREIRA

NEOLIBERALISMO, FLORESTANIA E AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA E NO ACRE: UMA PERSPECTIVA DE O DIREITO ACHADO NA RUA - VARADOUROS

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, sob orientação do Professor Dr. Alexandre Bernardino Costa.

Linha de pesquisa: Movimentos sociais, conflito e Direitos Humanos.

BRASÍLIA
2024

Universidade de Brasília - UNB

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catalogação de Publicação na Fonte. UNB - Biblioteca

CÉSAR CLAUDINO PEREIRA

NEOLIBERALISMO, FLORESTANIA E AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA E NO ACRE: UMA PERSPECTIVA DE O DIREITO ACHADO NA RUA - VARADOUROS

Tese apresentada em 06/01/2025, considerada aprovada.
Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília.

BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PELOS PROFESSORES DOUTORES:

_____
Prof. Dr. Alexandre Bernardino Costa
Orientador – Faculdade de Direito/UnB

_____
Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Júnior
Membro interno – Faculdade de Direito/UnB

_____
Profa. Dr.ª Andrea Maria Lopes Dantas
Membro externo – Universidade Federal do Acre /UFAC

_____
Profa. Dr.ª Josina Maria Pontes Ribeiro.
Membro externo – Inst. Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre/IFAC

_____
Profa. Dr.ª Maria das Graças Alves Pereira
Membro suplente – Inst. Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre/IFAC

BRASÍLIA
2024

Dedico esta tese aos meus pais, Luiz e Ângela e à minha avó Anita, que sempre mostraram, com muita simplicidade, que o caminho da escola era o melhor que eu poderia trilhar para alcançar os meus objetivos.

À minha esposa, Flávia Coelho, companheira de todos os momentos, que tanto me apoiou nesses últimos quatro anos, sempre com uma palavra amiga nos momentos mais difíceis dessa trajetória.

Ao meu filho, Breno Coelho Pereira, peço desculpas pelas ausências do papai nesses quatro anos, seu sorriso e seus carinhos alimentaram meu coração e me impulsionaram a seguir em frente. Amo-te.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, pela saúde e por tudo que tenho conquistado.

À minha esposa, Flávia Coelho, por ter ouvido tantas histórias sobre esse doutorado, sempre me dando forças para seguir em frente, e conseguir os meus objetivos.

Ao meu filho, Breno Coelho Pereira, por sempre estar atento a tudo que o papai estava fazendo, muitas vezes solicitando que a escrita fosse interrompida para atender seus pedidos.

Aos meus professores e professoras que foram responsáveis pela minha formação, sem vocês eu não seria o que sou e nem conseguiria chegar até aqui.

Um agradecimento especial ao meu orientador Dr. Alexandre Bernardino Costa, pela forma como conduziu as orientações desse trabalho e o aprendizado proporcionado.

Ao professor José Geraldo de Sousa Jr também rendo minhas homenagens, o quanto foi bom tê-lo como professor no doutorado, na qualificação suas contribuições foram um marco na minha caminhada, obrigado por tudo.

À querida e eterna orientadora dos tempos do MED – Mestrado em Educação, Dr.ª Andrea Maria Lopes Dantas, uma pessoa que muito me ensinou e ensina, obrigado pelas contribuições para a vida e no exame de qualificação.

Também gostaria de agradecer a professora Dr.ª Josina Maria Pontes Ribeiro, com quem venho compartilhando conhecimento e aprendendo, antes na UNINORTE e agora no IFAC, também me ajudou muito na busca por documentos essências para essa tese.

À professora Dr.ª Maria das Graças Alves Pereira, companheira da luta política que admiro a cada dia mais, e que prontamente aceitou participar da minha banca de defesa.

A caminhada do doutorado é um tanto quanto difícil e às vezes solitária, mas sempre procurei pedir ajuda àqueles que entendia que poderiam me ajudar, por falta de tempo ou vaidade acadêmica alguns sequer responderam o e-mail, mas felizmente encontrei pessoas como o Dr. Carlos Estevão Ferreira Castelo, professor da UFAC, que prontamente respondeu aos contatos e me indicou excelentes referências, em seu nome agradeço a todos que contribuíram.

Ao Instituto Federal do Acre (IFAC), pela parceria realizada com a UnB e a Ufac, proporcionando essa oportunidade única de qualificação, meu local de trabalho e motivo de tanto orgulho, expresso minha sincera gratidão.

À Universidade de Brasília – UNB por ofertar um curso de excelência no Acre, parceria elementar para o futuro do ensino jurídico no estado.

À Universidade Federal do Acre – UFAC, por ter viabilizado o DINTER do PPGD da UnB, e contribuído para a minha formação.

À querida amiga desde os tempos de UNINORTE, Sabrina Cassol, com quem compartilhei muitas coisas desse doutorado e sempre ouvi um “vai dar certo amigo”, meu muito obrigado.

À querida e prestativa Secretária do PPGD – Euzilene, sempre atenciosa ao responder às minhas infinitas dúvidas.

Outra querida amiga, também dos tempos de UNINORTE, que agradeço, é a professora Simone Azambuja, com quem compartilhei muitas reflexões sobre esse doutorado, ainda antes do processo de seleção.

Aos colegas do IFAC, docentes e técnicos, pessoas que tenho compartilhado bons momentos nessa última década.

Por fim, gostaria de agradecer aos alunos e alunas que fizeram e fazem parte da minha vida acadêmica; vocês sempre me motivaram a acreditar que posso evoluir e melhorar continuamente.

RESUMO

Esta tese analisa quais as relações entre o neoliberalismo, Florestania e o agronegócio desenvolvido na Amazônia e no Acre. O estudo foi realizado a partir da realidade do Acre e da forma como a Florestania foi idealizada, implementada e seus possíveis resultados, sendo esse o objetivo geral desta pesquisa. Trata-se, assim, de uma pesquisa qualitativa, pois buscou compreender as percepções e entendimentos sobre a Florestania e o Neoliberalismo no contexto amazônico. Para isso, foram utilizados documentos públicos e particulares, análise de livros, artigos científicos e publicações acadêmicas sobre o tema. O problema da pesquisa consiste em responder à seguinte pergunta: Da forma como a Florestania foi implementada, pode ser considerada uma política neoliberal? A tese foi estruturada em cinco seções. Inicialmente, foram discutidos aspectos históricos relacionados à Amazônia, à Florestania e ao Neoliberalismo, sendo de suma importância entender que o bioma existe há mais de 11 mil anos. A história nos possibilita ultrapassar as narrativas contemporâneas promovidas pelos grandes meios de comunicação que polarizam a informação sem considerar as peculiaridades da Amazônia. No terceiro capítulo, o objetivo foi realizar uma análise crítica e abrangente da política da Florestania no Acre, implementada nas últimas três décadas. A pesquisa focou em compreender a origem e o desenvolvimento dessa política, bem como as suas características e a influência que ela exerceu sobre o curso do Estado. No quarto capítulo, buscou-se contextualizar o conceito de Florestania com base na realidade da Resex (Reserva Extrativista Chico Mendes) e na linha de pesquisa do O Direito Achado na Rua. A Resex é uma área territorial protegida que visa preservar os modos de vida e a cultura das comunidades tradicionais, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais locais, o que se alinha com o ideal da Florestania. Esse ideal busca promover a cidadania para os povos da floresta e a construção de um novo pacto social e natural no qual a humanidade se relacione com o meio ambiente de maneira respeitosa e saudável, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável. Por último, o quinto capítulo analisou a expansão do agronegócio na Amazônia Legal, com ênfase no estado do Acre. Defende-se que a política de integração nacional, aplicada durante o regime militar, desempenhou um papel crucial em estimular a ocupação da região e o crescimento das atividades agropecuárias. Outro objetivo foi destacar caminhos viáveis e elementos concretos, com o propósito de investigar novas estratégias e soluções inovadoras para superar os obstáculos ambientais e promover uma convivência harmoniosa entre a sociedade e o meio ambiente, visando, assim, estabelecer um futuro no qual a relação entre o ser humano e a natureza seja equilibrada e sustentável. A pesquisa revelou que a Florestania dependia totalmente de recursos financeiros provenientes tanto de fontes nacionais quanto internacionais para a realização de seus objetivos. Isso levou o Estado do Acre a assumir dívidas que impactam negativamente sua capacidade de investimento na atualidade, devido aos encargos financeiros decorrentes dos empréstimos obtidos, muitos dos quais ainda estão ativos.

Palavras-chave: Florestania, Neoliberalismo, Amazônia, O Direito Achado na Rua - Varadouros.

ABSTRACT

This thesis examines the relationships between neoliberalism, Florestania, and the agribusiness developed in the Amazon region and specifically in the state of Acre. The study was conducted based on the reality of Acre and the way Florestania was conceived, implemented, and the possible outcomes, which is the main objective. This is a qualitative research study as it sought to understand the perceptions and understandings of Florestania and neoliberalism within the Amazon context. Public and private documents, analysis of books, scientific articles, and academic publications on the topic were utilized. The research problem consists of answering the following question: Can Florestania be considered a neoliberal policy, given the way it was implemented? The thesis is structured into four chapters. Initially, historical aspects related to the Amazon, Florestania, and Neoliberalism were discussed, with it being of paramount importance to understand that the biome has existed for over 11,000 years. History allows us to transcend contemporary narratives promoted by major media outlets, which polarize information without considering the peculiarities of the Amazon. The second chapter aimed to perform a critical and comprehensive analysis of the Florestania policy in Acre, which was implemented over the last three decades. The research focused on understanding the origin and development of this policy, its characteristics, and the influence it had on the state's trajectory. In the third chapter, the concept of Florestania was contextualized based on the reality of Resex (Chico Mendes Extractive Reserve) and the research line of Law Found on the Street. Resex is a protected territorial area aimed at preserving the way of life and culture of traditional communities, ensuring the sustainable use of local natural resources, which aligns with the ideal of Florestania. This ideal seeks to promote citizenship for forest peoples and the construction of a new social and natural pact, in which humanity relates to the environment in a respectful and healthy manner, in line with the principles of sustainable development. Lastly, the fourth chapter analyzed the expansion of agribusiness in the Legal Amazon, with an emphasis on the state of Acre. It is argued that the national integration policy, implemented during the military regime, played a crucial role in stimulating the occupation of the region and the growth of agricultural and livestock activities. Another objective was to highlight viable paths and concrete elements, with the purpose of investigating new strategies and innovative solutions to overcome environmental obstacles and promote a harmonious coexistence between society and the environment, aiming to establish a future where the relationship between humanity and nature is balanced and sustainable. The research revealed that Florestania was entirely dependent on financial resources, both national and international, to achieve its objectives. This led the state of Acre to incur debts that negatively impact its current investment capacity, due to the financial charges resulting from the loans obtained, many of which are still in effect.

Keywords: Florestania, Neoliberalism, Amazon, Street Law – Varadouros.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da RESEX Chico Mendes - pág. 99

Figura 2 - Foto de Roberto Lyra Filho - pág. 105

Figura 3 - Chico Mendes em frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (AC) - pág. 112

Figura 4 - Marina Silva liderando ação contra desmatamento no Acre - pág. 115

Figura 5 - Trabalhadores Extrativistas - pág. 115

Figura 6 - Série histórica do desmatamento na Amazônia - pág. 129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Série histórica do desmatamento anual na Amazônia Legal - pág. 49

Gráfico 2 - Endividamento do Estado do Acre - pág. 86

Gráfico 3 - Receita Geral do Estado do Acre (1999 até 2018) - pág. 87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Série histórica do IDHM do Acre - pág. 89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

DETER – Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real.

FUNTAC – Fundação de Tecnologia do Estado do Acre.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDHM - Desenvolvimento Humano Municipal.

IEA - Instituto de Estudos Amazônicos.

IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

NAIR – Nova Escola Jurídica Brasileira.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre.

PIN – Programa de Integração Nacional.

PPCDAm - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.

PRODES – Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite.

RESEX – Reserva Extrativista Chico Mendes.

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

UFAC – Universidade Federal do Acre.

UNB – Universidade de Brasília.

ZPE – Zona de Processamento e Exportação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

2 A HISTÓRIA DA AMAZÔNIA, A ECONOMIA (VERDE), O NEOLIBERALISMO E OS CAMINHOS DA FLORESTANIA NO ACRE 21

2.1 Amazônia, não se descobre o que já existia 22

2.2 O ciclo da borracha na Amazônia 24

2.2.1 Os soldados da borracha também ajudaram a escrever a história da Amazônia .. 26

2.3 A tentativa de reerguer a economia da Amazônia e o início de um novo ciclo de imigração 28

2.3.1 A imigração japonesa na Amazônia brasileira 29

2.4 A heveicultura, uma aposta de Henry Ford 31

2.5 Anos de 1960 (ditadura militar) na Amazônia, grandes projetos para a região 32

2.6 Chico Mendes, um líder extrativista que ajudou a escrever a história ambiental do planeta 35

2.7 O Neoliberalismo no Brasil, governos Collor, Itamar, Fernando Henrique, Lula e Dilma 37

2.8 Considerações sobre o neoliberalismo na Amazônia 48

2.9 Economia verde no contexto da Amazônia 50

2.10 A Florestania e a sua trajetória no Estado do Acre 52

3 FLORESTANIA, POLÍTICA E CIDADANIA 57

3.1 A Florestania como uma política de Estado, um capítulo importante da história do Acre 57

3.2 Um projeto idealizado nos programas de governo 58

3.2.1 Primeiro governo de Jorge Viana (1° de janeiro de 1999 até 31 de dezembro de 2002) 58

3.2.2 - Segundo governo de Jorge Viana (1º de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2006) 60

3.2.3 Governo Binho Marques (1º de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2010) 64

3.2.4 Primeiro governo de Tião Viana (1º de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2014) 68

3.2.5 - Segundo governo de Tião Viana (1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2018) 72

3.2.6 - Primeiro Governo de Gladson Cameli (1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022) 74

3.3 O financiamento do projeto da Florestania, seguir o caminho do dinheiro para entender os propósitos 78

3.4 A evolução das receitas e despesas do Estado do Acre de 1999 a 2018 86

3.5 Indicadores sociais do Estado do Acre de 1999 a 2018 88

3.6 Dependência Econômica e o Viés Neoliberal 89
4 O IDEAL DA FLORESTANIA NO CONTEXTO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES (RESEX) À LUZ DO DIREITO ACHADO NOS VARADOUROS 92
4.1 Aspectos históricos e jurídicos das Reservas Extrativistas 93
4.2 Reserva Extrativista Chico Mendes 97
3.3 O Direito Achado na Rua, um olhar sobre as suas origens 99
4.4 O Direito Achado na Rua, questões conceituais 106
4.5 O Movimento dos Seringueiros, um instrumento de luta social 110
4.6 Empates, uma forma autêntica de luta por direitos e proteção da floresta 113
4.7 A Florestania dialoga com O Direito Achado na Rua 117
5 FLORESTANIA E O AGRONEGÓCIO NO ACRE, ELEMENTOS DE REALIDADE E SAÍDAS POSSÍVEIS 120
5.1 O agronegócio e a sua relação com os militares na Amazônia 120
5.2 O avanço do Agronegócio na Amazônia Legal 124
5.3 O desmatamento na Amazônia, um problema no século XXI 126
5.4 A criação de gado na Amazônia é uma atividade econômica cada dia mais forte e não deixará de existir 129
5.5 Quais as saídas possíveis, futuro e elementos de realidade 133
5.5.1 Conferência do Clima sobre Mudanças Climáticas 137
5.5.2 A bioeconomia como uma saída possível 139
5.5.3 - Tributação ambiental como uma proposta de imposto global 141
CONSIDERAÇÕES FINAIS 145
REFERÊNCIAS 149
ANEXOS 158
ANEXO A - Plano de Governo Jorge Viana 158
ANEXO B – Relação de empréstimos do Acre (2011-2022) 251

INTRODUÇÃO

> Quando falamos de meio ambiente, fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos (Papa Francisco, Carta Encíclica, 2015, p. 44).

O objetivo de estudo desta Tese será analisar quais as relações entre o Neoliberalismo, a Florestania e o Agronegócio desenvolvido na Amazônia e no Acre a partir de uma perspectiva de O Direito Achado na Rua - Varadouros, considerando que o Brasil vivencia um processo de abertura econômica alinhado a políticas neoliberais desde a década de 1990, que consequentemente culminou com privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação e movimentos que visavam a redução da despesa pública para reforçar o papel do setor privado na economia. Faz-se necessário, assim, entender esse contexto econômico e histórico para compreender o papel que o Agronegócio possui na região da Amazônia Legal.[1]

Com o intuito de realizar o estudo a partir de uma realidade regional, a Florestania constitui-se como o objeto central da Tese, pois permite que seja feita uma análise dos avanços neoliberais, levando em conta os problemas existentes na região e uma política de Estado idealizada no Acre, visando assegurar um novo conceito civilizatório que conseguisse garantir a cidadania para os povos da floresta.

De acordo com Morais (2016), para o governo do Acre a Florestania significava um novo jeito de caminhar e entender a Amazônia e os povos que nela habitam, com respeito ao seu espaço de moradia, tradições e cultura, realizando um resgate ao patrimônio ambiental e cultural do povo do Acre.

A Florestania, em sua essência, pode ser conceituada como um ideal que busca harmonizar a cidadania e a preservação da floresta, consequentemente

[1] A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44ºW), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em maio deste ano pelo governo federal, considera integralmente o Estado do Maranhão como parte da Amazônia Brasileira.

entrando em conflito com a lógica neoliberal, que privilegia a exploração econômica e o agronegócio, muitas vezes em detrimento das questões ambientais.

Na Amazônia, essa tensão se manifesta de forma evidente com a expansão das práticas predatórias de uso da terra e dos recursos naturais, mineração e desmatamento ilegais, como exemplos, gerando conflitos socioambientais. Nesse contexto, fazer uma análise sob a perspectiva de O Direito Achado na Rua e a forma como o Direito desempenha um papel preponderante ao estabelecer normas de proteção ambiental, regular a exploração econômica e garantir os direitos territoriais das populações indígenas e tradicionais, buscando o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade, permite compreender melhor os movimentos de tensão.

Nos últimos anos, o Estado do Acre vivenciou mudanças profundas na sua trajetória política com a chegada ao poder de um grupo que questiona o legado da Florestania e os seus resultados no contexto do desenvolvimento econômico do Estado. Dessa forma, após realizar leituras sobre o neoliberalismo e como ele se desenvolveu no Brasil, é possível contextualizá-lo com a Florestania para compreender o quanto ela foi influenciada e se o resultado que foi idealizado pode ter sido comprometido por interesses capitalistas.

É importante estudar esse tema no atual momento, já que o futuro da Amazônia depende de ações concretas que consigam garantir o desenvolvimento econômico juntamente com a preservação da floresta, visando alcançar a sustentabilidade.

O problema de pesquisa consiste, portanto, na seguinte pergunta:

A Florestania da forma como foi implementada no Estado do Acre, pode ser considerada uma política neoliberal? Em busca dessa resposta será realizada a pesquisa visando compreender os caminhos do dinheiro, nacional e internacional, que fomentaram esse ideal de garantir a cidadania para os povos da floresta, estabelecendo uma nova relação entre o homem e o meio ambiente.

Essa pesquisa é justificada, pois, pela necessidade que o Direito possui de buscar respostas para os problemas sociais, além dos limites estabelecidos numa interpretação literal da norma, buscando compreender como uma política idealizada e implantada em um Estado pobre do interior da Amazônia permite que objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil podem ser implementas, visando alcançar objetivos, tais como garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, melhorar a

vida do ribeirinho e as condições de acesso à saúde às comunidades indígenas. Se esses problemas existem é porque tais objetivos não estão sendo alcançados.

A relevância teórica de estudar o Neoliberalismo e a Florestania, uma perspectiva de O Direito Achado na Rua - Varadouros, no contexto do ordenamento jurídico, demonstra a necessidade de desenvolver mecanismos jurídicos que conciliem os interesses econômicos do capital, a preservação ambiental e a cidadania para aqueles que vivem e dependem da floresta. Para o Direito, essa abordagem oferece uma alternativa aos modelos econômicos idealizados para a Amazônia ao integrar questões econômicas, de direitos humanos, proteção ambiental e justiça social.

Estudar a Florestania possibilitará também que seja feito um amplo debate sobre o papel do Direito Ambiental como instrumento jurídico capaz de garantir não apenas a preservação do bioma amazônico, mas também a manutenção da cultura e reconhecimento do protagonismo dessas comunidades, como ocorre na Reserva Extrativista Chico Mendes.

No campo acadêmico, a relevância e o ineditismo da pesquisa ficará evidenciado pois permite que problemas amazônicos sejam discutidos, alguns desconhecidos por uma importante parcela da população. O próprio termo Florestania não é conhecido por parte do meio acadêmico que estuda a questão ambiental no Brasil, e sob a perspectiva das políticas neoliberais torna-se algo ainda mais distante, por isso essa abordagem representa um campo acadêmico inovador e de grande relevância teórica, dada a complexidade e a atualidade do tema.

O ineditismo da abordagem acadêmica do tema reside no estudo das implicações jurídicas, sociais e econômicas de uma política de Estado implementada no Acre, considerando os seus indicadores sociais. Ao estudar a Florestania e sua relação com o Neoliberalismo, sob uma perspectiva do O Direito Achado na Rua - Varadouros, ficará evidenciada a possibilidade de produzir conhecimento original, numa interrelação entre Direito, Política ambiental, Economia verde e Justiça social de maneira inédita.

O objetivo geral desta tese será, portanto, analisar as relações entre o Neoliberalismo, a Florestania e o Agronegócio na Amazônia e no Acre, com foco na compatibilização entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, e na garantia dos direitos dos povos da floresta, com vistas à cidadania.

Esse objetivo geral permitirá que seja realizada uma análise da Florestania em três momentos distintos, sua idealização, implementação e os possíveis resultados alcançados, considerando que politicamente, a partir de 2019, ocorreu um rompimento com os ideais defendidos pelos governos da Frente Popular do Acre[2]. No entanto, economicamente, os laços continuam mais estreitos que nunca. O Estado segue dependendo de financiamentos nacionais e internacionais, garantidos por um discurso que coloca o desenvolvimento sustentável como protagonista.

Em síntese, trata-se de problematizar se a Florestania da forma como foi implementada no Estado do Acre pode ser considerada uma política neoliberal, tendo em vista as suas fontes de financiamento. A partir desse problema, serão definidos os seguintes objetivos específicos:

I - Examinar como a Florestania, enquanto política pública, possui características neoliberais na sua implementação no Estado do Acre;

II - Analisar a evolução e o impacto do Agronegócio na Amazônia, estudando como a expansão das práticas agrícolas e pecuárias influenciaram nos resultados alcançados pela Florestania no Estado do Acre.

Sobre a metodologia, este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois busca percepções e entendimentos sobre a Florestania, bem como sobre o Neoliberalismo no contexto amazônico, realizando uma análise teórica e prática. Para isso, foram adotadas técnicas de pesquisa bibliográfica e análise documental, para aprofundar as compreensões sobre o tema.

De forma detalhada, é possível descrever que a pesquisa bibliográfica será realizada a partir da análise de livros, artigos científicos e publicações acadêmicas sobre a Amazônia, Neoliberalismo, Florestania, Agronegócio e O Direito Achado na Rua.

A pesquisa documental será realizada por meio de documentos obtidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI) e particular?, que serão analisados para compreender como ocorreu o financiamento da Florestania do Acre, quem são os principais responsáveis por fomentar financeiramente essa política e com quais interesses fizeram isso. Também serão analisados Planos de governo, visando compreender a idealização do projeto, as intenções dos idealizadores, relatórios

[2] A Frente Popular do Acre (FPA) foi um movimento político composto por partidos de esquerda e centro-esquerda, liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que governou o Estado do Acre de 1999 a 2018.

oficiais e documentos judiciais relevantes que permitam analisar problemas jurídicos que acontecem na região.

Será realizada consulta a notícias e reportagens, em sítios oficiais e de órgãos privados confiáveis que produzem informações sobre o tema. Essa alternativa adotada visa realizar uma análise atual sobre questões ambientais e socioeconômicas da região, contextualizando com as particularidades da Florestania.

Quanto à estruturação da tese, será organizada em introdução mais quatro capítulos. No primeiro, serão abordados os aspectos históricos sobre a Amazônia, Florestania e Neoliberalismo, sendo de grande importância compreender que o bioma existe há mais de 11 mil anos, entendendo que a história nos permite superar as narrativas atuais promovidas pelas grandes mídias, que polarizam a comunicação sem considerar as particularidades da Amazônia. Os problemas atuais possuem raízes históricas em decisões tomadas no passado, a exemplo da política militar de integração da região, é necessária uma visão ampliada que leva em conta a diversidade não só entre os Estados que possuem floresta amazônica, mas também os países, demonstrando não ser possível um olhar único sobre o bioma que demanda ações conforme as necessidades locais e regionais.

O segundo capítulo pretende analisar a política da Florestania no Acre, implementada nas últimas três décadas, sob uma perspectiva crítica e abrangente. A pesquisa se concentrará em entender como essa política, com suas características, foi criada e se desenvolveu influenciando os rumos do Estado. Para tanto, serão analisados os Planos de governo dos governadores do período, buscando compreender como lidaram com as questões do desenvolvimento sustentável, propostas pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre. A análise se aprofunda, pois, na dimensão econômica da Florestania, investigando as fontes de financiamento, os atores envolvidos e seus interesses. Além disso, serão analisados os impactos sociais e econômicos da política, com destaque para a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e o endividamento do Estado. O intuito é compreender como a Florestania, ao mesmo tempo em que propunha um desenvolvimento sustentável, impactou os indicadores sociais e a economia acreana.

No terceiro capítulo o objetivo será contextualizar o ideal da Florestania a partir da realidade da Resex (Reserva Extrativista Chico Mendes) e a linha de pesquisa O Direito Achado na Rua. Assim, cabe destacar que a Resex é um espaço territorial protegido, cujo objetivo é a proteção dos meios de vida e a cultura de populações

tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área, algo que está alinhado ao ideal da Florestania, que consiste no alcance da cidadania para os povos da floresta e na busca de um novo pacto social e natural onde a humanidade se relaciona de forma respeitosa e saudável, conforme preconiza os ideais do desenvolvimento sustentável.

O modo de vida na Resex e os ideias da Florestania representam uma legítima organização social da liberdade, por isso será realizado o trocadilho do substantivo rua por varadouro, demonstrando que é possível pensar o Direito a partir da realidade dos povos da floresta que estão em um processo de constante transformação e mudança, permitindo compreender e refletir sobre a atuação jurídica dos movimentos sociais e suas experiências, a exemplo do que ocorreu com o Movimento dos Seringueiros.

Por fim, o quarto capítulo analisará o avanço do agronegócio na Amazônia Legal, com foco no Acre. Argumenta-se que a política de integração nacional implementada durante a ditadura militar foi fundamental para impulsionar a ocupação da região e o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias. A partir desse marco histórico, o agronegócio expandiu-se continuamente, inclusive durante o período da Florestania, quando o governo do Acre adotou discursos em favor da sustentabilidade e dos direitos dos povos da floresta. A análise demonstra que, apesar das mudanças discursivas, as práticas do agronegócio persistiram e, em muitos casos, intensificaram-se.

Outro objetivo consiste em apresentar saídas possíveis e elementos de realidade com o intuito de explorar novas abordagens e soluções inovadoras para enfrentar os desafios ambientais, além de promover a coexistência harmônica entre a sociedade e o meio ambiente, visando construir um futuro em que a relação entre o homem e a natureza seja equilibrada.

Quanto à delimitação do estudo, esta tese se limitará a fazer uma análise sobre as relações entre o Neoliberalismo, a Florestania e o Agronegócio desenvolvidos na Amazônia e no Acre, sob uma perspectiva de O Direito Achado na Rua - Varadouros, com destaque para a identificação dos financiadores da Florestania e os resultados obtidos a partir dos indicadores socioeconômicos do Estado. Dessa forma, não é objetivo deste trabalho aprofundar estudos sobre a Amazônia e o Neoliberalismo. Os limites da pesquisa foram pensados, pois, a partir da realidade do Acre e da política

adotada nas últimas décadas em que o Estado foi administrado pela Frente Popular do Acre.

A hipótese desta tese consiste em verificar se a Florestania, enquanto política de Estado no Acre, falhou em alcançar seus objetivos iniciais de cidadania plena para os povos da floresta devido à pressão do modelo econômico neoliberal, que priorizou os interesses do Agronegócio e do capital internacional em detrimento das práticas sustentáveis e da proteção efetiva das comunidades tradicionais e do meio ambiente.

A análise da Florestania e as influências que ela sofreu das políticas neoliberais e o avanço no agronegócio no Acre demonstra a relevância teórica do tema e pode servir como estudo de caso para criar diretrizes jurídicas que protejam áreas de conservação, como a Reserva Extrativista Chico Mendes. O modelo idealizado com a Florestania pode influenciar legislações futuras, tanto em nível estadual quanto federal, estabelecendo um precedente para a inclusão de princípios de justiça ambiental e de proteção aos direitos humanos nas políticas de desenvolvimento sustentável, conseguindo assim um modelo que garanta a cidadania dos povos da floresta.

Quanto à relevância prática, o estudo desenvolvido na Tese permitirá que sejam analisados os resultados proporcionados pela Florestania ao Estado do Acre, inclusive no que diz respeito ao seu endividamento, a Tese pode identificar falhas e propor estratégias para que futuros programas governamentais sejam mais eficazes em conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

2 A HISTÓRIA DA AMAZÔNIA, A ECONOMIA (VERDE), O NEOLIBERALISMO E OS CAMINHOS DA FLORESTANIA NO ACRE

> Enquanto a humanidade está se distanciando do seu lugar, um monte de corporações espertalhonas vai tomando conta da Terra. Nós, a humanidade, vamos viver em ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios (Krenak, 2019, p. 11).

Este capítulo tem como propósito fazer uma contextualização histórica sobre a Amazônia, Neoliberalismo no Brasil e na Amazônia e a Florestania, considerando que são elementos essenciais para compreender o objeto de estudo desta tese. Assim, a história nos permite ir além das narrativas atuais, construídas pelas grandes mídias que polarizam a comunicação no eixo sul-sudeste.

A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, que ao longo da bacia hidrográfica do rio Amazonas se estende por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Venezuela e Suriname, perfazendo um total de nove países, sendo que no Brasil a Amazônia Legal comporta a maioria da floresta, aproximadamente 5,2 milhões de quilômetros quadrados, distribuída em nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e uma parte do Piauí.

Compreender historicamente o bioma possibilita ir além de questões locais e regionais, permitindo uma leitura maximizada, considerando a diversidade existente entre os países e até mesmo as diferenças entre os estados brasileiros, que podem influenciar nos rumos da floresta, já que os interesses econômicos são distintos.

Por isso, num primeiro momento foi realizada a abordagem histórica sobre a Amazônia a partir dos primeiros relatos do seu surgimento, perfazendo a trajetória dos seus povos e consequentemente os modelos econômicos desenvolvidos na região, inclusive atualmente, para que dessa forma seja possível entender o conceito de economia verde na Amazônia.

Esse caminho visando alcançar a sustentabilidade, com destaque para as diretrizes lançadas após a promulgação da Constituição Federal de 1988, fazendo com que o Brasil mudasse o eixo das discussões ambientais e, consequentemente, a abordagem sobre os problemas da Amazônia, que possui relação com o projeto neoliberal que começou a ser desenvolvido no país na década de 1990, buscando compreender como ele evoluiu e os seus possíveis reflexos na região, seja com o

crescimento da exploração da madeira, com o avanço das pastagens para acompanhar a expansão da agropecuária ou até mesmo com os movimentos mais recentes do agro, que estão provocando um avanço das culturas de soja e milho, produzidos em larga escala.

Por fim, buscou-se contextualizar o projeto da Florestania implantado no Estado do Acre sob os pilares de um modelo econômico verde e sustentável que visava promover o crescimento econômico do Estado e adotar, consequentemente, medidas capazes de reduzir os impactos ambientais negativos, preservar a floresta e assegurar a cidadania de seus povos. Esse conceito é regional, criado no Estado do Acre, e compreendê-lo é essencial para analisar os problemas atuais do Acre, considerando que esse foi um modelo vigente por mais de duas décadas, com forte apoio estatal.

2.1 Amazônia, não se descobre o que já existia

Antes mesmo de compreender os conceitos de economia verde e da Florestania, é importante realizar uma abordagem sobre a história da Amazônia, que não pode ser contada apenas a partir de acontecimentos que ocorreram nas últimas décadas, quando problemas ambientais gravíssimos ganharam dimensão internacional, demonstrando também a existência de problemas sociais devido a uma ocupação irregular do território com viés nitidamente exploratório, que veio ocorrendo de forma gradual conforme aconteceu o aumento populacional na região.

Segundo relatos de Veríssimo (2020), a região é habitada por indígenas há cerca de 11 mil anos. Assim, muito antes da chegada dos portugueses no Brasil, esse território já era habitado por seus povos originários que historicamente cuidam e preservam a floresta.

A chegada dos portugueses no Brasil em 22 de abril de 1500 coincide cronologicamente com a chegada do navegador espanhol Vicente Yánez Pinzón[4] três meses antes, precisamente nos primeiros dias de fevereiro do mesmo ano, aportava na Amazônia.

[4] Biografia de Vicente Yáñez Pinzón - eBiografia.

Ao descrever a trajetória do navegador na Amazônia, Veríssimo (2020) destaca que Pinzón entrou na foz do rio Amazonas sem saber ainda as características geográficas do rio que havia encontrado, tomando posse do lugar em nome da Coroa Espanhola, podendo esse fato ser considerado determinante, influenciando decisivamente a questão geopolítica amazônica, desde a chegada dos europeus até os dias atuais.

O Tratado de Tordesilhas (1494) definiu os limites de exploração entre portugueses e espanhóis, persistindo até 1750. Quando adveio o Tratado de Madri, o questionamento geopolítico consistia na predominância do domínio português e espanhol. Após o Tratado de Madri, países europeus e os Estados Unidos passaram a manifestar interesses diversos pela região.

Nesse período, já era possível constatar a ocorrência dos primeiros relatos de desmatamento na região. A chegada dos europeus trouxe um rastro de destruição, conforme a síntese feita por Tatiana Corrêa Veríssimo e Jakeline Pereira ao descreverem a história da ocupação humana na Amazônia.

> Ao longo de 250 anos de conquista e colonização portuguesa, muitos povos indígenas foram mortos pela arma de fogo dos conquistadores e sobretudo foram dizimados pelas doenças contagiosas trazidas pelos europeus (varíola, sarampo, catapora, gripe, tuberculose e doenças venéreas). Dessa forma, as populações indígenas na Amazônia foram reduzidas de maneira drástica. À época do primeiro contato europeu havia aproximadamente 5,5 milhões de índios na bacia amazônica, dos quais 3 milhões viviam no Brasil (Veríssimo; Pereira, 2020, p. 29).

Uma parte da população nativa foi morta devido às doenças transmitidas pelos europeus. Além disso, merecem destaque as missões religiosas realizadas como uma estratégia de ocupação. Os Jesuítas foram precursores nessa imersão na floresta. Considerando os valores religiosos que possuíam, estavam tentando reescrever a história da região de acordo com interesses europeus e da Igreja Católica, sendo expulsos da Amazônia em 1759.

As autoras citadas acima ressaltam ainda que para consolidar o predomínio português, a partir de 1760 foi construída uma linha de Fortes na região do rio Negro e foz do Amazonas, fazendo com que surgissem o nascimento de novas vilas. Em 1798 ocorreu o fim do Diretório dos Índios. Em 1823 o Pará adere à Independência do Brasil e para completar esse ciclo histórico, fazem referência à revolta da Cabanagem, que foi um movimento político e social ocorrido na região amazônica do

Brasil durante o período do Império, entre 1835 e 1840. O movimento teve origem no Pará e envolveu principalmente a população mais pobre e os negros escravizados, sendo caracterizado como um movimento tipicamente popular.

Conforme é possível observar, os acontecimentos que ocorriam na Amazônia de alguma forma influenciaram o destino do Brasil, inclusive no que diz respeito à sua independência em relação à Coroa portuguesa.

Esse recorte histórico objetiva posicionar o leitor sobre a importância da Amazônia, muito além da notoriedade alcançada nas últimas quatro décadas.

2.2 O ciclo da borracha na Amazônia

Devido à grande diversidade de espécies existentes na Amazônia, tanto da fauna quanto da flora, a partir de dados disponíveis na Agência Museu Goeldi[5], só de plantas são mais de 14 mil espécies. Frente à essa diversidade, uma pergunta pode ser feita: existe uma espécie que se destacou em relação às demais, no contexto histórico da região? A resposta é sim, e essa espécie é a seringueira, árvore da qual se extrai o látex, matéria prima da borracha, que tem o nome científico de *Hevea brasiliensis*[6].

Como descreve Homma (2003), essa espécie faz parte da história da agricultura na Amazônia, sendo que após a descoberta do processo de vulcanização da borracha, em 1839, por Charles Goodyear, e a nascente da indústria automobilística, transformaram a borracha natural um importante insumo industrial. A demanda internacional crescente pela borracha na Europa e nos Estados Unidos fez com que o Brasil ocupasse o posto de principal fornecedor do produto no mercado mundial.

Ao longo de sua história, a Amazônia vivenciou diversos ciclos econômicos, sendo que o da borracha teve papel preponderante, influenciando positiva e negativamente a região. Positivamente, pode-se destacar que foram geradas riquezas na região devido ao comércio do látex extraído da floresta. Esse ciclo proporcionou, portanto, melhorias para a região, inclusive na qualidade de vida de uma parcela da

[5] Amazônia tem 14 mil espécies de plantas com sementes — Este site está sendo migrado... Clique aqui para acessar novos conteúdos em gov.br/museugoeldi Museu Paraense Emílio Goeldi (museu-goeldi.br).

[6] Seringueira – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org).

população. Sobre o aspecto negativo, a região começou a sofrer com a destruição ambiental, exploração de mão de obra, com práticas análogas à escravidão e, inclusive, com exploração de mão de obra indígena.

A descoberta da borracha na região e a sua viabilidade a partir da vulcanização impactou a geopolítica amazônica, conforme descreve Ribeiro (2005, p.163).

> A economia da borracha e o interesse mundial que a envolveu ainda é o acontecimento mais importante da história política, social e econômica da Amazônia, sobretudo se forem consideradas as repercussões geopolíticas que provocou: a) a consolidação da ocupação econômica da Amazônia; b) a guerra pela posse do Acre; c) a trágica construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; d) o fantástico significado da borracha para a viabilização da indústria automobilística.

A indústria automobilística dependia diretamente do látex extraído da Amazônia, pois descobriram que na região existia o melhor tipo de goma elástica, surgindo então uma economia gomífera, conforme também descreve o autor.

No início do século XX, devido à concorrência de outros países, como a Malásia por exemplo, que começaram a produzir borracha, fez com que o Brasil enfrentasse um declínio na sua produção, pois o aumento da oferta diminuiu os preços. Esse efeito ocasionou crises não só econômicas, mas também política, prejudicando a região.

Existem relatos de que por volta de 1876 as sementes de seringueiras foram contrabandeadas para a Inglaterra com o propósito de produzir borracha do outro lado do Atlântico, conforme comenta Veríssimo (2020, p. 94)

> [...] este ciclo de grandes riquezas começou a ruir a partir de 1876, quando um comerciante inglês chamado Henry Wickham contrabandeou 70 mil sementes de seringueira da região de Santarém e as enviou para o diretor do Jardim Botânico Real de Kew, Charles Farris, em Londres. As mudas foram transferidas mais tarde para plantações de seringais no sudeste da Ásia. Após três décadas e meia de tentativas, as plantações na Malásia começaram a produzir látex de melhor qualidade, em quantidades maiores e por um preço mais acessível. Consequentemente, a produção de borracha na Amazônia sofreu uma redução drástica.

Esse pode ser considerado, portanto, o primeiro caso de biopirataria[7] que ocorreu na Amazônia, num período em que o termo ainda era desconhecido,

[7] Exploração, comercialização ou apropriação ilegal de recursos biológicos, especialmente falando sobre o descumprimento das normas estabelecidas pela *Convenção Sobre Diversidade Biológica*, em 1992, que garantem a conservação da diversidade biológica [ecossistemas, espécies e recursos genéticos] (https://www.dicio.com.br/biopirataria/).

influenciando diretamente o futuro dos povos da floresta, já que o declínio após o ciclo virtuoso da borracha trouxe consequências sociais que ainda não foram superadas atualmente.

Sobre a biopirataria, Brandão (2018), utilizando como fonte as informações do Ministério do Meio Ambiente referente ao ano de 2014, destaca que o Brasil é o país com maior biodiversidade e sociobiodiversidade do mundo, e que existem mais de 300 povos indígenas e inúmeras comunidades tradicionais que preservam o saber tradicional coletivo, sendo o Brasil o lar de mais de 20% de todas as espécies do planeta. O autor detalha ainda que

> Estima-se que quarenta por cento dos medicamentos existentes tenham sido desenvolvidos a partir de fontes naturais, sendo 25% de plantas, 13% de microrganismos e 13% de animais. Das 520 drogas aprovadas pela agência americana de medicamentos e alimentos [FDA, sigla para Food and Drug Administration], 220 [39%] foram desenvolvidas a partir de produtos naturais. Ademais, um terço dos medicamentos mais vendidos do mundo é oriundo de produtos naturais (Calixto, 2003, p. 37 *apud* Brandão, 2018, p.16).

Além disso, o autor enfatiza ainda que esses dados são citados ao longo de discussões que ocorreram no Senado Federal, mencionando inclusive discursos do ex-senador Jorge Viana.

Diante disso, é possível constatar que o mesmo problema vivenciado no período dos ciclos da borracha com as sementes da seringueira pode estar acontecendo novamente devido ao interesse da indústria farmacêutica, demonstrando que por falta de fiscalização, o Brasil sofreu grandes prejuízos com a produção de borracha na Malásia.

Para proteger a maior biodiversidade do planeta é necessário, portanto, investimentos em segurança, pois as áreas de fronteira são vulneráveis, fazendo com que fiquem ameaçadas as inúmeras comunidades tradicionais que cultivam o conhecimento tradicional, tão valioso, mas pouco aproveitado pelo Brasil.

2.2.1 Os soldados da borracha também ajudaram a escrever a história da Amazônia

Os livros de história do Brasil pouco trazem sobre os soldados da borracha[8], sua importância para a Amazônia e sobre o papel desempenhado por eles durante a Segunda Guerra Mundial, sendo personagens importantes para o seu desfecho. O látex que extraíam era a matéria-prima essencial na época para atender às indústrias de automóveis e aviões utilizados nos campos de batalha.

Conforme a guerra acontecia, e com a ocupação japonesa, a produção de látex ficou comprometida nos países asiáticos, fazendo com que os países aliados necessitassem de alternativas para suprir esse insumo de grande importância. A indústria bélica dependia de borracha para alcançar os seus objetivos e nesse contexto o Brasil ganhou importância, tornando-se uma opção para suprir as necessidades de borracha, especialmente porque o país tem a maior parte da floresta Amazônia em seu território e já possuía experiência na extração de látex. Mesmo assim, vários foram os desafios enfrentados pelos soldados da borracha para garantir a oferta do insumo.

Para atender interesses dos países aliados, um exército foi formado na Amazônia através de campanhas governamentais com o intuito de assegurar mão de obra para atender a extração do látex, período que aumentou significativamente o número de nordestinos na região.

> Nesse período também houve campanhas do governo de Getúlio Vargas para incentivar a migração de brasileiros para a Amazônia. As campanhas “Marcha para o Oeste” e “Novo Eldorado” atraíram pessoas, principalmente do Nordeste, para trabalhar nos seringais da região. Esses migrantes ficaram conhecidos na história como “Soldados da Borracha” (Veríssimo, 2020, p. 104).

Diante da necessidade de extração do látex durante o governo de Getúlio Vargas, em 1943, foram recrutados os soldados da borracha em diversos estados brasileiros, com destaque para região Nordeste. Para isso, o governo criou o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, cujo objetivo principal consistia no alistamento compulsório, treinamento e transporte de nordestinos para a extração da borracha na região Amazônica.

Sobre esse recrutamento de nordestinos, Souza destaca

[8] Os soldados da borracha foram trabalhadores recrutados durante a Segunda Guerra Mundial para atuar na extração de látex na região amazônica, especialmente nos estados do Acre e do Amazonas.

> Há, porém, uma diferença importante, entre outras, em relação ao primeiro ciclo da borracha, no que diz respeito aos métodos de arregimentação da mão-de-obra e seus processos de produção. Desta vez, o recrutamento dos nordestinos, suas locomoções, a produção, comercialização e industrialização da borracha passariam a ser controlados pelo governo federal e também pelo governo norte americano que financiava grande parte das ações governamentais para tais finalidades (Souza, 2016, p.137).

Esses trabalhadores enfrentaram condições muito difíceis na floresta tropical, com clima hostil, doenças, animais selvagens e falta de infraestrutura. Muitos vieram de regiões mais secas, como o estado do Ceará, e não estavam acostumados ao ambiente amazônico. Com o fim da Segunda Guerra, a demanda pela borracha extraída na Amazônia despencou e como resultado, os soldados da borracha foram abandonados sem recursos ou apoio governamental. Consequentemente, muitos morreram e outros sobreviveram em comunidades rurais no interior da floresta.

O legislador constituinte originário de 1988 procurou corrigir essa injustiça, conforme está descrito no art. 54 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias[9]

> Art. 54. Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei n.º 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei n.º 9.882, de 16 de setembro de 1946, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos.
> § 1º O benefício é estendido aos seringueiros que, atendendo a apelo do Governo brasileiro, contribuíram para o esforço de guerra, trabalhando na produção de borracha, na Região Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial (CF/1988).

Com a promulgação da Lei nº 7.986[10], durante o governo Sarney, foram reconhecidos os soldados da borracha como ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, garantindo-lhes alguns benefícios que infelizmente não foram alcançados por muitos que já haviam morrido, vindo a reparação financeira mais de quatro décadas depois.

2.3 A tentativa de reerguer a economia da Amazônia e o início de um novo ciclo de imigração

[9] https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

[10] L7986 (planalto.gov.br).

O fim do ciclo da borracha causou impactos, pois a região amazônica deixou de ser atrativa do ponto de vista comercial, permanecendo na região uma população em que já não mais predominavam os indígenas, mas sim composta por uma miscigenação entre índios, brancos e negros, formada por ribeirinhos que conseguiam viver em harmonia com a floresta, em uma relação sustentável. Nesse período também viviam na região pequenos fazendeiros. Era o início da exploração agropecuária, que utilizava os pastos oriundos das derrubadas e queimadas indiscriminadas.

No entanto, visando reerguer a economia e recuperar os tempos áureos do ciclo da borracha, o governo da época fez concessões e parcerias internacionais para a região, dentre elas pode-se destacar as realizadas com os governos japonês e americano.

Após leituras realizadas, é possível concluir que a história da Amazônia é marcada por concessões, em que a terra segue sendo explorada conforme interesses de grupos e do poder dominante. Algumas deram certo, outras não. A título de exemplo, é possível citar as parcerias que permearam a economia da juta e da pimenta-do-reino, que trouxeram importantes benefícios para região.

2.3.1 A imigração japonesa na Amazônia brasileira

A região da Amazônia sempre despertou interesses, por isso foram realizadas várias tentativas de colonização ao longo do século XX, com destaque para eventos ocorridos durante os governos de Getúlio Vargas. Segundo Veríssimo (2020), uma delas foi a japonesa, que estabeleceu colônias por diversos estados da região. Esse movimento, especialmente entre as décadas de 1930 a 1950, teve como objetivo principal o estabelecimento de colônias agrícolas japonesas na região, com o intuito de desenvolver a agricultura e aproveitar o potencial econômico da Amazônia.

Os estados do Pará e Amazonas receberam o maior número de imigrantes, com destaque no Pará para as colônias de Tomé-Açu, Moju, Castanhal e Marudá, onde os japoneses se dedicaram principalmente à produção de culturas como arroz, milho, café e pimenta-do-reino. Já no Amazonas, as principais colônias japonesas foram Itacoatiara, Manaus e Presidente Figueiredo, com foco para a agricultura diversificada, incluindo culturas como mandioca, frutas, verduras e hortaliças.

Esse é mais um exemplo de tentativa de viabilização econômica na região. Sobre o período, Ribeiro (2005, p. 222) relata o posicionamento dos governos do Pará e Amazonas visando enfrentar a letargia do período.

> Não havia no horizonte esperanças fora do extrativismo, cujo papel econômico havia declinado a níveis incipientes. No raciocínio de todos, somente forças exógenas poderiam quebrar a quietude da economia amazônica. Convocar outros povos, portadores de tradições econômicas mais sólidas, seria a solução; eles poderiam trabalhar, utilizando tecnologias mais avançadas, que poderiam desencadear um efeito demonstração capaz de sacudir o amazônida desesperançado. As negociações havidas levaram a concessões de terras de grandes dimensões, tanto no Amazonas, no governo de Ifigênio Sales (1926-1929) e de Durval Porto (1929-1930), como no Pará, no governo de Dionísio Bentes (1925-1929).

Outrossim, a tentativa de buscar alternativas para desenvolver a região amazônica economicamente foi algo planejado pelos governos brasileiros e japonês, sendo que os jovens recrutados deveriam passar por treinamento, inclusive referente ao idioma, conforme destaca Veríssimo (2020, p.101).

> Na década de 1930, jovens estudantes japoneses, conhecidos como koutakuseis, migraram para a Amazônia para trabalhar na Vila Batista (denominada por eles Vila Amazônia), no município de Parintins, com a cultura da juta. O Estado do Amazonas concedeu terras a esses japoneses para que desenvolvessem alternativas agrícolas. A juta representava na época a grande demanda. Antes de chegar à Amazônia, esses jovens tiveram aulas de técnicas agrícolas, construção civil e língua portuguesa. Entre 1938 e 1942, 5.573 toneladas de juta foram produzidas, o que incentivou ainda mais o plano de imigração japonesa na região.

Os jovens japoneses trouxeram conhecimentos técnicos e experiência na produção de juta[11], pois o clima e o solo da região eram favoráveis para o seu cultivo, que contribuiu para a criação de colônias especializadas na cultura da planta.

Dentre as áreas onde a produção de juta foi mais expressiva na Amazônia, destacam-se os estados do Pará, Amazonas e Maranhão. Nessas regiões, foram estabelecidas colônias japonesas voltadas especificamente para o seu cultivo.

[11] A juta (*Corchorus capsularis),* de origem indiana é uma fibra têxtil vegetal que provém da família *Tilioideae*. Esta erva lenhosa alcança uma altura de 3 a 4 metros e o seu talo tem uma grossura de aproximadamente 20 mm, crescendo em climas úmidos e tropicais. A época de semear varia, segundo a natureza e o clima.

Os japoneses tiveram sucesso também no cultivo de pimenta-do-reino, na região de Tomé-Açu, no Pará, com a introdução de fertilizantes para auxiliar no cultivo, conforme Homma (2003, p. 87),

> A lavoura de pimenta-do-reino inaugurou a era dos NPKs na Amazônia com a utilização intensiva de fertilizantes químicos e mecanização, chegando à autosuficiência nacional e ao início das exportações em 1956, atingindo a condição de primeira produtora e exportadora mundial em 1982. Além dessas introduções, houve também a expansão da fruticultura, dendeicultura, avicultura, além de outras atividades.

Esse movimento migratório de japoneses na região criou uma relação de empatia com os moradores locais, transformando-se em uma relação harmoniosa, conforme descreve Ribeiro (2205, p.187).

> A colonização estrangeira que deu certo foi a japonesa. Fato aliás reconhecido à unanimidade por toda a sociedade amazônica. Na primeira metade desse século XX, com a crise a economia da borracha, as autoridades brasileiras passaram a se preocupar com o reerguimento da economia amazônica, através de outras alternativas, não necessariamente vinculadas à prática do extrativismo. A apatia tomava conta da atividade econômica regional; ora, as esperanças se voltavam para a busca de outras atividades extrativistas; ora, para a implantação de atividades agrícolas de longo ou de pequeno ciclo.

A partir do entendimento do autor é possível concluir que o processo migratório de colonos japoneses foi bem planejado e orientado, sob a direta supervisão das autoridades de seu país de origem. Assim, foi possível concretizar-se por meio de verdadeiros assentamentos agrícolas no Pará e Amazonas.

No entanto, durante a Segunda Guerra Mundial, Brasil e Japão ficaram em lados opostos. Segundo Homma (2016), a situação dos imigrantes japoneses passou a ser apenas a de garantir a sobrevivência, fazendo com que o governo brasileiro adotasse medidas referentes à produção da fibra de juta nacional.

2.4 A heveicultura, uma aposta de Henry Ford

A importância da heveicultura já foi demonstrada anteriormente ao descrever os ciclos da borracha na Amazônia, inclusive destacando o papel que a cultura teve na região durante o século XX. Nesse contexto, merece destaque o Projeto Henry

Ford, uma iniciativa liderada pela *Ford Motor Company,* na década de 1920, cujo objetivo era estabelecer um sistema de produção verticalmente integrado na Amazônia, desde o cultivo da seringueira até a fabricação de pneus de borracha para os automóveis produzidos pela empresa. A ideia era suprir a demanda crescente por borracha natural e diminuir a dependência da *Ford Motor Company* das fontes tradicionais de borracha, como a Ásia.

No entanto, as coisas não saíram conforme planejado. A realidade da Amazônia era bem diferente dos plantios da Malásia, o plantio em grande escala que aconteceu lá não se viabilizou por aqui conforme, descreve Ribeiro (2005, p. 177)

> O raciocínio era simples: se os ingleses conseguiram fazer grandes plantações no Oriente Tropical, estas também poderiam ser feitas na Amazônia, até mesmo com mais sucesso, já que daqui era originária a planta.

No entanto, segundo o autor, o Projeto Henry Ford enfrentou inúmeros desafios e acabou sendo considerado um fracasso. Um dos principais problemas foi a falta de conhecimento técnico adequado para lidar com a heveicultura na Amazônia, incluindo questões relacionadas ao manejo das seringueiras, controle de pragas e doenças, além da extração da borracha de forma eficiente.

Outro desafio que pode ser destacado foi a dificuldade logística existente na região devido à falta de infraestrutura, fatores que oneraram o projeto. Outro gargalo foi a falta de mão de obra qualificada, fator que também contribuiu para o insucesso.

Apesar dos resultados desfavoráveis do Projeto Henry Ford, o cultivo da seringueira não foi interrompido na Amazônia. A atividade continuou a ser desenvolvida na região, via práticas extrativistas, especialmente por meio de pequenos produtores e cooperativas, com uma ênfase maior na produção sustentável e na valorização das comunidades locais, por meio de práticas agroecológicas, manejo florestal responsável e incentivo à agricultura familiar.

2.5 Anos de 1960 (ditadura militar) na Amazônia, grandes projetos para a região

Grandes projetos são sinônimo de grandes impactos ambientais. A abertura de uma estrada no meio de uma mata fechada deixa um rastro de destruição pelo caminho. Com a estrada, chega o interesse comercial pela região devido à facilitação do acesso e consequentemente as propriedades precisam se viabilizar, num primeiro

momento, através da exploração predatória da madeira e, posteriormente, com a formação de pastagem, para atender interesses agropecuários. Esse é, então, um breve relato sobre a história das estradas na Amazônia.

A presença militar na Amazônia na década de 1960 tinha um viés de preocupação com a questão fronteiriça e das possíveis ameaças que poderiam surgir devido à vulnerabilidade das fronteiras e ao interesse dos países que fazem fronteira com o território brasileiro. Marques (2007, p. 18) destaca que

> Os militares viam com preocupação a existência de grupos guerrilheiros atuando nos lindes da Amazônia brasileira, as disputas territoriais entre Peru e Equador, e a possibilidade de que a Venezuela e a Guiana quisessem rever suas fronteiras com o Brasil, entre outros fatores.

A questão fronteiriça na Amazônia passou a ser prioridade nas políticas de defesa do governo militar, proporcionando uma mudança de concepção doutrinária devido à percepção de ameaças à integridade territorial do país e à soberania nacional, conforme é possível concluir a partir do pensamento da autora.

Considerando ainda as explicações de Kohlhepp (2002) sobre esse movimento militar na região, pode-se deduzir que as medidas para o desenvolvimento da região e consequentemente o domínio da região de fronteira foram subdivididas em duas categorias, primeiro a ação estatal, visando desenvolver a infraestrutura da região, concentrando esforços para o desenvolvimento do transporte rodoviário, e a implementação de projetos de colonização rural e incentivos tributários para atrair investidores para a região.

Outra categoria consiste na ação privada baseada em incentivos fiscais e tributários para diferentes setores econômicos, destinando capital privado para fomentar a criação de gado, indústria e projetos de mineração.

Assim, foram pensadas políticas para a região e implementadas por meio de diversos programas estatais com interesses distintos, inclusive com a criação de um órgão responsável pelo planejamento regional na Amazônia, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Conforme acontecia o movimento de ocupação da região amazônica através da ação governamental, com o intuito de, ao menos em tese, proporcionar que a região se desenvolvesse de forma sustentável, passou-se a trabalhar com as alternativas possíveis, tais como a exploração da madeira, pecuária, extrativismo,

mineração, dentre outras atividades, ou seja, se atualmente a região enfrenta problemas com o avanço do Agronegócio sobre a floresta amazônica é porque esse caminho foi muito bem pensado e viabilizado com o aval do Estado.

Com os incentivos para ocupar a região, aconteceu uma migração interna das regiões Sul e Sudeste para as regiões Centro-oeste e Norte do Brasil. Como resultado, vieram também o aumento da população e urbanização, desmatamento, grilagem de terras e consequentemente o aumento de conflitos com as populações locais, conforme se pode inferir a partir do pensamento de Sauer (2011, p. 16)

> A expropriação de terras e territórios de populações locais, a grilagem de terras (públicas), o avanço ilegal sobre áreas de florestas, terras devolutas, parques, entre outros espaços, não é exatamente uma novidade na Amazônia. Desde meados dos anos 1960, houve uma intensificação da ocupação predatória do território regional, incentivada inclusive por recursos e políticas públicas. Essa ocupação desordenada resultou em sérias violações de direitos de populações locais, mas não aconteceu sem resistências e oposições das populações amazônidas.

O que num primeiro momento foi idealizado, almejando alcançar um desenvolvimento sustentável, não saiu conforme planejado, como destaca Cardoso (2008, p.143)

> Portanto, não bastam os planos governamentais, nem seus esforços educativos e sanitários. Estes enfrentam um habitat disperso e uma natureza hostil. Mesmo nas agrovilas da região da Transamazônica que foram objeto de “paternalismo” – segundo lamúrias de empresários privados da colonização131 – as dificuldades são imensas até hoje.

A ideia de planejamento ordenado para a região proposto pelos militares não se concretizou na prática. Em algumas regiões, os problemas territoriais são tão intensos que já foram palco de conflitos sangrentos, com maior destaque para o Massacre de Eldorado do Carajás, quando foram assassinados dezenove trabalhadores rurais sem-terra no dia 17 de abril de 1996. Infelizmente a violência continua presente na região.

Outro fato que marcou a história da Amazônia com sangue foi a morte do líder sindical e ambientalista Chico Mendes, que ocorreu em 22 de dezembro de 1988, uma liderança que lutou para proteger a floresta amazônica e os direitos dos seringueiros e comunidades tradicionais que viviam da extração do látex da seringa.

2.6 Chico Mendes, um líder extrativista que ajudou a escrever a história ambiental do planeta

Na década de 1980, o Brasil ansiava voltar a viver em uma democracia. Liberdade era a palavra da vez. O governo militar caminhava para o seu fim, a ditadura na retaguarda, um novo Brasil iria surgir.

Conforme já demonstrado neste texto, é importante entender a história da Amazônia para compreender o Brasil. É nesse contexto que surge Chico Mendes, líder extrativista com atuação sindical que foi um verdadeiro soldado defensor da luta dos povos da floresta, combateu bravamente ao ponto de ter a própria vida sacrificada em prol da causa, defendendo um movimento que visava proteger a Amazônia e garantir os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais que habitam a região.

Segundo informações de sua biografia, nasceu em 1944, no município de Xapuri, no estado do Acre, e trabalhou como seringueiro, uma das atividades econômicas tradicionais da região. Ele percebeu os impactos devastadores da exploração descontrolada da floresta, como o desmatamento e a invasão de terras, que ameaçavam não apenas o meio ambiente, mas também o modo de vida e a subsistência dos povos da floresta.

Em documento intitulado “A Luta dos Povos da Floresta”[12], Mendes (2019) defendia a ideia de que a floresta amazônica deveria ser preservada e explorada de forma sustentável, por meio da extração da borracha e de outros produtos florestais, sem a destruição dos ecossistemas. Ele liderou a criação dos seringais extrativistas, que eram áreas de uso coletivo onde os seringueiros poderiam trabalhar de forma sustentável, em harmonia com a natureza, conforme é possível observar em seus dizeres

> Nós, os seringueiros, não queremos transformar a Amazônia num santuário, o que nós não queremos é a Amazônia devastada. E aí se pergunta: qual é a proposta que vocês têm? E nós então começamos a discutir além da questão da luta contra o desmatamento, nós começamos a apresentar a proposta

[12]A Luta dos Povos da Floresta | Terra Livre (agb.org.br) - terralivre,+Journal+manager,+TL_N7-cap1 (1).pdf.

> alternativa para a conservação da Amazônia. Estas propostas se baseiam hoje na criação das reservas extrativistas (Mendes, 2019, p. 16).

Além disso, Chico Mendes foi um defensor dos direitos das comunidades tradicionais, lutando pelo reconhecimento e demarcação de terras indígenas e reservas extrativistas. Ele percebeu que a preservação da floresta estava diretamente ligada à proteção dos direitos dessas populações, que possuíam um conhecimento ancestral sobre o manejo sustentável dos recursos naturais.

Com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Chico Mendes organizou os seringueiros para resistir à invasão das terras e ao desmatamento ilegal. Ele também se tornou uma voz importante na luta pela reforma agrária e pelos direitos trabalhistas das comunidades da Amazônia.

No entanto, mesmo após suas ações ganharem visibilidade (inter)nacional, os ideais do seringueiro-lutador encontraram resistência, já que incomodava interesses econômicos poderosos, que viam na exploração desenfreada da Amazônia uma oportunidade de lucro. Em 1988, no dia 22 de dezembro, Chico Mendes foi assassinado, tornando-se um símbolo mundial da luta pela preservação ambiental e dos direitos dos povos da floresta.

Apesar da trágica morte, o legado de Chico Mendes perdura. Sua luta inspirou movimentos sociais e ambientais em todo o mundo e contribuiu para o reconhecimento da importância da Amazônia e da necessidade de proteger e valorizar os povos indígenas e as comunidades tradicionais que nela habitam. Sua história nos lembra da urgência de preservar a floresta e construir um futuro sustentável para todos.

Há pouco mais de três décadas, olhar para trás nos permite refletir sobre o quanto Chico Mendes foi importante para a Amazônia, e consequentemente, para o planeta, pois ele foi capaz de defender o que ninguém defendida, empunhar bandeiras que ainda não tinham sido empunhadas, enfrentou interesses políticos e econômicos, ajudou de alguma forma a frear um movimento de destruição da floresta, mesmo que isso tenha custado sua própria vida. Sem Chico Mendes o mundo seria menos verde e um pouco mais aquecido.

Esse recorte histórico que se iniciou com os primeiros relatos sobre a Amazônia de aproximadamente 11 mil anos atrás, chegando até Chico Mendes, permite compreender a profunda relação entre o homem e a floresta ao longo do tempo. Essa

interação pode ser analisada sob aspectos econômicos, políticos e culturais, pois a região possui uma grande importância, e os seus povos desempenham um papel fundamental na preservação de sua biodiversidade.

Conforme já relatado, Chico Mendes deixou um legado, permitindo que o debate sobre a preservação ambiental ganhasse espaço na agenda internacional, inclusive no âmbito da Organização das Nações Unidas, que passou a discutir um modelo de economia verde capaz de associar o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais.

2.7 O Neoliberalismo no Brasil, governos Collor, Itamar, Fernando Henrique, Lula e Dilma

A eleição de 1989 foi primeira eleição presidencial direta após a promulgação da Constituição Federal de 1988. O primeiro turno aconteceu em uma quarta-feira, 15 de novembro de 1989, e o segundo em um domingo, 17 de dezembro. De um total de 22 candidatos, os eleitores escolheram o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello[13], que concorreu por um partido pequeno e quase desconhecido, o Partido da Reconstrução Nacional - PRN.

Enquanto na Inglaterra, a partir de 1980, Margaret Thatcher e nos EUA, Ronald Reagan, adotaram políticas neoliberais, no Brasil tais políticas passaram a ser adotadas no governo Collor, fazendo com que o Brasil fosse o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal, conforme destaca Filgueiras (2006, p.180)

> O Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal. Tal fato deveu-se, de um lado, à dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital até então presentes no moribundo Modelo de Substituição de Importações (MSI) (Filgueiras,2001) e, de outro, à intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 –que se expressou, entre outros eventos, na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989.

Ressalta-se que existia uma resistência à implementação de políticas neoliberais no país, no entanto essa barreira foi vencida com a eleição direta e a

[13] Fernando Collor de Mello foi o 32º Presidente do Brasil, exerceu o mandato de 15 de março de 1990 até 2 de outubro de 1992.

escolha de um presidente com discurso e ações neoliberais, período em que o Brasil passou a sofrer forte influência de instituições que tinham o objetivo de intervir nos Estados nacionais da América Latina e definir políticas macroeconômicas para a região.

Sobre esse movimento, Hermida; Lira (2018, p. 40) asseguram que

> Os organismos internacionais procuravam redefinir políticas econômicas para os Estados capitalistas periféricos, através da implementação do modelo proposto (periférico, e dependente) pelos países capitalistas centrais.

O Chile foi a porta de entrada para a experiência neoliberal na América Latina. Durante a ditadura de Augusto Pinochet, o Brasil conseguiu retardar esse modelo que foi pensado com o objetivo de fazer com que os países periféricos continuassem reféns das potências capitalistas centrais. Sobre esse período, Harvey analisa.

> Como se instaurou a neoliberalização e quem o fez? A resposta em países como o Chile e a Argentina nos anos 1970 foi tão simples quanto rápida, brutal e segura: um golpe militar apoiado pelas classes altas tradicionais (assim como pelo governo norte-americano) seguido pela cruel repressão de todas as solidariedades criadas no âmbito dos movimentos trabalhistas e sociais urbanos que tanto ameaçaram seu poder (Harvey, 2014, p. 49).

No entanto, o projeto neoliberal ganhou força no governo de Fernando Collor, que se sagrou vencedor nas eleições de diretas de 1989 com um programa intitulado “Brasil: um projeto de reconstrução nacional”. Os fatos falam por si sobre os caminhos que o Brasil vem percorrendo desde então.

O ousado projeto abordou também a questão ambiental, conforme descrito em publicação de autoria do ex-Presidente, e publicado pelo Senado Federal, em que destacou que

> Os aspectos ambientais assumem importância crescente na formulação de políticas e programas de desenvolvimento. O crescimento econômico, essencial para que se possa atingir níveis satisfatórios de bem-estar social, depende, em grande medida, do aproveitamento contínuo e sustentado dos recursos que provém da natureza (Collor, 2008, p. 84).

Pelo menos da forma como foi apresentado, o projeto neoliberal condicionava a prosperidade a partir de um equilíbrio necessário entre o desenvolvimento e a

conservação da natureza, destacando que a política ambiental brasileira deveria assegurar um novo caráter ao processo de desenvolvimento, incorporando, definitivamente, uma visão que valorizasse, na devida dimensão, a proteção do meio ambiente e a utilização racional dos recursos naturais.

O governo de Fernando Collor, primeiro Presidente eleito após o fim da Ditadura Militar, foi marcado por escândalos e crise econômica. Em 1992, Collor foi afastado do cargo após ser acusado de corrupção, dando início ao governo de Itamar Franco.

O governo Itamar Franco foi marcado por conseguir alcançar a estabilização da economia brasileira, feito que se deu com a implementação do Plano Real em 1994. Após sucessivos fracassos econômicos, o plano foi um sucesso e o país passou a ter uma moeda estável.

Itamar Franco promoveu reformas estruturais e buscou a consolidação da estabilidade econômica e a agenda neoliberal, segundo analisam Rodrigues; Jurgenfel: “Assim como Collor, Itamar seguiu os preceitos do Consenso de Washington, de que o país deveria se “modernizar” e que ganharia maior produtividade e competitividade internacional com as privatizações” (2021, p. 172).

Em julho de 1994 foi lançado o Plano Real. Fernando Henrique Cardoso (FHC), então ministro da fazenda de Itamar Franco, por estar à frente da equipe que conseguiu a estabilização econômica, foi beneficiado com o sucesso do plano real, conseguindo ser eleito Presidente da República no primeiro turno em 1994.

Esse movimento político foi descrito por Hermida; Lira (2018, p. 46)

> Na área econômica, coube ao ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC) a condução de um novo plano econômico mais condizente com o receituário neoliberal por meio da indexação da nova moeda, a retomada do processo de desregulamentação econômica, a abertura do país aos investimentos estrangeiros e à concorrência, bem como um ajuste fiscal rigoroso que sacrificou ainda mais a população que precisava dos serviços públicos. O Plano Real conseguiu atingir seu objetivo principal, que foi a redução significativa das taxas de inflação. A popularidade do Real permitiu a eleição de FHC para a presidência da República nas eleições de outubro de 1994, sustentado por uma ampla coligação de partidos de centro-direita e direita do espectro político brasileiro.

Os governos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso[14] foram marcados desde os primeiros dias pela implantação de um processo reformista na economia e no Estado, aprofundando a agenda neoliberal, rompendo completamente com o padrão de desenvolvimento econômico adotado no Brasil nas últimas quatro décadas, que tinha como pilar a expansão industrial, com muitas empresas sob o controle do Estado.

Os autores destacam ainda que o sistema neoliberal capitalista implementado durante os governos de Fernando Henrique Cardoso foi direcionado pelo capital financeiro internacional, consolidando indústrias, bancos e serviços sob a influência dos grupos financeiros.

Segundo Boito Jr. (1996, p. 80), tanto Collor quanto Fernando Henrique Cardoso contaram com o apoio midiático e do grande capital para vencerem as eleições, considerando que o adversário político de ambos era Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, e que em tese representava uma resistência política ao modelo neoliberal.

> Os governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso chegaram ao poder, no Brasil, pelo voto popular. É certo que nessas duas eleições o poder do dinheiro e da mídia foram muito importantes. A despeito disso, consideramos que seria errôneo atribuir as vitórias das candidaturas neoliberais em 1989 e em 1994 apenas à manipulação do processo eleitoral. No nosso entender, essas vitórias são um indicador de que estamos assistindo a um processo – mais amplo e mais complexo do que o próprio processo eleitoral – de constituição de uma nova hegemonia burguesa no Brasil: a hegemonia das concepções e das propostas políticas neoliberais.

A partir da ideia de Boito Jr. é possível concluir que tanto o governo de Fernando Collor quanto os governos de Fernando Henrique Cardoso, considerados neoliberais e alcançados por meio de eleições populares, suscitaram debates sobre os fatores que influenciaram essas vitórias. Embora seja inegável o papel significativo desempenhado pelo poder financeiro e pela influência midiática nessas campanhas eleitorais, com episódios determinantes em prol dos candidatos, é necessário evitar uma interpretação que atribua exclusivamente às manobras eleitorais o sucesso dessas candidaturas. Uma análise mais crítica desse fenômeno sugere que as vitórias

[14] Fernando Henrique Cardoso foi presidente por dois mandatos consecutivos (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002).

de Fernando Collor, em 1989, e de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, refletem um processo mais amplo e intrincado do que meramente a dinâmica eleitoral, algo possivelmente idealizado no Consenso de Washington[15].

Essa movimentação política midiática traz indícios do surgimento de uma burguesia alinhada com os ideais neoliberais, demonstrando uma transformação além do resultado eleitoral, sendo capaz de representar uma mudança na estrutura ideológica predominante no país.

Ainda sobre o período denominado Era FHC[16], que compreendeu os dois mandatos, Hermida; Lira (2018, p. 47) apresentaram uma síntese

> No primeiro mandato, a cruzada neoliberal foi avassaladora: a abertura comercial debilitou a indústria nacional; os processos privatistas atingiram muitas das principais empresas estatais; a sobrevalorização cambial e a redução de tarifas aduaneiras facilitaram as importações; e o Estado foi reorganizado conforme o ideário neoliberal (Estado mínimo). Porém, no segundo mandato, os desequilíbrios macroeconômicos que aprisionaram e paralisaram as políticas públicas no Brasil e o crescente endividamento externo limitaram o avanço das ações neoliberais iniciadas anteriormente pela gestão FHC. A crise social e econômica sem precedentes provocou insatisfação popular (desemprego, arrocho salarial, crise energética sem precedentes na história do país) e de setores da burguesia interna.

Destacando que no primeiro mandato havia uma narrativa da implementação de uma ousada agenda neoliberal, com prioridade para a abertura comercial, privatizações, sobrevalorização cambial e a reorganização do Estado conforme os princípios do Estado mínimo. No entanto, no segundo mandato, o texto aponta como um dos principais problemas os desequilíbrios macroeconômicos, crescente endividamento externo e limitações nas ações neoliberais devido a tais desafios, período que fez com que a agenda agressiva perdesse fôlego. A crise econômica e social resultante, marcada por desemprego, arrocho salarial e uma crise energética sem precedentes, gerou insatisfação tanto na população quanto em setores da

[15] O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas econômicas concebidas no final da década de 1980 e destinadas aos países emergentes da América Latina. Essas medidas tinham como objetivo conter a crise do endividamento externo e da hiperinflação em curso nesses países por meio da disciplina fiscal, do reordenamento dos gastos públicos e da maior abertura econômica. A denominação de Consenso de Washington foi atribuída pelo economista inglês John Williamson (1937-2021) com base nos ideais do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, todos com sede na cidade de Washington, D.C., para solucionar os problemas econômicos latino-americanos (https://brasilescola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm).

[16] Período referente aos governos de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002.

burguesia interna, pavimentando o caminho para a eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva[17].

O Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu eleger seu candidato Lula, após já ter disputado três eleições, uma contra Collor, e duas contra FHC, com propostas que contrapunham o modelo que vinha sendo implementado. No entanto, para disputar a quarta eleição, tanto o partido quanto o próprio candidato fizeram acenos de que mudanças aconteceriam com um caráter mais liberal. O primeiro sinal foi a escolha do candidato a vice. O operário que empunhava a bandeira dos trabalhadores decidiu formar a chapa com o empresário José Alencar Gomes da Silva, empresário e fundador da Coteminas, uma das maiores empresas têxteis do Brasil. Ele ingressou na vida política como senador por Minas Gerais em 1999, filiado ao Partido Liberal (PL).

Se existia alguma dúvida sobre os caminhos que um possível governo do Partido dos Trabalhos poderia seguir após a escolha do vice de Lula, com a Carta ao povo brasileiro[18] essa dúvida deixou de existir, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o compromisso, juntamente com o seu partido, que se vencesse a eleição iria respeitar os contratos e as obrigações do país

> Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país (Silva, 2002, p. 3).

Antes mesmo de vencer a eleição, o Partido dos Trabalhadores já havia assumido publicamente o compromisso com a agenda neoliberal iniciada por Collor e aprofundada por Itamar e FHC, e prometer respeitar os contratos e as obrigações que

[17] Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido como Lula, foi o 35º Presidente do Brasil, exercendo dois mandatos consecutivos de 2003 a 2010, exercendo atualmente o seu terceiro mandato de 2023 a 2026.

[18] Carta ao povo brasileiro foi o título dado a um texto assinado em junho de 2002 pelo então candidato à presidência da república do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, assegurando que, em caso de sua vitória, a sua agremiação, o Partido dos Trabalhadores (PT), respeitaria os contratos nacionais e internacionais. A carta foi lida no dia 22 de junho de 2002 durante encontro sobre o programa de governo do partido.

o país havia assumido, o que significava endossar as privatizações, política econômica e outros pilares existentes.

Sobre o início do governo Lula, os autores Saad Filho e Morais destacam

> Luiz Inácio Lula da Silva, principal fundador do PT, foi eleito presidente em 2002, em parte como reação às iniquidades e ineficiências do neoliberalismo. No entanto, sua vitória pouco significou até que os ventos favoráveis do boom global das commodities deram ao governo graus adicionais de liberdade para expandir a cidadania, aumentar os salários e implementar políticas distributivas marginais sem antagonizar interesses muito poderosos (Saad Filho; Morais, 2018, p. 21).

A partir do entendimento dos autores, é possível concluir que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 foi, em parte, uma resposta às falhas percebidas do Neoliberalismo nos governos Collor, Itamar e FHC. No entanto, a narrativa destaca que os avanços aconteceram no governo Lula, quando o Brasil se beneficiou do boom global das commodities. Essa análise levanta questões sobre a efetividade das políticas adotadas pelo governo Lula, indicando que a capacidade de implementar mudanças substanciais estava atrelada a fatores externos, como a bonança econômica. Uma crítica possível é que o governo tenha se beneficiado excessivamente das circunstâncias globais favoráveis, o que pode ter dificultado a avaliação de seus verdadeiros méritos ao superar alguns gargalos dos governos anteriores e isso levanta dúvidas sobre a sustentabilidade de suas conquistas, pois é possível que não tivessem acontecido se o período tivesse sido desfavorável.

Ainda segundo os autores, a menção de políticas distributivas "marginais" pode suscitar debates sobre a profundidade das reformas implementadas durante os governos de Lula. Se essas políticas foram de fato marginais, isso poderia levantar dúvidas sobre o compromisso real do governo em abordar as desigualdades estruturais, considerando que se os debaixo ganharam algum, os de cima ganharam muito mais. Essa análise sugere a importância de uma avaliação mais crítica do legado do governo Lula[19], considerando não apenas os fatores externos, mas também a natureza e o impacto substancial de suas políticas internas.

[19] O legado faz referência ao primeiro e segundo governos de Luiz Inácio Lula da Silva.

Para Boito Jr., o governo Lula, que num primeiro momento gerou alguma expectativa positiva para a esquerda brasileira e internacional, não atendeu às previsões e representou uma decepção para uma parcela dos entusiastas.

> Os membros da equipe governamental não tocaram na herança neoliberal de FHC: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários. Em relação a esse último item verifica-se uma omissão particularmente grave: o governo Lula não fez e não disse nada até aqui sobre a desindexação dos salários imposta aos trabalhadores pelo neoliberalismo (Boito Jr., 2006, p.10).

A ausência de mudanças significativas na herança neoliberal deixou o governo Lula vulnerável a críticas pois não enfrentou problemas cruciais para a classe trabalhadora, como a desindexação dos salários, medida que impacta diretamente nas condições financeiras dos trabalhadores.

No entanto, o crescimento econômico foi impulsionado pelas exportações. O momento propício favoreceu o governo e sustentou os programas de distribuição de renda, permitindo a reeleição de Lula e a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff[20], responsável por dar continuidade ao programa do Partido dos Trabalhadores.

Sobre os primeiros movimentos do governo de Dilma Rousseff, Saad Filho e Morais defendem que

> Não há dúvida de que, politicamente, Dilma Rousseff foi a presidenta mais à esquerda no Brasil desde João Goulart. Ela manteve o núcleo da equipe econômica de Lula, mas substituiu o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, por Alexandre Tombini, funcionário de carreira mais alinhado às prioridades da nova mandatária. Seu governo ampliou ainda mais os programas de assistência social e considerou a competitividade - relativamente estagnada havia longo tempo - como o desafio mais importante ao crescimento econômico sustentado no curto prazo e o principal obstáculo a ser superado em um eventual rompimento com o neoliberalismo (Saad Filho, Morais, 2018, p.172).

Ao seguir as diretrizes estabelecidas nos dois governos de Lula, Dilma Rousseff, a primeira mulher a assumir a presidência do Brasil, herdou uma economia em crescimento, ainda impulsionada pelo boom das commodities e pelas políticas de inclusão social implementadas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva. No

[20] Dilma Rousseff foi a 36ª Presidente do Brasil, exercendo dois mandatos consecutivos de 2011 a 2016.

entanto, durante seu mandato, o país enfrentou uma desaceleração econômica global, afetando a demanda por commodities e contribuindo para desafios internos.

desaceleração econômica e os problemas internacionais não foram suficientes para impedir a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, mas dessa vez numa eleição extremamente polarizada, decidida no segundo turno, a vitória foi confirmada com 51,64% dos votos válidos, superando Aécio Neves, que teve 48,36% dos votos válidos.

Saad Filho e Morais, já mencionados acima, classificaram a vitória como frágil por dois motivos, primeiro porque coincidiu com uma rápida deterioração econômica que foi responsável por quedas sucessivas do crescimento do PIB – Produto Interno Bruto, inclusive com o indicador negativo a partir de 2014, fazendo com que as melhorias na distribuição de renda que legitimavam os governos do PT ficassem comprometidas. Importante destacar também o papel da grande imprensa, responsável por massacrar o governo devido ao avanço das investigações da operação Lava Jato contra figuras alinhadas ao governo.

A segunda razão da fragilidade da vitória de Dilma Rousseff, segundo os autores, está ligada a campanha

> Em 2014, diante da ascensão conservadora, a presidenta adotou um discurso mais à esquerda, sem precedentes nos governos anteriores do PT, que tendiam a ser mais conciliatórios. Embora tenha sido eleita para o primeiro mandato pela aliança de vencedores construída por Lula, Dilma Rousseff foi reeleita por uma aliança progressista muito mais estreita, que incluía os trabalhadores organizados, os pobres não organizados - em especial, das cidades pequenas e médias e da zona rural do Sudeste, Norte e Nordeste e partidos de esquerda, movimentos sociais e um grande número de ONGs (Saad Filho; Morais, 2018, p.184).

No entanto, devido aos problemas econômicos, já nas primeiras semanas do segundo governo, Dilma Rousseff enfrentou crises. A decisão por uma política econômica ortodoxa liderada por Joaquim Levi fez com que o governo se deteriorasse, econômica e politicamente. Todas as iniciativas do governo foram bloqueadas no Congresso, e ainda segundo os autores, cada concessão era recebida com resistência passiva pela esquerda, fazendo com que a direita conquistasse mais espaço e consequentemente conseguisse viabilizar um golpe político em 2016, com propostas ainda mais alinhadas aos ideais neoliberais.

2.7.1 A austeridade e o neoliberalismo brasileiro

A implementação de políticas neoliberais no Brasil a partir da década de 1990, conforme descrito acima, considerando todos os governos desde Collor até os dias atuais, é possível concluir que o país vivenciou um ciclo de políticas de austeridade, visando atender à agenda proposta, com o sentido que o termo é dado no contexto neoliberal, usada como uma ferramenta para aumentar as injustiças com o orçamento público, sacrificando ainda mais os debaixo e, consequentemente, contribuindo para a concentração de renda e demais injustiças.

Esse movimento fica mais evidenciado em momentos de fortes crises, quando o Estado é forçado a fazer escolhas para alimentar o modelo. A pandemia de COVID-19 é um desses exemplos, conforme descreve Costa (2021, p. 5)

> A pandemia poderia ser mais bem enfrentada se houvesse menos desigualdade e se tivéssemos políticas públicas que buscassem diminuí-la, ao mesmo tempo em que se atacaria os efeitos da crise sanitária. Porém, ao contrário do desejado, a desigualdade aumentou, e foi reforçada pela COVID-19. Os mais ricos ganharam ainda mais dinheiro e os mais pobres perderam o pouco que tinham.

O autor destaca ainda que alguns dados impressionam por evidenciarem o aumento da desigualdade com a pandemia, contrastando com o acréscimo de riqueza dos dez maiores bilionários do mundo, concluindo que para as camadas mais pobres será necessário mais de uma década para que possam recuperar a situação pré-pandemia.

Esse modelo que defende a redução do papel do Estado na economia, promovendo a abertura de mercados, privatizações, desregulamentação e a austeridade fiscal como pilares de um pseudo desenvolvimento econômico, foi confrontado diante da pandemia, conforme citado acima, sendo necessária uma forte intervenção do Estado, com aportes de dinheiro no SUS (Sistema Único de Saúde), um modelo já consolidado do Brasil e capaz chegar inclusive em lugares isolados. Sem a estrutura do SUS, as consequências poderiam ter sido muito mais graves para a população brasileira.

Em texto intitulado “Estado austeritário versus cidadania: neoliberalismo e efeitos da Emenda Constitucional 95/2016 sobre o direito à educação no Brasil”, Carvalho e

Costa (2020, p.174) destacam que seja na saúde ou na educação, quando se trata de austeridade o *modus operandi* é o mesmo

> Na educação a lógica é a mesma e, conforme será abordado na próxima seção, com a chegada da pandemia da COVID-19, os efeitos da austeridade - implementada pela Emenda Constitucional do Teto de Gastos novamente, afetaram em maior escala pessoas de menor poder aquisitivo. A população que utiliza o serviço público e gratuito de educação, conforme assegurado na Constituição Federal do Brasil, foi severamente penalizada pela falta de infraestrutura, principalmente, no que diz respeito à utilização da internet para realização do ensino remoto. Nesse sentido, cabe ressaltar que os impactos do periodo de pandemia refletiram em atrasos e perdas na educação que serão reconhecidos neste e nos próximos anos e que precisarão de investimento do Estado para serem minimizados. Contudo, os gastos com educação estão "congelados" pela EC 95/2016 até o ano de 2036.

Saúde e educação são direitos muito sensíveis para a população, conforme demonstrado pelos autores citados acima. Assim, qualquer tentativa de ajuste fiscal tende a afetar as pessoas com menor potencial aquisitivo e que dependem dos serviços básicos do Estado, e no caso da pandemia de COVID-19, muitos brasileiros morreram aguardando o básico que poderia ser oferecido pelo Estado, pois não tinham condição de adquirir. A título de exemplo, é possível citar a alta taxa de mortalidade da população em Manaus devido à falta de oxigênio.

No que se refere à educação, fica evidenciado que quando foi estabelecida a EC 95/2016, que estabeleceu um teto de gastos para o poder público, também iria ser necessário fazer sacrifícios na educação, no entanto, ainda estava por vir uma pandemia de COVID-19, com efeitos devastadores sobre a educação, sendo que muitos Estados buscaram como alternativa para as aulas presenciais um modelo de ensino híbrido, com aulas remotas, resultado em atraso e perdas para os alunos, conforme destacado pelos autores citados acima.

Essa abordagem sobre neoliberalismo e austeridade, com destaque para o que ocorreu na saúde e educação, nos permite contextualizar com o problema da preservação da Amazônia, que também depende de políticas de Estado, necessárias para garantir a preservação da floresta e o desenvolvimento sustentável.

Na Amazônia, principalmente a partir dos governos de Temer e Bolsonaro, ocorreu uma diminuição no tamanho do Estado e na sua capacidade em proteger o bioma, e consequentemente, não cumprindo o seu papel de proteger principalmente contra o desmatamento, que é um dos principais problemas.

Vê-se com isso que a austeridade impacta diretamente as políticas de preservação ao reduzir os orçamentos de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Ao limitar a realização de operações de fiscalização, ficamos diante de um cenário de favorecimento de atividades predatórias, como a exploração madeireira, a mineração ilegal e a expansão do agronegócio em áreas protegidas.

A situação chegou ao ponto em que veículos dos órgãos citados acima não terem sequer combustível para realizar os deslocamentos necessários, mas o que vigorava era a manutenção de uma política de teto de gastos, independente de onde tivesse que ser feito cortes.

É importante ressaltar que medidas de austeridade impostas por políticas neoliberais representam um obstáculo significativo para a consolidação de uma agenda ambiental eficaz que garanta a preservação da Amazônia e o desenvolvimento sustentável.

2.8 Considerações sobre o neoliberalismo na Amazônia

Se pudéssemos utilizar uma palavra para definir a década de 1990 para a Amazônia, essa palavra seria destruição, pois este foi um período que a floresta enfrentou um alto nível de devastação, com taxas de desmatamento alarmantes. Dentre os fatores que contribuíram para a destruição, podemos citar a expansão agrícola na região, a exploração de madeira ilegal, a mineração e a construção de infraestrutura, conforme já destacado neste texto.

O avanço da fronteira agrícola só ocorreu porque a floresta foi desmatada para dar lugar às pastagens, impulsionando a criação de gado a pasto. Outro fator que contribuiu para o desmatamento naquela época foi a agricultura de larga escala, em que grandes áreas de floresta foram convertidas em pastagens e plantações, causando perdas significativas de biodiversidade e impactos negativos para os ecossistemas.

Esses impactos são ainda mais agravados pois uma das práticas utilizadas para transformar as áreas florestais em pastagens é uso de queimadas, que transforma a biodiversidade em cinzas. Assim, visando combater tais práticas, foi implementado um sistema de monitoramento da devastação florestal amazônica

através de satélites, o PRODES[21]- Projeto de Estimativa do Desflorestamento da Amazônia, através do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Série histórica do desmatamento anual na Amazônia Legal

Fonte: INPE/PRODES, 2019.

A partir do monitoramento foi possível obter dados para comprovar os números do desmatamento, com destaque para a inflação que aconteceu nas décadas de 1980 e 1990, conforme cita Ribeiro (2005, p. 355)

> Como se pode ver, até o ano de 1978, o desflorestamento havia atingido na Amazônia o total de 152.200 km2. Esse período é conhecido como “o desflorestamento antigo”. Em agosto do ano 2000, esse total elevou - se para 587.727 km2, dos quais 435.527 km2, no período 1978 a 2000; isso demonstra que a média anual da devastação, ao longo desse período de 22 anos, atingiu 19.796 km2.

Em pouco mais de duas décadas desmatou-se mais que o dobro de tudo que havia sido desmatado até 1978, demonstrando como o avanço agropecuário e madeireiro foi agressivo e violento para o bioma. Segundo o autor, apenas no período de agosto de 1991 a agosto de 2000 a média anual do desflorestamento foi de 17.232 km². Considerando que a área florestal da Amazônia brasileira é de 4 milhões de km², no ano 2000 já havia sido desflorestado aproximadamente 14,7% da floresta amazônica.

[21] PRODES — Coordenação-Geral de Observação da Terra (inpe.br).

Diante de números tão impactantes, um questionamento precisa ser feito: onde estavam os órgãos de fiscalização e controle durante o referido período?

Esse apagão dos órgãos fiscalizadores certamente contribuiu muito para os números do período, que cresceram de forma mais acentuada na década de 1990, período que foi marcante para a economia e política brasileira, com a implementação de uma agenda neoliberal que teve um impacto significativo no país.

Conforme já destacado anteriormente, a agenda neoliberal no Brasil na década de 1990 foi caracterizada por uma série de reformas econômicas que visavam liberalizar e modernizar a economia brasileira. Essas reformas foram influenciadas pelas ideias do Consenso de Washington, um conjunto de políticas econômicas defendidas por instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Importante ressaltar que essas mesmas instituições são responsáveis pelos financiamentos de grandes projetos na Amazônia, que culminaram em impactos ambientais na região. Assim, é possível concluir que a Amazônia sofreu diretamente os impactos das políticas neoliberais implementadas a partir de 1990.

2.9 Economia verde no contexto da Amazônia

A Amazônia que Chico Mendes idealizou proteger nas décadas de 1970 e 1980 é muito diferente da Amazônia que está sob forte ataque atualmente Os problemas cresceram na proporção que houve um aumento da população. Segundo dados do IBGE de 2020, a população da Amazônia Legal aumentou de 8,2 milhões, em 1972, para 28,1 milhões de habitantes, em 2020, o que representa 13% da população brasileira. Também vivem na região mais de 180 povos indígenas.

O grande desafio consiste em definir quais são os rumos que a Amazônia deverá seguir nas próximas décadas, se a floresta que possui a maior biodiversidade do planeta, o maior reservatório de água doce e é considerada um importante regulador do clima global, será preservada e bem gerenciada, podendo ser um catalisador para uma economia brasileira de baixo carbono e inclusiva. Ou, ao contrário, caso a destruição continue, o caminho pode ser outro, a floresta atingirá um ponto em que não será mais possível reverter o processo de degradação. E isso agrava as desigualdades existentes, pois os povos indígenas e as comunidades tradicionais serão os mais afetados. Além disso, a economia do país ficará mais

vulnerável, pois a Amazônia desempenha um papel fundamental no fornecimento de recursos naturais, na regulação do clima e na atração de investimentos.

Outrossim, o modelo de economia verde busca evitar justamente o ponto de não retorno[22], assegurando a melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica. As três principais características ou três pilares da economia verde são: baixa emissão de carbono, eficiência no uso de recursos e busca pela inclusão social.

Visando implementar um modelo de economia verde que reflete na Amazônia, merecem destaque as ações do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-PNUMA[23], autoridade global que estabelece a agenda ambiental e promove a implementação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável dentro das Nações Unidas.

Há mais de cinco décadas o PNUMA atua como catalisador, defensor, educador e facilitador para promover o uso sábio e o desenvolvimento sustentável do meio ambiente global, e consequentemente, implantar uma agenda pautada na economia verde.

O conceito de economia verde foi assim definido pelo PNUMA (Pnuma - ONU News)

> O PNUMA define economia verde como uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica. Em outras palavras, uma economia verde pode ser considerada como tendo baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e socialmente inclusiva. Em uma economia verde, o crescimento de renda e de emprego deve ser impulsionado por investimentos públicos e privados que reduzem as emissões de carbono e poluição e aumentam a eficiência energética e o uso de recursos, e previnem perdas de biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Esses investimentos precisam ser gerados e apoiados por gastos públicos específicos, reformas políticas e mudanças na regulamentação.

O conceito foi estabelecido pelo PNUMA em 2008, mas bem antes, o engenheiro florestal, Jorge Viana[24], ex-governador do Acre, tendo seu primeiro

---

[22] O ponto de não retorno é um termo usado por especialistas para se referir ao ponto em que a floresta perde sua capacidade de se autorregenerar, em função do desmatamento, da degradação e do aquecimento global, tendendo, então, ao processo de desertificação (Cúpula: acordo deve evitar ponto de não retorno da Amazônia - Agência Brasil (ebc.com.br)).

[23] Pnuma - ONU News.

[24] Senador Jorge Viana - Senado Federal.

mandato à frente do Estado de 1999 a 2002 e o segundo de 2003 a 2006, à época já buscava implementar no Estado um modelo econômico verde pautado no desenvolvimento sustentável e, consequentemente, no bem-estar dos povos da floresta e da população do Acre.

Esse conceito é elementar para compreender o projeto da Florestania implantado no Estado do Acre, que tentou demonstrar que o desenvolvimento sustentável e econômico não são contraditórios e podem se complementar.

No entanto, não é possível analisar o projeto da Florestania implementado no Acre desassociado das políticas neoliberais implementadas no Brasil durante a década de 1990 e seguintes, que foram diretamente responsáveis pelos indicadores sociais que o Estado do Acre possui atualmente.

Por isso, torna-se necessário contextualizar as políticas neoliberais e o conceito de Florestania para estabelecer as relações entre neoliberalismo, política mundial e local, bem como o agronegócio desenvolvido na Amazônia e no Acre.

2.10 A Florestania e a sua trajetória no Estado do Acre

A partir de 1999 foi eleito governador do Acre o engenheiro florestal Jorge Ney Viana Macedo Neves, mais conhecido como Jorge Viana, político historicamente ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), que esteve à frente do Estado por dois mandatos até 2006 e juntamente com o seu grupo político foi responsável por implementar uma política denominada de Florestania, um modelo alicerçado nos pilares do desenvolvimento sustentável e preservação ambiental, que consistia na busca por uma cidadania dos povos da floresta, permitindo crescimento econômico e a conservação da floresta amazônica.

De acordo com Morais (2016, p. 200), o termo Florestania, segundo o governo, tinha o seguinte significado

> O termo florestania significa, segundo o governo: [...] um novo jeito de caminhar e entender a Amazônia e os povos que nela habitam, com respeito a seu ambiente, tradições e cultura. Este conceito se expressa num sentimento de orgulho, respeito e responsabilidade sobre o nosso patrimônio ambiental e cultural.

No entanto, a autora demonstra que o termo possui um caráter ambíguo, pois existiu uma tentativa de associar os interesses do governo com as inspirações do movimento social de índios e seringueiros, mas, na prática, observou-se a concretização de um modelo que explora a floresta, com negócios sustentáveis onde, na verdade, os maiores beneficiados não são os povos da floresta, mas sim os que estão se beneficiando do modelo proposto pelo governo.

Morais destaca ainda que esse projeto político foi moldado em forte aparato de propaganda financiado pelo Estado em que os termos “florestania” e "desenvolvimento sustentável” eram explorados junto à população com o intuito de buscar elementos para a construção de um novo modelo econômico para o Estado.

Segundo Pinheiro (2013, p. 22), a trajetória é a seguinte

> A partir da mobilização em torno da questão da preservação ambiental, delineada no projeto de Governo, conforme as palavras de Antônio Alves, os membros do núcleo pensante do Partido dos Trabalhadores (PT), após a Frente Popular vencer as eleições de 1998, criaram o neologismo florestania, juntando num mesmo vocábulo as palavras "floresta" e "cidadania".

Para o autor, o grupo político idealizou um governo da floresta para os povos da floresta, voltado para concretizar os ideais de Chico Mendes, um modelo que garantisse cidadania para os povos onde pudessem viver em harmonia com o meio ambiente e respeitassem os recursos naturais.

Em publicação no site Literacia biodiversidade: Florestania, Toinho Alves[25] um dos idealizadores do termo e integrante do grupo político mencionado acima, descreve a trajetória da seguinte forma

> Foi assim, numa brincadeira, que a palavra apareceu, na metade da última década do século XX. Havíamos passado quinze anos andando pela floresta, acompanhando a luta de índios e seringueiros, trabalhando em organizações não-governamentais com projetos de saúde, educação, cooperativas etc. A novidade, naquele momento, é que alguns de nós tinham sido chamados a participar da nova administração da Prefeitura Rio Branco, capital do Acre. Uma cidade com trezentos mil habitantes, inchada, caótica, cheia de problemas. E com uma particularidade: a maioria da população havia migrado para a cidade há pouco tempo e ainda mantinha fortes traços culturais adquiridos em um século de vida na floresta. A cidadania a ser construída, portanto, deveria ser um pouco diferente (Literacia Biodiversidade, literaciabiodiversidade.blogspot.com).

[25] Antônio Alves - Jornalista e escritor acreano.

Conforme descrito pelo autor, o ideal surgiu a partir das andanças pela floresta e da oportunidade de conhecer e vivenciar os problemas de seus habitantes, comunidades que possuem um estilo de vida próprio. Certamente essa foi uma oportunidade de observar soluções criativas e sustentáveis praticadas pelos povos ao longo dos séculos, demonstrando uma completa interação entre o homem e o meio ambiente.

Ademais, um termo novo como a Florestania exige uma interpretação que vai muito além da junção das palavras floresta e cidadania, por isso a definição autêntica trazida pelo autor e um dos criadores do termo permite compreender o quanto a definição de Florestania é ampla e conforme resposta da pergunta formulada abaixo, pode-se concluir que o termo representa a essência da Amazônia, com particularidades que só uma floresta intocável possui.

> Mas o que é, afinal, essa tal Florestania? “A cidadania na floresta” - costuma ser a resposta simples e apressada. É isso, sim, mas é algo mais. Além de um conjunto de relações sociais, direitos, deveres, leis e conquistas, a florestania é um sentimento que pode ser expresso da seguinte forma: a floresta não nos pertence, nós é que pertencemos a ela. Esse sentimento nos induz a estabelecer não apenas um novo pacto social, mas um novo pacto natural baseado no equilíbrio de nossas ações e relações no ambiente em que vivemos. É um sentimento orientador para nossas escolhas econômicas, políticas e sociais –e por isso inclui a cidadania- mas orienta também nossas escolhas ambientais e culturais – e por isso a transcende (Literacia Biodiversidade, literaciabiodiversidade.blogspot.com).

A resposta nos remete a um ideal de desenvolvimento sustentável com a possibilidade de se pensar um modelo econômico em harmonia com a preservação do meio ambiente e que fosse capaz de garantir o futuro das próximas gerações através de esforços feitos por todos nós no presente, conforme preceitua o princípio ambiental do pacto intergeracional.

O significado do termo, até mesmo por ser uma terminologia com significado próprio, regional, limitado ao Acre e desconhecido em outras regiões, ajuda a compreender de forma crítica a concepção sobre a idealização do projeto implementado com destaque para a perspectiva econômica, já que um estado pobre, que possui apenas a floresta como seu único ativo, não tinha recursos para realizar esse giro econômico, sendo necessário financiamento externo para implementar o projeto desenvolvimentista do governo, merecendo a ressalva que parte do

financiamento tem como origem as mesmas instituições comprometidas com a implementação de agenda neoliberal no Brasil, conforme ficará demonstrado nesta tese.

A ideia original do projeto implementado está alinhada diretamente com a busca por um meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme preceitua o texto da CRFB/1988[26], no seu artigo 225, sobre o meio ambiente.

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O texto do artigo mencionado acima reflete a preocupação do legislador em reconhecer a importância do meio ambiente para a sociedade. Ao afirmar que o meio ambiente é um direito de todos, o texto destaca a necessidade de garantir que o acesso a um ambiente equilibrado seja assegurado a todas as pessoas, independentemente de sua condição social, econômica ou geográfica, e conforme idealizado pelo projeto da Florestania, deve ser assegurado inclusive para os povos da floresta.

Já no que se refere à imposição de deveres ao Poder Público e à coletividade, o constituinte ressaltou a natureza compartilhada da responsabilidade pela preservação ambiental. O texto exige que o Estado adote uma postura ativa visando implementar políticas públicas, legislações e medidas práticas para garantir a proteção do meio ambiente, e nesse sentido caminhou o Estado do Acre. O texto constitucional exige também uma ação concreta da coletividade para agir de maneira consciente, contribuindo para a preservação do meio ambiente em seu dia a dia e cobrando ações efetivas das autoridades.

Após realizar uma abordagem histórica e conceitual sobre a Amazônia, economia (verde), neoliberalismo e Florestania o segundo capítulo da tese irá fazer uma análise crítica sobre a política governamental que sustentou o projeto da Florestania por mais de duas décadas com um olhar sobre a construção do projeto e sua implementação, inclusive sob a perspectiva econômica, com destaque para os seus financiadores e os resultados que o Estado obteve no curto, médio e longo

[26] Constituição Federal de 1988 (planalto.gov.br).

prazos, especialmente os indicadores sociais, demonstrando o viés neoliberal da Florestania, evidenciado pelo endividamento do Acre com bancos nacionais e internacionais, que de alguma forma levantam questionamentos sobre a sustentabilidade econômica e a autonomia política do Estado.

3 FLORESTANIA, POLÍTICA E CIDADANIA

> O cuidado das pessoas, das sociedades, da natureza e da Casa Comum será a atitude mais adequada e imprescindível para a nova fase da história da humanidade e da própria Terra (Leonardo Boff, Movimento Nacional Fé e Política, 2023).

Este capítulo tem o propósito de estudar a Florestania, como ela foi pensada e implementada, tornando-se uma política de Estado que norteou os caminhos do Acre nas três últimas décadas. Para isso serão analisados os Planos de governo dos governadores que administraram o Estado entre 1999 e 2022, visando entender como lidaram com as questões que permeavam o desenvolvimento sustentável idealizado no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - PDSA.

Para compreender a política em si é preciso analisá-la sob a perspectiva econômica, seguindo os caminhos do dinheiro que a financiou, o papel dos sujeitos que participaram diretamente financiando e suas reais intenções, considerando que a política trouxe reflexos sociais e econômicos que refletem nos indicadores sociais e, consequentemente, no endividamento do Estado, com destaque para os juros suportados atualmente.

Também merece análise a evolução do IDHM do Estado durante o período dos governos da Florestania, com o intuito de observar os reflexos dos investimentos nos indicadores sociais.

3.1 A Florestania como uma política de Estado, um capítulo importante da história do Acre

A Florestania pode ser considerada um conceito desconhecido no Centro-sul do Brasil, mas na região amazônica apresenta-se como uma realidade que tem permitido acalorados debates sobre os seus objetivos e possíveis resultados.

No Acre, esse conceito está embrincado nas políticas que foram implementadas no Estado a partir da década de 1990, influenciando vidas, costumes e a trajetória histórica do Estado.

Conforme será demonstrado a seguir, desde a chegada dos governos da Frente Popular do Acre ao poder, grande parte das ações empreendidas foram pautadas pelos ideais da Florestania, elevando-a a um nível de política de Estado, admirada por uns e criticada por outros.

3.2 Um projeto idealizado nos programas de governo

Para estudar o tema foi necessário realizar um recorte histórico visando verificar como as ações políticas que sustentaram a Florestania foram abordadas nos Planos de governo, iniciando pelo primeiro governo de Jorge Viana (1999) até o término do primeiro governo de Gladson Cameli (2022), perfazendo um total de 24 anos, período que envolve o surgimento da política da Florestania, o desenvolvimento e o seu possível declínio, no entanto, não significando uma ruptura definitiva devido a interesses econômicos.

3.2.1 Primeiro governo de Jorge Viana (1° de janeiro de 1999 até 31 de dezembro de 2002)

A história da Frente Popular do Acre e do governo da Florestania começou a ser construída quando Jorge Viana tornou-se prefeito de Rio Branco e, posteriormente, à frente do governo do Estado do Acre. Para compreender o período foi realizada uma intensa busca pelo Plano de governo “A vida vai melhorar” Infelizmente não foi possível encontrá-lo, nem mesmo com o ex-governador, no entanto, tive acesso a um documento de intenções que originou o Plano, intitulado “O jeito do 13 em treze pontos - Governo Jorge Viana”, em anexo neste texto, um documento escrito em máquina de datilografia, sem ficha catalográfica, mas que contribuiu para compreender o início de uma nova era para o Estado do Acre.

Objetivando complementar as informações sobre o período, foram utilizadas referências de autores que escreveram sobre o primeiro quadriênio do governo de Jorge Viana e a implementação de seus ideais.

A partir da leitura do documento mencionado acima foi possível verificar que existia uma preocupação com os destinos do Estado, e que o grupo que idealizou o documento sabia que a Frente Popular reunia não só uma experiente equipe de trabalho, mas também um plano capaz de contemplar os desafios que viriam pela frente.

Esse documento de intenções, assinado pelo então candidato a governador Jorge Viana, representava compromissos que seriam assumidos a partir de um governo democrático com as diretrizes das ações que seriam realizadas.

Dos 13 pontos abordados, não foi tratado especificamente sobre Florestania ou Desenvolvimento sustentável, mas merece destaque o ponto 2, que faz referência à “Ordenação Territorial, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia”, ficando definido sobre Ordenação Territorial que o Acre deveria dispor de Zoneamento Econômico e Ecológico, definindo os usos e aptidões para as suas diferentes microrregiões.

Essa iniciativa visava permitir que o Acre fizesse os avanços necessários para desenvolver um modelo econômico que tivesse a floresta como centro, permitindo que fossem rompidas as barreiras do isolamento, diversificando e promovendo a interiorização das atividades produtivas, facilitando o acesso às regiões mais isoladas, dentre outras ações.

Ao tratar sobre o Meio Ambiente, a proposta estabelecia um desenvolvimento econômico e social ecologicamente sustentado, atuando para controlar, fiscalizar e proteger, ficou evidente o comprometimento com o ordenamento jurídico voltado para a proteção do meio ambiente, inclusive reforçando os organismos estaduais de controle e fiscalização, com destaque para a utilização dos recursos hídricos e o combate ao desmatamento.

No ponto 8, foram abordadas as iniciativas sobre o “Desenvolvimento Rural e Florestal”, com destaque para uma síntese do modelo econômico naquele período, baseada na extração da borracha, castanha do Brasil e madeira, bovinocultura e comercialização do excedente de alimentos produzidos por pequenos produtores.

Com o intuito de atender às demandas do campo através do governo do Estado, juntamente com demais instituições federais, estaduais, municipais e ONGs, ações visando propor uma organização básica do setor agrícola, detectando necessidades e indicando alternativas viáveis à captação e alocação de recursos.

Fica evidenciado também um compromisso com o “Fomento à Agropecuária”, visando aumentar a produção de alimentos básicos, desenvolver um programa de produção e distribuição de sementes, estímulo à horticultura, fruticultura, apicultura, psicultura etc. para desenvolver também ações de formação e capacitação profissional para os técnicos do setor, programa de construção de açudes e criação de linhas de crédito, dentre outros. Todas essas ações iriam exigir uma ação concreta do Estado, visando atender demandas de mobilidade, comercialização e armazenamento.

Assim, ao realizar uma demonstração dos objetivos do futuro governo em 13 tópicos, o então candidato deixou claro quais eram os passos necessários para

construir o caminho de um desenvolvimento sustentável capaz de proporcionar ao Acre um futuro melhor.

Sobre o período referente ao primeiro governo de Jorge Viana à frente do Estado do Acre, Maria de Jesus Morais fez uma síntese sobre as condições que se encontrava o Estado e consequentemente as ações que foram implementadas visando oferecer o mínimo necessário para o funcionamento do Estado, destacando também o papel que o governo desenvolveu no resgate à cidadania acreana, com um discurso embasado nos valores da floresta e nas condições de vida dos seus povos.

> O primeiro mandato do Governo da Floresta (1999-2002) foi de “arrumação da casa”, como costuma dizer Jorge Viana, da regularização dos salários atrasados do servidor público (o que muito contribuiu para aumentar a sua popularidade), das reformas de prédios públicos que também significavam a reconstrução do Acre, da implantação de uma infraestrutura viária de rodovias, ramais, aerovias e hidrovias, com o discurso de escoar a produção do interior da mata. Foi, também, o período de resgatar o “valor da floresta do ponto de vista da condição cultural do seringueiro”, como nos disse Resende. Com isso, passa-se a divulgar o poder da floresta para tirar o Acre da estagnação econômica (Morais, 2016, p. 202).

Sobre esse resgate, Pinheiro (2013, p. 22) cita as palavras de Antônio Alves, já mencionado neste texto, que juntamente com membros do núcleo pensante do Partido dos Trabalhadores (PT), criou o neologismo Florestania, juntando num mesmo vocábulo as palavras ‘floresta” e “cidadania”. Essa era a marca do governo cujo objetivo era defender a possibilidade de uma exploração sustentável dos recursos da floresta.

Assim, é possível concluir que a semente da Florestania foi plantada no primeiro governo de Jorge Viana, sendo que o crescimento se deu conforme avançavam os governos da Frente Popular.

3.2.2 - Segundo governo de Jorge Viana (1º de janeiro de 2003 até 31 de dezembro de 2006)

O segundo governo de Jorge Viana nasceu com uma missão de cuidar, com o slogan “Cuidando bem do Acre”. Assim, já na apresentação, o então candidato ressaltou os desafios que enfrentou no primeiro mandato destacando que trabalhou juntamente com sua equipe para resgatar e trazer de volta o respeito e a autoestima de todos os acreanos.

Destacou ainda que procurou buscar alternativas para a valorização do patrimônio do Estado, com ênfase não só no patrimônio ambiental, mas também nas instituições.

Sobre a questão ambiental, o Plano possui um capítulo próprio intitulado “Gestão Ambiental”, que apresenta um novo modelo de gestão ambiental, conforme será objeto de análise de agora em diante.

Já na sua fase introdutória, o capítulo ressaltou a importância das lutas das populações tradicionais e da proposta de um desenvolvimento que possa ser conduzido de forma inteligente, preservando e valorizando os potenciais da floresta, com destaque para as potencialidades do Acre.

> Atualmente, em que pese condições desfavoráveis criadas nos últimos trinta anos, o Acre dispõe de grandes potencialidades, destacando-se: 1) um governo com forte respaldo popular e político; 2) a sociedade civil razoavelmente organizada e mobilizada, com uma ampla rede de organizações não-governamentais desenvolvendo há vários anos projetos de desenvolvimento comunitário; 3) uma população pouco numerosa, com marcante identidade cultural e com áreas indígenas razoavelmente organizadas; 4) um nível de desmatamento ainda possível de ser controlado, com áreas de conservação que ultrapassam 40% do território; 5) uma floresta com alto valor biológico e uma legislação própria sobre estes recursos (Plano de Governo - Jorge Viana - 2003 - 2006, p. 61).

Observa-se que o governo se valeu de um forte apoio popular para continuar implementando sua política de desenvolvimento para o Estado, ressaltando a importância de ter uma sociedade civil com um grau razoável de organização capaz de compreender os desafios. A citação faz referência também ao papel que as ONGs desenvolvem na região, considerando as particularidades cultural e regional da população do Estado, observando também como potenciais do Estado a capacidade de combater o desmatamento da floresta e a exploração das riquezas biológicas.

Fica evidente que um novo governo de Jorge Viana, ao menos teoricamente, possuía os elementos necessários para tentar estabelecer um novo modelo de desenvolvimento para o Estado que permitisse desenvolvimento econômico e sustentável.

Para ser alcançado esse objetivo ficou estabelecido o caminho que o novo governo estava seguindo, tendo como ponto de partida o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre e os seus possíveis financiadores.

> Atualmente, há investimentos na implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, através de projetos estratégicos como o financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Programa Nacional de Meio Ambiente II - PNMA II, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Projeto de Gestão Ambiental Integrada - PGAIII, de forma a romper o círculo vicioso da pobreza e redirecionar a economia acreana (Plano de Governo - Jorge Viana - 2003 - 2006, p. 62).

As transformações ocorridas no primeiro governo e as propostas para o segundo tinham um custo financeiro e alguém tinha que pagar essa conta. Esse era o preço para romper com o ciclo da pobreza e consequentemente cuidar bem do Acre e das pessoas, como propunha o governo.

O Plano destacou também as ações de controle e educação ambiental, estabelecendo inicialmente um pacto com os madeireiros, consolidado através um Termo de Compromisso entre o Sindicato dos Madeireiros, IBAMA, órgãos do governo estadual (IMAC, FUNTAC, SEFE) e Ministério Público Estadual (MPE). Ao que consta no Plano, o objetivo consistia em estabelecer um pacto no sentido literal do termo, objetivando estabelecer mudanças profundas para o setor, onde seriam implementadas práticas de manejo e com o intuito de substituir as práticas até então realizadas.

Sobre o licenciamento ambiental, que também faz parte das ações de controle e educação ambiental, foi destacada a iniciativa de licenciar novos projetos de assentamento do Incra, prática que não ocorria até 1999.

> A partir daí foi desencadeada uma discussão para definição de procedimentos e critérios de licenciamento dos 80 projetos de assentamentos rurais existentes no Acre. Foi também reconhecido o direito dos posseiros rurais, através de Resolução aprovada pelo CEMACT em reunião onde estiveram presentes o MPE e o MPF. Além do caráter inovador, destaca-se a inclusão de milhares de trabalhadores rurais, seringueiros e ribeirinhos na política do atual governo, possibilitando-os exercer licitamente as atividades econômicas que lhes garantem a subsistência (Plano de Governo - Jorge Viana - 2003 - 2006, p. 63).

A regularização fundiária dos projetos de assentamentos permitiu uma segurança jurídica no campo, e consequentemente uma transformação social capaz de fazer com que políticas públicas alcançassem esse público, até então desconhecido pelos indicadores sociais.

O Plano também fez referência aos desafios iniciais enfrentados no monitoramento ambiental como a falta de infraestrutura, escassez de profissionais qualificados e a ausência de imagens de satélite para acompanhar a cobertura vegetal do Estado. No entanto, o autor relata a superação dessas limitações por meio de parcerias com instituições como a UFAC e a FUNTAC, além da implementação da Estação Gráfica do IMAC.

Havia um comprometimento em construir uma série histórica dos desmatamentos no Acre, notabilizando-se a importância da colaboração entre as organizações e o investimento na capacitação técnica. Foi investido na aquisição de imagens de satélite e na implementação de uma metodologia inovadora, permitindo a realização anual do monitoramento da cobertura vegetal em todo o Estado.

Foram abordadas também questões inerentes à fiscalização e educação ambiental, com ênfase para a parceria estabelecida entre o IMAC, IBAMA, Pelotão Florestal e outros órgãos afins. Observa-se, com isso, mais um grande acordo com ações objetivando garantir uma fiscalização efetiva que contribuísse consequentemente com os indicadores ambientais do Estado.

Por fim, e não menos importante, foram salientadas as ações de mitigação de impactos ambientais em comunidades indígenas, quando observamos que

> Em parceria com vários órgãos governamentais, o IMAC promoveu a implantação do Plano de Mitigação dos Impactos Ambientais junto às 9 (nove) terras indígenas de impacto direto do asfaltamento da BRs 364 e 317: Terra Indígena Katukina do Campinas e Rio Gregório; Kaxinawá da Colônia 27 e Igarapé do Caucho; Shanenawá e Kaxinawá de Feijó, Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre (Jaminawá); Mamoadate (Jaminawá e Manchineri) e Caeté (Jaminawá). Foram executadas ações nas áreas de produção, educação, saúde, meio ambiente, cultura e infraestrutura (Plano de Governo - Jorge Viana - 2003 - 2006, p. 65).

O Plano de governo para o segundo mandato de Jorge Viana, no que se refere à gestão ambiental, se destacou por apresentar uma abordagem mais reflexiva do que propositiva. Ressaltando que pretendia dar continuidade ao que estava sendo implementado, o Plano parecia priorizar uma retrospectiva das realizações do primeiro mandato e ênfase em ressaltar conquistas passadas, o que pode ser interpretada como uma estratégia para reforçar a confiança da população, mostrando o histórico de realizações do governo. Prova disso é o fato de o projeto político liderado pela Frente Popular do Acre governar o Estado por 20 anos ininterruptos.

Jorge Viana concluiu seu segundo mandato e elegeu o seu sucessor, Binho Marques, também pelo Partido dos Trabalhadores, dando continuidade ao projeto.

3.2.3 Governo Binho Marques (1º de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2010)

A proposta consistia em um “Desenvolvimento com Oportunidade para Todos”[27] e o compromisso firmado era com um governo de mudança, adotando como parâmetro o “Governo da Floresta”, destacando ainda o compromisso em aperfeiçoar os acertos e corrigir os erros.

Ainda na mensagem inicial, Arnóbio Marques de Almeida Jr.[28], o Binho Marques, mencionou a importância de ter construído um Plano ouvindo todos, focado em uma proposta de crescimento da economia florestal, ressaltando que era a grande aposta para o futuro. Pautado nesses ideais, o Plano de governo dedicou todo o primeiro capítulo denominado “Economia Sustentável”, estabelecendo as bases para o desenvolvimento sustentável do Acre que já estavam assentadas, ou seja, a Florestania estava acontecendo nos dois mandatos de Jorge Viana, em que muito foi realizado. O autor citou ainda a importância de investimentos em infraestrutura realizados, dentre outros.

O Plano de governo foi, então, estruturalmente dividido em 4 componentes, sendo que a análise neste trabalho será direcionada ao componente I - Economia Florestal.

Desse modo, nada mais representativo para defender a Florestania que empunhar a bandeira de um modelo econômico baseado na floresta. Nesse sentido, a proposta do novo governo era de ampliação e consolidação do modelo, inclusive com apoio financeiro internacional.

> Neste momento, com o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, conhecido como "Projeto BID", grandes investimentos estão sendo realizados na criação de uma base produtiva florestal voltada para exportação. Esses investimentos vão desde a criação de florestas públicas de exploração até a atração de grandes e médias indústrias de processamento florestal, passando pela formação de capital humano e adensamento da organização

[27] Título do Plano de governo.

[28] Arnóbio Marques de Almeida Júnior nasceu em São Paulo, 29 de outubro de 1962, conhecido como Binho Marques, é um educador e político brasileiro, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi governador do estado do Acre eleito entre 1 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010 (https://pt.wikipedia.org/wiki/Binho_Marques).

> e capacidade de gestão das comunidades (Plano de Governo - Binho Marques - 2007 - 2010, p. 25).

Fica evidente que as mudanças que tinham acontecido no Acre nos governos de Jorge Viana estavam diretamente relacionadas com o Projeto BID, que estava financiando um Programa de Desenvolvimento Sustentável para o Estado Acre, e ainda que o próximo governo dependeria também de recursos internacionais para continuar realizando as mudanças necessárias.

Caso os investimentos continuassem, a proposta era que o Acre pudesse ter um modelo econômico sustentável capaz de garantir renda e bem-estar para a população. Em outro momento serão analisados os termos que envolveram o “Projeto BID”, os indicadores sociais do Estado e o modelo econômico.

Dentro desse modelo de economia sustentável proposto, o setor florestal ganhou relevância, pois enxergaram ali um potencial econômico para o Estado desde que fosse realizada uma regulação criteriosa da exploração dos recursos madeireiros.

Nesse sentido, foi dado destaque para a organização do setor madeireiro e consequentemente o seu suprimento a partir de 2002, sendo apresentados os números visando consubstanciar os avanços com o modelo adotado.

> Em 2002, apenas 5,7% das nossas laminadoras, serrarias e processadoras de madeira utilizavam matéria-prima oriunda exclusivamente de áreas manejadas. Esse cenário mudou. Atualmente, 84% de toda a madeira comercializada no Acre provém de planos de manejo, demonstrando o acerto da política adotada pelo Governo da Floresta em incentivar a atividade florestal. Nos últimos anos, a área de manejo florestal autorizada para exploração aumentou praticamente 10 vezes, com a predominância de áreas de manejo de porte empresarial (Plano de Governo - Binho Marques - 2007 - 2010, p. 25).

O objetivo do governo de Binho Marques era, portanto, ir além. Segundo os números apresentados, a indústria madeireira acreana estava utilizando em sua grande maioria insumos advindos de modelo sustentável de exploração. E dessa forma ocorreu um aumento em 10 vezes do potencial de exploração sustentável, mas a ideia consistia em dobrar a aposta no setor já que o Acre, à época, possuía 6 milhões de hectares potencialmente aptos para o suprimento de matéria-prima para a indústria florestal.

Está expresso ainda no documento que a base de sustentabilidade do negócio florestal no Acre está diretamente relacionada à atração de investimentos privados,

ou seja, a floresta está à venda para quem desejar explorá-la, basta só seguir as regras do jogo. O próximo governo precisaria de mais dinheiro, e para conseguir não iria medir esforços.

> Serão realizadas, ainda, ações junto às instituições financeiras, objetivando a criação de políticas de crédito voltadas às atividades de manejo e produção florestal. Buscar-se-á a ampliação de linhas de crédito para aquisição de equipamentos, bem como a facilitação do acesso ao crédito disponível (penhora da safra), custeio e financiamento da safra (Plano de Governo - Binho Marques - 2007 - 2010, p. 27).

Não bastava o financiamento para a principal cadeia industrial do Estado, era preciso pensar um ambiente de fortalecimento da indústria e do mercado[29], por isso foram enfatizados os avanços nos governos de Jorge Viana, tais como o Programa de Promoção de Negócios da Agência de Negócios do Acre - ANAC e a Política de Incentivos às Atividades Industriais, essenciais para a atração de novos capitais industriais.

Os aspectos legais desempenharam um papel crucial na formulação e implementação de políticas públicas, e no caso específico da Florestania, não foi exceção. Uma política pública bem-sucedida deve estar fundamentada em bases legais sólidas para garantir sua eficácia e sustentabilidade ao longo do tempo. No contexto do governo Binho Marques observou-se no Plano de governo que

> Foram empreendidos esforços para criação de legislação estadual capaz de normatizar adequadamente o setor. Trata-se de extenso conjunto de Leis, Decretos, Portarias e outros instrumentos que afetam direta ou indiretamente a atividade florestal. Entre os resultados do trabalho realizado, destacam-se: a criação da Lei Estadual Florestal (Lei 1.426/01); a regulamentação da nova legislação através de Decretos, Portarias e Instruções Normativas; a implementação do Conselho e do Fundo Florestal. Encontram-se elaboradas as minutas de algumas leis, dentre elas enumeram-se: Lei de Concessão Florestal; Lei da Biodiversidade e Controle do Acesso aos Recursos Genéticos; Lei Estadual de Pagamento por Serviços Ambiental - PSA; Gestão Direta de Floresta Pública; Fundo Florestal e Conselho Estadual de Floresta; regulamentação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas; regulamentação da Lei Estadual de Biodiversidade; revisão da Lei Florestal Estadual. A Lei de Concessão de Posse nas Florestas Estaduais, inclusive,

[29] Os números do Estado em 2007, segundo o Plano de governo, eram os seguintes: O Parque Industrial Madeireiro do Estado tinha a seguinte composição: 40 serrarias, 4 laminadoras e 332 marcenarias, localizadas, sobretudo, na região do Baixo Acre. Em 2004, a produção acreana de madeira serrada atingiu 200 mil m³, abastecendo a indústria da construção civil, em nível regional e nacional, bem como a indústria de remanufatura e móveis de madeira. Parte da produção também tem sido exportada.

> já se encontra aprovada (Plano de Governo - Binho Marques - 2007 - 2010, p. 27).

A segurança jurídica estava sendo pensada com o intuito de garantir aos futuros investidores a proteção necessária, fortalecendo assim a confiança no ambiente de negócios. Nesse contexto, medidas e dispositivos legais eram meticulosamente elaborados para estabelecer diretrizes claras, reduzir riscos e oferecer um arcabouço jurídico sólido que respaldasse as atividades daqueles que queriam investir na floresta. Essa abordagem visava não apenas atrair investidores, mas também criar um ambiente propício ao desenvolvimento econômico sustentável do Acre, promovendo relações comerciais transparentes e equitativas.

Os autores do Plano destacaram que essa era a vontade do então candidato. “Binho buscará garantir um ambiente de segurança ao produtor e investidor florestal”. Ademais, o governo de Binho Marques iria garantir a segurança jurídica e cumprir os contratos firmados (Plano de Governo - Binho Marques - 2007 - 2010, p. 30).

Ainda sobre o componente I - Economia Florestal, o Plano de governo abordou a Gestão Florestal, com destaque para os esforços feitos pelo Governo do Estado nos mandatos de Jorge Viana, para incentivar o manejo florestal com o intuito de atrair investimentos e organizar o setor florestal, ficando evidente o pioneirismo do Acre quando o assunto é manejo florestal.

> No Governo da Floresta, o Acre tornou-se pioneiro na gestão de Florestas Públicas, servindo como modelo para os demais Estados, a exemplo da Floresta Estadual do Antimary, que é a única Floresta Pública, no país, certificada e em operação. Implantado recentemente, o Escritório de Manejo tem atuado na regularização fundiária de posseiros, em áreas privadas de manejo, com 300 titulações em andamento, resultado da parceria MPE/ITERACRE/IMAC/SEF. Por meio do Programa de Habilitação de Florestas foram elaborados 395 Planos de Manejo comunitários (Plano de Governo - Binho Marques - 2007 - 2010, p. 27).

Outro gargalo importante estava sendo enfrentado, a questão da titulação de terras sempre foi motivo de preocupação e conflito na região amazônica. A titulação traz segurança para o campo, evitando conflito e consequentemente garantindo paz para os investidores que eram aguardados.

Conforme proposto no Plano de governo, Binho Marques manteve vivo e próspero o Projeto da Florestania. Importante ressaltar que o Acre era um Estado governado pelo Partido dos Trabalhadores e o Brasil vivenciava a bonança do

segundo governo Lula, do mesmo partido, período de relevantes investimentos federais no Estado.

Dessa forma, a Frente Popular do Acre, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, precisava continuar com o projeto em curso, e o escolhido para disputar as próximas eleições foi o então senador Sebastião Afonso Viana Macedo Neves, conhecido como Tião Viana e irmão de Jorge Viana.

3.2.4 Primeiro governo de Tião Viana (1º de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2014)

Tião Viana era um político experiente, com 12 anos de atuação no Senado Federal, assumindo interinamente a presidência da Casa Legislativa, de 15 de outubro a 11 de dezembro de 2007. O desafio consistia neste momento em governar o Acre e continuar seguindo os caminhos trilhados pelo Governo da Floresta, com um Plano de governo intitulado “Propostas da Frente Popular para o Governo do Acre - 2011 - 2014”. Foram então estabelecidos os eixos estratégicos, sendo que o primeiro era voltado para uma “Economia de base florestal e sustentável”, firmando compromisso com as políticas implementadas nos governos de Jorge Viana e Binho Marques (Plano de Governo – Tião Viana - 2011 - 2014, p. 25).

Já na parte introdutória são ressaltados os avanços alcançados nos governos da Frente Popular

> Em sua primeira etapa, o governo da Frente Popular avançou com o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável, com investimentos estratégicos em estradas, pontes, energia, indústrias, geração de tecnologia, promoção de negócios e capital humano. Foram criadas florestas estaduais de exploração, bem como foi ampliada a base para atração e consolidação dos investimentos industriais (Plano de Governo - Tião Viana - 2011 - 2014, p. 5).

Considerando que o grupo político já estava governando o Estado por 12 anos, essa primeira etapa citada caracteriza um período onde aconteceram mudanças estruturais no Estado, com importantes investimentos nacionais e internacionais na economia regional, com apoios do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e do Governo Federal.

A título de exemplo, o Plano destacava que

> Agora, com a implantação da Zona de Processamento para Exportação, criada no 1 de julho pelo presidente Lula, serão dadas as condições necessárias para a consolidação do parque industrial do Estado, com a geração de milhares de empregos para a população (Plano de Governo - Tião Viana - 2011 - 2014, p. 7).

A Zona de Processamento para Exportação é um dos exemplos de importantes investimentos públicos realizados no Estado que infelizmente não trouxeram os resultados esperados.

No Plano de governo, Tião Viana firmou o compromisso de seguir adiante com as propostas da Frente Popular, ou seja, continuar implementando a política da Florestania no Estado, com o desafio de concluir e consolidar os programas e projetos já iniciados.

Dentre os objetivos apresentados, com o intuito de aprofundar o projeto de desenvolvimento sustentável e inclusão social do Estado do Acre, foi destinado um eixo estratégico para tratar as questões referente à “Economia de base florestal sustentável”.

Para garantir o desenvolvimento econômico, foram firmados compromissos com a implementação de políticas públicas que concretizassem o potencial produtivo.

> As políticas públicas propiciam os meios necessários à consolidação de iniciativas produtivas no Estado, diversificando e verticalizando a produção local bem como articulando ações/iniciativas que tornem o Acre um destino vantajoso aos novos empreendimentos e, ao mesmo tempo, adequado para a maturação dos empreendimentos já estabelecidos (Plano de Governo - Tião Viana - 2011 - 2014, p. 25).

A citação em questão destaca a importância das políticas públicas no Estado para impulsionar iniciativas produtivas, diversificar e verticalizar a produção local, além de criar condições para atrair novos empreendimentos e favorecer o crescimento dos já estabelecidos.

A ênfase nas políticas públicas como facilitadoras para o desenvolvimento econômico local demonstrava um reconhecimento da necessidade de intervenção do governo para garantir as ações necessárias visando criar um ambiente propício aos negócios.

Não resta dúvida que a atração de novos empreendimentos era um objetivo louvável do governo, mas era preciso avaliar cuidadosamente os impactos sociais e ambientais, considerando que a região Amazônica possui particularidades que destoam das demais regiões no país. O desenvolvimento econômico não deve ocorrer à custa da sustentabilidade ambiental ou do bem-estar das comunidades locais, pois se ocorrer esse sacrifício, não podemos falar em desenvolvimento sustentável.

No contexto rural, o Plano de governo propunha impulsionar a produção através da ampliação e aprofundamento das principais atividades produtivas por meio da integração estratégica da produção, industrialização e comercialização nos setores florestal, pecuário e agrícola do Acre, demonstrando a intenção de promover uma abordagem mais dinâmica e abrangente para estimular o desenvolvimento nessas áreas, visando um fortalecimento sustentável e coordenado das cadeias produtivas locais.

Fica evidente que o foco vai além do potencial de exploração econômica da floresta, com ações no meio rural, meio urbano e com uma aposta de que a industrialização poderia ser conquistada com a implantação da Zona de Processamento de Exportação – ZPE.

> A industrialização também será fortemente impulsiona pela Zona de Processamento de Exportação – ZPE que cumprirá relevante papel na transformação do Estado como um polo atrativo da indústria de exportação e impulsionador da industrialização com base nas potencialidades locais. (Plano de Governo - Tião Viana - 2011 - 2014, p. 26).

A ZPE - Zona de Processamento de Exportação foi idealizada como um sonho capaz de garantir a industrialização do Acre, no entanto, hoje é possível verificar que o sonho se transformou em um pesadelo para o Estado e a tão sonhada industrialização não ocorreu.

Estavam expressos compromissos com outros segmentos econômicos, como a economia solidária, pequenos empreendimentos urbanos, agricultura familiar, com iniciativas para desenvolver cadeias produtivas como a do turismo.

Em tópico específico sobre a meio ambiente, o Plano representava as intenções com ações a partir dos resultados alcançados com o Zoneamento Ecológico Econômico, passando pelos ordenamentos territoriais locais até o planejamento territorial realizado nas comunidades.

Merece destaque a proposta do governo para o período de 2011 - 2014 para o meio ambiente

> A proposta de governo do período 2011— 2014 para a área ambiental é concebida de forma transversal, conciliando as políticas sociais e econômicas com a conservação dos recursos naturais, dos ativos florestais, bem como a geração e manutenção dos serviços ambientais. Com esta visão e considerando o legado de políticas públicas ambientais, programas e projetos estruturantes do primeiro e segundo períodos de governo da FPA, a proposta para o próximo período governamental reafirma o compromisso na concepção de políticas inovadoras para o fortalecimento de uma economia florestal e agroflorestal sustentável, considerando o contexto global de mudanças climáticas e as estratégias de repartição dos benefícios oriundos dos ativos florestais e da biodiversidade (Plano de Governo - Tião Viana - 2011 - 2014, p. 29).

Ao propor uma ação transversal, revelou-se uma iniciativa de apostar numa economia diversificada capaz de contemplar diversos setores. No entanto, o compromisso com ideias do projeto da Florestania capitaneado pela Frente Popular mostraram-se mais vivos que nunca, pois se falava em políticas inovadoras com o intuito de fortalecer a economia florestal e agrofloresta sustentável, com ênfase em aprimorar as políticas até então implementadas.

Por fim, fez-se uma abordagem sobre um tema até então novo, que não havia sido tratado pelos governos anteriores, a economia de baixo carbono, destacando o potencial existente no Estado

> O Estado do Acre apresenta um grande potencial de redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento evitado. O Estado, ao mesmo tempo em que é emissor de gases de efeito estufa, é também vítima das mudanças do clima, principalmente, junto àquelas populações social e economicamente mais vulneráveis. Outro aspecto é que esse esforço para redução de emissão é também uma oportunidade de negócio para toda área rural com parcelas significativas de floresta (Plano de Governo - Tião Viana - 2011 - 2014, p. 29).

A proposta era importante pois os desafios globais exigiam esforços para realizar uma transição para uma economia de baixo carbono, visando mitigar as mudanças climáticas, preservar a biodiversidade, melhoria da qualidade do ar e consequentemente da saúde humana etc. Importante destacar também que a busca por soluções de baixo carbono impulsionava a inovação e o desenvolvimento de tecnologias mais limpas e eficientes. Isso não apenas melhorava a sustentabilidade ambiental, mas também criaria oportunidades econômicas e empregos no setor de

energias renováveis, eficiência energética e tecnologias verdes, tudo o que se espera alcançar com um desenvolvimento sustentável.

Após colocar em prática o Plano de governo descrito acima, a Frente Popular apostou novamente no nome de Tião Viana para concorrer à reeleição e consequentemente consolidar duas décadas de governos do Partido dos Trabalhadores no estado.

3.2.5 - Segundo governo de Tião Viana (1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2018)

Esse é o quarto Plano de governo proposto pela Frente Popular, com propostas detalhadas e mais abrangentes em relação aos demais, com destaque para o eixo da economia sustentável, que será o objeto da análise.

De forma introdutória, o Plano fez menção a indicadores do Estado, visando destacar o trabalho que havia sido realizado pelos últimos governos

> As mudanças foram densas e de largo alcance. A economia cresceu a uma taxa anual média de 6,5% durante os governos da FPA. Nos 3 anos que antecederam ao governo da FPA, a taxa média anual de crescimento do PIB foi de apenas 1,9%. Entre 2004 e 2012 a taxa de desemprego diminuiu 11%. Neste mesmo período, a taxa de mortalidade infantil caiu do alto patamar de 20,6% para 13,9% e a taxa de analfabetismo reduziu-se de 18,8%, para 13,2%. Enquanto o Acre experimentava elevadas taxas de crescimento econômico, a taxa de desmatamento reduzia-se, atestando de forma incontestável a sustentabilidade do desenvolvimento. Com os governos da FPA, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que se encontrava antes no nível baixo, com os governos da FPA elevou-se para classificação de médio (Plano de Governo - Tião Viana - 2015 - 2019, p. 15).

Em que pese os números positivos apresentados, o resultado da eleição de 2014 foi muito parecido com a polarização nacional, demonstrando que o povo do Acre também estava dividido. Tião Viana foi então reeleito governador com 51,29% dos votos válidos, contra Márcio Bittar que obteve 48,71%, com uma diferença de menos de 10 mil votos[30].

O resultado demonstrou que o projeto da Frente Popular já não tinha grande aceitação popular, fazendo com que os resultados da Florestania fossem

[30] https://placar.eleicoes.uol.com.br/2014/2turno/.

questionados, afinal, depois de mais de uma década, alguns problemas ainda persistiam. No entanto, o Plano de governo proposto foi vitorioso e consequentemente colocado em prática.

Inicialmente, o documento abordava a área de resultados do desenvolvimento econômico, com destaque para inúmeros projetos que seriam implementados. A título de exemplo, é possível citar os projetos de incentivo à fruticultura, fomento à produção de açaí, à produção de café, de produção de hortaliças etc.

Já na área de resultados do meio ambiente, é possível citar o Programa de Gestão Ambiental, Programa de Recursos Hídricos e o Programa de Baixo carbono.

Conforme destacado, caberia ao próximo governo de Tião Viana promover o grande salto do desenvolvimento sustentável no Acre, que exigia ações de longo prazo, sendo que o grande objetivo consistia em fazer crescer a economia, contribuir com a resolução da questão social, assegurar a infraestrutura e a proteção dos recursos naturais e alcançar a sustentabilidade de desenvolvimento.

Sobre a economia naquele período foi destacado que

> O bom desempenho da economia acreana é evidenciado pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB), que mede o valor do conjunto dos bens e serviços produzidos destinados ao consumo final. Em termos nominais, o valor do PIB quase triplicou entre 2002 e 2010, passando de R$ 2,9 bilhões para R$ 8,5 bilhões em valores correntes, com taxa de crescimento médio de 6% nesse período (Plano de Governo - Tião Viana - 2015 - 2019, p. 90).

Ao contextualizar os dados mencionados, a equipe que elaborou o Plano atribuiu esses resultados ao trabalho que os governos da Frente Popular haviam desenvolvido no Estado desde 1999, sempre preocupados em estruturar as bases fundamentais para o processo de desenvolvimento do Acre, mencionando inclusive as ações do primeiro governo de Tião Viana, que contribuiu para modernizar e expandir o setor produtivo do Acre, com fortes incentivos para a piscicultura, suinocultura etc.

Com o Programa de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas, o governo se aproximou do agronegócio: “No Estado, a agropecuária possui a segunda maior participação no PIB, com 18,8% em 2011, enquanto a participação da indústria é de 13,4% e dos serviços, 68,9%” (Plano de Governo - Tião Viana - 2015 - 2019, p. 91).

Se considerarmos os governos da Frente Popular, é possível observar que num primeiro momento o foco era a economia da floresta, com ênfase no setor madeireiro,

já o Plano analisado está voltado para os números da agricultura e pecuária, destacando o crescimento e a consequente contribuição para os indicadores econômicos do Estado.

> Na agricultura acreana os principais cultivos são os de mandioca e grãos, com destaque para o milho que vem apresentando crescimento em volume desde 2010. A expansão da produção dessas lavouras contribuiu para aumento do valor da produção agrícola, que chegou a R$ 433 milhões em 2012, dos quais 89% são procedentes de cultivos da lavoura temporária. A mandioca, uma cultura da lavoura temporária, é o principal cultivo da agricultura acreana, destacando-se por sua alta relevância cultural e econômica para a agricultura familiar. No Acre, a produção em 2012 foi de 897 mil toneladas, que corresponde a 12% da Região Norte. A produtividade da mandioca nos solos acreanos é a quarta melhor do país, com 20 toneladas por hectare, e a maior da Região Norte (Plano de Governo - Tião Viana - 2015 - 2019, p. 91).

Observa-se que enquanto todas as ações para se conseguir um desenvolvimento sustentável e colocar de pé a Florestania estavam sendo implementadas, as agendas da agricultura e pecuária também avançavam a passos largos.

Mesmo com investimentos grandiosos nos setores produtivos por parte do governo do Estado, a economia sustentável não se sustentou. O Estado sofreu as consequências da crise de 2016 pós-golpe com redução dos investimentos federais, e consequentemente, problemas com as contas do Estado, chegando ao ponto de atrasar salários de servidores no final do mandato. Merece destaque que Tião Viana mesmo governando um Estado pobre e dependente de recursos federais se posicionou publicamente desde o primeiro momento contra o golpe que culminou com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT).

Com tantos problemas, mesmo a Frente Popular tento escolhido o popular prefeito de Rio Branco - Marcus Alexandre, que à época era filiado ao PT, não conseguiu derrotar o candidato Gladson Cameli, chegando ao fim um ciclo de 20 anos de governo e, consequentemente, o projeto da Florestania sendo atacado e questionado pelos que venceram o pleito.

3.2.6 - Primeiro Governo de Gladson Cameli (1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022)

Foi delimitado um recorte histórico de 24 anos (6 mandatos) de governadores que se iniciou em 01/01/1999 e se encerrou com o término do primeiro governo de Gladson Cameli, em 31/12/2022. Foi necessário, portanto, analisar o primeiro governo Gladson Cameli, pois em tese, representa a ruptura de tudo o que a Frente Popular havia defendido ao longo de vinte anos no governo, inclusive o Plano de governo era intitulado “Mudança e Competência”, evidenciando que a página da Florestania passaria a fazer parte da história do Acre.

O novo governo chegou ao Palácio Rio Branco com sérias críticas à Florestania e consequentemente aos governos do PT, mas foi incapaz de abdicar dos benefícios econômicos que uma política pautada no desenvolvimento sustentável poderia lhe proporcionar. As bravatas a favor do agro era uma fala para um público certo e com interesses eleitorais.

O Plano de governo foi construído por eixos temáticos, com destaque para o primeiro “Produção e agronegócio como estratégia de desenvolvimento econômico”. A bola da vez seria o Agronegócio e não mais a Florestania. Isso ficou evidente ao definir os princípios de governança

> A grande mudança que o Acre precisa, e que será implantada em nossa Gestão, terá como fundamentos cinco princípios que deverão nortear todas as ações governamentais. Estes princípios servem como pontos importantes sinalizando o comportamento do governo frente aos principais problemas que a sociedade acriana passa, depois de quase 20 anos de governo descompromissado com o crescimento econômico e a geração de riquezas (Plano de Governo - Gladson Cameli - 2019 - 2022, p. 08).

O propósito maior era romper com o modelo econômico que havia sido pensado e implementado nos últimos vinte anos, definindo como princípio um novo estilo de desenvolvimento para geração de riqueza, melhoria da qualidade de vida e o combate à pobreza que acometia parte do povo acreano. Para isso, o caminho consistia em definir um modelo de crescimento econômico baseado na geração de riqueza.

Ao descrever o eixo temático 1 sobre “Produção e agronegócio como estratégias de desenvolvimento econômico”, fica evidenciado que a geração de riqueza idealizada se daria através do agronegócio, responsável por proporcionar tudo aquilo que a Florestania não tinha conseguido, com destaque para a seguinte crítica.

> Esse “modelo”, na prática, resultou em baixo crescimento da economia local, expresso em indicadores que acentuam a elevação da pobreza e

> concentração da riqueza. Ocorre que tais indicadores são resultado, em última instância, de uma inconsistência na concepção do “modelo”, cuja base é uma apreensão equivocada do conceito de desenvolvimento sustentável voltado única e exclusivamente à proteção ambiental (Plano de Governo - Gladson Cameli - 2019 - 2022, p.13).

Justificando fundamentar as apostas realizadas no agronegócio, o Plano de governo citou que a partir de 2011 no próprio governo da Frente Popular ocorreu uma mudança do discurso em relação à Florestania, destacando que diversos documentos apontavam que o Agronegócio e a industrialização passariam a ser os pontos importantes do governo.

Por fim, não hesitaram em bradar que a partir de 2011 o Acre vivenciou uma década perdida no tocante ao desenvolvimento econômico, ressaltando que mesmo com investimentos em importantes cadeias produtivas, estas não conseguiram se mostrar viáveis sem a ação do poder público para a sua manutenção.

Para fundamentar a aposta no Agronegócio, o Plano de Gladson Cameli fez referência a um modelo de desenvolvimento real, no curto e médio prazo, passando a mensagem que o Agronegócio é uma solução para o problema, pois exige baixo custo de investimento estatal e permite um grande alcance social e econômico, ressaltando que essa é percepção dos idealizadores do Plano de governo.

O Plano detalhou, ainda, inúmeras ações que pretendiam desenvolver visando fortalecer o Agro, a assistência técnica profissional e a capacitação profissional rural através da Emater - Acre, além de fomentar o cooperativismo visando otimizar a produção rural, e ainda, a viabilização de inúmeros programas para o setor.

Mesmo com críticas à Florestania, merece destaque a atenção voltada para um dos seus pilares de sustentação, que é o setor madeireiro e moveleiro. Para isso, a proposta consistia em investir no setor com propostas tecnológicas, no entanto, atribuiu os problemas do setor às dificuldades enfrentadas com a legislação ambiental vigente e a burocracia implementada nos órgãos públicos.

Ao abordar o eixo 6: “Meio Ambiente”, as críticas à Florestania são reiteradas, destacando que a economia do Acre ficou estagnada por duas décadas, o que será analisado mais à frente neste trabalho, ressaltando que

> O novo planejamento do Acre deverá observar como seu alicerce o ordenamento territorial já apresentado nas edições do Zoneamento Ecológico Econômico e o fundiário e como seus dois principais pilares as inversões em inovação tecnológica apoiando as ciências aplicadas e em infraestrutura,

> logística e o agronegócio (Plano de Governo - Gladson Cameli - 2019 - 2022, p. 94).

A proposta do novo governo estava alinhada com o *slogan* das propagandas transmitidas desde 2016 pela Rede Globo de Televisão, que traziam a ideia de que o modelo do Agronegócio fornece basicamente todas as coisas necessárias para a vida, por isso o “Agro é pop, agro é tech, agro é tudo”, ou seja, tudo o que o Acre precisava para alcançar o tão sonhado desenvolvimento econômico, se sustentável ou não, é outra história.

Ainda no eixo 6 mencionado acima, existiam propostas de programas para incentivar e apoiar o plano das florestas plantadas e espécies do agroextrativismo, melhorar a fiscalização e a promoção de ações preventivas para assegurar a integralidade das unidades de conservação, dentre outras que estão alinhadas com a Florestania, ou seja, parece mais um “morde e assopra”, merecendo destaque um projeto de “Economia Verde”, com o objetivo de promover, nos setores de ciência e tecnologias, o desenvolvimento do capital humano necessário à exploração das oportunidades da economia verde e de preservação do meio ambiente.

Ficou evidente a partir das propostas de Gladson Cameli que nem só de Agronegócio o Acre viveria. A retórica da demonização da Florestania era importante para alcançar uma parcela do eleitorado que estava saturada dos governos da Frente Popular e, consequentemente, do discurso do desenvolvimento sustentável. No entanto, é importante destacar que o então Senador Gladson Cameli, que na ocasião pleiteava governar o Estado, havia sido um aliado de primeira hora dos governos do PT, chegando a compor a Frente Popular que governou o Acre. Ele sabia, pois, o que era a Florestania e os financiamentos que existiam por trás, e ainda que um rompimento definitivo poderia significar uma perda financeira importante para os cofres públicos, conforme ficará demonstrado mais adiante.

Atualmente Gladson Cameli está cumprindo o seu segundo mandato de governador do Acre, sendo reeleito em 2022 no primeiro turno, tendo como seu principal adversário Jorge Viana (PT). Passado e presente se encontraram e a maioria dos eleitores do Acre escolheram Gladson Cameli, que já estava à época, envolvido em escândalos de corrução com repercussão na mídia nacional.

3.3 O financiamento do projeto da Florestania, seguir o caminho do dinheiro para entender os propósitos

A viabilização de um grande projeto não acontece sem financiamento, de algum lugar é preciso vir o dinheiro. Mudanças estruturais em um Estado no meio da floresta amazônica não aconteceriam só com boas intenções. Por isso, com o objetivo de compreender a viabilização econômica da Florestania é que foi realizada uma pesquisa visando identificar os possíveis financiadores do projeto, tanto nacionais quanto internacionais.

Assim, foi feita uma consulta através do e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (esic.ac.gov.br) da SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento do Acre e solicitamos, para fins desta pesquisa, a relação de empréstimos contraídos com instituições financeiras nacionais e internacionais pelo Poder Executivo (governo do Acre) no período de 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2022, com informações sobre os respectivos valores.

A solicitação foi respondida com as operações de crédito elencadas abaixo, explícita no Anexo B desta tese e que obedecem à ordem estabelecida, conforme abaixo,

Primeiro, foram apresentadas as informações referentes a dois contratos com o BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. O primeiro para atender ao Programa de Fortalecimento de Políticas Públicas para Melhoria de serviços, contrato 8310/BR, com início em 05/12/2013 e encerramento em 31/07/2015. A moeda contratada era o dólar do Estados Unidos e o valor do contrato era de U$S 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares), e se consideramos a conversão do dólar para o real em 2024, o valor é superior a 1 bilhão de reais.

Já o segundo contrato, também com o BIRD, visava atender às ações do Programa de Saneamento Ambiental Integrado e Inclusão Socioeconômica do Acre (PROSER), contrato 8442/BR, com início em 24/03/2016 e encerramento em 31/12/2021. A moeda contratada era o dólar do Estados Unidos e o valor do contrato era de U$S 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares), o valor do contrato foi afustado para U$S 100.000.000,00 (cem milhões de dólares), e o valor desembolsado foi de U$S 85.856.216,00 (oitenta e cinco milhões oitocentos e cinquenta e seis mil duzentos e dezesseis dólares).

Ainda referente aos bancos internacionais, foram disponibilizadas informações referentes a um contrato com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, visando atender ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – FASE II, contrato 2809/OC-BR; com início em 17/07/2018 e encerramento em 17/11/2021, a moeda contratada era o dólar do Estados Unidos e o valor do contrato era de U$S72.000.000,00 (setenta e dois milhões de dólares), sendo que esse total foi desembolsado.

A Amazônia já despertava interesse dos bancos internacionais muito antes do Acre começar a implantar o seu projeto de desenvolvimento sustentável. Os primeiros investimentos na região tiveram início nos anos de 1970, e isso fica evidente na apresentação que o BID faz em sua página oficial.

> Com um histórico de resultados que data de 1959, trabalhamos para melhorar a qualidade de vida de milhões de pessoas em nossos 26 países mutuários. Temos 48 países membros. Fornecemos apoio financeiro e técnico a governos nacionais, subnacionais e outras entidades da região, e realizamos pesquisas de ponta. Dessa forma, ativamos avanços em saúde, educação e infraestrutura, ação climática e diversidade, entre outras questões fundamentais, para reduzir a pobreza e melhorar a vida em nossa região. Nosso objetivo é trabalhar com nossos países membros para alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo na região (BID - Sobre o BID [iadb.org]).

Essa missão do BID ressoa de maneira particularmente significativa quando examinamos a política da Florestania implementada no Acre, voltada para alcançar o desenvolvimento sustentável, buscando não apenas preservar o meio ambiente, mas também promover uma gestão responsável dos recursos naturais em benefício das comunidades locais. Ao reconhecer o valor intrínseco das florestas e dos ecossistemas para a vida humana e para a economia, a Florestania procurava equilibrar as necessidades de conservação com o desenvolvimento econômico e social.

Para Vilarinho (1992), conforme a preocupação com a questão ambiental foi ganhando uma escala global, os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento se sentiram forçados a acompanhar a tendência e a realizar mudanças para estarem alinhados com a agenda ambiental. Assim, se o foco antes era numa agenda pautada no desenvolvimento, a partir da década de 1970 a questão ambiental passou a ser incluída nos projetos financiados pelas instituições.

Esse movimento fica evidenciado nos escritos de Mahar (1982), que cita o primeiro grande investimento do Banco Mundial na região norte, que ocorreu em 1979, quando o governo solicitou ajuda financeira objetivando desenvolver a Amazônia Legal, especificamente uma área de aproximadamente 410.000 km², que compreendia o estado de Rondônia e 14 municípios localizados a oeste do estado de Mato Grosso.

Nesse sentido é que se pode afirmar que o projeto de desenvolvimento sustentável, tendo a Florestania como um modelo a ser seguido, mostrou-se alinhado com os propósitos dos bancos internacionais para a região Amazônica. Ademais, a implementação da Florestania no Acre não apenas visava a preservação ambiental, mas também a promoção de um desenvolvimento econômico e social inclusivo e equilibrado. Nesse contexto, o apoio dos bancos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, desempenharam um papel crucial, podendo-se concluir que sem essas parcerias a Florestania teria naufragado na sua fase inicial.

Mas é importante destacar que as parcerias se estenderam também com bancos nacionais, responsáveis por proporcionar investimentos em diversos setores da sociedade, com destaque para Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme é possível verificar nas informações abaixo, obtidas a partir de relatório público do governo do Acre.

Ao analisar a relação de empréstimos é possível identificar que uma parcela dos projetos idealizados nos Planos de governo mencionados neste capítulo foram executados a partir de empréstimos contraídos pelo Estado do Acre, com investimentos em infraestrutura, saneamento, habitação, transporte, e até mesmo recursos, para serem utilizados como contrapartida em programas do governo federal como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Embora esses investimentos nas referidas áreas fossem essenciais para o progresso e melhoria da qualidade de vida da população, o ciclo de endividamento que se perpetuou criou um gargalo financeiro para o Estado. A utilização de empréstimos como contrapartida para programas federais, como o PAC, indicou uma falta de planejamento estratégico e financeiro mais robusto, demonstrando que as contas públicas não estavam equilibradas e, consequentemente, prejudicaram a sustentabilidade fiscal.

A crítica central a esse modelo de financiamento é a sua falta de sustentabilidade, já que o Estado depende continuamente de empréstimos para viabilizar projetos. Uma importante parcela dos recursos orçamentários do Estado, que poderia ser direcionada para novos projetos ou para manutenção dos existentes, está sendo consumida pelo serviço da dívida.

Constata-se, pois, que parte da dívida contraída nos anos de implementação da Florestania, criando um círculo vicioso, não apenas limita a capacidade do governo de responder a novas demandas e desafios, mas também coloca em risco a própria viabilidade dos projetos realizados, que podem sofrer com a falta de recursos para manutenção e operação adequadas.

Quanto aos empréstimos contraídos com os bancos nacionais, foram disponibilizadas informações referentes a três bancos, conforme descrito abaixo.

Com o Banco do Brasil, foi contraído empréstimo para atender ao Programa de Implantação e Estruturação da Base de Aviação do Juruá, contrato 40/00007-9, com início em 13/09/2022 e encerramento em 30/12/2023. A moeda contratada era o R$ (Real brasileiro), e o valor contratado R$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), sendo o mesmo valor desembolsado.

Observa-se a partir das informações sobre o programa mencionado acima que o Estado do Acre depende de financiamento para investir em infraestrutura básica para o desenvolvimento, considerando que devido a fatores climáticos e condições de tráfego da BR 364, a aviação torna-se fator elementar para o desenvolvimento do Vale do Juruá, região que abrange uma área de 29.686,20 Km² e é composta por 5 municípios: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Rodrigues Alves.

Embora os projetos desse tipo possam trazer benefícios tangíveis, como o desenvolvimento regional e o fortalecimento da infraestrutura, é essencial avaliar cuidadosamente os custos e benefícios associados a eles, especialmente quando se trata de contrair empréstimos para implementá-los. Caso contrário, corre-se o risco de investir os recursos em uma iniciativa que não atende às necessidades reais da comunidade ou que não oferece o retorno econômico adequado.

Considerando os empréstimos já analisados, tanto internacionais quanto nacionais, fica evidenciado que o Estado do Acre enfrenta um dilema complexo: para desenvolver-se, muitas vezes precisa recorrer a empréstimos que, ao longo do tempo, pode se tornar um ciclo de endividamento. Esse cenário representa um risco

significativo, não apenas comprometendo o desenvolvimento presente, mas também impactando as futuras gerações.

Ao contrair empréstimos para investir em infraestrutura básica, como aeroportos, estradas, energia, saneamento etc. o Estado pode se encontrar em uma armadilha financeira, com altos encargos financeiros e comprometimento de recursos que poderiam ser direcionados para áreas como educação e saúde.

A situação atual do Estado permite, pois, deduzir que o Estado infelizmente já está envolvido nessa armadilha, necessitando de empréstimos para executar o básico, conforme será demonstrado.

O Estado manteve ainda estreita relação com a Caixa Econômica Federal, uma das maiores instituições financeiras do Brasil e que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico, especialmente em regiões como do Estado do Acre, sendo reconhecida sua forte atuação social, oferecendo uma gama diversificada de programas de financiamento que abrangem habitação, infraestrutura, saneamento e outros setores essenciais para o progresso da comunidade,.

No contexto do Estado do Acre, a Caixa desempenha um papel crucial ao disponibilizar recursos financeiros para projetos de grande importância, como melhorias em infraestrutura urbana e rural, construção de moradias populares, além de iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável da região. Por meio de parcerias com o governo estadual e prefeituras municipais, a Caixa viabiliza o acesso a crédito para empreendimentos que impulsionam o crescimento econômico e melhoram a qualidade de vida da população acreana.

Além disso, a Caixa também se destaca por sua capacidade de inovar e adaptar seus produtos e serviços às necessidades específicas das comunidades locais, contribuindo para a promoção da inclusão financeira e o fortalecimento do tecido social.

Dessa forma, a relação entre a Caixa Econômica Federal e o Estado do Acre é marcada por uma parceria estratégica e colaborativa, onde o financiamento fornecido pela instituição desempenha um papel vital no desenvolvimento econômico e social da região, auxiliando na construção de um futuro mais próspero e sustentável para todos os seus habitantes.

Foram apresentados uma relação de 16 contratos de empréstimos contraídos com a Caixa Econômica Federal (detalhados no Anexo B), para atender a programas como o Programa de Financiamento e Infraestrutura e Saneamento – FINIS;

Programa de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA; Contrapartidas e Modernização; Programa de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA; Apoio financeiro para o financiamento de despesas de capital a serem aplicados na amortização, reestruturação da dívida e financiamento de investimentos estruturantes e seus projetos; Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento – CPAC; Pavimentação de Vias na Baixada Sobral e Tancredo Neves, dentre outros.

Um valor estimado dos 16 empréstimos contraídos no período solicitado com a Caixa Econômica Federal é na ordem de aproximadamente R$ 591.000.000,00 (quinhentos e noventa e um milhões) só para financiar o Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento – CPAC – Cidade do Povo. Desse total foi contraído R$ 64.800.000,00 (sessenta e quatro milhões e oitocentos mil reais), valor ajustado de R$ 16.479.694,98 (dezesseis milhões quatrocentos e setenta e nove mil seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos), conforme contrato 406.461-75.

Já com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que segundo os seus propósitos objetiva melhorar a vida de gerações, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental, com a visão de um banco de desenvolvimento verde, digital, inclusivo, inovador, industrializante e tecnológico, o Estado do Acre contraiu empréstimos para atender demandas do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal – PROINVESTE, contrato 12.2.1318.1, com início em 2012, na moeda R$ (Real brasileiro), no valor de R$ 383.202.882,73 (trezentos e oitenta e três milhões duzentos e dois mil oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e três centavos), sendo este o valor desembolsado.

E, por último, o contrato 12.2.1384 para financiar o Programa Ambiental nos Municípios do Acre – SANEAC, com início em 07/02/2014, na moeda R$ (Real brasileiro), no valor de R$ 240.662.000,00 (duzentos e quarenta milhões seiscentos e sessenta e dois mil reais), sendo o valor ajustado de R$ 208.315.337,00 (duzentos e oito milhões trezentos e quinze mil trezentos e trinta e sete reais).

Para financiar o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre – Fase V - PIDS V, através do contrato 11.2.1173, com início em 09/12/2011, na moeda R$ (Real brasileiro), no valor de R$ 641.160.000,00 (seiscentos e quarenta e um milhões cento e sessenta mil reais), sendo o valor ajustado de R$ 622.616.959,00

(seiscentos e vinte e dois milhões seiscentos e dezesseis mil novecentos e cinquenta e nove reais).

Sobre o endividamento do Estado do Acre e o comprometimento dos recursos do erário para pagar juros da dívida, merece destaque notícia da página oficial do governo, Notícias do Acre

> De 2019 a setembro de 2023, o governo pagou mais de R$ 2 bilhões dessa dívida. Contratações em operações de crédito e passivos acumulados em décadas por governos anteriores têm sido um dos principais entraves para a gestão orçamentário-financeira do Estado. De 2019 a setembro de 2023, a atual gestão pagou um total de R$ 2.050.267.762,63 dessa dívida herdada pela atual gestão. A projeção do estoque dessa despesa chega a R$ 5.818.482.180,50 e deve ser pago até o ano de 2047, com uma média de R$ 600 milhões por ano. É o que aponta números da Secretaria da Fazenda (Sefaz), por meio da Secretaria Adjunta do Tesouro Estadual. Trata-se de compromissos firmados anteriormente ao ano de 2019, derivados de assinaturas de contratos que estabeleceram volumes, prazos, cursos de financiamento, bem como uma estrutura de pagamento de juros e amortização (Notícias do Acre, 2023).

O que temos então é que o passado deixou marcas profundas, que certamente irão comprometer o futuro do Estado, fazendo com que o erário gaste mais de meio bilhão de reais por ano para fins de pagamento de juros e amortização.

Esse contexto de endividamento fica evidenciado no Relatório de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (1999 - 2012) produzido pelo Ipea, que demonstra que

> As mudanças realizadas no estado do Acre a partir do final dos anos 90 e início dos anos 2000 buscaram gerar uma maior integração entre as políticas ambientais e ações públicas voltadas ao desenvolvimento, com um maior planejamento e coordenação entre si (cf. Graf 2005; Redesist s.d.). Dessa forma, as políticas públicas passaram a ser direcionadas a um desenvolvimento mais integrado na esfera econômica, social e ambiental. Grandes planos foram elaborados e implementados com aporte de recursos nacionais e internacionais e em consonância com as políticas públicas federais. Muitos deles foram direcionados para a diversificação e o fortalecimento da economia como um todo, buscando integrar a preservação do patrimônio natural do estado com o desenvolvimento econômico. Também foram desenvolvidas iniciativas para atividades específicas, tais como incentivos para setores industriais, extrativismo, agricultura, entre outros (CEPAL, 2014, p. 80).

As possíveis mudanças idealizadas para o Estado tinham um preço que os governantes à época decidiram pagar. Essa ideia de integração de aspectos ambientais, econômicos e sociais, com o objetivo de diversificar e fortalecer a

economia do Estado, garantindo que esse crescimento ocorresse de forma sustentável, preservando o patrimônio natural, está custando alguns milhões de reais anualmente aos cofres públicos, fazendo com que o Estado continue contraindo mais empréstimos, alimentando o ciclo de endividamento.

Considerando os dados de 2022 contidos no Balanço Geral da Secretaria de Estado da Fazendo do Acre, a Dívida Fundada do Tesouro do Estado encerrou o exercício de 2022 no montante de R$ 3.762.743.200,57 (três bilhões, setecentos e sessenta e dois milhões, setecentos e quarenta e três mil, duzentos reais e cinquenta e sete centavos).

Outra constatação possível é que o Acre está literalmente envolto numa ciranda neoliberal, conforme atesta Alves Filho.

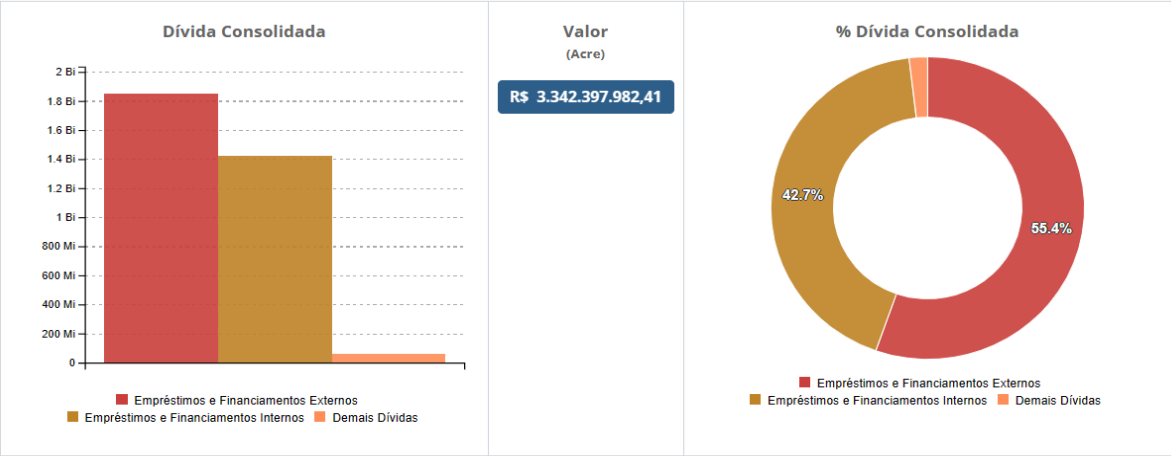
> A dívida pública brasileira tem se constituído, nos últimos 32 anos, como um dos principais fatores de restrição ao processo de desenvolvimento econômico do País. Em particular, sua gestão, que é executada pela Secretaria do Tesouro Nacional, está sintonizada com os princípios e as diretrizes das políticas neoliberais. Tecnicamente, dívida pública corresponde ao volume de dinheiro tomado emprestado pelo governo para atender aos objetivos das políticas e dos investimentos públicos, no sentido de proporcionar melhoria no bem-estar social da população brasileira, quando, na execução do orçamento público, as receitas são insuficientes. Neste contexto, o Orçamento Público é o instrumento monetário que o Governo Federal dispõe para planejar e organizar o uso do montante de dinheiro arrecadado por meio da tributação [impostos, taxas, contribuições de melhoria etc.] (ADUFS, 2024).

O que se observa no Estado do Acre é um roteiro conforme o descrito acima. Em busca de se alcançar o desenvolvimento regional, os governantes comprometeram parte do orçamento público com instituições financeiras internas e externas, fazendo com que o seu endividamento aumentasse e a dívida pública se tornasse quase impossível de ser quitada, considerando o orçamento do Estado.

No que diz respeito à dívida pública consolidada e ao percentual de endividamentos internos e externos do Estado do Acre[31], dados contidos no Portal Tesouro Transparente apresentam o seguinte.

[31] Visão Integrada das Dívidas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios — Tesouro Transparente.

Gráfico 2: Endividamento do Estado do Acre



Fonte: SICONFI, 2024.

Os gráficos acima demonstram o endividamento do Estado do Acre, considerando os percentuais da dívida consolidada, em conformidade com as informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Planejamento do Acre (SEPLAN). Mais de 60% dessa dívida é com bancos internacionais, o que faz com que o Estado permaneça refém de um ciclo de endividamento e pagamentos de juros, que tende a aumentar, uma vez que novos empréstimos continuam sendo contraídos, conforme já demonstrado.

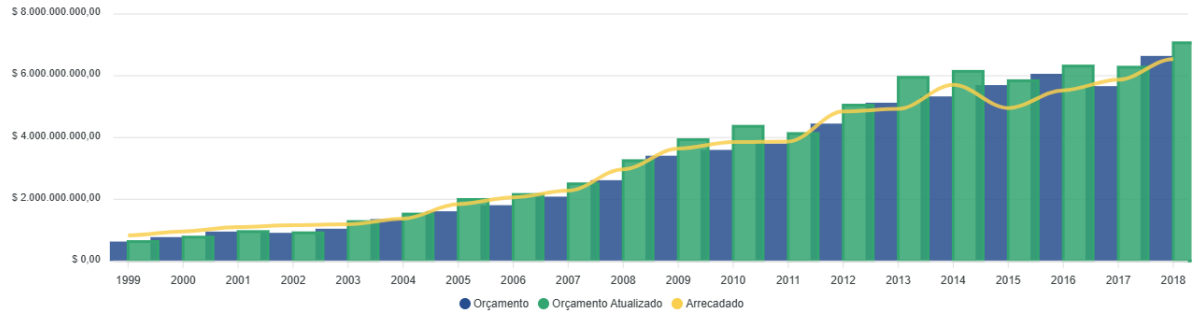
3.4 A evolução das receitas e despesas do Estado do Acre de 1999 a 2018

Conforme demonstrado, a Florestania foi responsável por importantes investimentos realizados no Acre ao longo das três últimas décadas, fazendo com que os indicadores sociais do Estado fossem diretamente afetados, pois o dinheiro investido em projetos sociais tende a impactar a vida das pessoas, com uma perspectiva de melhora.

Uma das perguntas que poderia ser feita é: os investimentos que foram realizados a partir da idealização da Florestania contribuíram para o desenvolvimento social e econômico do Acre? Considerando os indicadores sociais do Estado mais recentes, torna-se um tanto quanto precipitado afirmar que o Estado tenha alcançado o desenvolvimento sustentável e econômico, garantindo a cidadania do povo acreano.

Um ponto que merece destaque consiste no aumento da receita geral do Estado do Acre, considerando a série histórica 1999 até 2018, conforme verificado no gráfico abaixo.

Gráfico 3: Receita Geral do Estado do Acre (1999 até 2018)



Fonte: Portal de Transparência do Estado do Acre, 2018.

Ao analisar a série histórica apresentada no gráfico acima, é possível observar uma tendência clara de crescimento, tanto no orçamento inicialmente planejado quanto no orçamento atualizado e na arrecadação efetiva ao longo do período de 1999 a 2018.

Inicialmente, entre 1999 e 2004 o crescimento do orçamento foi relativamente modesto, refletindo um período de estabilidade econômica com incrementos graduais advindos inclusive dos empréstimos contraídos. A partir de 2005 percebe-se uma aceleração no crescimento dos orçamentos planejado e atualizado, indicando um aumento significativo nos investimentos públicos, pois já começava a refletir no Acre as políticas idealizadas no primeiro governo Lula, que se iniciou em 2003. As políticas de desenvolvimento e programas federais de incentivo ao crescimento, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), proporcionaram esse crescimento nos indicadores econômicos do Estado.

Entre 2008 e 2014, o gráfico mostra um forte alinhamento entre os orçamentos planejado, atualizado e a arrecadação, sugerindo uma gestão orçamentária eficiente, em que as previsões de receita e despesa estavam bem calibradas. No entanto, a partir de 2014 observa-se uma volatilidade maior na arrecadação em relação aos orçamentos planejados, o que pode ser reflexo das oscilações econômicas nacionais, como a recessão de 2015 - 2016. Também ocorreu em 2016 um golpe político que

culminou com o fim do ciclo de governos do Partido dos Trabalhadores, e consequentemente, com reflexos no Acre, que era governado pelo mesmo partido.

Por fim, a partir de 2017 o gráfico revela um novo período de crescimento, tanto no orçamento atualizado quanto na arrecadação, culminando em 2018, com os maiores valores registrados na série. Esse movimento sugere uma recuperação econômica e uma renovada capacidade de investimento do Estado.

No entanto, a dependência de um orçamento atualizado, maior que o inicialmente planejado, pode indicar uma tendência de subestimação inicial das necessidades orçamentárias ou de imprevistos que exigiram ajustes significativos ao longo do exercício fiscal. Isso ressalta a importância de um planejamento orçamentário mais robusto e previsões econômicas mais precisas para garantir a sustentabilidade financeira do Estado a longo prazo.

Esse planejamento de fato não aconteceu nos dois últimos anos do governo de Sebastião Viana (PT), que concluiu seu segundo mandato em 2018, deixando como herança para seu sucessor, salários atrasados e compromissos financeiros não cumpridos.

3.5 Indicadores sociais do Estado do Acre de 1999 a 2018

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o IPEA[32], compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças.

O indicador trabalha com uma variação de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em seu relatório anual. Considerando dados do Ranking do IDHM para os estados brasileiros (2021)[33] o estado do Acre está na posição IDHM 16º; posição IDHM renda, 18º, com 0,655; IDHM educação 19º, com 0,692 e, por fim, IDHM longevidade em 9º, com 0,788. Essas posições consideram os 26 estados e o Distrito Federal.

[32] O que é IDH(ipea.gov.br).

[33] Painel IDHM | United Nations Development Programme (undp.org).

Se considerarmos que a série histórica do IDHM do Acre começa em 1991 e termina em 2021, perfazendo um total de 30 anos, é possível verificar todo o período dos governos da Florestania, que ocorreram de 1999 até 2018.

Quadro 1: Série histórica do IDHM do Acre

Índices	1991	2000	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
IDHM	0,402	0,517	0,663	0,696	0,694	0,719	0,710	0,723	0,712	0,733	0,739	0,746	0,710
IDHM_Renda	0,574	0,612	0,671	0,674	0,660	0,679	0,663	0,660	0,655	0,676	0,668	0,668	0,655
IDHM_Longevidade	0,645	0,694	0,770	0,792	0,798	0,804	0,810	0,815	0,820	0,825	0,830	0,825	0,788
IDHM_Educação	0,176	0,325	0,559	0,650	0,660	0,680	0,680	0,704	0,671	0,706	0,728	0,753	0,692

Fonte: Atlas Brasil.

Ao analisar a série histórica do Índice de Desenvolvimento Humano do estado do Acre, conforme a tabela acima, revela-se uma trajetória de crescimento contínuo e significativo. O IDHM do Acre estava inicialmente em torno de 0,4, refletindo um nível de desenvolvimento humano considerado baixo, mas conseguiu alcançar indicadores na casa de 0,7, considerando médio.

Esse período foi marcado por uma série de investimentos que proporcionaram a criação de políticas públicas com investimentos em infraestrutura, saúde, educação e outras áreas sociais, que contribuíram significativamente para a melhoria das condições de vida da população. A continuidade dessas políticas, aliada a uma gestão mais integrada ao meio ambiente e focada no desenvolvimento sustentável, propiciou a manutenção dessa tendência positiva, com uma queda no final da série.

No entanto, para elevar os níveis do Índice de Desenvolvimento Humano será necessário enfrentar desafios persistentes, como a desigualdade social e o acesso universal a serviços de qualidade.

3.6 Dependência Econômica e o Viés Neoliberal

Ao longo das últimas décadas, o que não faltaram foram críticas ao modelo econômico que estava sendo implementado no Acre, que, em tese, encerrou seu ciclo em 2019, quando pela primeira vez em 20 anos, políticos da Frente Popular do Acre não iriam mais ocupar o Palácio Rio Branco.

Analisando o cenário em pleno 2024, é possível verificar que o rompimento com a Florestania aconteceu somente no campo da retórica, pois o Estado segue

dependendo do modelo idealizado num passado recente, tanto com parceiros internacionais, a exemplo da parceria com o Banco Alemão de Desenvolvimento KfW, quanto nacionais, tendo o desenvolvimento sustentável como fiel avalista dos financiamentos. Assim, o Estado segue uma cartilha imposta pelos seus financiadores, conforme reportagem publicada na Agência de Notícias do Acre.

> Klaus Köhnlein pediu a urgente implementação do Plano Estadual de Prevenção e Controle de Desmatamento e Queimadas (PPCDQ), com a nova dinâmica de instrumentos a médio e longo prazo alinhado com o Plano Decenal do Estado do Acre. Além disso, o gerente reforçou a necessidade de o Estado adotar medidas mais eficazes nas ações de comando e controle para redução do desmatamento e queimadas ilegais, que inclui ainda a problemática da invasão de terras (Noticias do Acre, 2022).

Observa-se que o gerente principal de Portfólio do Programa REM no Banco Alemão de Desenvolvimento KfW, Klaus Köhnlein, dita as regras do jogo e os caminhos que o Estado deve seguir para continuar contraindo financiamentos. É importante, pois, fazer essa abordagem atual, para fins de verificar que os ideais da Florestania continuam embricados nas políticas do Estado, quando o assunto é financiamento.

Analisar o passado com a experiência do presente é um privilégio, pois assim é possível ter um olhar crítico sobre os erros e acertos, considerando que a história do Acre possui controvérsias. E assim, não seria diferente com a Florestania, que de alguma forma fez com que o Estado desse um giro de 180° em busca de um novo projeto econômico e fosse capaz de garantir o desenvolvimento social e sustentável.

Considerando elementos do passado e do presente, a pergunta central desse capítulo é: se a Florestania possui em viés neoliberal, pode ser respondida de forma afirmativa, pois o viés neoliberal da Florestania se manifesta na forma como os projetos de desenvolvimento foram implementados, com uma ênfase em parcerias que demandavam financiamentos internos além da atração de investimentos externos.

Embora essas estratégias possam trazer benefícios a curto prazo, conforme foi demonstrado inclusive na análise dos indicadores sociais, elas vêm frequentemente acompanhadas de condições que favorecem os interesses dos credores e investidores externos, às vezes à custa dos interesses locais e da preservação ambiental.

Em resumo, o viés neoliberal da Florestania, evidenciado pelo endividamento do Acre com bancos nacionais e internacionais, levanta importantes questões sobre a sustentabilidade econômica e a autonomia política do Estado, que já se encontra comprometido, pois precisa rolar uma dívida bilionária para conseguir entregar um mínimo para a população.

No próximo capítulo será analisado o ideal da Florestania no contexto da Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEX), que é considerada, ao menos no seu projeto originário, um modelo de sustentabilidade a ser perseguido pelos seus habitantes, que devem estar em completa interação com a floresta, construindo uma relação social com o espaço, inclusive no que se refere aos seus direitos, por isso será contextualizado com os ideais do Direito Achado na Rua, nos Varadouros.

4 O IDEAL DA FLORESTANIA NO CONTEXTO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES (RESEX) À LUZ DO DIREITO ACHADO NOS VARADOUROS

> "No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade" (Chico Mendes, www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/quem-foi-chico-mendes).

A Resex[34] (Reserva Extrativista Chico Mendes) possui um valor imensurável, não só pelo nome que carrega, mas também pelo que representa para os povos originários e para a preservação da Amazônia, demonstrando uma interação entre homem e floresta visando produzir, preservar e contribuir para um planeta ecologicamente equilibrado.

As Reservas Extrativistas personificam uma abordagem visionária também no contexto do Direito Ambiental, em que a proteção da biodiversidade se entrelaça com a garantia dos direitos das comunidades tradicionais. O modelo não apenas reconhece a importância ancestral das práticas extrativistas para a sustentabilidade da floresta amazônica, mas também oferece um arcabouço legal que assegura a participação ativa dessas comunidades na gestão dos recursos naturais. Esse enfoque integrado promove a conservação dos ecossistemas e fortalece os laços socioculturais das populações locais com seu ambiente, reforçando a noção de que a preservação ambiental não é antagônica ao desenvolvimento sustentável, mas intrinsecamente ligada a ele.

Esses espaços territoriais protegidos surgem como um símbolo de resistência e colaboração a partir dos ideais de Chico Mendes, convergindo como um exemplo de conquista da cidadania na floresta. A política da Florestania buscou, dessa forma, consolidar esse ideal. Ao conceder às comunidades locais o direito de uso sustentável dos recursos naturais, a Reserva Extrativista desempenha um papel crucial na promoção da equidade socioambiental e na construção de uma governança participativa e inclusiva.

Além disso, serve como um laboratório vivo para a aplicação de princípios fundamentais do Direito Ambiental, como os princípios da precaução, poluidor-pagador e desenvolvimento sustentável. Ao adotar uma abordagem proativa na

[34] Será utilizada a sigla Resex ao longo deste capítulo sempre que fizer referência a Reserva Extrativista Chico Mendes.

proteção dos recursos naturais e na mitigação dos impactos ambientais, os povos que vivem na área demarcada demonstram como a legislação ambiental pode ser efetivamente implementada para garantir um equilíbrio sustentável entre as necessidades humanas e a integridade dos ecossistemas.

Ao promover a equidade ambiental e garantir consequentemente a construção de uma governança participativa e inclusiva, o modelo converge com os ideais estudados no “O Direito Achado na Rua”, com um olhar voltado para os “Varadouros”, demonstrando que tudo o que foi idealizado por Roberto Lyra Filho pode ser contextualizado também no interior da Amazônia e que essa concepção teórica está alinhada com um pensar o Direito a partir de comunidades amazônicas.

Num mundo mais justo, seria pensar um diálogo entre Roberto Lyra Filho e Chico Mendes sobre suas concepções de Direito, por isso o trocadilho para “O Direito Achado nos Varadouros”[35], um Direito verdadeiramente coletivo e emancipatório para os povos da floresta.

4.1 Aspectos históricos e jurídicos das Reservas Extrativistas

O seringueiro teve papel preponderante na construção do modelo de RESEX, e sua conscientização teve início em Xapuri, expandindo-se para demais regiões da Amazônia Legal, fizeram com que os trabalhadores se organizassem através do Movimento dos Seringueiros para defender os seus interesses e consequentemente o meio ambiente.

> Sobre esse movimento, em reportagem do Memorial da Democracia destaca o seguinte: Durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado na Universidade de Brasília, é fundado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), organização representativa dos trabalhadores agroextrativistas. O órgão surge sob a liderança do dirigente sindical acreano Chico Mendes, reunindo associações, cooperativas e sindicatos em defesa dos interesses dos povos da floresta (Memorial da Democracia, 1985).

Considerando que a partir da década de 1970 ocorrem incentivos governamentais para que a região amazônica fosse ocupada, proprietários rurais da região sudeste e sul, conhecidos na Amazônia como Paulistas, ocuparam grandes áreas de terras. Nesse movimento, fazendeiros e empresas tinham o objetivo de

[35] Varadouro é como os povos da floresta chamam os caminhos que percorrem dentro da mata.

explorar o comércio de madeira e transformar as áreas desmatadas em pastagens, para atender, assim, os interesses da agropecuária.

Conforme a reportagem mencionada, foi após esse movimento que os habitantes da região, especialmente os seringueiros, começaram a reivindicar a criação das reservas extrativistas. Essa iniciativa visava impedir a comercialização das áreas pertencentes à União, garantindo o usufruto para aqueles que nelas viviam e trabalhavam.

Ao escrever sobre o Movimento dos Seringueiros, tão importante para a compreensão da Amazônia e o surgimento da RESEX Chico Mendes, Mary Allegretti, em tese de doutorado[36] destaca que, embora o Movimento dos Seringueiros estivesse solidamente estruturado no Acre, especialmente na região de Xapuri, a ideia de reserva extrativista não teve sua origem ali. A criação desta surgiu de uma confluência de ideias e demandas que transcenderam as questões locais dos seringueiros. A princípio, as lideranças de Xapuri, focadas em suas lutas imediatas contra o desmatamento e pela defesa dos seringueiros, não utilizavam a questão indígena como referência em suas reivindicações. A autora destaca também que

> A idéia de Reserva Extrativista estava formatada, pela primeira vez, dando um nome ao pleito dos seringueiros de várias partes da Amazônia que já estavam constatando, por caminhos diferentes, a inviabilidade de sobreviver em lotes de terras destinados à colonização, porque não pretendiam se transformar em colonos e aos riscos que os desmatamentos significavam em termos de perda da base florestal da qual sobreviviam. Finalmente, o elemento que faltava, que era a comparação com um modelo já implantado, foi propiciado por Rondônia, fechando-se, assim, uma proposta que foi, dois meses depois, apresentada aos participantes do Encontro Nacional (Allegretti, 2002, p. 424).

A ideia consistia em delimitar áreas florestais para os seringueiros, permitindo a garantia de direitos para os povos da floresta, promovendo a socialização dos recursos naturais para que pudessem ser explorados de forma responsável e sustentável.

Chico Mendes e os que militavam ao seu lado no Movimento dos Seringueiros, estavam em busca de um Direito que emerge da floresta e que fosse capaz de transformá-la e protegê-la, conforme as necessidades de seus povos, ideais muito alinhados aos ideais do “O Direito Achado na Rua.”

---

[36] Tese de Mary Allegretti, 2002.

Esse movimento político dos seringueiros, que saiu da Amazônia para realizar na UnB (Universidade de Brasília) o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros em Brasília, e fundar consequentemente o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), fez com que lideranças como Chico Mendes conseguissem levar suas ideias mais longe, além dos limites do território nacional. Chico Mendes em 1987 tornou-se, então, uma referência internacional na área do ambientalismo, sendo agraciado com o Prêmio Global 500 da ONU.

Conforme o movimento ganhava projeção, os legisladores à época procuraram regulamentar no ordenamento jurídico as Reservas Extrativistas, consolidando a luta dos seringueiros na legislação brasileira, mesmo que tivesse sido necessário o derramamento de sangue para que eles enfrentassem o tema.

O marco legal das Reservas Extrativistas no ordenamento jurídico brasileiro aconteceu com a promulgação da lei n.º 7.804/1989, que alterou a lei n.º 6.938/1981[37], que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, sendo que no seu art. 9º, que versa sobre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, foi acrescido do inciso VI, prevendo a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelos poderes públicos federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas.

Poucos meses após a trágica morte de Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, os legisladores à época, como forma de dar uma resposta para a sociedade e à comunidade internacional, influenciados pela comoção da morte, alteraram a legislação para garantir a criação das Reservas Extrativistas (RESEX).

Assim, conforme previsto no Decreto n.º 98.897/1990, ficou estabelecido

> Art. 1º As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.
>
> Art. 2º O Poder Executivo criará reservas extrativistas em espaços considerados de interesse ecológico e social.
>
> Parágrafo único. São espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social as áreas que possuam características naturais ou exemplares da biota que possibilitem a sua exploração auto-sustentável, sem prejuízo da conservação ambiental.

[37] L6938 (planalto.gov.br).

Os dispositivos legais mencionados acima destacam a importância das Reservas Extrativistas como ferramentas para a sustentabilidade e conservação ambiental. O art. 1º define de forma literal que essas reservas são áreas destinadas à exploração autossustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis por populações extrativistas. Este artigo sublinha, portanto, a função das Reservas como um meio de equacionar o uso dos recursos naturais com a preservação ambiental, permitindo que as comunidades tradicionais mantenham suas práticas culturais e econômicas de maneira sustentável.

Ao garantir que as populações extrativistas possam explorar os recursos de forma renovável, a legislação promove um modelo de desenvolvimento que valoriza tanto o bem-estar humano quanto a integridade ecológica, alinhado aos ideais também da Florestania, buscando alcançar a cidadania na floresta.

Já o art. 2º e seu parágrafo único complementam essa visão ao atribuir ao Poder Executivo a responsabilidade pela criação de Reservas Extrativistas em áreas de interesse ecológico e social, tal qual ocorreu com a Reserva Extrativista Chico Mendes no Acre. Ao especificar que tais áreas devem ter características naturais que permitam a exploração autossustentável sem comprometer a conservação ambiental garante que a seleção das áreas leve em conta tanto a viabilidade econômica para as comunidades locais quanto a importância ecológica das regiões, promovendo um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação. Dessa forma, esses artigos estabelecem um marco importante para a gestão sustentável dos recursos naturais no Brasil.

A partir dos anos 2000, a legislação trouxe importantes normativas para garantir esse uso sustentável da floresta e consequentemente preservar e conservar o bioma amazônico.

A lei n.º 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, estabeleceu diversos critérios e regras visando a criação, implementação e gestão adequada das Unidades de Conservação no Brasil. Esta lei facilitou a organização das múltiplas legislações referentes às diferentes categorias de manejo das Unidades de Conservação, abrangendo níveis federais, estaduais e municipais. Entre as diretrizes que orientam o SNUC está a garantia de que o processo de criação e gestão das Unidades de Conservação seja realizado de maneira integrada com as políticas de administração. O art. 30 da lei mencionada acima estabelece que

> As unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público com objetivos afins aos da unidade, mediante instrumento a ser firmado com o órgão responsável por sua gestão.

Atualmente, a gestão de todas as Unidades de Conservação federal estão a cargo do ICMBio, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.

4.2 Reserva Extrativista Chico Mendes

A Reserva Extrativista Chico Mendes está localizada na Amazônia acreana e abrange uma área impressionante de 931.542,94 hectares. Seu nome reverencia não apenas o líder seringueiro Chico Mendes, mas também carrega o peso simbólico de uma abordagem pioneira na gestão sustentável dos recursos naturais, sendo criada pelo Decreto nº 99.144, em 12 de março de 1990.

Segundo informações disponíveis no Catálogo de Plantas das Unidades de Conservação do Brasil, a Reserva Extrativista Chico Mendes possui, quanto à sua vegetação, as seguintes características

> Geologicamente a Resex é composta por sedimentos cenozóicos, que compõem a Formação Solimões, assentados sobre o embasamento cristalino do Craton Guaporé, que até o momento não afloram na área. Os aluviões recentes, advindos da evolução dos rios da atual rede de drenagem, recobrem esses sedimentos terciários-quartenários. Em termos biogeográficos, a área compreendida pela Resex Chico Mendes faz parte do Domínio Amazônico e apresenta as seguintes unidades fitoecológicas: Floresta Tropical Densa (27%) e Floresta Tropical Aberta (73%). Entre a Florestas Abertas se destaca a Floresta Aberta com Bambu e a Floresta Aberta com Palmeiras (Reserva Extrativista Chico Mendes, 2021).

Conforme descrito acima, a vegetação da Reserva Extrativista Chico Mendes, predominantemente composta por floresta tropical aberta, desempenha um papel crucial na conservação da biodiversidade e no equilíbrio ecológico da região. Tipos específicos de floresta, como aquelas com bambu, palmeiras e cipó, com áreas de floresta tropical densa criam habitats diversos, que abrigam uma vasta gama de espécies vegetais e animais, ficando evidente o seu papel para preservação da biodiversidade. A vegetação, portanto, não só sustenta a vida selvagem como também as práticas culturais e econômicas das populações locais, reforçando a importância de sua preservação e manejo sustentável, estando presente nos municípios de Assis

Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri, município esse que possui 32,13% da área de conservação, com 300.514,12 ha.

Segundo a Lei n.º 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC, as Unidades de Conservação são divididas em dois grupos, as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável, no caso da RESEX Chico Mendes, enquadrando-se como de uso sustentável., cCom esse propósito instituídfoi então instituído o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes, com os seguintes objetivos

> Gerar diretrizes atualizadas para o gerenciamento e o manejo da UC, possibilitando que essa venha a atingir os objetivos para os quais foi criada; Definir objetivos específicos de manejo que visem à facilitação do processo de ordenamento e gestão da UC; Promover o manejo da UC, orientado pelo conhecimento tradicional e científico já disponível e aquele que será gerado; Definir os limites das áreas geográficas a serem direta ou indiretamente utilizadas nas atividades extrativistas; Estabelecer a diferenciação e a intensidade de uso dos recursos da UC mediante zoneamento; Caracterizar e mapear os componentes ambientais associados ao meio físico, biótico e sócio-econômico; Identificar os impactos sócio-ambientais gerados pelas atividades extrativistas, visando o desenvolvimento sustentável e a conservação da natureza; Evidenciar as possíveis potencialidades de utilização de recursos ainda não explorados pelas comunidades tradicionais; Identificar as possíveis atividades econômicas a serem exercidas pelas populações tradicionais, sugerindo projetos produtivos específicos.

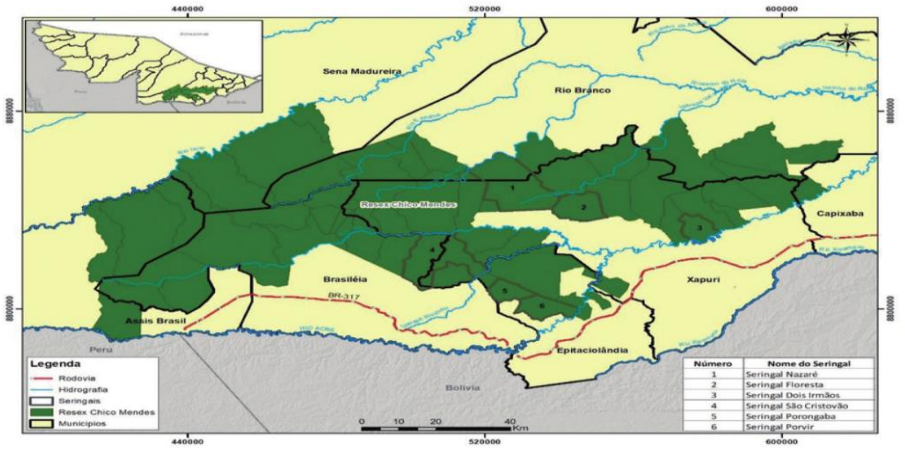
Devido à dimensão da reserva, um dos grandes desafios consiste em conseguir implementar tais objetivos, enfrentando os interesses econômicos do Agronegócio na região, frente à necessidade de manter um modelo econômico sustentável que respeite a floresta e a sua diversidade, garantindo a cidadania das populações tradicionais.

O mapa abaixo apresenta a dimensão territorial da Reserva Extrativista Chico Mendes, destacando a sua significativa extensão dentro do território do estado do Acre. Esse mapa não apenas ilustra o quanto a Reserva ocupa do estado, mas também identifica os municípios nos quais está localizada, a saber: Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Rio Branco, Xapuri e Sena Madureira.

Além disso, o mapa faz referência aos diversos seringais existentes no seu interior, evidenciando a importância econômica e cultural dessas áreas para as comunidades extrativistas. A Resex Chico Mendes, apesar dos problemas que enfrenta devido também à omissão do poder público, se consolida como exemplo de preservação ambiental e de luta pelo desenvolvimento sustentável, protegendo tanto

a biodiversidade da Amazônia, quanto o modo de vida das populações tradicionais que dependem da exploração dos recursos naturais de maneira equilibrada e sustentável, fica evidente a relevância da reserva para o Acre e a conservação da Amazônia.

Figura 1: Mapa da RESEX Chico Mendes



Fonte: ResearchGate, 2021.

A primeira parte desse capítulo teve como objetivo explicar o surgimento do modelo de Reservas Extrativistas e os sujeitos que tiveram envolvidos na idealização dessa ideia que contribui não só para a proteção do meio ambiente, mas também para a preservação da cultura e costumes dos povos que vivem na região, ficando evidenciado que o projeto da Florestania, objeto de estudo deste trabalho, partiu também do contexto das Reservas Extrativistas para idealizar e tentar garantir a cidadania aos povos da floresta.

Faz-se necessário, dessa forma, compreender os conceitos de Resex e “O Direito Achado na Rua”, para então analisar como podem dialogar e compreender um direito que pode ser pensado a partir da relação homem e floresta, sob uma perspectiva sustentável no âmbito da Resex.

3.3 O Direito Achado na Rua, um olhar sobre as suas origens

Antes mesmo de entender o conceito de “O Direito Achado na Rua” é preciso tentar compreender como Roberto Lyra Filho, enxergava o direito

> O Direito autêntico e global não pode ser isolado em campos de concentração legislativa, pois indica os princípios e normas libertadores, considerando a lei um simples acidente no processo jurídico, e que pode, ou não, transportar as melhores conquistas (Filho, 1982, p. 4).

O autor ressaltou uma visão profunda e abrangente do Direito, destacando que ele não deve ser confinado em um mero conjunto de normas legislativas, permitindo uma interpretação além dos limites estabelecidos pelo legislador, que por diversos motivos pode não representar de forma justa os anseios de determinados grupos da sociedade. A lei, segundo essa visão, é apenas um aspecto do processo jurídico e pode ser vista como um veículo contingente que pode, ou não, refletir as melhorias aos sujeitos para os quais ela é aplicada.

Esse enfoque coloca o Direito em um patamar superior, onde a sua essência está nos princípios de justiça, equidade e liberdade, que são universais, enquanto as leis são temporárias e sujeitas a mudanças conforme a vontade de um legislador mais ou menos conservador, a depender do momento em que a sociedade esteja vivendo.

Essa visão do Direito promove uma abordagem humanista onde as normas jurídicas são instrumentos para realizar os ideais de justiça e liberdade, uma visão que em tese representa a essência de “O Direito Achado na Rua”.

Ao concluir o capítulo sobre “Direito e lei” na obra O que é Direito, Roberto Lyra Filho chega à seguinte conclusão

> Nesta perspectiva, quando buscamos o que o Direito é, estamos antes perguntando o que ele vem a ser, nas transformações incessantes do seu conteúdo e forma de manifestação concreta dentro do mundo histórico e social. Isto não significa, porém, que é impossível determinar a “essência” do Direito - o que, apesar de tudo, ele é, enquanto vai sendo: o que surge de constante, na diversidade, e que se denomina, tecnicamente, ontologia (Filho, 1982, 4).

A citação nos conduz a uma reflexão sobre a natureza dinâmica do Direito e como ele deve ser interpretado à luz dos problemas sociais que enfrenta, nos permitindo compreender um Direito vivo no contexto de uma Reserva Extrativista na Amazônia. Quando indagamos o que o Direito é, estamos essencialmente explorando suas transformações contínuas no contexto histórico e social conforme a realidade vivenciada. O Direito não é uma entidade estática; ao contrário, ele evolui e se manifesta de maneiras diversas, conforme as exigências e mudanças da sociedade. Esta perspectiva destaca a importância de compreender o Direito não apenas como

um conjunto de normas fixas, mas como um processo vivo e adaptativo, que se molda e redefine constantemente, em resposta aos desafios e transformações sociais, por isso ele é classificado como uma Ciência Social Aplicada.

Essas constantes transformações conferem ao Direito sua identidade e continuidade ao longo do tempo, permitindo que ele se adapte às novas realidades, sem perder sua integridade.

A concepção de “O Direito Achado na Rua” está descrita na obra “O Direito achado na rua: concepção e prática”, organizada por José Geraldo de Sousa Júnior, em 1993.

> A concepção de O direito achado na rua é fruto da reflexão e da prática de um grupo de intelectuais reunidos num movimento denominado Nova Escola Jurídica Brasileira, cujo principal expoente foi o professor Roberto Lyra Filho e a docência que exercitou, por cerca de trinta anos, principalmente na Universidade de Brasília. A proposta da Nova Escola insere-se na conjuntura de luta social e de crítica teórica, como pensamento alternativo, heterodoxo e não-conformista, voltado para a transformação de uma concepção jurídica de transformação social (Sousa Junior, 1993, p. 7).

O Direito Achado na Rua é originário de um movimento jurídico que surgiu a partir das ideias contidas na Nova Escola Jurídica Brasileira (NAIR), tendo Roberto Lyra Filho como seu fundador, sendo necessário compreender os seus ideais, conforme está descrito pelo autor em obra intitulada Direito e Avesso – Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira, no caso o nº 1 de 1982, onde explica porque a escola deve ser chamada de nova

> A nossa Escola é *nova*, porque se opõe à tradição morta, que entope e empesta os compêndios, os tratados, as monografias, a opinião pública teleguiada pelas conveniências poderosas, no discurso dos fabricantes de robôs, a serviço de classes e grupos privilegiados Não renegamos as grandes vozes do passado, o testemunho e a luz dos grandes precursores, conscientes, inquietos, indomesticáveis. O progresso é a retomada de corrida em revezamento; e os avanços constituem superações, que não cancelam o exemplo e mensagem dos que a nos passam o bastão (Filho, 1982, p. 13).

O autor aborda, dessa forma, a necessidade de uma renovação educacional que se afaste das tradições e métodos pedagógicos considerados obsoletos para o Direito, que muitas vezes são criticados por estarem desalinhados com as necessidades e realidades contemporâneas. E ao mencionar a "tradição morta", demonstra que existia um descontentamento com as formas tradicionais de ensino

jurídico, que eram vistas como engessadas e pouco adaptadas ao mundo em rápida transformação.

Mas também o autor enfatiza a importância de reconhecer e valorizar os "grandes precursores", aqueles que foram pioneiros em pensamento e ação, cujo legado continua a inspirar. A ideia é que o progresso não é uma ruptura total com o passado, mas sim uma continuidade que reconhece e constrói sobre as bases lançadas por aqueles que vieram antes, aproveitando seus exemplos e mensagens.

A comparação do progresso com uma corrida de revezamento é particularmente interessante, pois sugere que cada geração deve receber o "bastão" do conhecimento e da sabedoria de seus antecessores e, em seguida, usar essa herança para avançar ainda mais, superando os desafios e construindo um futuro melhor.

Sobre o viés humanista da Nova Escola, o autor destaca que

> A Nova Escola Jurídica Brasileira é, em última análise, humanismo, porém dialético, e este há de ser entendido, como lembrava Agosti, no sentido de "historicidade dialética da liberdade em seu avanço sobre a necessidade"; isto é, "humanismo real", que não morreu numa fase, mas ainda vem iluminar toda luta pelo Direito. O seu princípio supremo inscreve-se na própria matriz declaratória dos Direitos do Homem Socialista, e é nestes termos que o esposamos: "o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos" (Filho, 1982, p.15).

A ideia consiste na busca por conscientização e libertação de uma dominação que possivelmente existia no Direito, buscando um livre desenvolvimento a partir da realidade de cada um, sendo que o meio é elemento fundamental para desenvolvimento de todos.

Sobre a dialética, Roberto Lyra Filho destaca

> A dialética é lógica ontológica e, em suas conotações, ontognosiológica, pois não consiste apenas em um estilo de pensamento correto - e, assim lógica e uma postura que se coliga à natureza contraditória das coisas, em totalidade e movimento e assim ontológica porém, ao mesmo tempo, numa proposta do co-implicado critério de coincidência do pensamento e do "ser" das coisas mesmas e, assim, gnosiológica. Nada disto se realiza perfeitamente em Marx e tal carência determina os paralogismos marxianos e marxistas (Filho, 1983, p. 22).

A partir da dialética, o autor iniciou um movimento de repensar o conceito de Direito fazendo um reexame da Filosofia Jurídica, conforme observado por Costa

(2017), no final da década de 1960, que em um segundo momento da carreira acadêmica, passou a se dedicar à Criminologia e à Filosofia do Direito. Esses estudos culminaram então com a escrita do livro Criminologia Dialética, quando definiu um projeto de teoria dialética, permitindo repensar o conceito de Direito a partir de um reexame da Filosofia Jurídica.

Nesse contexto, surgem as reflexões realizadas pela Nova Escola Jurídica Brasileira (NAIR) e, como um movimento de crítica teórica e prática transformadora, representa um contraponto de intelectuais ao pensamento jurídico tradicional, engessado num controle social onde as mudanças só acontecem a partir da vontade de uma classe dominante capaz de interferir nas decisões legislativas, em prol de interesses próprios.

Conforme já afirmado acima, o movimento foi liderado pelo professor Roberto Lyra Filho, tendo seu espaço acadêmico na Universidade de Brasília, onde, por aproximadamente três décadas, fomentou uma visão jurídica alternativa, heterodoxa e não-conformista. "O Direito Achado na Rua" é, assim, um produto dessa reflexão, enfatizando a inserção do Direito na luta social e na crítica teórica, buscando uma concepção jurídica que promova a transformação social.

Esse movimento propõe um Direito vivo e dinâmico, enraizado nas realidades concretas e nas demandas das ruas, em contraste com as normas estáticas e frequentemente alheias às necessidades sociais, defendendo uma jurisprudência que seja tanto um reflexo quanto um instrumento de mudança social significativa.

Ao referir-se à Nova Escola Jurídica Brasileira, Roberto Lyra Filho, em texto intitulado “Por que estudar direito, hoje?”, fez a seguinte abordagem

> Para a Nova Escola Jurídica Brasileira, o Direito, em totalidade e movimento, é padrão atualizado de Justiça Social militante, que enseja a determinação das condições de coexistência das liberdades individuais, grupais e nacionais, com as únicas restrições admissíveis, na raiz da validade específica de toda normação legítima. E são elas, precisamente, que definem, de forma evolutiva e concreta, a essência manifesta da liberdade, como "direito de fazer e buscar tudo o que a outrem não prejudica" (Filho, 1993, p. 23).

A partir da ideia do autor, é possível concluir em especial sobre a frase "direito de fazer e buscar tudo o que a outrem não prejudica" resgata a ideia de um princípio fundamental da liberdade individual em uma sociedade. Dessa forma, partimos do entendimento de que cada pessoa tem a liberdade de agir e perseguir seus interesses

e objetivos, desde que suas ações não causem dano ou prejuízo aos outros, o que consiste na busca de um equilíbrio entre liberdade pessoal e responsabilidade social, onde o exercício dos próprios direitos deve ser harmonizado com o respeito aos direitos de terceiros, de acordo com suas peculiaridades.

Destaca-se também que é um grande equívoco confundir o Direito com aquilo que a pseudociência dogmática isola, focando num aspecto restritivo do Direito limitado pela vontade do legislador.

Continuamos no pensamento de Roberto Lyra Filho, sendo possível observar que seus escritos se complementam. O raciocínio vai além, em texto escrito para fazer uma abordagem sobre “Direito e Lei”, o autor resgata o raciocínio citado anteriormente, com uma aguçada crítica sobre o Direito, sendo visto apenas sob a perspectiva normativa, com seus vícios e problemas.

> O Direito autêntico e global não pode ser isolado em campos de concentração legislativa, pois indica os princípios e normas libertadores, considerando a lei um simples acidente no processo jurídico, e que pode, ou não, transportar as melhores conquistas (Filho, 1993, p. 32).

Nesse sentido, temos evidências no mundo real que nem sempre uma norma soluciona problemas que tanto incomodam a sociedade, muitas vezes apresentando um abismo entre a teoria e a prática. Algumas leis, ao contrário, apesar de serem bem-intencionadas, falham em alcançar os resultados desejados ou em atender às necessidades reais da população.

Por fim, no texto intitulado “Normas jurídicas e outras normais sociais”, Roberto Lyra Filho destaca

> Admite-se, em geral, que o Direito se exprime através de um certo tipo de norma - a norma jurídica. Devemos, entretanto, salientar que esta é a embalagem: o Direito é o conteúdo. Ele se forma antes de ser acondicionado na norma jurídica, e nem tudo que nela é posto será Direito legítirno, inclusive porque há mais de uma série de normas jurídicas, em coexistência conflitual, a cada momento, e todas elas pertencem à dialética social do Direito (Filho, 1993, p. 52).

Os ideais da Nova Escola Jurídica Brasileira (NAIR) segundo o autor, mostram-se como uma alternativa para a antinomia aparentemente insolúvel, isto é, o critério de superação das oposições ideológicas entre “direito positivo” e “direito natural”, e consequentemente o que preconiza “O Direito Achado na Rua”, que é fruto da reflexão prática dos intelectuais que fizeram parte do movimento da escola NAIR.

Roberto Lyra Filho nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 13 de outubro de 1926. Filho do escritor Roberto Lyra, com formação em Letras e em Direito, conferencista, crítico, poeta, tradutor, professor universitário, titular da cadeira de Criminologia da UnB.

Figura 2: Foto de Roberto Lyra Filho

Fonte: Roberto Lyra Filho (anenet.com.br).

Seu pensamento e sua obra possuem uma importância fundamental para a compreensão das propostas dessa escola jurídica, que busca uma transformação social por meio de uma concepção jurídica crítica e alternativa. Citar repetidamente Lyra Filho antes de iniciar o texto sobre "O Direito Achado na Rua" é uma forma de contextualizar e fundamentar essa abordagem inovadora, ressaltando suas contribuições teóricas e práticas.

José Geraldo de Souza Junior assim destaca a importância de Roberto Lyra Filho para “O Direito Achado na Rua”.

> Na edição de O Direito Achado na Rua: Concepção e Prática, incluiu-se, elaborado pelas autoras e autores, um apêndice referido a Roberto Lyra Filho: anotações biográficas. Nada mais pertinente, uma vez que o desenvolvimento de O Direito Achado na Rua está, de modo incindível, colado ao percurso de Roberto Lyra Filho. Adiante reforçarei esse vínculo. Mas é impossível tratar de um sem estabelecer conexão com o outro. Transcorridos 33 anos de sua morte ocorrida em 11 de junho de 1986, e 32 anos de institucionalização do Projeto O Direito Achado na Rua, os registros que destacam o vínculo entre criador e criação, tenderão a se fazer mais eloqüentes (Sousa, 2019, p. 2782).[39]

[39] SciELO - Brasil - O Direito Achado na Rua: condições sociais e fundamentos teóricos O Direito Achado na Rua: condições sociais e fundamentos teóricos.

Pela importância do autor, justifica-se a recorrência de suas citações. Assim, necessita-se apresentar de maneira detalhada as bases de seu pensamento, que influenciaram a proposta da Nova Escola Jurídica Brasileira e do “O Direito Achado na Rua”, demonstrando a sua luta por um Direito mais justo e acessível, conectado com as realidades e demandas sociais.

4.4 O Direito Achado na Rua, questões conceituais

As reflexões sobre a Nova Escola Jurídica Brasileira (NAIR) contribuíram para o surgimento do “O Direito Achado na Rua”, conforme descrito acima, tendo como seu principal expoente Roberto Lyra Filho. Outro importante intelectual responsável por fazer com que a linha de pesquisa de “O Direito Achado na Rua” mantivesse atuante é o professor da UnB, José Geraldo de Sousa Júnior, que escreveu tese sobre o assunto e possui diversos outros escritos ao longo de sua vida acadêmica, sendo um dos responsáveis por contextualizar os ideias do pensamento com os problemas contemporâneos da sociedade brasileira, a exemplo, os recentes acontecimentos da pandemia de COVID-19.

Segundo Sousa (2019), a série "O Direito Achado na Rua" começou a se materializar em 1987, com o lançamento da primeira edição de "Introdução Crítica ao Direito", que se tornou o volume inaugural da coleção. Esse projeto foi coordenado pelo Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos (NEP) e pelo Centro de Educação a Distância (CEAD) da UnB.

A ideia central do projeto era estabelecer um diálogo frutífero entre a academia e os movimentos sociais, promovendo uma compreensão mais profunda e prática do Direito, visto não apenas como um conjunto de normas, mas como uma ferramenta de transformação social.

Ao longo dos anos, "O Direito Achado na Rua" expandiu-se e consolidou-se como um curso a distância, promovendo uma virada programática na educação jurídica da UnB. A coleção cresceu abordando temas variados como o Direito do Trabalho, Direito Agrário, Direito à Saúde, Direitos das Mulheres, Direito Urbanístico, dentre outros, sempre com uma perspectiva crítica e emancipatória. Essa expansão refletiu a interdisciplinaridade e a interinstitucionalidade do projeto, envolvendo

diversas unidades acadêmicas e dialogando com organismos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais.

Ainda no mesmo artigo, o autor ressalta que a importância de "O Direito Achado na Rua" reside na sua capacidade de articular teoria e prática, influenciando tanto o ensino jurídico quanto as práticas sociais de criação do Direito. A série propôs uma nova forma de compreender o Direito, baseada na análise das experiências populares e na legitimação dos movimentos sociais como sujeitos de direitos, sob esse olhar que será contextualizado à luz dos movimentos sociais, que acontecem também no âmbito da Resex Chico Mendes. Esse enfoque permitiu a construção de novas categorias jurídicas e a promoção de uma sociedade mais justa e solidária, onde o Direito se realiza como um projeto de organização social da liberdade.

O projeto teve um impacto significativo na formação acadêmica e na prática jurídica, inspirando a criação de coletivos semelhantes em várias Universidades e centros de pesquisa no Brasil.

> O impacto desse fomento é duplamente constatado. Primeiro, pelo incentivo á formação de grupos de pesquisa, mobilizando competências e gerando formas de integração de diferentes perfis de investigadores: iniciação científica, jovens talentos, bolsistas inscritos em grupos de pesquisa e investigadores seniores, líderes de projetos institucionalizados em diferentes plataformas (por exemplo, Plataforma Lattes de Grupos de Pesquisa, do CNPq); segundo, pela possibilidade, real, de implementação de políticas públicas inscritas nas projeções dos resultados das pesquisas (Sousa, 2019, p. 2801).

Ao longo de quase quatro décadas é possível verificar a relevância de "O Direito Achado na Rua" e como a visão transformadora de Roberto Lyra Filho e daqueles que continuam o projeto foi capaz de influenciar gerações de juristas e ativistas comprometidos com a justiça social e os direitos humanos.

Sousa (2008, p.193) explica a metáfora do espaço público que originou o nome “O Direito Achado na Rua” da seguinte forma

> A rua aí, evidentemente, é uma metáfora do espaço público, do lugar do acontecimento, do protesto, da formação de novas sociabilidades e do estabelecimento de reconhecimentos recíprocos na ação autônoma da cidadania (autônomos: que se dão a si mesmos o direito).

Essa ideia de espaço público, que num primeiro momento faz referência à rua, pode ser contextualizada com a floresta, seringais e respectivamente com os

varadouros que representam para aqueles que vivem na floresta, o que as ruas representam para os que vivem nos grandes centros urbanos, permitindo compreender como acontece a sociabilidade entre os povos que habitam e dependem da floresta para a sua subsistência e consequentemente para a autonomia da cidadania.

Ainda sobre a busca pela definição de “O Direito Achado na Rua”, merece destaque a entrevista de Jacques Távora Alfonsin para a Revista do Instituto Humanitas Unisinos[40], ao ser perguntado sobre a definição, responde que

> Precisar, com segurança, o que esse direito seja, não me julgo capaz, tais as nuances teórico-práticas que a sua interpretação e aplicação têm alcançado, mesmo sob as duras críticas que sofrem, ele e o seu contemporâneo “alternativo”. O que posso esclarecer, por mera aproximação do seu posicionamento interpretativo da realidade e do ordena mento jurídico, é que esse direito se constitui e gera efeitos particularmente favoráveis ao povo pobre do Brasil, diferente daqueles que a lei prevê como direitos desse mesmo povo, mas que jamais são respeitados na medi da das urgências humanas que ele padece (Instituto Humanitas Unisinos, 2024, p. 6).

Entender esse Direito que possui relação com as ruas é de grande complexidade, talvez por isso a dificuldade em buscar uma definição conceitual exata. Existe, pois, uma interpretação extensiva sobre o alcance do Direito, por isso Jacques Alfonsin destaca que se trata de um direito plural, que sem ignorar ou até mesmo aproveitar as “brechas”, permite a aplicação das leis em favor de direitos humanos não valorizados devidamente, buscando dar eficácia a formas de convivência social.

Assim, cita como exemplo as aldeias indígenas nas quais a propriedade privada, um dos direitos mais protegidos pela legislação vigente, era e ainda é para muitas delas, alheio ao seu modo de vida. Na mesma linha faz referência aos antigos quilombos que possuem formas próprias de um direito existente, válido e eficaz, a favor da liberdade, completamente estranho e até oposto ao direito vigente no Estado.

Na mesma entrevista mencionada acima, Jacques Távora Alfonsin, ao ser perguntado por que “O Direito Achado na Rua” rejeita as concepções monistas do direito, responde

> Porque aquelas concepções eram pretensiosas demais, como se a lei fosse a única fonte de direito, e o Estado o único ente capaz de garantir-lhe efeitos.

[40] ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao305.pdf - Edição da revista dedicada “O Direito Achado na Rua. Alguns apontamentos”.

> Isso ainda vale como verdade indiscutível para grande parte, senão a maioria, dos juristas (Instituto Humanitas Unisinos, 2024, p. 7).

Ou seja, existe uma concepção além de uma visão única do direito, como se a lei fosse a principal fonte do direito. Sabemos que as leis são falhas e podem não representar na sua essência aquilo que é melhor para determinados grupos da sociedade, muitas vezes criando um abismo entre o que o texto legal prevê e o que realmente representa a realidade. O autor destaca também que a lei não é onisciente nem consegue abranger, como poder sancionatório, todo o comportamento humano.

José Carlos Moreira da Silva Filho, ao ser perguntado que conceito de justiça prevalece no “O Direito Achado na Rua”, respondeu

> O direito achado na rua não ignora ou despreza a lei e o Estado, tanto que muitas das lutas propostas e desenvolvidas pelos movimentos sociais desembocam justamente no apelo ao cumprimento das leis e princípios já existentes. Basta perceber também que a própria Constituição de 1988 foi, em grande parte, resultado da mobilização de diferentes movimentos e grupos sociais (Instituto Humanitas Unisinos, 2024, p.15).

O autor destacou que existem diferenças entre a abordagem crítica do “O Direito Achado na Rua” em relação à abordagem dogmática do Direito, destacando que a abordagem do “O Direito Achado na Rua” se apoia em espectro de visão muito mais amplo e interdisciplinar, fazendo com que essa característica permita uma melhor percepção de contradições, conflitos e processos existentes numa sociedade desigual como a brasileira.

Já para Roberto Efrem Filho (Instituto Humanitas Unisinos, 2024, p.18), com “O Direito Achado na Rua” os movimentos sociais começaram a ser reconhecidos, mesmo com a resistência de setores conservadores no campo jurídico, citando dois importantes avanços. O primeiro consiste na revisão do conceito de “sujeito de direito” costumeiramente encarado a partir de padrão europeu copiado no Brasil, e o segundo é o reconhecimento da legitimidade dos movimentos sociais na criação de direitos e na feitura da história, destacando que os direitos não estão limitados à vontade legislativa expressa exclusivamente na norma.

O último entrevistado na Revista da Unisinos foi o jurista Lenio Streck, que ao ser perguntado o que podemos entender por “O Direito Achado na Rua” respondeu

que trata-se de um movimento e não de uma teoria sobre ou do direito, referente à fundamentação filosófica do “O Direito Achado na Rua” e destacou

> Penso que a principal influência filosófica seja a do mate rialismo dialético, temperado por algumas das teses das teorias críticas frankfurtianas, enfim, trata-se daqui lo que, classicamente, era chamado de pensamento de esquerda. De todo modo, embora o próprio Roberto Lyra não admitisse, também havia, mormente nos seguidores do direito acha do na rua, uma pitada daquilo que, em teoria do direito, chamamos de “positivismo fático” (Revista Unisinos, 2024, p. 22).

Para o jurista, “O Direito Achado na Rua” é um movimento que procura se amoldar ao contexto social brasileiro, que se desenvolveu com os problemas do povo brasileiro. Assim, enquadrá-lo a uma única corrente filosófica é um tanto quanto limitador.

A síntese do que representa “O Direito Achado na Rua” foi escrita por José Geraldo de Sousa Júnior e Alexandre Bernardino Costa, ao apresentarem a série “O Direito Achado na Rua: uma ideia em movimento”.

> Fala-se de O Direito Achado na Rua, caracterizando-o muito sucintamente, para aludir a uma concepção de Direito que emerge, transformadora, dos espaços públicos – a rua –, onde se dá a formação de sociabilidades reinventadas que permitem abrir a consciência de novos sujeitos para uma cultura de cidadania e de participação democrática (Souza Jr.; Costa, 2009, p.17).

A essência consiste, portanto, em um Direito que tem a capacidade de transformar os espaços públicos, fazendo com que as vozes que vêm das ruas sejam ouvidas na busca por justiça, provocando na Universidade uma forma de pensar o Direito diferente, exigindo interdisciplinaridade e interinstitucionalidade, que permite à UnB estar presente no Acre, oferecendo um curso de Doutorado em Direito, rompendo as barreiras do Planalto Central e democratizando o ensino.

4.5 O Movimento dos Seringueiros, um instrumento de luta social

O Movimento dos Seringueiros pode ser caracterizado como um movimento social dos povos da floresta amazônica, idealizado a partir do território habitado por esses povos com objetivo de garantir a subsistência e proteger o meio ambiente em busca de uma cidadania na floresta.

Mary Allegretti em tese de doutorado (2002, p. 356) ressalta que Chico Mendes sempre se referiu à ausência de escolas nos seringais como um dos elementos centrais do processo de dominação dos seringueiros patrões, fazendo com que o analfabetismo prevalecesse, e consequentemente, as desigualdades sociais aumentassem, demonstrando um completo descaso do poder público com os povos que viviam na floresta e durante décadas foram responsáveis pelo extrativismo da borracha.

Se o seringueiro aprendesse a ler, poderia conhecer a contabilidade e questionar o sistema de exploração em que estava envolvido, e a dedicação aos estudos poderia retirar as crianças do processo produtivo. Segundo Chico Mendes, esses eram os fatores responsáveis pela ausência de escolas nos seringais.

Com o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, os seringueiros, sob a liderança de Chico Mendes, decidiram enfrentar os interesses da elite seringalista à época, ao questionarem o monopólio na comercialização e a ausência de educação. O Projeto Seringueiro surge em 1981 dessa insatisfação. Sobre o Projeto Seringueiro, Allegretti (2002, p. 357) salienta que

> O Projeto Seringueiro marcou uma mudança fundamental na história recente dos trabalhadores do Vale do Acre: a passagem da fase de resistência para a de proposição e implantação de alternativas econômicas e sociais, com benefícios diretos e imediatos para os seringueiros. Foi uma iniciativa de Chico Mendes que marcou, também, seu estilo de liderança, o de fazer alianças com pessoas e instituições que poderiam contribuir para tornar realidade suas expectativas de mudança. Ele sabia acolher os projetos, políticos ou profissionais, das pessoas que dele se aproximavam e conseguia congregá-los e articulá-los a um projeto político maior.

Para Chico Mendes, o Projeto Seringueiro tinha como objetivo o fortalecimento do incipiente movimento sindical, buscando formação e conscientização sobre os direitos e a importância de os trabalhadores permanecerem unidos e organizados em comunidade, para terem uma vida digna a partir da valorização do próprio trabalho.

Figura 3: Chico Mendes em frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (AC)

Foto: Divulgação / Edison Caetano / Reuters / Memorial Chico Mendes.

Um grupo de seringueiros, na sua maioria analfabetos, sem acesso ao básico para uma vida digna, mas carregava o sonho de mudança através da luta por direitos que surgia das necessidades de enfrentar um sistema patriarcal existente na Amazônia. Para isso, idealizaram até um modelo de cooperativismo como uma forma de assegurar a liberdade na comercialização dos produtos obtidos com o extrativismo, sem a participação do governo, que já havia sido responsável pelo fracasso de cooperativas anteriores.

Segundo Allegretti, o Projeto Seringueiro foi uma iniciativa da primeira organização não governamental criada no Acre, o Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia – CEDOP - AM, e primeira experiência de educação de adultos e de cooperativismo com seringueiros, associada a um sindicato.

O Projeto Seringueiro tinha como objetivo a independência econômica dos seringueiros, liberando-os dos intermediários na comercialização da borracha e da castanha por meio de uma cooperativa de produção e consumo, além de proporcionar-lhes acesso à legislação trabalhista e controle sobre a comercialização através de um curso de alfabetização e iniciação à matemática. Ademais, também buscavam melhorar as condições de saúde com a implantação de um posto de atendimento e treinamento de agentes locais, dependendo inicialmente de um diagnóstico das condições na área.

Fica evidenciado que os seringueiros buscavam alternativas para assegurar direitos e garantir uma transformação social, e sem nem mesmo saberem o que eram

direitos humanos, já lutavam para garanti-los. Utilizaram os recursos que possuíam e começaram a mudar sua própria realidade. Não se apegaram às leis ou manuais, pois nem conheciam sua existência, mas a luta social fez surgir o direito a partir das necessidades da floresta. Entre um varadouro e outro, os sonhos se encontravam e as mudanças aconteciam. O preço dos sonhos foram algumas vidas sacrificadas, dentre elas a de Chico Mendes, mas a Resex Chico Mendes vive a partir desse sonho e da vontade de mudança.

4.6 Empates, uma forma autêntica de luta por direitos e proteção da floresta

A década de 1980 foi marcada por uma forte movimentação social. Entre os anos de 1983 e 1984, o Brasil acumulava uma forte insatisfação com o governo militar. Dentre os problemas, é possível destacar o aumento da inflação, o baixo crescimento no PIB e avanço do desemprego. Desde 1964 o país não realizava eleições diretas, fazendo com que a insatisfação aumentasse, e assim, a mobilização dos trabalhadores foi essencial para que o Brasil conseguisse derrotar os militares e caminhar rumo à democratização.

Enquanto as grandes movimentações populares aconteciam no eixo Sul - Sudeste, os seringueiros também lutavam por direitos na Amazônia, e ao invés de ocupar as ruas, portas de fábricas e estádios de futebol, o Movimento dos Seringueiros fazia empates[42], termo desconhecido por muitos, mas era uma forma de se organizarem para proteger a floresta do desmatamento que vinha ocorrendo por gente vinda lá do sul e sudeste.

Em entrevista à antropóloga Mary Allegretti, o seringueiro Chico Mendes respondeu o que entendia pelo significado de empates conforme a sua percepção e daqueles que lutavam para proteger a floresta e, consequentemente, tirar dela a sua subsistência. A importância de Chico Mendes e a dimensão de sua resposta justifica a citação longa a seguir

> MA: Talvez a primeira coisa seria assim...porque eu não conheço praticamente nada desse tipo de movimento. O que são os empates? CM: O empate foi uma forma que os trabalhadores encontraram, que eles decidiram, de impedir o avanço do latifúndio. Uma espécie de uma bandeira que eles,

[42] Significado de empate: substantivo masculino - Ação ou efeito de empatar. Empate - Dicio, Dicionário Online de Português.

> entre si, pensaram que seria o último apelo, já que às vezes eles recorriam à justiça e o processo era muito lento. Enquanto eles recorriam à justiça, enquanto isso, a floresta ia sendo derrubada, de qualquer maneira. Porque enquanto um problema desse, a dificuldade de um juíz do município, assim uma questão judicial é muito difícil, assim muito lenta. Então, isso não levava vantagem nenhuma pro trabalhador, porque ele ia perdendo terreno, diariamente. Então ele pensou uma outra forma. Não em termos de querer ser um agitador, como ele é acusado, muitas vezes, de agitar, e tal, de ter orientações, nunca. Mas seria a única saída para ele defender os seus direitos, a sua própria sobrevivência. É incrível dizer, muita gente até não acredita que o trabalhador chegou a dizer que dessa forma ele estaria cooperando para a segurança nacional: empatar o desmate, quer dizer, defender a seringueira e a castanheira, que é a sobrevivência deles, da família deles, isso desde o século passado, e que ele considera também como seja a única fonte de riqueza do Estado, ainda é, prevalece apesar de toda a destruição, é a seringa e a castanha. Então, com isso ele achou que uma forma mais fácil seria unir os trabalhadores, eles se unirem entre si e juntos chegar nas fazendas, chegar nas desmatações, lá onde... nos acampamentos e pedir para os peões se retirarem alegando, eles alegam aos peões que têm também, como pobre, têm que ajudarem eles, que a forma deles ajudarem eles, era não fazer aquele trabalho, não fazer, porque ele também é um sofredor, então eles fazendo aquilo eles tavam prejudicando a própria família dos trabalhadores. Realmente, o peão nunca resistiu. O peão em si, quando chegava esse momento que os trabalhadores seringueiros chegavam e pediam para eles suspenderem o trabalho, toda a vida eles obedeceram. Porque eles também compreendem, são sofredores, então eles acham que, realmente, seria até um crime e que com isso então eles conseguiram muitas vitórias. Em Xapuri, mesmo. Em Brasiléia, hoje, foi uma grande vitória que o Sindicato conseguiu com isso, essa única forma que eles acharam de empatarem, embargarem a desmatação. Quer dizer, quando se falava num embargo à desmatação, que eles iam lá, se eles iam prevenidos, a arma do trabalhador mesmo, a espingarda de caça, o facão, a foice, no caso, eles geralmente, eles alegam que iam armados, porque alguém, os adversários perguntam: 'Então, por que esses homens iam armados?' Não, eles respondem o seguinte: 'Nós imo armado às vez porque existe aquela conversa do pistoleiro que tá lá prá dar garantia aos peões, muitas vezes, os próprios administradores, os capataz da fazenda, diziam que tavam indo de metralhadoras, de todo tipo de armas pesadas'. Então eles iam, não tinha segurança, se houvesse uma reação, imediata, então eles também tariam dispostos a reagir. Mas isso, num último recurso. Realmente, a intenção deles era de uma... chegar lá de uma forma pacífica e pedir a retirada. É claro que eles desmontavam os barracos já com o fito dos peões não voltarem mais (Allegretti, 2002, p. 331).

As armas que os trabalhadores tinham naquele momento eram os empates, uma forma que se mostrava eficaz para enfrentar os latifundiários que tinham como objetivo derrubar a floresta para transformá-la em pastagens. Ficou evidente na resposta de Chico Mendes que os poderes constituídos do Estado não conseguiam cumprir o seu papel de proteger a floresta e os que ali habitavam. Decisões judiciais muitas vezes demoram anos, enquanto isso, num único dia muito pode ser destruído.

Segundo o líder seringueiro, os empates eram a única alternativa que eles possuíam para defender os seus direitos e a sua própria sobrevivência. Com a

destruição da floresta, os seringueiros não teriam alternativa e tenderiam a migrar para os centros urbanos, num contexto muito distante da sua realidade.

Figura 4: Marina Silva liderando ação contra desmatamento no Acre

Fonte: Revista Trip, 2020.

Na figura acima, à frente, puxando a fila, a atual Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, companheira de empates de Chico Mendes, sempre dedicada a causa ambiental. Abaixo, outra figura que demonstra como os seringueiros organizavam os empates para impedir o desmatamento desenfreado que acontecia na região de Xapuri.

Figura 5: Trabalhadores Extrativistas

Fonte: Conselho Nacional das Populações Extrativistas, 1988[44].

[44] https://cnsbrasil.org/mutirao-contra-a-jaguncada/

Esse movimento popular e os empates pacíficos da forma como aconteciam, visando garantir direitos e proteger o meio ambiente, dialoga com a essência do que é “O Direito Achado na Rua”, por isso o trocadilho de rua por varadouros, pois o varadouro é um pequeno caminho aberto na mata por onde circulam apenas homens e animais, mas também se faz presente um direito vivo, conforme a realidade dos que ali vivem, “O Direito Achado nos Varadouros”.

Alguns termos fazem parte do dia a dia dos que vivem nos seringais, ganhando sentido próprio. Conforme as necessidades locais, esses termos foram descritos em matéria do jornal Repórter Brasil, intitulada dicionário extrativista

> Estrada: trilha de seringueiras, que começa e termina no mesmo ponto, das quais se extrai o látex. Cada estrada tem em média 160 dessas árvores e circunscreve uma área aproximada de 100 hectares, com diversas outras espécies de plantas e animais. Colocação: área que cabe a cada família. A casa do extrativista e as plantações de subsistência ficam no centro, rodeadas pela floresta. Cada colocação é formada por no mínimo três estradas de seringa. Seringal nativo/seringal de cultivo: diversas colocações compõem um seringal. No Acre, como as árvores que fornecem a borracha são naturais da própria floresta, fala-se de seringal nativo, explorado por populações tradicionais. Já os seringais de cultivo são empreendimentos empresariais, de plantio intensivo, formados em regiões que importaram sementes da Amazônia, como a Malásia. Varadouro: pequeno caminho aberto na mata por onde circulam apenas homens e animais. Ramal: varadouros alargados para possibilitar o trânsito de carros, caminhões e tratores ao longo da Reserva. Em geral, não são asfaltados e no período chuvoso ficam praticamente intrafegáveis. Inverno/Verão: os extrativistas associam o inverno às chuvas, que vão de dezembro a meados de abril. O verão corresponde à época de estio, que começa logo após o inverno. Empate: manifestação pacífica organizada por seringueiros que convenciam os peões, contratados por latifundiários, a não derrubar a floresta para a formação de pastos (Repórter Brasil, 2005).

O objetivo dessa citação é posicionar o leitor sobre os termos utilizados nos seringais e consequentemente no âmbito da Resex Chico Mendes, desconhecidos por uma parcela da população que não vivencia o contexto e os modos de vida na Amazônia.

O tempo passou e a Reserva Extrativista Chico Mendes tornou-se uma realidade, no entanto, mais de 30 anos depois do assassinato de Chico Mendes a área sofre com a pressão das fazendas de gado, responsável pelo aumento do desmatamento e queimadas. Infelizmente a agropecuária é uma realidade entre as populações extrativistas.

As populações tradicionais têm a permissão de não apenas morar dentro da Resex, mas também realizar o extrativismo de bens naturais, como a castanha, a

borracha e o açaí, e comercializam os produtos através de cooperativas e do comércio em geral. No entanto, os avanços da agricultura e pecuária ameaçam esse projeto, trazendo para dentro da reserva o que mais foi combatido pelos seus idealizadores, o latifúndio, que tem contribuído com a sua destruição.

Ou seja, a luta pelo direito de viver em harmonia na floresta, bem como de explorar os seus recursos naturais através do trabalho extrativista, segue ameaçada, sendo necessário que os órgãos de fiscalização cumpram as suas funções e garantam às populações locais seus direitos assegurados em lei, sem, no entanto, ignorar a realidade do atual momento.

4.7 A Florestania dialoga com O Direito Achado na Rua

Viver em harmonia com a floresta significa uma relação direta com tudo o que representa “O Direito Achado na Rua” e consequentemente a Florestania. E esse diálogo estabelece um caminho a ser percorrido para alcançar a tão almejada dignidade para os povos da floresta, especialmente se considerarmos que a Amazônia é palco de intensos debates sobre a construção de direitos e a sustentabilidade.

Nesse contexto, as perspectivas de “O Direito Achado na Rua”, desenvolvido a partir das contribuições de Roberto Lyra Filho, José Geraldo de Sousa Junior, dentre outros, e da Florestania, conceito que emerge do contexto acreano como síntese de cidadania dos povos da floresta, convergem na defesa de um modelo de justiça social enraizado nas realidades locais e comprometido com o bem comum.

“O Direito Achado na Rua” propõe uma compreensão emancipatória do direito, reconhecendo-o como um processo coletivo de luta e construção social, conforme descreve Junior (1993, p. 8).

> Trata-se de uma leitura dialética do fenômeno jurídico, cuja captação se dá num plano alargado de sua manifestação positivada, isto é, a partir da realidade plural de múltiplos ordenamentos sociais e do aparecer de seus respectivos projetos de organização política.

Essa perspectiva critica a concepção tradicional, que centraliza o direito no Estado e em instituições jurídicas formais, e enfatiza o papel dos movimentos sociais na formulação de normas e práticas que expressam as demandas por justiça e igualdade. Na Amazônia, existe um movimento de construção de direitos a partir da

luta dos povos indígenas, comunidades tradicionais e pequenos agricultores. Esse processo é histórico, a exemplo do Movimento dos Seringueiros, pois suas lutas têm resultado no reconhecimento de direitos territoriais e ambientais, bem como em novos paradigmas de gestão do território, como as Reservas Extrativistas.

Ao citar José Geraldo de Sousa Júnior, Costa (2024) destaca que “O Direito Achado na Rua” é a possibilidade de uma construção democrática do direito por movimentos sociais, assim, os povos da floresta, organizados nesses movimentos, também constroem um direito de acordo com a sua realidade.

A Florestania, por sua vez, representa uma concepção ampliada de cidadania, enraizada na convivência harmônica entre os povos amazônicos e o ambiente natural. A partir da realidade do Acre, o termo articula a noção de pertencimento à floresta com a reivindicação de políticas públicas que garantam o desenvolvimento sustentável e a valorização das populações locais. Foram nesses pilares que o projeto político foi idealizado e implementado. E esse conceito vai além da cidadania formal, incorporando elementos de justiça ambiental e ecológica, ao mesmo tempo em que enfatiza a coesão social e o respeito aos modos de vida tradicionais.

As aproximações entre “O Direito Achado na Rua” e a Florestania podem ser observadas num contexto em que ambos compartilham uma visão de mundo em que os sujeitos coletivos são protagonistas na formulação de direitos e na definição do próprio futuro. A luta por territórios livres de desmatamento e exploração insustentável, por exemplo, reflete o direito construído nas ruas e na floresta, expressando a vontade de movimentos sociais. No entanto, essa realidade nem sempre é pacífica, conforme descreve Molina (2002, p. 30).

> Os conflitos que se sucedem no campo não mudaram apenas de velocidade, alteraram sua natureza. Não se encontram mais em cena antigos atores em conflitos individuais ou pequenas guerras familiares que contrapunham fazendeiros e grileiros de terra de um lado; posseiros, populações indígenas e pequenos produtores de outro. Há conflitos coletivos envolvendo milhares de homens, mulheres e crianças. Estes conflitos são conseqüência de um problema não enfrentado até hoje pela sociedade: os absurdos níveis de concentração da propriedade da terra vigentes no Brasil e as distorções no acesso ao trabalho que ela gera.

Outra questão relevante para a Florestania e “O Direito Achado na Rua” é a questão territorial como espaço de vida e de produção de cultura e direitos. Para “O Direito Achado na Rua”, o direito territorial dos povos é uma construção coletiva que

resiste às práticas de espoliação e violência histórica. A Florestania, por sua vez, articula esse direito territorial com uma visão sustentável, reconhecendo a interdependência entre os sistemas humanos e naturais.

Nesse sentido, a proteção de terras indígenas e reservas extrativistas se apresenta como um exemplo concreto em que esses dois conceitos se encontram, na medida em que reforçam tanto a autonomia das comunidades quanto a preservação ambiental.

Em síntese, a relação entre “O Direito Achado na Rua” e a Florestania sugere uma concepção renovada de cidadania e justiça, pautada na integração entre direitos sociais, ambientais e culturais. Essa perspectiva não apenas desafia os modelos existentes na Amazônia, mas também fortalece as bases para uma construção social mais justa, sustentável e solidária, em que os interesses dos povos da floresta dialogam com as ruas, em prol de um mundo mais sustentável.

No próximo capítulo, será feito um estudo sobre a evolução do Agronegócio no Acre durante o período da Florestania, buscando compreender como que a agricultura e a pecuária, fomentadas por aqueles que chegaram no Acre a partir da década de 1970, com o intuito de transformar a floresta em fazendas, conseguiram fortalecer seus negócios mesmo em tempos em que a palavra de ordem era preservar e explorar de forma sustentável, em busca da tão propagada cidadania da floresta.

5 FLORESTANIA E O AGRONEGÓCIO NO ACRE, ELEMENTOS DE REALIDADE E SAÍDAS POSSÍVEIS

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Constituição Federal, 1988).

Este capítulo tem como propósito fazer uma análise dos avanços do Agronegócio na Amazônia Legal e no Acre, demonstrando que a Ditadura Militar foi preponderante para o avanço das atividades na região, ao implantar a política que ficou conhecida pelo lema “Integrar para não entregar”. Com a ocupação da região, a destruição e os conflitos eram inevitáveis. Desde então, o que se tem é um constante avanço do agronegócio na região, inclusive durante o período da Florestania, quando se iniciaram os governos da Frente Popular do Acre, que tinha como premissa a garantia da cidadania para os povos da floresta e preservação da Amazônia.

Outro objetivo consiste em apresentar saídas possíveis e elementos de realidade capazes de enfrentar os problemas existentes e garantir que se consiga alcançar um equilíbrio da relação entre homem e natureza, como uma alternativa para combater a destruição.

5.1 O agronegócio e a sua relação com os militares na Amazônia

Com o fim do segundo ciclo da borracha, a economia da Amazônia entrou em declínio, ficando a região habitada por ribeirinhos, caboclos e pequenos fazendeiros, sendo que na década de 1950 ocorreram alguns avanços agrícolas que foram determinantes para o futuro da região.

Homma (2003, p. 115) relata que

> Em resumo, as principais conquistas agrícolas dessa década referem-se à experiência da colmatagem em Maicuru, no Baixo Amazonas; à introdução do gado Red-Sindi; às pesquisas nas várzeas; à descoberta de óleos vegetais; ao estudo químico das plantas amazônicas; à introdução de pastagens; à descoberta de matriz de cupuaçu sem caroço; à seleção de espécies de timbó; ao cultivo de juta para fibra e para semente; ao cultivo da seringueira e tecnologia da borracha; ao levantamento de solos; e às coletas botânicas.

Esse período que antecedeu o governo militar procurou desenvolver atividades que estivessem alinhadas com os potenciais existentes da floresta, sendo a colmatagem um exemplo, pois consiste no processo de conduzir águas que contêm detritos minerais e orgânicos para terras baixas, com o fim de aumentar a fertilidade das terras da região.

No entanto, segundo Marques (2007, p. 52) a relação entre os militares e indígenas foi marcada por desconfiança

> A desconfiança dos fardados em relação aos indígenas remete a outro ponto central do discurso militar sobre a Amazônia: a presença e o papel dos atores não-estatais na região. Desde o período colonial, os representantes do poder estatal na Amazônia convivem com atores políticos que não são leais a nenhum Estado em particular. Esta convivência foi pacífica, na maior parte do tempo, com algumas exceções.

Alguns pontos de divergência persistem até os dias atuais, como a questão da demarcação de Reservas indígenas. Os militares não são contrários à concessão de áreas para a criação de terras indígenas, mas segundo a autora, questionam com frequência a chamada demarcação de área contínua, por serem terras localizadas em sua maioria em faixa de fronteira, existindo a possibilidade dessas terras se tornarem um possível Estado autônomo.

Ainda sobre a década de 1950, Homma (2003) aponta a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, pelo Decreto 31.672, de 29 de outubro, nos termos da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, para substituir o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, criado pelo presidente Getúlio Vargas, e a criação da Universidade Federal do Pará e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC – na Bahia, em 1957. O interesse pelo plantio de seringueiras na Amazônia e a descoberta de matriz de cupuaçu sem caroço no Município de Cametá, em 1959.

A região Amazônica começou a ser pensada do ponto de vista científico, com pesquisas voltadas para as necessidades regionais visando resolver os problemas existentes e embasar políticas para o desenvolvimento sustentável. Essa tem sido a

trajetória do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA[45] ao longo de sua existência e não é diferente com as Universidades da região Amazônica.

No entanto, na década seguinte o Brasil passou a viver uma Ditadura Militar que comandou com mãos de ferro os destinos do país, em especial da Amazônia. A política idealizada para a região ficou conhecida pelo lema “Integrar para não entregar”. Assim, para compreender os movimentos do agronegócio na região amazônica é preciso primeiro entender o papel que os militares desempenharam na região, como aconteceu essa integração e os reflexos das ações atualmente.

O agronegócio ganhou espaço na Amazônia Legal a partir dessa política implementada pelos militares, pois a ideia de integrar significava habitar a região, com destaque para o entorno das rodovias, permitindo que a floresta fosse derrubada e a madeira comercializada. O êxodo que a região Amazônica vivenciava necessitava de mais espaço para as famílias residirem e de áreas de terra para explorar madeira, formar pastagens, criar animas e plantar.

Isso fez com que cidades no entorno das rodovias sofressem grandes transformações, como nas cidades do estado de Mato Grosso, como Comodoro, Pontes de Lacerda e Cáceres, e em Rondônia, Ji-Paraná, Ariquemes e Porto Velho. Já no estado do Acre, Acrelândia, Plácido de Castro e Rio Branco também sofreram importantes transformações com o avanço BR364 e consequentemente a valorização das terras no entorno e o fortalecimento do Agronegócio.

Um dos programas importantes para entender esse movimento foi o Programa para a Integração Nacional (PIN), que foi desenvolvido na região nos anos de 1970 durante o governo do ditador General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), através do Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, que tinha como principal objetivo a integração das regiões Norte e Nordeste, que eram fiscalizadas, respectivamente, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, criada em 1966) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, criada em 1959).

Ações concretas foram propostas e certamente impactaram a região, a título de exemplo o disposto no Art. 2º do Decreto citado “A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias

[45] Site do INPA — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA (www.gov.br).

Transamazônica e Cuiabá-Santarém", duas importantes rodovias federais, sendo que a Transamazônica ainda não foi concluída até os dias atuais. O mesmo decreto trouxe ainda que seria reservada para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e a exploração econômica.

Construir estradas na região Amazônica sempre foi um desafio, ficando evidenciado que não se pensou nos impactos ambientais que poderiam causar a região, como pode ser observado em notícia sobre a recomendação proposta pelo MPF, onde cobra medidas para redução de impactos da Transamazônica aos indígenas Aikewara, no Pará

> A obra da BR-230 teve início na década de 70, antes da instituição da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81) e da exigência de licenciamento ambiental para atividades ou empreendimentos potencialmente nocivos ao meio ambiente e às populações tradicionais. Ou seja, mesmo sendo uma das maiores rodovias do país, com mais de quatro mil quilômetros de extensão que ligam o estado da Paraíba ao Amazonas, a construção da Transamazônica ocorreu sem a adoção de medidas para redução ou quais compensação dos impactos ao meio ambiente e aos ocupantes da área. (Procuradoria da República no Pará, 2024).

O objetivo da campanha instituída pelo PIN concentrou em diversos aspectos, como o desenvolvimento econômico, a melhoria da infraestrutura, a promoção da educação e a valorização da cultura nacional. Do ponto de vista estratégico, seria importante fazer com que o país fosse integrado e rompesse a barreira do isolamento. Por isso, uma das ações mais notáveis da Campanha de Integração Nacional foi a construção de estradas e rodovias que permitiram a ligação de regiões remotas do país e facilitaram o transporte de pessoas e mercadorias. Além disso, foram implementadas políticas para incentivar o crescimento econômico e a industrialização, como a criação de Zonas de Livre Comércio (Zona Franca de Manaus) e a promoção de investimentos estrangeiros.

Ao fomentar a colonização e a ocupação de terras em faixa de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias, o governo militar incentivou um fluxo intenso de produtores rurais, em sua maioria vindos do Sul e Sudeste, com interesses na região. Assim, mesmo com incentivos estatais, esse movimento agropecuário enfrentou diversos desafios, que vão da disputa pela posse da terra à preservação ambiental.

De modo geral, o objetivo do governo militar foi alcançado, aconteceu uma integração no âmbito da Amazônia Legal, permitindo o surgimento do novo modelo econômico para a região, pautado na pecuária e posteriormente na agricultura, fazendo com que o agronegócio ganhasse pujança na região.

Segundo dados do Amazônia Legal em Dados[47], dos indicadores de 2021, o maior PIB per capita da região da Amazônia Legal é em Mato Grosso (R$ 65 mil), três vezes maior que o PIB per capita no Maranhão, que tem menor PIB per capita dentre os estados da região (R$ 17 mil). No Acre, por exemplo, esse avanço foi mais tardio, conforme já demonstrando, mas tem atualmente representado números importantes na economia local.

Observa-se que a integração fez com que a região amazônica fosse entregue aos interesses do Agronegócio, que avança cada dia de forma mais voraz sobre a floresta, fazendo com que na região fossem implementadas práticas de um capitalismo verde às avessas, pois os resultados apresentados demonstram que não está sendo possível unir a produção e exploração da natureza de forma menos invasiva. Estamos assistindo, portanto, um desenvolvimento desequilibrado que atende interesses de grandes grupos econômicos, não conseguindo uma integração entre os princípios da ecologia e os interesses da economia de mercado.

5.2 O avanço do Agronegócio na Amazônia Legal

Onde antes existia floresta, após o desmatamento passou a ter pastagens, e atualmente, as pastagens estão sendo transformadas em plantações de soja e milho. Esse é o caminho percorrido pelo Agronegócio na região, que avança de forma desordenada e violenta nos estados da Amazônia Legal.

Segundo dados da Escola de Economia de São Paulo - FGV (2012, p. 13), os números são os seguintes

> Entre 2000 e 2020, o valor de produção da soja no bioma Amazônia cresceu, em termos reais, em 1.563,5%, enquanto que a média brasileira expandiu 342,0%. Com isso, a participação do bioma no total do valor produzido de soja pelo país, passou de 4,0% para 14,9%, no período. Em 2020, a produção de soja pelo bioma Amazônia totalizou R$ 25,2 bilhões, correspondendo a 20,3 milhões de toneladas. Esse valor de produção, correspondeu a 43,9%

[47] amazonialegalemdados.info.

> do total produzido pelo bioma. Ou seja, em termos de valor de produção, a soja é o principal produto do bioma analisado produzido pelo bioma. Ou seja, em termos de valor de produção, a soja é o principal produto do bioma analisado.

O mapeamento citado acima demonstra que a produção agrícola do bioma Amazônia[48] totalizou, em 2020, 11,4 milhões hectares de área colhida, correspondendo a um valor de produção de R$ 57,3 bilhões (cinquenta e sete bilhões e trezentos milhões de reais), sendo que os municípios produtores do estado do Mato Grosso representam, respectivamente, 69,9% e 58,6%, desses totais, ou seja, parte majoritária da agricultura do bioma Amazônia está concentrada nos municípios mato-grossenses.

A produção de soja no bioma é concentrada em poucos municípios, sendo que os 15 maiores produtores representam 56,8% do valor total, todos localizados no estado do Mato Grosso.

Com o milho, os caminhos do Agro não foram diferentes. Durante o período de 2000 a 2020, segundo o estudo apontado acima e dados do IBGE, houve um significativo aumento no valor de produção na região da Amazônia, com um crescimento real de 844,5%. Em contraste, a média nacional registrou um aumento de 177,2%. Essa tendência resultou em uma mudança na participação do bioma Amazônia no valor total da produção de milho do país, que passou de 4,4% para 15,1% ao longo desse período.

No ano de 2020, a produção de milho no bioma Amazônia alcançou um total de R$ 11,2 bilhões, correspondendo a uma quantidade de 19 milhões de toneladas. Esses números demonstram a relevância do milho como o segundo produto mais significativo em termos de valor de produção na região.

Em comparação com a soja, a produção de milho apresenta uma dispersão maior, com 88,1% (437 de 496) dos municípios tendo alguma produção de milho em 2020. No entanto, é importante ressaltar que os 15 principais produtores de milho do bioma Amazônia foram responsáveis por 61,1% do valor total de produção no mesmo ano. Assim como no caso da soja, todos esses produtores estão localizados no estado do Mato Grosso.

---

48 Fazem parte do bioma Amazônia 496 municípios, pertencentes a nove Unidades da Federação (totalidade do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima e parte do Mato Grosso, Maranhão, Rondônia e Tocantins).

A monocultura da soja e do milho na Amazônia está associada a questões como o desmatamento, o uso intensivo de agroquímicos, como pesticidas e fertilizantes, que podem ter impactos negativos na saúde humana, na qualidade do solo e nos recursos hídricos. O escoamento desses agroquímicos para rios e córregos pode causar poluição e afetar a vida aquática.

Com o avanço do desmatamento ilegal, principalmente nos estados como Rondônia e Mato Grosso, para abrir espaço à expansão dessas culturas, os problemas na região só aumentaram a remoção da cobertura florestal para uma produção focada na monocultura da soja e do milho, que trouxe e traz consequências ambientais e sociais.

A expansão agrícola resultou em conflitos com comunidades tradicionais e indígenas que dependem da floresta para sua subsistência e têm seus direitos territoriais ameaçados, principalmente porque a monocultura tende a concentrar a posse da terra nas mãos de grandes produtores, fazendo com que a concentração de terra passe a ser um problema social para a região.

Esses efeitos sociais podem ser percebidos no estado do Mato Grosso, pois mesmo ocupando a liderança na produção de grãos, não reflete em melhores condições de vida para sua população. No ano 2021 o Brasil ficou estarrecido com uma reportagem do programa Fantástico, da TV Globo[49]. Segundo a matéria, um açougue distribuía ossos com retalhos de carne três vezes por semana em Cuiabá, a capital do agronegócio.

É importante destacar, contudo, que nem toda a produção de soja e milho na Amazônia é insustentável. Existem práticas agrícolas sustentáveis que podem ser adotadas, como o cultivo em áreas já degradadas, o manejo agroecológico, a diversificação de culturas e a integração com sistemas agroflorestais. Essas práticas visam reduzir os impactos ambientais e sociais negativos, promovendo a sustentabilidade da atividade agrícola.

5.3 O desmatamento na Amazônia, um problema no século XXI

Na mesma proporção que acontece o desmatamento ilegal, ocorre o crescimento da agropecuária na região Amazônica. Onde antes predominava a

[49] https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/video/acougue-tem-fila-para-doacao-de-ossos-em-cuiaba-9695222.ghtml.

floresta, passou a existir pastagens, uma atividade que perdura na região desde o fim do segundo ciclo da borracha, com o crescimento vertiginoso após a década de 1970, que culminou com a aquisição de terras por fazendeiros oriundos das regiões Sul e Sudeste. Sobre esse fluxo migratório, Pegurier (2021, p. 62) destaca

> Desde a década de 70, a pecuária atraiu para o Pará a vinda de gaúchos, catarinenses, paranaenses e, mais tarde, de goianos, mato-grossenses, paulistas e mineiros. O estado tem uma área de 1.247.955 km², 3,5 vezes o tamanho da Alemanha, ou, numa comparação doméstica, 4,5 vezes maior do que o Rio Grande do Sul. Em 2016, o rebanho paraense superava 19 milhões de cabeças de gado, mais do que duas vacas por cada 63 um dos seus oito milhões de habitantes. O município com o maior rebanho é São Félix do Xingu, que passou de 22,5 mil cabeças, em 1980, para 2,2 milhões, em 2014.

Esse movimento, que inicialmente aconteceu no Pará, alcançou outros estados da Amazônia, como Acre e Rondônia, que sofreram forte influência de migrantes internos e atualmente são os proprietários de grandes latifúndios que se formaram na floresta amazônica. Pelas evidências já citadas neste texto, pode-se afirmar que estes são os responsáveis por uma grande parcela dos números do desmatamento. Outra constatação possível é que quanto mais o latifúndio avança maiores são as consequências.

Uma das formas de conseguir mais terras para pastagens e aumentar a atividade agropecuária em uma região onde predomina a floresta é através do desmatamento, que associado à expansão da Agropecuária, contribui para a perda de biodiversidade, a degradação dos ecossistemas e a emissão de gases de efeito estufa. Além disso, a pressão sobre as terras indígenas e as comunidades tradicionais da região aumentou, afetando a cultura, o modo de vida e os direitos territoriais.

Segundo o sítio Imazon, o desmatamento na região alcança números alarmantes

> Na Amazônia, o desmatamento ainda atinge cerca de 500-600 mil hectares por ano, envolve ocupações ilegais em Unidades de Conservação e Terras Indígenas e conflitos por terra. A pecuária tem sido alvo de maiores críticas, pois: é a maior responsável pelo desmatamento (75% das áreas desmatadas na região entre 1995 e 2004 foram transformadas em pasto); é campeão de áreas mal utilizadas com cerca de 12 milhões de hectares de pastos sujos; e é a campeã em ocorrências de trabalho análogo a escravo (Agropecuária - Imazon).

Conforme descrito acima, a pecuária, de alguma forma, está associada ao desmatamento ilegal que muitas vezes ocorre em áreas protegidas, terras indígenas e Unidades de Conservação, o que agrava os conflitos fundiários e viola os direitos das comunidades tradicionais. Essas comunidades dependem da floresta para sua subsistência e têm seus modos de vida ameaçados pelas práticas de destruição da floresta, incentivando a expansão de uma pecuária insustentável.

Um dos grandes desafios do século XXI para a região consiste em estabelecer um modelo econômico que possa garantir um equilíbrio entre os interesses dos povos da floresta, dos pecuaristas, da agricultura pequena, média e grande e a preservação do bioma. A economia da Amazônia não pode ser pautada num modelo que tenha como objetivo a destruição da floresta para atender interesses econômicos de latifundiários do Agronegócio.

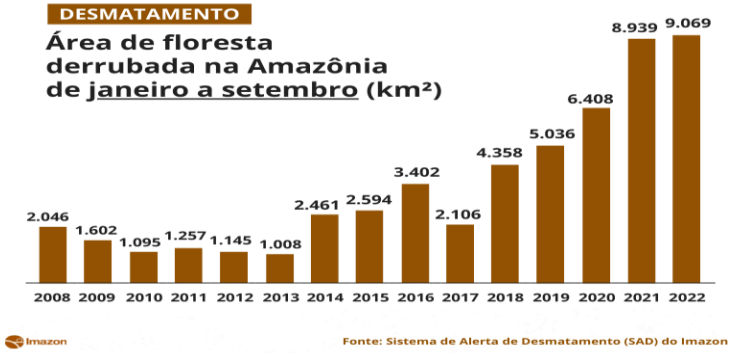
Em reportagem publicada no sítio Amazon é possível verificar que ruralistas e ambientalistas não possuem consenso sobre como fazer para aumentar a produção agropecuária na região, enquanto os primeiros dizem que em algum momento será necessário abrir mais áreas para aumentar a produção, os segundos afirmam que a área existente em pastagem degradada é mais do que suficiente para promover esse aumento.

Destaca ainda essa discussão a partir de estudos de pesquisadores

> Vários pesquisadores calcularam o tamanho desse passivo e o potencial que ele tem para ser ocupado, mas as associações de produtores costumam argumentar que o custo seria muito alto. Agora, um grupo de pesquisadores do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) calculou que, se fosse aumentada a produtividade em apenas cerca de 24% do pasto existente em 2007 com potencial agronômico para a intensificação da pecuária, até 2022 seria possível aumentar o valor da produção do setor em cerca de R$ 4 bilhões – 16% em relação ao valor de 2010, sem desmatar (Agropecuária - Imazon).

Dessa forma, conclui-se que não é necessário destruir para aumentar a média da produção, no entanto, considerando que a previsão dos pesquisadores era para resultados em 2022, se considerarmos os números obtidos desde então, a política de desmatamento para aumentar a produção agropecuária prevaleceu. Abaixo, vemos dados sobre o desmatamento acumulado de janeiro a setembro de 2022.

Figura 6: Desmatamento na Amazônia - janeiro a setembro de 2022



Fonte: Agropecuária - Imazon.

A série histórica sobre a área de floresta derrubada na Amazônia demonstra que a partir de 2017 o que se viu foi um aumento exponencial da devastação ambiental, indo na contramão de qualquer política que pensasse minimamente na preservação.

5.4 A criação de gado na Amazônia é uma atividade econômica cada dia mais forte e não deixará de existir

Se está aumentando o rebanho bovino na região Amazônica, consequentemente está acontecendo o aumento da pastagem para fomentar a criação de gado em áreas que antes era de floresta. A criação de gado a pasto é uma forma barata de praticar a cria, recria e engorda, o que torna a atividade atrativa por demandar um baixo investimento e retorno financeiro garantido, ou seja, a viabilidade econômica demonstra o quanto é difícil conter essa atividade.

Smeraldi e May (2008, p. 9), em estudo sobre a pecuarização da Amazônia Brasileira, apontam que

> O rebanho bovino da Amazônia Legal atingiu aproximadamente 74 milhões de cabeças de gado, ou 3,3 por habitante, o triplo da média nacional. No Mato Grosso, chega-se a 9,3 cabeças por habitante; em Rondônia, 7,7. De cada quatro cabeças adicionais de gado no Brasil nos últimos 5 anos, três são oriundas da Amazônia.

Os números demonstram, pois, a força do setor, evidenciando que a pecuária sempre foi uma atividade econômica forte e com tendência de crescimento,

apresentando números expressivos. Na região existem mais cabeças de gado que pessoas.

Segundo dados do sítio MapBiomas Brasil atualizados até novembro de 2021, nas últimas décadas a área de pastagem cresceu 40% na Amazônia, enquanto nos outros biomas aconteceu em menor proporção. Na Mata Atlântica cresceu 28%, destacando ainda que entre 1985 e 2021, a agricultura e pecuária ganharam 85 milhões de hectares, um crescimento de 47%. As atividades agropecuárias cresceram em cinco dos seis biomas brasileiros, com exceção da Mata Atlântica.

Segundo o mesmo sítio, os números do Acre são também preocupantes. No ano de 2023, o estado tinha mais de 2,37 milhões de hectares ocupados por áreas de pastagens para a pecuária, o que representa 14,5% do território total, se considerarmos que em 1985, essa ocupação era de 438.426 mil hectares, o que equivalia a 2,67% do território.

Esse crescimento, que hoje representa 14,5% do território, tem graves implicações ambientais, especialmente em um estado que abriga uma das partes mais biodiversas da Amazônia. Além da perda de cobertura florestal, a conversão de grandes áreas para pastagens contribui significativamente para o desmatamento, a degradação do solo e a emissão de gases de efeito estufa, ameaçando a sustentabilidade ecológica da região.

Essa expansão que ocorreu em pouco mais de três décadas, conforme demonstrado, deve-se levar em conta que duas décadas foram em governos que tinham como bandeira a Florestania, que em tese defendia o oposto., pPode-se afirmar, com isso, que a Florestania caminhou lado a lado com a pecuária do estado do Acre e o aumento da área de pastagens comprova essa afirmação.

Fica evidenciado, ainda, que já há algum tempo o boi é um personagem que faz parte do contexto da floresta amazônica, ganhando mais espaço a partir da década de 1970, com o aumento significativo da pecuária a pasto, inclusive em áreas de unidade de conservação de uso sustentável, como ocorre dentro da Resex Chico Mendes, necessitando de intervenção do poder público para fins de coibir tais práticas ilegais, como se pode observar na ação civil pública proposta pelo Instituto de Estudos Amazônicos - IEA, cujo objetivo é buscar reparação para possível dano ambiental devido à devastação na Resex

> A presente Ação Civil Pública tem como objeto impedir a continuidade do desmatamento ilegal no interior da Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes, recuperar as áreas desmatadas acima do legalmente permitido e condenar os Demandados a Implementar e executar planos e políticas de restauração, controle e fiscalização ambiental para a Resex Chico Mendes, uma das principais reservas extrativistas federais, bem como indenizar os danos decorrentes do desmatamento e os danos sofridos pelas comunidades extrativistas (Ação Civil Pública (AÇÃO CIVIL PÚBLICA, Justiça Federal da 1ª Região, 2ª Vara Federal Cível e Criminal da SJAC, nº 1012197-54.2022.4.01.3000, 2022).

O documento faz referência que não está sendo cumprido o que está estabelecido no Plano de Manejo e Utilização da Resex Chico Mendes, que o limite de 10% destinado a atividades complementares da área da colocação (30 hectares) não está sendo respeitado, atribuindo essa inércia aos órgãos de controle e fiscalização, no caso ICMbio e IBAMA, ocasionando até 2022, um passivo ambiental de 17.112 hectares de desmatamento ilegal.

A Ação Civil Pública atualmente encontra-se em fase de conclusão para julgamento, sendo que dentre os pedidos formulados pelo Instituto de Estudos Amazônicos - IEA, dois merecem destaque

> 1) condenar os demandados ao pagamento de indenização pelos danos materiais causados ao melo ambiente em, pelo menos, R$ 183.817.104,00 (cento e oitenta e três milhões oitocentos e dezessete mil e cento e quatro reais), acrescendo-se os danos eventualmente materializados no curso da demanda, caso haja aumento do passivo ambiental; 2) condenar os demandados ao pagamento de compensação por danos morais coletivos no importe mínimo de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), pelos danos causados à comunidade extrativista Chico Mendes, ao meio-ambiente equilibrado na Resex e à imagem do Brasil doméstica e no exterior (AÇÃO CIVIL PÚBLICA, 2ª Vara Federal Cível e Criminal da SJAC, nº 1012197-54.2022.4.01.3000, 2022).

Revela-se que a pecuarização da Amazônia é uma realidade atualmente com fortes impactos, que está acontecendo também na área da Resex. O desmatamento ilegal está associado ao aumento da criação de gado e a consequente necessidade de aumento da pastagem, que acontece em parte por uma fiscalização ineficiente, incapaz de acompanhar esse avanço e punir aqueles que estão praticando de forma ilegal.

Uma reportagem do oeco.org.br explica como a criação do boi ganhou força na Resex, que se encontra cercada por grandes fazendas de gado, uma atividade que

deveria ser um complemento para as famílias moradoras da unidade de conservação tornou-se, para muitas, a principal fonte de renda. A valorização do gado faz com o número de cabeças aumente de forma quase incontrolável, conforme dados de 2020.

> Em 2020, a Resex passou a ser um dos principais centros exportadores de bezerros, novilhos e vacas do Acre para estados vizinhos. Com a escassez de bois em idade para abate provocada pela grande quantidade de vacas abatidas nos últimos anos, bezerros e novilhos passaram a ter valor de ouro no mercado da pecuária. No Acre, por exemplo, um bezerro que podia ser comprado por R$ 800 até a primeira metade deste ano, hoje não sai por menos de R$ 2.000 (O eco, 2020).

Observa-se que ocorreu uma especulação econômica sobre o boi no período devido aos altos valores praticados. Com isso, a atividade extrativista ficou em segundo plano, fazendo com que os próprios moradores fossem beneficiados com a prática ilegal que estava ocorrendo.

Outro ponto de destaque consiste na responsabilização pelos danos causados, conforme proposto em Ação Civil Pública contra a União, pois é fato que ocorreu uma omissão dolosa dos órgãos responsáveis pela fiscalização à época. O governo federal era administrado por pessoas que não possuíam o mínimo compromisso com a questão ambiental e a preservação de Unidades de Conservação, e, com isso, o objetivo maior consistia em “passar a boiada”, o que de fato ocorreu também na Resex Chico Mendes.

Pode-se concluir que os pequenos e médios produtores também contribuíram para que ocorressem os danos florestais, pois era necessário aumentar a área de pastagem. Tais ações fizeram com que a pecuária seja atualmente uma das principais fontes de renda para os moradores da Resex, fazendo com que, no curto prazo, as propriedades que deveriam ser preservadas sejam transformadas em áreas de pastagem. Por essa razão, é notório que identificar e punir os responsáveis é elementar para o futuro da Resex.

A reportagem mencionada acima cita dados do PRODES/INPE sobre o desmatamento, demonstrando o avanço que ocorreu entre 2019 e 2022, período em que o Brasil desprezou políticas ambientais para satisfazer a sanha ideológica de criminosos

> Segundo o Prodes/INPE, em 2020 a reserva foi a sexta área protegida com mais desmatamento na Amazônia Legal. Entre agosto do ano passado e julho

> último o incremento do desmatamento foi de 57,41 km². No período anterior (julho de 2018 a agosto de 2019) tinha sido de 75,94 km²; o maior volume de floresta perdida pela UC de 2010 para cá. Na década, o total de cobertura original perdida é de 285,73 km² (O eco, 2020).

Observa-se que a omissão do poder público frente à fiscalização das Unidades de Conservação, com destaque para a Resex Chico Mendes, é algo que se arrasta por décadas, fazendo com que os danos ambientais sejam acumulados, pois se o poder público estivesse realmente cumprindo sua obrigação legal, os números seriam descendentes, com tendência a zerar o desmatamento ilegal na região.

Esse movimento fica evidenciado também em outros municípios da Amazônia Legal, com destaque para a produção de grãos no Mato Grosso, e agropecuária e grãos no Pará e Rondônia, norteando a economia da região Norte e também do estado do Acre, que sente os impactos do Agronegócio.

5.5 Quais as saídas possíveis, futuro e elementos de realidade

O século XXI está vivenciando uma emergência climática, as alterações no clima estão acontecendo cada vez mais frequentes e ocasionando grandes impactos, exigindo que sejam adotadas medidas para mitigar tais mudanças. Faz-se necessário, nesse sentido, discutir saídas possíveis para esse problema que está afetando milhões de pessoas, a exemplo das alagações recentes no Rio Grande do Sul e a seca severa na Amazônia.

A partir dos princípios em que foi idealizada, a Florestania poderia representar uma saída para parte desses problemas ao garantir a preservação da floresta em pé, e com ações de transição para um modelo agrícola mais sustentável na Amazônia, exigindo um esforço conjunto dos governos, produtores, consumidores e sociedade civil para conciliar a produção agrícola, com a conservação da floresta e o respeito às comunidades locais.

Em setembro de 2015 foi realizada em Nova York a Assembleia Geral das Nações Unidas com a participação de 193 países, onde foram estabelecidos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, com destaque para o objetivo 13, que visa tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

> Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos(*). 13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países. 13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais. 13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima. 13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível. 13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas. (*) Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima (Assembleia Geral da Nações Unidas no Brasil, 2015).

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, além de garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo, a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil. No entanto, no que diz respeito ao meio ambiente e às questões climáticas, os desafios são imensos para que os objetivos sejam alcançados.

É preciso destacar que o Brasil vivenciou um desmonte da agenda ambiental durante o governo Bolsonaro (2019 - 2022). Sobre o conturbado período, ao citar nota técnica da ANA ressalta para o seguinte

> Tão logo assumiu o governo, Salles iniciou, juntamente com outros setores do governo, especialmente os ligados ao setor agrícola, um conjunto de ações que fragilizaram o Ministério do Meio Ambiente, inclusive, retirando de sua alçada as agências responsáveis pela regulamentação do setor hídrico e florestal. No segundo dia de governo, por meio de medida provisória, Salles promoveu uma reforma administrativa que retirou a Agência Nacional de Águas do Ministério do Meio Ambiente e a transferiu para o Ministério do Desenvolvimento Regional, que passou a ter a incumbência de gerir as políticas de águas e de serviços ligados aos recursos hídricos (Unesp, 2018).

A falta de compromisso e responsabilidade ambiental estavam evidenciadas com as ações administrativas que eram adotadas, e posteriormente em reunião realizada no dia 22 de abril de 2020 no Palácio do Planalto, o então Ministro do Meio

Ambiente, Ricardo Salles, defendeu que deveria “passar a boiada” e mudar regras ambientais enquanto a mídia estava voltada para a COVID-19. Naquele cenário era impossível pensar que teria algum compromisso oficial para que fossem cumpridos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Considerando que os Objetivos foram definidos em 2015, o Brasil só começou a tratar o tema com a seriedade que o tema exige em 2023, quando Luís Inácio Lula da Silva assumiu o seu terceiro mandato como presidente do Brasil e nomeou para presidir o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, pela segunda vez, Marina Silva, uma pessoa realmente comprometida com a questão climática, foi escolhida a pessoa certa para o lugar certo.

Desde então, a Ministra adotou diversas ações que estão alinhadas com os Objetivos propostos em 2015 pela ONU, tais como a retomada de controle do desmatamento, o aumento da fiscalização e a captação de recursos internacionais. Em evento realizado no Palácio do Planalto no dia 5 de junho de 2024, em razão do Dia Mundial do Meio Ambiente, a ministra destacou

> Voltamos com o Plano de Combate ao Desmatamento, temos o PPCerrado, estamos com o PP para o Pantanal, para o Pampa, para a Mata Atlântica e para a Caatinga. Estamos trabalhando para a criação de um fundo para a Caatinga. Temos aumento de desmatamento no Cerrado e esse é um grande desafio. Nós já temos o plano, mas o grande desafio é que no Cerrado você tem direito de usar 80%. O problema é que a gente legisla, mas a natureza não assimila. Não tem como continuar a destruição do Cerrado, sob pena de prejudicarmos as atividades econômicas. Reduzir desmatamento não é apenas comando e controle, é também criar instrumentos econômicos de alternativa para as pessoas. É também a capacidade de mostrar que o Estado está no controle, de que não há certeza de impunidade (Planalto, 2024).

Ainda sobre o balanço das ações, a Ministra apresentou dados sobre o controle do desmatamento, com queda na Amazônia segundo o Deter, de 49,8% de janeiro a dezembro de 2023 em relação ao período anterior, e uma queda de 40,5% de janeiro a maio de 2024, em relação ao ano anterior.

No bioma Cerrado, o Deter destaca um aumento de 43,6% de janeiro a dezembro de 2023 em relação ao período anterior, com queda do desmatamento de 12,9% de janeiro a maio de 2024, em relação ao ano anterior.

No Pantanal, o PRODES registrou a queda no mesmo indicador de 9,2% de agosto de 2022 a julho de 2023, em relação ao período anterior, e por fim, sobre a

Mata Atlântica, o SOS Mata Atlântica/Inpe registrou queda de 27% de janeiro a dezembro de 2023 em relação ao período anterior.

As ações propostas e desenvolvidas pelo governo federal apresentaram números positivos, no entanto, em pleno agosto de 2024 o Brasil arde em chamas, com focos de incêndios em diversas regiões do país, demonstrando que o Objetivo 13, sobre “tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos” exige que a urgência seja levada mais a sério que nunca, pois enquanto tentam ideologizar o fogo e encontrar culpados para os problemas, a destruição segue acontecendo, em que uma das saídas propostas envolve também ação política de forma responsável (Assembleia Geral da Nações Unidas no Brasil, 2015).

Ademais, para que o Objetivo seja alcançado, além da ação política, é preciso enfrentar a parte mais difícil do problema, quais sejam, os interesses do grande capital que predominam sobre o Agronegócio, conforme destaca Mészáros em entrevista à Revista Sem Terra, concedida a Igor Felippe e Miguel Stedile.

> O grande capital domina o agronegócio e produz destruição, porque a sua única razão é o lucro. Destrói florestas e tantas outras coisas, inclusive com o uso de venenos químicos que se coloca na terra. O futuro e a sobrevivência humana dependem da resistência ao poder financeiro do grande capital nesse campo (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2008).

A entrevista foi concedida em 2007, demonstrando que a leitura do pensador estava corretíssima, se considerarmos o que estamos vivenciando, pois, com o intuito de aumentar o lucro do Agronegócio, o Brasil está ficando cada dia mais distante dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Outra alternativa para enfrentar os desafios existentes na Amazônia consiste no desenvolvimento de ações integradas que incluam a fiscalização efetiva, a implementação de políticas públicas de incentivo a práticas agrícolas sustentáveis, a valorização da produção agroecológica, a regularização fundiária e o fortalecimento dos direitos das comunidades tradicionais e indígenas.

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) é um exemplo de política implementada. Segundo informações disponíveis na página do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o Programa criado em 2004 foi o principal responsável pela queda de 83% do

desmatamento até 2012, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe),

> As iniciativas do plano mantiveram o desmatamento abaixo de 8 mil km² até 2018. Com a revogação do PPCDAm em 2019 e o desmonte dos órgãos ambientais no último governo, o desmatamento atingiu a marca de 13 mil km² em 2021, o que não ocorria desde 2006, afastando o país das metas estabelecidas em acordos internacionais (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, 2024).

Após tentativa de destruição do Programa pelos governos Temer e Bolsonaro, que não tinham qualquer compromisso com a preservação ambiental, em 2023 o (PPCDAm) foi retomado, estando atualmente na sua 5ª fase, com previsão de execução de 2023 a 2027, que estabelece a meta de desmatamento zero até 2030. O programa foi estruturado em 4 eixos temáticos, sendo eles, atividades sustentáveis; monitoramento e controle ambiental; ordenamento fundiário e territorial; e instrumentos normativos voltados à redução do desmatamento e à efetivação das ações abrangidas pelos demais eixos.

Segundo o Plano de Ação mencionado acima, nas últimas décadas é possível observar mudanças significativas no padrão de desmatamento na Amazônia, o que permite compreender que precisamos desenvolver novas estratégias e retomar ações que foram eficazes no passado. O desmatamento tem se interiorizado, ocorrendo também em terras públicas. E está evidenciada uma redução na capacidade de governança em áreas protegidas e assentamentos, além da persistência do desmatamento ilegal nas cadeias produtivas. Por fim, a degradação florestal tem aumentado, o que reforça a necessidade urgente de agir.

A urgência da questão climática exige decisões rápidas e acertadas, ações implementadas pelo Plano de Ação Para Prevenção e Controle do Desmatamento são exemplos de saída possíveis, outras serão certamente discutidas no ano de 2025, quando o Brasil irá sediar a COP30 - Conferência do Clima Sobre Mudanças Climáticas, em Belém, capital do Pará.

5.5.1 Conferência do Clima sobre Mudanças Climáticas

O Brasil, ao se propor a sediar a COP30, além de tornar-se o protagonista da agenda ambiental, necessita apresentar compromissos que sejam capazes de contribuir para que os impactos das mudanças climáticas sejam mitigados. Com esse propósito, merecem destaque as discussões que estão sendo realizadas no âmbito da Conferência Brasileira de Mudança do Clima, que teve sua primeira edição realizada em 2019, na cidade do Recife, onde organizações não governamentais, movimentos sociais, povos tradicionais, comunidade científica e os setores público e privado se reuniram de forma apartidária, visando discutir e elaborar propostas em comum sobre a questão climática.

Segundo informações disponibilizadas na página oficial da Conferência Brasileira de Mudança do Clima, seu objetivo consiste numa chance de fomentar o diálogo sobre a retomada do compromisso com a responsabilidade climática, a inclusão da sociedade, a solidificação de acordos internos e o fortalecimento e expansão da agenda climática.

Ao enumerar uma relação de saídas a serem propostas, inclusive no âmbito da COP30, uma agenda climática transversal e fortemente coordenada, que possua a seguinte característica

> Garantir a centralidade da agenda de clima para a idealização e implementação de políticas públicas nas demais secretarias dos governos, de maneira integrada e intersetorial. A agenda de clima deverá servir como base para a formulação de políticas públicas nas diversas temáticas e espaços governamentais (executivos e legislativos), com: (i) distribuição de metas relacionadas à sustentabilidade entre todas as secretarias, evitando que essas ações se restrinjam a uma pasta; (ii) incremento de ações voltadas à sustentabilidade, contando com investimentos de diferentes pastas ou secretarias, em especial daquelas com orçamentos mais robustos (Clima Brasil, 2022, p. 11).

Uma agenda transversal passa também pela capacidade de diálogo onde a questão ambiental será colocada como uma prioridade por meio de objetivos específicos, entregas e medidas institucionais e normativas que contribuem para a superação dos principais problemas ambientais.

A agenda transversal permite que a política climática seja colocada no centro do poder, possibilitando, por exemplo, que sejam definidas ações para a redução imediata das taxas de desmatamento e fogo, principalmente na Amazônia. Para isso, a pauta ambiental deve extrapolar os limites do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, com agendas interministeriais que envolvam também a

sociedade civil e as intuições não governamentais. Essa ação conjunta é a única forma de proteger pessoas e comunidades dos riscos climáticos antes que eles aconteçam.

5.5.2 A bioeconomia como uma saída possível

A Amazônia vivencia mudanças climáticas que desafiam os que pensam o seu futuro. Vários foram os modelos econômicos implementados na região, passando pelos ciclos da borracha até a exploração da madeira, sem muitos resultados positivos para a floresta e seus habitantes, pois é uma economia que depende diretamente dos recursos naturais da floresta. Assim, da forma como é executada atualmente, tem se mostrado insustentável, permitindo avanços da pecuária e da agricultura com danos ambientais significativos.

Como uma alternativa na busca pela sustentabilidade ambiental, pode-se destacar o papel desempenhado pela bioeconomia, que objetiva promover uma transição a partir de modelos que priorizem o baixo carbono e a conservação da biodiversidade.

O conceito nasceu originalmente na Europa, visando abordar a troca da matriz energética por uma alternativa mais ecológica, segundo Costa (2022, p. 02), a bioeconomia pode ser assim definida

> Bioeconomia é um termo emergente e com diferentes definições em disputa. Suas primeiras concepções e usos por instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a União Europeia (UE) foram voltados à transição energética de economias dependentes de combustíveis fósseis para modelos baseados em insumos biológicos de origem agrícola, e não necessariamente biodiversas.

Segundo o autor, esse é um conceito em construção, não comportando uma definição única, com a ideia de discuti-lo a partir da perspectiva da Amazônia, ressaltando que a bioeconomia que deveria prevalecer na região é a que segue a abordagem da bioeconomia bioecológica, por ser mais aderente ao desafio de manter a floresta em pé e os rios fluindo, e ainda, apontando condicionantes que tomadores de decisão e investidores interessados em encorajar a bioeconomia na Amazônia devem adotar.

A bioeconomia ganhou, então, espaço na agenda governamental no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, sendo criada a Secretaria Nacional de

Bioeconomia através do Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023, com as seguintes competências, anexo 1

> I - propor políticas, estratégias, programas e ações destinados ao desenvolvimento da bioeconomia;II - elaborar, monitorar, avaliar e coordenar a execução do plano nacional de desenvolvimento da bioeconomia; III - promover a articulação de iniciativas destinadas ao aproveitamento dos ativos ambientais, inclusive os produtos da sociobiodiversidade, junto aos setores público, empresarial e da sociedade civil; IV - propor a adoção de soluções sustentáveis destinadas à valorização dos serviços ecossistêmicos nos processos econômicos e produtivos; V - propor políticas, normas e estratégias associadas ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e para a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes de seu uso; VI - supervisionar a gestão do Programa Nacional de Repartição de Benefícios, instituído pela Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015; VII - cumprir as competências atribuídas ao Ministério pela Lei nº 13.123, de 2015; VIII - propor e avaliar políticas, normas, iniciativas e definir estratégias para a implementação de programas e projetos relativos à conservação, ao uso sustentável e à gestão compartilhada dos recursos pesqueiros; IX - subsidiar o Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima para, em conjunto com o Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, fixar normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros; X - coordenar a implementação no País dos assuntos relativos aos acordos internacionais nas áreas de sua competência; e XI - subsidiar, assessorar e participar, em articulação com a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais e com o Ministério das Relações Exteriores, de negociações e eventos internacionais relacionados aos temas de sua competência (Secretaria Nacional de Bioeconomia — Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2023).

Observa-se que as competências da Secretaria Nacional de Bioeconomia estão alinhadas com um modelo que reconhece o papel das comunidades tradicionais para garantir a biodiversidade, apresentando como uma alternativa à forma como a sociedade se desenvolveu historicamente.

Por ser um conceito amplo, segundo Bugge, Hansen, Klitkou *et.al.* (2016), a bioeconomia permite uma análise sob três visões: a biotecnológica, que enfatiza a importância da biotecnologia e sua aplicação comercial, priorizando o crescimento econômico, assumindo os possíveis efeitos ambientais positivos das atividades decorrentes da biotecnologia.

Já a visão dos biorrecursos está vinculada ao desenvolvimento de novas cadeias de processamento de matérias-primas de base biológica, substituindo as matérias-primas fósseis que existem atualmente. Assim, o foco continua sendo o desenvolvimento tecnológico e econômico, com o intuito de buscar melhorar a produtividade da terra.

E por último, a visão bioecológica coloca ênfase na sustentabilidade e nos processos ecológicos que maximizem a eficiência no uso de energia e recursos naturais, incentivem a preservação da biodiversidade e previnam práticas de monocultura e a degradação do solo.

Considerando que um dos objetivos deste capítulo é apresentar possíveis saídas para os problemas ambientais que vivenciamos, a bioeconomia mostra-se como uma alternativa. Se resgatarmos o projeto inicial da Florestania que já foi estudando anteriormente, é possível verificar que ele traz, em sua essência, os ideais da bioeconomia ao apresentar as possíveis saídas. O texto nos coloca, pois, num plano deontológico, que envolve escolhas dos sujeitos que possuem relação com a Amazônia, buscando nortear o que realmente deve ser feito, não só para proteger a floresta em pé, mas também para assegurar o desenvolvimento sustentável.

Ao fim e ao cabo, o que está se discutindo hoje já foi pensado no Acre há mais de duas décadas, pois foi onde tentou-se implementar um projeto capaz de garantir a cidadania na floresta. No entanto, é possível concluir que algumas concessões não se mostraram viáveis com o passar do tempo, como não impor limites à agropecuária, o que talvez tenha sido um dos mais graves problemas.

Nesse sentido, ao fazer concessões para o setor madeireiro, fomentando manejo sustentável talvez tenha sido outro problema. O projeto idealizado não resolveu, portanto, os problemas econômicos e ambientais do Acre e os erros serviram de argumento para discursos que pregam a destruição da floresta como alternativa para o desenvolvimento do estado.

5.5.3 - Tributação ambiental como uma proposta de imposto global

O planeta é único, por isso não é possível discutir os problemas ambientais limitando-se às fronteiras geográficas de um país ou continente, faz-se necessário, contudo, a construção de um diálogo amplo visando alcançar uma conscientização coletiva, com decisões que possam garantir a solução para os problemas.

Um importante princípio do Direito Ambiental permite que essa visão macro seja estabelecida a partir da cooperação dos povos e que tenhamos uma evolução para um modelo de governança ambiental global, inclusive no que se refere aos recursos necessários para a garantia de um meio ambiente equilibrado.

Sobre o princípio da cooperação dos povos, Rodrigues (2018, p. 274) destaca o seguinte

> Se, como acabamos de ver, o meio ambiente não respeita qualquer limitação geográfica, em matéria de proteção ambiental é imprescindível que se construa uma estreita relação de cooperação entre os povos. Muito mais do que simples políticas nacionais para tutelar o entorno, torna-se cada vez mais premente que se estabeleça uma verdadeira política mundial/global de proteção e preservação do meio ambiente. Tais políticas devem acompanhar o caráter onipresente da “natureza” e estabelecer regras menos preocupadas com a soberania nacional e mais vinculadas a uma cooperação internacional. Essas regras não devem ser vistas como simples programas ou diretrizes, firmadas em tratados internacionais sem força vinculante nos diversos sistemas jurídicos nacionais, mas, sim, como postulados maiores de cooperação. Afinal, em última análise, a poluição é transfronteiriça e o dano que se pratica lá afeta a vida daqui também.

Fica evidente a partir da definição do princípio que as questões referentes à proteção ambiental devem ser tratadas entre os povos. A título de exemplo, é possível citar os problemas da Amazônia Internacional, que exige uma cooperação entre os nove países envolvidos e também outros países que não possuem o bioma em seu território, necessitando que ocorra a cooperação entre os povos na política do ambiente, superando o regramento interno dos países, com ênfase em normas internacionais que contemplem interesses de todos os envolvidos.

Essa cooperação, no que se refere ao ordenamento jurídico brasileiro, encontra respaldo no Art. 4º, IX, da CF/1988, estabelecendo que o Brasil, em suas relações internacionais, rege-se pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Outro documento norteador para fundamentar essa necessária interrelação entre os povos é a Declaração da Conferência da ONU no Ambiente Humano, que ocorreu em Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972, e atenta à necessidade de um critério e de princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano, com destaque para o artigo 2

> A proteção e o melhoramento do meio ambiente humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro, um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos (Declaração de Estocolmo, 1972).

O texto faz referência que ter um meio ambiente de qualidade, tal qual lhe permita levar uma vida digna, é um direito fundamental do homem. No entanto, para alcançar essa qualidade existe um preço a ser pago, seja com ações preventivas ou por meio de medidas para combater eventuais danos já causados ao meio ambiente, pois a responsabilidade de preservar não está restrita a um único país ou ao seu povo.

Essa necessidade de solução coletiva dos problemas ambientais nos remete à necessidade de se pensar num modelo de tributação ambiental, a partir de um imposto global que seja capaz de pensar em soluções para um desenvolvimento sustentável.

A exemplo, ao comprar um café em São Paulo, um tempurá em Tóquio ou um cupcake em Nova Iorque, centavos poderiam ser arrecadados na forma de um imposto global ambiental e, além disso, num modelo em que quem consome mais paga mais, e quem consome menos paga menos, mas todos de alguma forma poderiam contribuir.

Outrossim, os recursos arrecadados permitiriam investimentos a partir das necessidades ambientais de cada país, seja para combater um problema de queimadas na Amazônia boliviana, no Pantanal brasileiro, dentre outros biomas ameaçados em diversos países.

As ações poderiam ser as mais diversas possíveis, tais como o financiamento de tecnologias limpas e energias renováveis, como solar, eólica e geotérmica; incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias limpas, como a captura e armazenamento de carbono e veículos elétricos; preservação e restauração de ecossistemas, protegendo áreas naturais ameaçadas como florestas tropicais; programas de reflorestamento e restauração de ecossistemas degradados, com ações que possam incentivar práticas agrícolas sustentáveis, como modelo da agrofloresta, que ajudam a regenerar o solo e captar carbono.

Por fim, outra ação que poderia ser feita consiste no apoio a países vulneráveis, com destaque para África e América Latina, permitindo que os países pobres e em desenvolvimento possam ter acesso à assistência financeira para combater os impactos das mudanças climáticas, como secas, inundações e eventos climáticos extremos.

Ressalta-se, portanto, o objetivo de apresentar algumas ideias que podem ser interpretadas como saídas possíveis para a crise climática e os problemas ambientais globais, que exigem respostas urgentes e coordenadas para lidar com os impactos

crescentes sobre ecossistemas, economias e populações humanas, visando um mundo mais sustentável e igualitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Tese cumpriu seu objetivo principal, que era analisar quais as relações entre o neoliberalismo, a Florestania e o Agronegócio desenvolvido na Amazônia e no Acre, sob uma perspectiva de O Direito Achado na Rua – Varadouros, com ênfase na Florestania, considerando sua idealização, implementação e resultados alcançados, sob a ótica de um Brasil que desde a década de 1990 adota políticas neoliberais. Durante a análise, identificou-se que as referidas políticas influenciaram diretamente o Agronegócio e as práticas de exportação, fazendo com que ocorresse um aumento da área plantada na Amazônia, contribuindo para o agravamento de alguns problemas ambientais existentes na região.

Para uma compreensão abrangente da política da Florestania foi necessário empreender uma análise econômica, rastreando os fluxos financeiros que a sustentaram. Tal análise destacou o papel dos agentes envolvidos diretamente no financiamento, buscando desvendar suas verdadeiras motivações. Considerou-se, assim, que a política em questão gerou repercussões sociais e econômicas significativas, as quais se refletem nos indicadores sociais do Estado e contribuíram para o seu endividamento, com ênfase nos encargos de juros atualmente suportados.

Ficou evidenciado no estudo realizado que a Florestania foi completamente dependente de financiamentos, nacionais e internacionais, para implementar os seus objetivos, fazendo com que o Estado do Acre contraísse dívidas que comprometem o seu potencial de investimentos atual, considerando os juros que são pagos devido aos empréstimos contraídos, muitos ainda em vigência.

Os resultados demonstraram também que, enquanto o neoliberalismo impulsionava a expansão do Agronegócio na região Amazônica, a Florestania tentou fazer um contraponto, a partir de um modelo que conseguisse alcançar um desenvolvimento sustentável, garantindo a cidadania dos povos floresta.

No entanto, torna-se necessário realçar que nunca aconteceu um rompimento de fato com a agropecuária na região, ocorrendo sim, incentivos para que a prática acontecesse de acordo com padrões estabelecidos por um modelo teoricamente sustentável. Outrossim, observa-se que o objetivo foi buscar equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Entretanto, os resultados permitem concluir que o Estado ainda padece de sérios problemas econômicos e o meio ambiente continua sofrendo ataques constantes.

O processo de mercantilização da Amazônia está acontecendo através da especulação imobiliária, manejo de madeiras, exploração de mineração, grilagem de terras públicas, dentre outros exemplos, que reforçam as teorias propostas por autores como David Harvey, Pierre Dardot e Christian Laval sobre o caráter do Estado neoliberal, visando favorecer o direito à propriedade privada e consequentemente o livre comércio, com ênfase nas privatizações, como ocorreu em 1997 com a Companhia Vale do Rio Doce, localizada no estado do Pará, no coração da Amazônia.

A Florestania da forma como foi idealizada poderia ser um contraponto a esse movimento que estava ocorrendo na Amazônia, no entanto, observou-se que os Estados da região Norte sofreram fortes impactos ambientais devido à expansão da produção de commodities agrícolas, que ocorreu na década de 2000, evidenciando que Estados como Rondônia e Acre não conseguiram conciliar a expansão agrícola e pecuária com a preservação do meio ambiente, o que preconiza um modelo de desenvolvimento sustentável.

A pergunta feita na Tese consistia, pois, em responder se a Florestania, da forma como foi implementada no Estado do Acre, pode ser considerada uma política neoliberal. Assim, ao analisar as fontes de fomento do projeto, como empréstimos contraídos com BIRD, BID, e bancos nacionais, torna-se evidente que estes fizeram com que o Estado, na busca por tentar viabilizar um projeto de desenvolvimento sustentável, entrasse num ciclo de endividamento, estando cada dia mais refém de regras impostas pelas instituições financeiras, não só pelo pagamento de juros, mas também pela necessidade de contrair novos empréstimos para continuar retroalimentando o sistema e comprometendo as finanças públicas, a exemplo do que ocorre atualmente na relação entre o Estado do Acre e o banco alemão KfW.

Ademais, pode-se aferir características neoliberais, pois os financiamentos contraídos pelo Estado para implementar a Florestania beneficiaram também aqueles que estavam realizando investimentos privados na região. O manejo sustentável é uma evidência de política voltadas para a exploração de recursos naturais em parceria com a iniciativa privada, para atender os interesses dos madeireiros o Estado amoldou seu ordenamento jurídico. Movimentos semelhantes ocorreram com a expansão da pecuária e agricultura, com destaque para a soja e milho, culturas que estão ganhando força nos dias atuais.

Esse movimento atual possui origem nas transformações que o Agronegócio promoveu na região devido à sua expansão após a década de 1970. A conexão entre

o Agronegócio e o neoliberalismo é evidenciada em práticas que priorizaram interesses do setor em detrimento de questões ambientais e sociais, um vale tudo em nome do lucro no campo.

Se considerarmos que a implantação da Florestania no Acre e os interesses do Agronegócio caminharam lado a lado, ocorrendo inclusive a expansão da fronteira agrícola, com o avanço das monoculturas e da pecuária extensiva, incentivou mesmo que indiretamente a ocupação de novas áreas e uma concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários. Assim, da forma como foi idealizada, a Florestania beneficiou mais os de cima que os debaixo, prejudicando os pequenos agricultores e as comunidades tradicionais, gerando uma série de impactos negativos, tanto ambientais quanto sociais.

Observa-se que o desenvolvimento econômico não ocorreu conforme o esperado. A cidadania dos povos da floresta não foi alcançada e os indicadores sociais do Estado não são animadores, talvez por esses motivos que o projeto idealizado pela Frente Popular tenha sido derrotado nas urnas após duas décadas no governo e o Partido dos Trabalhadores tenha sofrido derrotas eleitorais significativas no Acre.

Esta pesquisa contribuiu para a compreensão de um período em que o Acre vivenciou a idealização e a implantação de um novo modelo econômico e político, permitindo verificar que na Amazônia não bastam boas ideias e financiamento, sendo necessário compreender que o desenvolvimento na região requer pensar um modelo que seja inclusivo e capaz de garantir, na prática, a proteção de direitos, a integridade da floresta e um desenvolvimento socioeconômico equilibrado.

No entanto, é preciso interpretar melhor os interesses políticos na região, com destaque para a área da Reserva Extrativista Chico Mendes, essa interpretação foi realizada também sob uma perspectiva de O Direito Achado na Rua – Varadouros, podendo ser abordado em estudos futuros o papel desempenhado pelo Agronegócio e a sua contribuição para o desmatamento do bioma, os conflitos fundiários e a dependência econômica do Estado.

Sugere-se que futuras pesquisas explorem mais detalhadamente o legado da Florestania, investigando as percepções das comunidades indígenas, ribeirinhas e da população do estado, inclusive as consequências que tiveram desde que o projeto começou a ser implantado no Acre.

Em conclusão, a análise da Florestania e sua trajetória, considerando os fatores determinantes para demarcar o que deu certo e o que deu errado, nos remete

a um modelo inovador que oferece uma alternativa para os problemas existentes na Amazônia, podendo contribuir para o desenvolvimento da região, alinhando prosperidade econômica com justiça social e preservação ambiental. No entanto, para alcançar tais objetivos faz-se necessário repensar a condução política de projetos com o mesmo propósito, devendo ser pensado como política de Estado, sem limitações ideológicas e partidárias.

REFERÊNCIAS

ADUFS. **A dívida pública e sua gestão tutelada pelas diretrizes do neoliberalismo**. Disponível em: https://adufs.org.br/conteudo/2087/a-divida-publica-e-sua-gestao-tutelada-pelas-diretrizes-do-neoliberalismo. Acesso em: 15 jul. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Cúpula: acordo deve evitar ponto de não retorno da Amazônia**. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/cupula-acordo-deve-evitar-ponto-de-nao-retorno-da-amazonia. Acesso em: 19 jul. 2023.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE. **Governo do Acre, Alemanha e Reino Unido firmam compromissos para reestruturação do programa REM Acre - Fase II.** Disponível em: https://agencia.ac.gov.br/governo-do-acre-alemanha-e-reino-unido-firmam-compromissos-para-reestruturacao-do-programa-rem-acre-fase-ii/. Acesso em: 11 ago. 2024.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE. **Governo paga em média 600 milhões por ano em dívidas de gestões anteriores.** Disponível em: https://agencia.ac.gov.br/governo-paga-em-media-600-milhoes-por-ano-em-dividas-de-gestoes-anteriores/. Acesso em: 15 jul. 2024.

ALLEGRETTI, Mary Helena. **A construção social de políticas ambientais.** Chico Mendes e o, 2002.

AMAZÔNIA LEGAL EM DADOS. **Perfil da Amazônia Legal: Indicador de PIB per capita por UF**. Disponível em: https://amazonialegalemdados.info/dashboard/perfil.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal&area=Economia__78&indicador=TX_IBGE_PIB_PC_UF__78. Acesso em: 15 jul. 2024.

ANENET. **Roberto Lyra Filho**. Disponível em: https://anenet.com.br/roberto-lyra-filho/. Acesso em: 15 abr. 2024.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB). **Terra Livre.** n. 7-8. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/issue/view/11/7. Acesso em: 15 abr. 2023.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Sobre o BID.** Disponível em: https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/sobre-o-bid. Acesso em: 10 nov. 2023.

BOITO JR, Armando. **A hegemonia neoliberal no governo Lula.** Crítica marxista, v. 17, p. 10-36, 2003.

BOITO JR, Armando. **Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Crítica marxista, v. 1, n. 3, p. 80-105, 1996.

BRANDÃO, Pedro Augusto Domingues Miranda. **Colonialidade do Poder e Direito: uma análise da construção do novo marco legal de acesso à biodiversidade** (Lei nº 13.123/2015). 2018.

BRASIL. **Amazônia: PPCDAM**. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/combate-ao-desmatamento-queimadas-e-ordenamento-ambiental-territorial/controle-do-desmatamento-1/amazonia-ppcdam-1. Acesso em: 15 set. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.349, de 29 de junho de 2023.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11349.htm. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990.** Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970.** Dispõe sobre a criação de incentivos fiscais para a recuperação econômica de áreas afetadas por secas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989.** Dispõe sobre o salário mínimo profissional dos engenheiros, arquitetos, engenheiros agrônomos e veterinários. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7986.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Ministra Marina Silva apresenta balanço de ações de preservação ambiental.** Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/06/ministra-marina-silva-apresenta-balanco-de-acoes-de-preservacao-ambiental. Acesso em: 10 set. 2024.

CARDOSO, FH., and MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo** [online]. Rio de Janeiro:Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.168 p. ISBN: 978-85-99662-73-1. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

Carta Encíclica. 2016. **Laudato Si. Sobre o cuidado da casa comum.** São Paulo: Paulus.

CARVALHO, Claudiane Silva; COSTA, Alexandre Bernardino. **Estado austeritário versus cidadania: neoliberalismo e efeitos da emenda constitucional 95/2016 sobre o direito à educação no Brasil.** Revista da Associação dos Antigos Alunos de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2020.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Avaliação das políticas de desenvolvimento sustentável do estado do Acre: 1999-2012.**

Disponível em: https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/37245-avaliacao-politicas-desenvolvimento-sustentavel-estado-acre-1999-2012. Acesso em: 15 jul. 2024.

CLIMA BRASIL. **Diretrizes para Ação e Ambição Climática.** Disponível em: https://www.climabrasil.org.br/_files/ugd/54e532_f93135b838fd4d0291634cfcdf725161.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

CLIO – História e Literatura. **Nasce Chico Mendes – Hoje na História.** Disponível em: https://cliohistoriaeliteratura.com/2020/12/15/nasce-chico-mendes-hoje-na-historia/. Acesso em: 10 mai. 2024.

COLLOR, Fernando, 1949. **Brasil: um projeto de reconstrução nacional.** Fernando Collor. Brasília : Senado Federal, 2008.

CONSELHO NACIONAL DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS (CNS). **Mutirão contra a jagunçada.** Disponível em: https://cnsbrasil.org/mutirao-contra-a-jaguncada/. Acesso em: 15 jun. 2024.

COSTA, A. B., CARVALHO, C. S. (organizadores). **Desigualdade, Crise Sanitária e Direitos.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

COSTA, A. B., Sousa Júnior, J. G. D., Delduque, M. C., Oliveira, M. S. D. C., & Dallari, S. G. **O Direito achado na rua: Introdução crítica ao direito à saúde**. 2009.

Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. In: **Anais Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano.** Estocolmo, 6p., 1972. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/33/2016/09/Declaracao-de-Estocolmo-5-16-de-junho-de-1972-Declaracao-da-Conferencia-da-ONU-no-Ambiente-Humano.pdf. Acesso em 20 set. 2024.

DICIO – **Dicionário Online de Português**. Empate. Disponível em: https://www.dicio.com.br/empate/. Acesso em: 10 mai. 2024.

DICIO. **Biopirataria**. Disponível em: https://www.dicio.com.br/biopirataria/#:~:text=substantivo%20feminino%20Explora%C3%A7%C3%A3o%2C%20comercializa%C3%A7%C3%A3o%20ou,%2C%20esp%C3%A9cies%20e%20recursos%20gen%C3%A9ticos). Acesso em: 10 mai. 2023.

FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9

FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (FEPOLÍTICA). **Cidadania, florestania: a Amazônia titular de direitos.** Disponível em: https://fepolitica.org.br/cidadania-florestania-a-amazonia-titular-de-direitos/. Acesso em: 15 set. 2023.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Mapeamento da produção agropecuária no Bioma Amazônia**. Disponível em: https://agro.fgv.br/sites/default/files/2023-02/ocbio_mapeamento_da_producao_agropecuaria_no_bioma_amzonia_2112.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

G1. **Açougue tem fila para doação de ossos em Cuiabá**. Disponível em: https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/video/acougue-tem-fila-para-doacao-de-ossos-em-cuiaba-9695222.ghtml. Acesso em: 11 ago. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **e- SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão**. Disponível em: http://esic.ac.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f. Acesso em: 18 out. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. **Portal da Transparência - Receitas.** Disponível em: https://transparencia.ac.gov.br/receitas. Acesso em: 15 jul. 2024.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações** / David Harvey; tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, J. de S. **Estado e neoliberalismo no Brasil (1995-2018).** Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional, v. 13, n. 35, p. 38-63, 2018.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio.** Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia : sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia Legal.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html. Acesso em: 19 jul. 2023.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Quem foi Chico Mendes.** Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/quem-foi-chico-mendes. Acesso em: 12 abr. 2024.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Reserva Extrativista Chico Mendes.** Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/resex-chico-mendes. Acesso em: 12 abr. 2024.

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Agropecuária.** Disponível em: https://imazon.org.br/slide/agropecuaria/. Acesso em: 12 ago. 2024.

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Aumento de produtividade daria lucro sem desmate.** Disponível em: https://imazon.org.br/imprensa/aumento-de-produtividade-daria-lucro-sem-desmate/. Acesso em: 12 ago. 2024.

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Desmatamento acumulado até setembro passa dos 9 mil km² em 2022, pior marca em 15 anos.** Disponível em: https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-acumulado-ate-setembro-passa-dos-9-mil-km%C2%B2-em-2022-pior-marca-em-15-anos/. Acesso em: 19 ago. 2024.

INSTITUTO HUMANITAS (IHU). **O Direito Achado na Rua: contribuições para a teoria crítica do direito.** Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/623246-o-direito-achado-na-rua-contribuicoes-para-a-teoria-critica-do-direito. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA (INPA). **Página inicial**. Disponível em: https://www.gov.br/inpa/pt-br. Acesso em: 10 jul. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Documento normativo da Reserva Extrativista Chico Mendes.** Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/1567_20140806_152210.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O Índice de Desenvolvimento Humano.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2144:catid=28 Acesso em: 11 ago. 2024.

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. **Reserva Extrativista Chico Mendes.** Disponível em: https://catalogo-ucs-brasil.jbrj.gov.br/descr_areas.php?area=ChicoMendes. Acesso em: 15 abr. 2024.

JÚNIOR, SOUZA. José Geraldo. **Direito como liberdade: o direito achado na rua. Experiências populares emancipatórias de criação do direito.** 2008. 338. 2008. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito da UNB, Universidade de Brasília, Brasília.

JUSCLIMA 2030. **Inicial da Ação Civil Pública** 1012197-54.2022.4.01.3000. Disponível em: https://jusclima2030.jfrs.jus.br/wp-content/uploads/2023/01/Inicial-Acao-Civil-Publica-1012197-54.2022.4.01.3000.pdf. Acesso em: 25 ago. 2024.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.** Estudos avançados, v. 16, p. 37-61, 2002.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição).** Editora Companhia das letras, 2019.

LACOMBE, Willy. **Marina Silva: O que vem depois do fim do mundo?** - Revista Tripe, 28 de novembro de 2020.

LITERACIA E BIODIVERSIDADE. **Florestania.** Disponível em: https://literaciabiodiversidade.blogspot.com/p/florestania.html. Acesso em: 12 ago. 2023.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é Direito.** 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LYRA FILHO, Roberto. **Karl, meu amigo: diálogo com Marx sobre o direito.** Fabris Editor, 1983.

LYRA FILHO, Roberto; DIALETICO. **Humanismo. Direito e avesso.** Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira, n. 1, 1982.

LYRA FILHO, Roberto; DIALETICO. **Humanismo. Direito e avesso.** Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira, n. 3, 1983.

MAHAR, Dennis J. **Instituições internacionais de empréstimo público e o desenvolvimento da Amazônia brasileira: a experiência do banco mundial.** Revista de Administração Pública, v. 16, n. 4, p. 23 a 38-23 a 38, 1982.

MAPBIOMAS. **Amazônia é o bioma com mais pastagens no Brasil.** Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/2022/11/30/amazonia-e-o-bioma-com-mais-pastagens-no-brasil/. Acesso em: 25 ago. 2024.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar.** Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2007.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Seringueiros criam entidade nacional.** Disponível em: https://memorialdademocracia.com.br/card/seringueiros-criam-entidade-nacional. Outubro - 1985. Acesso em: 12 abr. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF**). MPF cobra medidas para redução de impactos da Transamazônica aos indígenas Aikewara, no Pará.** Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-cobra-medidas-para-reducao-de-impactos-da-transamazonica-aos-indigenas-aikewara-no-para. Acesso em: 15 jul. 2024.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana**. Rio Branco: Edufac, 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Meszaros analisa a crise do capital em Campinas.** Disponível em: https://mst.org.br/2011/06/01/meszaros-analisa-crise-do-capital-em-campinas/. Acesso em: 15 set. 2024.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. **Amazônia tem 14 mil espécies de plantas com sementes.** Disponível em: https://www.gov.br/museugoeldi/pt-br/arquivos/noticias/amazonia-tem-14-mil-especies-de-plantas-com-sementes. Acesso em: 10 mai. 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Ação Contra a Mudança Global do Clima.** Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/13. Acesso em: 10 set. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).** Disponível em: https://news.un.org/pt/tags/pnuma. Acesso em: 11 ago. 2023.

O ECO. **Boi em alta eleva pressão do desmatamento na Reserva Chico Mendes.** Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/boi-em-alta-eleva-pressao-do-desmatamento-na-reserva-chico-mendes/. Acesso em: 25 ago. 2024.

SMERALDI, Roberto; MAY, Peter. **O Reino do Gado: Uma nova fase na pecuarização da Amazônia**. São Paulo: Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, 2008.

PERSPECTIVAS. **O uso do conceito de sustentabilidade em publicações científicas.** Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/13235/8721. Acesso em: 10 set. 2024.

Picanço, C. A. S., & Sobrinho, M. V. (2024). **Bioeconomia biotecnológica na Amazônia Ocidental: uma análise dos projetos do Programa Prioritário de Bioeconomia.** P2P E INOVAÇÃO, 10(2).

PINHEIRO, Francisco de Moura et al. **A invenção da florestania: a participação da mídia acreana na construção de um novo discurso ideológico**. 2013.

PLANO DE GOVERNO 1999 - 2002. Jorge Ney Viana Macedo Neves. **O jeito 13 em treze pontos**. 1998.

PLANO DE GOVERNO 2003-2006. Jorge Ney Viana Macedo Neves. **Cuidando bem do Acre.** 2002.

PLANO DE GOVERNO 2007-2010. Arnóbio Marques de Almeida Júnior. **Desenvolvimento com oportunidades para todos.** 2006.

PLANO DE GOVERNO 2011-2014. Sebastião Afonso Viana Macedo Neves. **Propostas da Frente Popular Para o Governo do Acre**. 2010.

PNUD – **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** Painel IDHM. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm. Acesso em: 10 ago. 2024.

REPÓRTER BRASIL. **Dicionário extrativista**. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2005/07/dicionario-extrativista/. Jul-2005. Acesso em: 15 jun. 2024.

RESEARCHGATE. **Mapa da Reserva Extrativista Chico Mendes com destaque para os seringais.** Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-da-Reserva-Extrativista-Chico-Mendes-com-destaque-para-os-seringais_fig1_375900797. Acesso em: 18 abr. 2024.

REVISTA TRIP. **Marina Silva: o que vem depois do fim do mundo.** Disponível em: https://revistatrip.uol.com.br/tpm/marina-silva-o-que-vem-depois-do-fim-do-mundo. Acesso em: 10 mai. 2024.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita.** Brasília: Senado Federal, 2005.

RICARDO, ANDRÉ. **Governo paga, em média, 600 milhões por ano em dívidas de gestões anteriores** – Notícias do Acre [agencia.ac.gov.br]. 03 de nov. de 2023.

RODRIGUES, Ângela. **Governo do Acre, Alemanha e Reino Unido firmam compromissos para reestruturação do Programa REM Acre Fase II** – Notícias do Acre (agencia.ac.gov.br), jun - 2022.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes; JURGENFELD, Vanessa Follmann. **O Neoliberalismo no Governo Itamar Franco: uma análise de sua política de privatizações.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, p. 145-176, 2021.

Rodrigues, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**. Marcelo Abelha Rodrigues. – 5. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. Boitempo Editorial, 2018.

SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington. **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas.** Editora UnB, 2011.

SÉNCHEZ RUBIO, David; SÁNCHEZ BRAVO, Álvaro; DELGADO ROJAS, Jesús Ignacio. **Poderes, constitución y derecho**. 2024.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, v. 22, p. 2002, 2002.

SILVA, Regina Lúcia Teixeira da. **Direitos humanos como direitos plurais: crítica às teorias modernas.** *Revista Direito e Práxis*, v. 11, n. 3, p. 1527-1551, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/CNNz75q4mnFdnjKzWnZY7sj/?lang=pt. Acesso em: 25 abr. 2024.

FERREIRA, R. (org.). **Sob a pata do boi: como a Amazônia vira pasto**. Coordenação Paulo André Vieira, Marcio Isensee e Sá. Rio de Janeiro: Associação O Eco, 2021.

SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade: A colonialidade no Acre e o8 condenados da floresta**. Orientador, Marcos Fábio Freire Montysuma; coorientador, Armando de Melo Lisboa. Florianópolis, SC, 2016.

SOUSA JÚNIOR, J. G. de (org.) **Introdução crítica ao direito**. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

TESOURO NACIONAL. **Visão integrada das dívidas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/historias/visao-integrada-das-dividas-da-uniao-dos-estados-do-distrito-federal-e-dos-municipios. Acesso em: 15 jul. 2024.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação de candidaturas e contas eleitorais.** Disponível em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/AC/680/10000000152/2014/AC. Acesso em: 15 out. 2023. (Plano de Governo Tião Viana - 2015-2018).

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação de candidaturas e contas eleitorais.** Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORTE/AC/2022802018/10000603056/2018/AC. Acesso em: 15 out. 2023. (Plano de Gladson Cameli - 2019 - 2022).

UOL. **Placar Eleições 2014 – 2º turno.** Disponível em: https://placar.eleicoes.uol.com.br/2014/2turno/. Acesso em: 18 out. 2023.

Veríssimo, Tatiana Corrêa. **A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia (1ª edição ampliada)**. Tatiana Veríssimo, Jakeline Pereira; colaboração de: Adalberto Veríssimo; ilustrado por: Livando Malcher e Biratan Porto; Jakeline Pereira – Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2020.

VERÍSSIMO, Tatiana Corrêa; PEREIRA, Jakeline. **Floresta Habitada: História da ocupação humana na Amazônia.** Belém, Imazon, 2020.

VICENTE, Yáñez Pinzón. Disponível em: https://www.ebiografia.com/vicente_yanez_pinzon/. Acesso em: 10 mai. 2023.

VILARINHO, Carlyle R. **O Brasil e o Banco Mundial diante da questão ambiental.** Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 15, 1992.

WIKIPÉDIA. **Seringueira.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Seringueira. Acesso em: 11 mai. 2023.

WRIBRASIL. **Uma bioeconomia inovadora para a Amazônia: conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma floresta tropical**. Disponível em: https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/2022-07/NEA-BR_Bioeconomia_PT.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

ANEXOS

ANEXO A - Plano de Governo Jorge Viana

O JEITO DO 13

EM

TREZE PONTOS

Apresentação

O Acre vive um momento decisivo. Certamente um dos mais importantes de sua secular história.

Naturalmente, ao definirmos a candidatura de **Jorge Viana** ao **Governo do Acre**, sabíamos que a **Frente Popular** tinha condição de reunir a melhor equipe de trabalho e elaborar o melhor plano. A experiência, o engajamento, o trabalho de muitos anos juntos às mais diversas comunidades do Acre, nas cidades e na floresta, credenciam nosso candidato a apontar as soluções mais adequadas aos problemas de nossa terra. Mas isso não basta.

De nada vale colocar um conjunto de receitas ou escrever apressadamente as mais importantes reivindicações do povo (e conhecemos todas). Um programa deve ser resultado de uma reflexão coletiva profunda e não um panfleto político equivocado.

Por isso apresentamos aqui as nossas reflexões iniciais sobre a situação e as principais tarefas de um **Governo Democrático**, popular e moderno. As direções dos partidos da **Frente Popular**, assessores e colaboradores, lideranças sociais e políticas participaram dessa reflexão inicial. Não temos a pretensão de finalizar com este documento um **Plano de Governo**, mas definir os principais pontos e diretrizes das ações que iremos realizar.

Convidamos você a responsabilidade de nos ajudar a seguir adiante.

Convidamos você a trabalhar conosco.

Jorge Viana

Governador

Frente Popular do Acre

ÍNDICE

1 - EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

2 - ORDENAÇÃO TERRITORIAL/MEIO AMBIENTE/CIÊNCIA E TECNOLOGIA

3 - ESTRUTURA FINANCEIRA

4 - SISTEMA DE TRANSPORTE/BR-364 E BR-317

5 - INDÚSTRIA/COMÉRCIO E SERVIÇOS

6 - SISTEMA ENERGÉTICO

7 - DESENVOLVIMENTO URBANO

- HABITAÇÃO
- SANEAMENTO BÁSICO
- TRANSPORTE URBANO

8 - DESENVOLVIMENTO RURAL E FLORESTAL

9 - SAÚDE

10 - EDUCAÇÃO/CULTURA/DESPORTO

11 - COMUNIDADES INDÍGENAS

12 - SITUAÇÃO DA MULHER/DA CRIANÇA/ E DO ADOLESCENTE

13 - SEGURANÇA PÚBLICA

EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A Administração Pública no Acre assemelha-se a uma máquina velha e enferrujada. Seu funcionamento revela ineficiência, desperdí - cio, lentidão, todos os vícios da burocracia e do atraso. No última dé cada do século vinte o povo acreano depende de funcionários mal remune rados que trabalham em salas sujas manuseando papéis empoeirados. Os diversos setores trabalham na base do "cada um por si", acumulando fun ções, realizando duas vezes o mesmo serviço ou, o que é pior, deixando duas vezes de realizá-lo. O **Governo da Frente Popular do Acre** buscará a modernidade e a eficiência administrativa. Realizaremos as reformas que se verificarem necessárias para a redução da burocracia ao mínimo necessário. Estabeleceremos a coordenação, o planejamento, a integra - ção entre os vários setores. Criaremos um moderno sistema de processa- mento, distribuição e análise de dados. Toneladas de papéis custam mais caro que um computador. Os gastos com a modernização da adminis - tração pública são, fundamentalmente, um investimento desejável para a economia do povo.

Para que a modernidade e a eficiência administrativa se esta beleçam é necessário, antes de mais nada, uma modernização da mentali- dade. Tudo começa por um combate incessante à corrupção em suas varia- das formas.

A situação em que vivemos é escandalosa. A corrupção está instalada no coração da administração pública: A prática das "caixi - nhas", dos dez por cento, das concorrências fraudulentas já se tornou rotina. A principal causa dessa situação é a impunidade. Em nosso **Go - verno**, todas as denúncias serão apuradas com isenção e com rigor. Os culpa dos serão punidos na forma da lei. Essa é a pedra fundamental. Esse é um ponto de honra.

Utilizando corretamente seus recursos, o Estado estenderá a sua ação. Hoje o Governo funciona mal nas cidades e inexiste fora de - las. O cidadão acreano terá direito aos serviços fundamentais onde quer que esteja. Para isto será necessária uma política de valorização e formação de recursos humanos. O funcionalismo público deve ser uma atividade atrativa em todos os níveis. O funcionário terá direito à es

ORDENAÇÃO TERRITORIAL, MEIO AMBIENTE

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ORDENAÇÃO TERRITORIAL, MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ordenação Territorial

O Acre deverá dispor de um Zoneamento Econômico e Ecológico, definindo usos e aptidões para as suas diferentes microrregiões. Esse trabalho permitirá a elaboração de legislação que condicione a exploração do espaço ao seu potencial de recursos e, também, as suas limitações geo-ambientais.

Este programa deverá orientar sua atividade dentro do seu campo de ação, visando contribuir para os seguintes objetivos estratégicos:

- rompimento definitivo da situação de isolamento e de estagnação econômica a que está submetido o Estado;
- diversificação e interiorização das atividades produtivas no Estado, atualmente concentradas na região polarizada pelo município de Rio Branco, potencializando o crescimento da renda e do emprego em todo o âmbito estadual;
- promoção da eficiência dos meios de transportes;
- rompimento de estruturas monopólicas de comercialização atualmente existentes em decorrência do isolamento da região;
- estabelecimento de melhor acesso às localidades mais interioranas do Estado através da conexão com o modal fluvial, dinamizando a navegação interior de pequenas embarcações e otimizando os investimentos do Governo Estadual em infra-estrutura portuária nos principais municípios e localidades da região;
- modificação nos deslocamentos populacionais internos, diminuindo a intensidade do fluxo migratório em direção à capacidade do Estado;

- abertura de oportunidades de investimentos para capitais oriundos de outras regiões do país e do exterior, pelo aproveitamento de potencialidades industriais, agrícolas, pecuárias e florestais do Estado;
- dinamização do comércio intra e inter-regional, com significativa ampliação dos mercados para produtos locais e regionais.

Todo esse trabalho, destinado a estabelecer uma ordenação territorial adequada às características do povo e da região, enfrenta a atual situação fundiária, fonte de permanente conflito.

O Governo Estadual não tem poder para realizar uma reforma agrária ampla, responsabilidade do Governo Federal. Mas o **Governo da Frente Popular** lançará mão de todos os meios legais à sua disposição para realizar uma reforma dentro dos limites de suas possibilidades, distribuindo terras em alguns casos, mas, principalmente, apoiando os pequenos e médios proprietários para evitar a reconcentração fundiária.

A pequena propriedade e a propriedade coletiva ou comunitária, pela sua importância social, seu poder agregador e organizador, pela sua capacidade de retenção populacional, serão estimuladas prioritariamente.

Meio Ambiente

Logicamente todo o trabalho de zoenamento e ordenação territorial estará baseado numa proposta de correta utilização dos recursos natuaris. A atenção com a qualidade do meio ambiente e a conservação da natureza está presente em toda a proposta de ação do **Governo da Frente Popular**. Nossa proposta é de um desenvolvimento econômico e social ecologicamente sustentado. Isso significa, além da incorporação da variável "meio ambiente" em todas as ações de todos os setores, obrigações específicas envolvendo basicamente três aspectos: controle, fiscalização e proteção. Nosso **Governo** será rigoroso no cumprimento da

- abertura de oportunidades de investimentos para capitais oriundos de outras regiões do país e do exterior, pelo aproveitamento de potencialidades industriais, agrícolas, pecuárias e florestais do Estado;
- dinamização do comércio intra e inter-regional, com significativa ampliação dos mercados para produtos locais e regionais.

Todo esse trabalho, destinado a estabelecer uma ordenação territorial adequada às características do povo e da região, enfrenta a atual situação fundiária, fonte de permanente conflito.

O Governo Estadual não tem poder para realizar uma reforma agrária ampla, responsabilidade do Governo Federal. Mas o **Governo da Frente Popular** lançará mão de todos os meios legais à sua disposição para realizar uma reforma dentro dos limites de suas possibilidades, distribuindo terras em alguns casos, mas, principalmente, apoiando os pequenos e médios proprietários para evitar a reconcentração fundiária.

A pequena propriedade e a propriedade coletiva ou comunitária, pela sua importância social, seu poder agregador e organizador, pela sua capacidade de retenção populacional, serão estimuladas prioritariamente.

Meio Ambiente

Logicamente todo o trabalho de zoenamento e ordenação territorial estará baseado numa proposta de correta utilização dos recursos natuaris. A atenção com a qualidade do meio ambiente e a conservação da natureza está presente em toda a proposta de ação do **Governo da Frente Popular**. Nossa proposta é de um desenvolvimento econômico e social ecologicamente sustentado. Isso significa, além da incorporação da variável "meio ambiente" em todas as ações de todos os setores, obrigações específicas envolvendo basicamente três aspectos: controle, fiscalização e proteção. Nosso **Governo** será rigoroso no cumprimento da

legislação Federal e Estadual visando impedir, por todos os meios le - gais, crimes contra a natureza. Serão reforçados os organismos Esta duais de controle e fiscalização, especialmente no que se refere à u- tilização dos recursos hídricos e ao desmatamento.

O Estado contará com laboratórios, veículos e instrumentos a dequados ao serviço de seus funcionários. As comunidades serão assisti das com educação ambiental e orientação técnica. O Estado gerenciará a proteção de áreas especiais de relevante interesse para a conservação da fauna e da flora, onde serão realizadas pesquisas capazes de estabe lecer critérios de manejo e de controle em áreas de exploração econômi ca particular ou comunitária.

Ciência e Tecnologia

Tudo isso exigirá do **Governo** um incremento substancial nas a tividades de pesquisa científica e desenvolvimento de tecnologia adáp- tada às condições regionais. A FUNTAC tem hoje estrutura suficiente pa ra oferecer suporte ao desenvolvimento de atividades em vários setores da atividade econômica e social. Sua estrutura deve interligar-se com a de todos os outros setores da administração pública que produzem tec nologia ou que dela necessitem, além das instituições científicas de en sino, pesquisa e extensão. O fluxo de informações permitirá o estabele cimento de um sistema integrado de Ciência e Tecnologia capaz de orien tar e monitorar o processo geral de desenvolvimento econômico e social.

Nesse sistema deverá ter lugar central o Conselho de Ciência e Tecnologia no qual o **Governo** dividirá responsabilidades com as orga- nizações não governamentais e populares. O saber das comunidades, a cultura e o conhecimento dos povos da cidade e da floresta serão a bús sola pela qual o **Governo da Frente Popular** orientará suas ações.

ESTRUTURA FINANCEIRA

ESTRUTURA FINANCEIRA

Para viabilizar o Plano de Ação do Governo é necessário analisar cuidadosamente a disponibilidade de recursos financeiros a serem geridos através do seu orçamento geral.

Do orçamento proposto para 1991, considerou-se separadamente a Receita e a Despesa. Da origem das fontes de financiamento consideramos separadamente as receitas próprias e as transferências.

As transferências representam cerca de 80% do total do orçamento estimado em 25.000.000.00 bilhões de cruzeiros. O principal item da receita própria é o ICM que, participa com cerca de 90% das receitas tributárias..

No que se refere às transferências verifica-se que o FPE é o item de maior significado (70% do total transferido pela União).

A composição do ICM arrecadado no Estado mostra que o setor terciário participa com 68%, seguido pelo setor primário com 19%.

Por outro lado, discriminando-se o setor primário verificam-se as atividades de maior importância, segundo sua contribuição no ICM: borracha (74%), castanha (13%), madeira (6%), pecuária (6%) e produtos agrícolas (1%).

Do lado das despesas, estima-se que cerca de 80% do total orçado estão comprometidos em despesas correntes (folha de pagamento, essencialmente). Dos 20% restantes das receitas cerca de 5% representam compromissos assumidos (principal + encargos financeiros).

Os investimentos que o **Governo da Frente Popular** definir como prioritários terão cobertura de 15% do total do orçamento.

Assim, é necessário combater todo o tipo de sonegação, bem como reestruturar a legislação do ICM, redirecionando as isenções e incentivos somente aos segmentos econômicos considerados prioritários para se consolidarem ou se implantarem.

Vale ressaltar que recursos financeiros para investimentos de risco já tem as linhas convencionais com repasses de instituições financeiras, com taxas de juros de mercado (FINAME, POC, PE).

Para o financiamento dos segmentos que o **Governo da Frente Popular**, em comum acordo com os diferentes setores organizados da sociedade, propomos a reestruturação do Fundo de Desenvolvimento Estadual (FDE) existente no BANACRE e atualmente desativado.

Os recursos de formação deste Fundo seria o correspondente de 2 meses dos recursos disponíveis para investimento. A recomposição real deste Fundo dar-se-ia pela "entrada" de recursos líquidos orçamentários para cobrir o diferencial da correção monetária não assumida.

Definidos os segmentos a serem incentivados, com o estabelecimento de taxas de juros diferenciadas, é necessário a criação de um Conselho de Gestão do FDE, democraticamente regulamentado, para operacionalizar estes recursos, deixando de haver "clientela" especial e sim, um segmento econômico a ser desenvolvido.

Esse procedimento garantirá o início da transformação do BANACRE em um Banco de Desenvolvimento Regional, capaz de dar suporte financeiro não apenas às políticas públicas desenvolvidas pelo Governo, mas, especialmente às atividades econômicas privadas e comunitárias.

SISTEMA DE TRANSPORTES/ BR-364 E BR-317

SISTEMA DE TRANSPORTES/BR-364 E BR-317

O **Governo Jorge Viana** entende que um Plano de Transporte definirá a articulação da economia acreana e dará maior eficiência às ações governamentais. Com soluções simples e adequadas, essa questão poderá ser solucionada, caso contrário será impraticável o fortalecimento da iniciativa privada e ficará altamente onerosos os serviços de saúde, educação e outros de responsabilidade direta do Estado.

As três modalidades de transportes: fluvial, aéreo e rodoviário não poderão continuar desarticuladas entre si. Essa questão mereceu reflexão no Seminário da **Frente Popular**.

O que representam as nossas estradas? Como viabilizar o transporte fluvial? Qual a dimensão do transporte aéreo?

Programas e Planos de transportes mirabolantes sempre estiveram presentes nas discussões para o desenvolvimento do nosso Estado.

Entretanto, falta dinheiro e a conjuntura econômica não ajuda. Como fazer? O jeito é a criatividade e bom senso. Estudamos profundamente, parte por parte os pontos críticos de cada modalidade de transporte (rodoviário, aéreo e fluvial). Enfrentamos esses pontos considerando o orçamento estadual e possibilidades de recursos externos. Estabelecemos um cronograma de ação que possibilite a integração das modalidades entre si à medida que forem eliminadas as dificuldades de cada uma delas. Portanto, o setor Transporte garantirá no nosso Governo as ações de todos os outros setores que compõem a "Política de Desenvolvimento Estadual".

Transporte Fluvial

- Fomentar uma política de crédito junto ao BNDES/BANACRE, incentivando o aparecimento de pequenas e micro - empresas de transportes fluviais para cargas e passageiros, mantendo linhas regulares supervisionadas e fiscalizadas diretamente pelo Estado. Assim fortalece-

mos as atividades econômicas e sociais nos principais rios como: Juruá, Tarauacá, Muru, Envira, Iaco, Caeté e Purus.

Poderão serem atendidas até 8 meses ao ano, uma população ribeirinha estimada em 45.000 habitantes.

- Incentivar, fortalecer e ampliar pequenas indústrias navais com produção de barcos e equipamentos adequados às peculiaridades regionais, através de um Programa pelo BANACRE/BNDES/BASA;
- Incentivar e assegurar, através de mutirões, envolvendo as comunidades beneficiárias, as administrações municipais e o Governo Estadual na desobstrução e limpeza dos canais fluviais.
- Implantar e desenvolver infra-estrutura portuária nas cidades do interior, estabelecendo portos de transbordos com a BR-364.(interseção do modal fluvial e rodoviário).

Esse Projeto encontra-se com os estudos de viabilidade técnico-econômico concluídos e aprovados pelo BNDES, necessitando apenas retomadas de negociações para liberação dos recursos.

Transporte Aéreo

- Desenvolver gestões junto a Infraero, visando melhorias no terminal aeroportuário da capital até a construção do novo aeroporto previsto no orçamento da Infraero e Ministério da Aeronáutica.
- Melhorar a infra-estrutura aeroportuária nas sedes dos municípios para pouso de pequenas aeronaves e aviões militares.
- Reativar as negociações junto a organismos governamentais e as Empresas VARIG/VASP/CRUZEIRO e TRANSBRASIL

(que já está em Porto Velho) no sentido de ampliação para os vôos comerciais e estender os vôos noturnos até Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Estradas Estaduais E Municipais

Existem duas frentes a serem atacadas: as Estradas Estaduais e as Estradas Vicinais. O Conselho Rodoviário é importante instrumento para viabilizar o funcionamento deste sub-setor. Esse Conselho estará que ser reestruturado e reativado com a efetiva participação das Prefeituras Municipais.

Pouco adianta um tratamento privilegiado às Estradas Estaduais coletoras sem equacionar os problemas das Estradas Vicinais. Elas são alimentadoras da rede Estadual e Federal.

Rodovias Estaduais

Praticamente dos 290 km de estradas Estaduais construídas, 63% encontram-se pavimentadas, necessitando de recuperação e manutenção. Praticamente toda essa extensão encontra-se próximo à cidade de Rio Branco. São 110 km a serem pavimentados.

Rodovias Vicinais

Hoje a rede de estradas Vicinais alcançam de 3.000 km, concentrando-se 85% no município de Rio Branco.

Teremos que ampliar o tráfego nas rodovias vicinais dos municípios do interior e garantir uma administração conjunta com as Prefeituras.

Ao longo dessas estradas vicinais encontra-se 12.000 famílias de produtores ruaris, desacreditados de sua viabilidade de produção e comercialização. Essa imensa força de trabalho com uma intervenção de curto prazo será de fundamental importância para regularização do abastecimento interno. Manter todas essas estradas em condições de tráfego o ano todo, custarão aproximadamente 1,5 bilhões de cruzeiros. Onde buscar esses recursos? Serão ainda necessários 4,5 bilhões de cruzeiros para dar tráfego permanente as estradas Estaduais e Vicinais!

Essa cifra representa aproximadamente 20% do orçamento anual do Estado. Temos que utilizar então uma estratégia que deverá adotar soluções que otimizem os recursos Estaduais. Enfrentaremos a solução de tráfego nas estradas Vicinais com o orçamento Estadual. Recuperaremos e pavimentaremos as Estradas Estaduais com recursos externos, baseados na necessidade de mudanças do modelo tecnológico adotado até agora e dos tradicionais projetos de engenharia.

Não inventaremos a roda. Existem estudos do BNDES/BANCO MUNDIAL/DNER concluídos a mais de 3 anos, mostrando que se pode baratear em até 60% o custo por km de estrada construída. A adoção dessas medidas no Estado do Acre, terá que privilegiar a tecnologia e os materiais regionais, com rígido controle de qualidade. Essa atitude certamente facilitará a captação dos recursos junto a essas Instituições, que incentivam esses modelos alternativos.

O **Governo Jorge Viana** terá austeridade e credibilidade para implementar as seguintes diretrizes nos próximos quatro anos:

- Adotar projetos de engenharia e soluções tecnológicas apropriadas à realidade econômica e que possibilitem o aparecimento de novas indústrias de materiais de construção, gerando maior quantidade de empregos e renda. Essas indústrias serão financiadas pelo Fundo de Desenvolvimento criado no BANACRE e incentivados por outras linhas de créditos tradicionais.

- Priorizar em conjunto com Prefeituras e Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA a manutenção, restauração e ampliação de rodovias Vicinais, pavimentando aqueles que se caracterizarem como coletores da produção agrícola e alimentadores da rede rodoviária Estadual e/ou Federal. Os recursos serão oriundos do Fundo de Participação Estadual e da arrecadação de Impostos do setor primário. Para fortalecer esse programa temos como meta.

- Apresentar, junto ao BIRD, um programa de recuperação de estradas Estaduais e pavimentação de estradas Vicinais no contexto do programa IV. B.B.D., visto que o Acre já esta credenciado à participar deste recurso, pois cumpriu rigorosamente o programa referente ao II B.B.D. (pavimentação da rodovia AC-010 e do Projeto Humaitá).

- Promover a ampliação da iniciativa privada no setor Transporte, com incentivo à criação de linhas regulares através de "veículos-tipo" adequados para transporte misto de carga e passageiros na área rural.

  Os financiamentos deverão ser da FPE e do Fundo de Desen - volvimento Estadual a ser criado no BANACRE.

- Desenvolver ações junto aos municípios, visando o fortalecimento de seus serviços técnicos e melhorias nos equipa - mentos para restauração, conservação e ampliação de Vici - nais.

  Esses serviços serão descentralizados através da implantação de escritórios residenciais de geração conjunta entre o DERACRE e Prefeituras.

  Os recursos serão provenientes do orçamento Estadual.

- As obras de arte corrente e de drenagem serão privilegia - das e fundamentadas no microclima de cada região.

Rodovias Federais: BR-364 E BR-317

1 - Estudos de viabilidade técnico-econômica para pavimentação já se encontram prontos.

2 - A importância sócio-econômica, e política, destas obras é inquestionável.

3 - O Anseio da população pela realização destas obras é um fato irreversível.

4 - Condicionantes

a) Estas obras não podem ser encaradas, única e exclusivamente, como acessos do Brasil ao Oceano Pacífico. O Acre não pode, e não deve ser, um mero expectador da transformação de seu Território em corredor de passagem.

b) É necessário obter-se a delegação de gestão da construção e funcionamento destas rodovias junto ao Governo Federal.

c) A questão ambiental deixou de ser um interesse particular de poucos ecologistas. Atualmente, é o principal fator condicionante à obtenção de recursos financeiros junto às Instituições de Crédito Nacionais (BNDES, por exemplo, criou a sua SUperintendência de Meio Ambiente que "reza" pela mesma cartilha dos seus congêneres internacionais) e, internacionais (BID, BIRD, etc).

d) Sem recursos extra-orçamentários a realização dos asfaltamentos é inviável.

e) Logo, se os Planos de Ocupação/Zoneamento Econômico - Ecológico não estiverem concluídos e realmente implantados, não existem condições mínimas para as discussões visando a obtenção dos recursos necessários.

5 - Proposições para a condução do problema das BR-364 e BR-317 com Recursos Extra-Orçamentários.

a) Até que sejam concluídas as negociações de recursos para pavimentação da BR-364 e BR-317; manter conservadas essas rodovias, concluíndo a abertura dos 40 kms restantes entre Brasiléia e Assis Brasil.

b). Em paralelo à conclusão do Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado e à realização de Plano de Ocupação Econômico, pleitear junto ao D.N.E.R a delegação da BR-364 no trecho Rio Branco/Cruzeiro do Sul e, BR-317 no trecho Divisa do Estado do Acre/Amazonas - Brasiléia - Assis Brasil, com a respectiva liberação de recursos para a sua conservação e manutenção.

c) Continuar as negociações, e retomada das liberações de recursos para conclusão o mais breve possível da BR-364, até Rio Branco.

d) Pleitear de forma firme e com participação política e popular junto aos organismos Federais e/ou Internacionais recursos para pavimentação da BR-364, no trecho Rio Branco/Cruzeiro do Sul e, pavimentação da BR-317, no trecho Rio Branco/Brasiléia/Assis Brasil.

DESENVOLVIMENTO RURAL E FLORESTAL

DESENVOLVIMENTO RURAL E FLORESTAL

A economia acreana ainda tem como principal suporte a extração da borracha, castanha-do-Brasil e madeira. O grande número de seringueiros que habitam as reservas extrativistas, e possue um profundo conhecimento da floresta, representa um importante grupo de acreanos a ser abrangido pela política agroflorestal do governo, com potencial de impacto social.

Atualmente, grande parte da produção de alimentos do Estado, advém do excedente dos pequenos e médios produtores rurais. Estes milhares de pequenos e médios produtores rurais, em sua maioria, antigos seringueiros e migrantes oriundos de outras regiões do país, constituem um segundo grupo a ser abrangido por estas diretrizes. Este grupo, hoje, concentra-se nos projetos de colonização, os quais resultam numa elevação significativa de produtores e área plantada, sem o aumento correspondente da produção agrícola.

Por outro lado, a bovinocultura de corte e de leite, a caprinocultura, ovinocultura, piscicultura, apicultura, avicultura e suinocultura, embora incentivadas por políticas anteriores, não apresentam impacto sócio-econômico substancial.

Os projetos de colonização, bem como as demais áreas de produção agrícola do Estado, carecem de aspectos básicos de infra-estrutura e, principalmente, de métodos e técnicas adequadas para aproveitamento dos recursos naturais, vias de escoamento da produção, acessíveis durante o ano inteiro, preços compensadores, linhas de crédito viáveis economicamente e assistência técnica e extensão rural adequadas à realidade rural.

Nestas áreas, o associativismo ocorre de forma incipiente em função do paternalismo com que foi implantado, havendo a necessidade de que o mesmo seja induzido a partir de uma realidade sentida pelos grupos de produtores. Verifica-se ainda, a inconstância e a fragilida-

de das políticas de incentivo e estímulo ao aumento da produção e produtividade, as quais, via de regra, são abandonadas sem atingir os objetivos e metas propostas.

O crescimento populacional e a expectativa do aumento da migração, em função da abertura e asfaltamento de estradas, torna necessário a identificação e implantação de sistemas de produção agroflorestais ecológicos e sustentáveis. É prioridade melhorar as condições de vida da população rural e sua permanência na terra em que trabalha. Assim esses sistemas devem ter como base uma avaliação realista das limitações que os colonos, seringueiros, ribeirinhos e comunidades indígenas enfrentam na região,

Com este fim, o Governo do Estado do Acre, através da SDA , estabelecerá, em conjunto com as demais instituições Federais, Estaduais, Municipais e ONG, ações que terão como referência as seguintes diretrizes:

Diretrizes Gerais

. Propor a organização da estrutura básica para promover a compatibilização e integração das ações dos organismos Federais e Estaduais que atuam no Setor Agrícola do Acre, cabendo a Coordenação Geral à Secretaria de Desenvolvimento Agrário.

. Detectar necessidades e indicar alternativas viáveis à captação e alocação de recursos financeiros, materiais e humanos para dotar os organismos do Setor Agrícola do Acre com os meios condizentes ao alcance da eficiência no desenvolvimento de suas atividades fins (produção, comercialização, armazenamento, assistência técnica, pesquisa, proteção , preservação e utilização racional do meio ambiente).

Fomento a Agropecuária

. Aumentar a produção de alimentos básicos (arroz, feijão , milho, mandioca, carne e leite) e hortifrutigranjeiros , por meio de uma adequada política de crédito, assistência

técnica, fornecimento de insumos modernos, produção e fomento de sementes melhoradas e garantia de comercialização e preços mínimos.

a) Desenvolver um programa de produção e distribuição de sementes certificadas de milho, arroz e feijão aos produtores do Estado;

b) Desenvolver um programa de estímulo a horticultura (cebola, tomate, beterraba, batata, repolho, cenoura e folhosas), incentivando a formação de polos de produção;

c) Desenvolver um programa de estímulo à fruticultura através do fornecimento de sementes e mudas melhoradas (citros, cupuaçu, graviola, banana, maracujá, mamão, pupunha e abacate), com ênfase para o aproveitamento de áreas degradadas;

d) Desenvolver um programa de estímulo à apicultura, avicultura, piscicultura, ovinocultura, suinocultura, caprinocultura e bovinocultura de leite. Esse programa tem como objetivo aumentar o nível protéico alimentar e reduzir a pressão sobre a fauna silvestre;

e) Difundir técnicas de formação, melhoramento e utilização de pastagens, capineiras e leguminosas, para colonos, seringueiros e ribeirinhos;

f) Desenvolver um programa de capacitação profissional para os técnicos do setor público agrícola nas áreas de tecnologia alternativa, extensão rural e meio ambiente;

g) Criar um programa de construção de açudes para pequenos produtores em áreas carentes de recursos hidrícos, através da implantação de patrulhas mecanizadas;

h) Criação de uma linha de crédito com taxas diferenciadas de juros, incentivando o plantio e adensamento de sistemas;

i) Desenvolver ações objetivando reduzir a cadeia interme - diária de comercialização dos produtos agrícolas, possibi litando a obtenção de melhores preços aos produtores e consumidores;

j) Garantia de preços mínimos compatíveis com o custo de pro dução de cada produto;

k) Possibilitar a formação de estoques reguladores de produ- tos agrícolas; principalmente os gêneros de primeira ne - cessidade, através de recursos próprios, para atender às populações urbanas e conter a elevação dos preços durante a entresafra;

l) Redirecionamento das ações da Companhia de Armazéns ge - rais do Acre, passando a prioritizar a compra, o armazena mento da produção e o abastecimento interno;

m) Desenvolver campanhas de vacinação visando elevar os pa - drões de saúde animal e realizar intensa fiscalização sa- nitária animal e vegetal em abatedouros e fontes produto- ras, visando a proteção do consumidor e o aumento da re- ceita Tributária para o Estado;

n) Desenvolver um programa de assistência técnica e extensão rural através de métodos grupais e massais, utilizando as sociações já existentes, visando difundir técnicas de bai xo custo que resultam em melhoria no rendimento e tenham um impacto social nas comunidades rurais, inclusive nas Reservas Extrativistas, e consequentemente no consumidor final.

Fomento ao Extrativismo/Setor Florestal

. Estimular a implantação de sistemas agroflorestais, visan- do diversificar e garantir a sustentabilidade do sistema de produção.

- Ampliar as alternativas de aproveitamento dos recursos naturais.
- Diversificar a utilização dos recursos naturais atualmente explorados.
- Definir um programa especial para plantio e adensamento de castanheira e seringueira.
- Estimular e fortalecer a implantação de novas Reservas Extrativistas e Floresta Nacionais e Estaduais baseados na experiência que já vem sendo realizadas pelo CNS/FUNTAC / IMAC/IBAMA/INCRA.

Estratégia de Ação

Obviamente a implantação dos programas priorizados anteriormente vai requerer perfeita articulação em outros pontos constantes nesse documento como as Estradas Vicinais, Comercialização e Armazenamento, Agroindústria e Associativismo.

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA buscará fortalecimento de ações interinstitucionais que englobem além da SDA, EMBRAPA-UEPAE de Rio Branco, EMATER-ACRE, CAGEACRE, CEPA, INCRA, UFAC, IBAMA, IMAC, FUNTAC, INPA, Colégio Agrícola, SEPLAN, Secretaria de Transportes, Secretaria de Saúde, PESACRE, CPT, CTA, CIMI, CNS, FUNAI e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Estas diretrizes serão implementadas em todo o Estado sob a coordenação da SDA. As ações que tenham como objetivo os pequenos e médios produtores dos projetos de Colonização, das regiões ribeirinhas e demais áreas agropecuárias serão executadas diretamente pela SDA e suas empresas afiliadas (EMATER-ACRE, CAGEACRE).

As ações direcionadas aos seringueiros e índios serão executadas através da FUNTAC, CTA, CIMI, FUNAI, CNS e Sindicato de Trabalhadores Rurais, contando com o apoio da SDA.

Preliminarmente, as ações do Governo devem ser direcionadas às áreas que apresentem concentração de produtores, um reconhecido potencial produtivo e uma infra-estrutura mínima que permite a realização da produção.

DESENVOLVIMENTO URBANO

- HABITAÇÃO
- SANEAMENTO BÁSICO
- TRANSPORTE URBANO

HABITAÇÃO

HABITAÇÃO

Num país onde a carência habitacional chega a 12 milhões de unidades, e 75% da população trabalhadora ganha menos que 5 salários - mínimos e nas periferias urbanas de todas cidades brasileiras não ultrapassa 2 salários mínimos.

Onde, a política habitacional, destinada a população de baixa renda é um mercado mobiliário, com lucros nos agentes financeiros (públicos e privados), proprietário de terreno, empreiteiros e outros.

As medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal, e a falta de uma política salarial justa, tem levado a população trabalhadora a um empobrecimento acelerado, agravando ainda mais a falta de moradia.

No Estado do Acre a situação é mais crítica, onde temos uma falta de 20.000 moradias acumuladas ao longo do tempo, das quais 16.000, estão em Rio Branco.

A distribuição da carência de moradia, por faixa de renda em salários mínimos:

RENDA	PARCIAL	ACUMULADO
0 a 2,0	48%	48%
2,1 a 5,0	35%	83%
5,1 a 10,0	11%	94%
Acima de 10,0	6%	100%

Este quadro caótico tem a causa principal, o êxodo rural provocado por uma economia desordenada implantada no início dos anos 70. que baseava-se na devastação e a expulsão de milhares de famílias da floresta para as periferias urbanas da cidade em sua maioria em Rio Branco, onde passaram a viver em condições de absoluta miséria; em locais inadequados, sujeito a inundação, sem água/esgoto, com eternos problemas de transporte coletivo e acima de tudo sem emprego e abrigando-se em precários "barracos" improvisados.

Enquanto a Companhia de Habitação do Acre - COHAB-AC, Órgão responsável pela implementação de habitação popular no Estado, em seus 25 anos de atuação, construiu apenas 8.653 moradias distribuídas em 20 conjuntos habitacionais e somente 400 moradias nos Municípios do interior, sendo que 40% deste total foram construídas nos últimos 4 anos obtendo-se uma média anual de 870 unidades, mesmo assim um número bem aquém, diante da carência habitacional acumulada.

Os trabalhos técnicos críticos sobre a carência e miséria urbana que fazem parte de Planos de Governos e discursos oficiais a mais de duas décadas, não implicou em adoção de política eficaz, principalmente na questão habitacional voltada à população de baixa renda. Ao contrário os problemas acentuaram muito mais, pois os programas do Sistema Financeiro de Habitação, não conseguem atender famílias com renda familiar inferior a 3 salários mínimos, mesmo com a construção de em - briões e com financiamento no prazo limite de 25 anos.

O **Governo Jorge Viana**, tem solução para atender famílias que ganham de 0 a 5 salários mínimos, que representa 83% da falta de moradia no Estado. Tendo como meta durante os 4 anos de Governo, reduzir pela metade a carência hoje acumulada, que representa uma atuação equivalente da COHAB-AC, em seus 25 anos de existência.

Para dar o início à solução para problemática habitacional , como prioridade a formação de um Conselho Estadual de Habitação - **CEHA**, com a participação dos representantes dos municípios e a população, através de suas entidades representativas, garantindo uma política habitacional Democrática/Participativa/Justa.

O CEHA, terá como atribuição, eleger e discutir metas e prioridades nas políticas e programas habitacionais, sugerir e propor dados para elaboração do projeto técnico, e acompanhar a composição de custos e execução de obra, garantindo qualidade a preço justo.

O **Governo Jorge Viana**, implementará dois grandes Programas Habitacionais:

a) Programa de Lotes Urbanizados "PRÓ-LOTE"

O " Pró Lote", consistirá na entrega de lotes urbanizados ou seja com infra-estrutura básica (terraplenagem/arruamento, água e energia elétrica) à população de baixa renda em área adequadas, saudável e livres de alagações; tendo como condição básica:

a.1) Atender famílias de 0 a 2 salários que representa 40% da carência hoje acumulada em 10.000, que infelizmente os financiamentos habitacionais ditado pelo Governo Federal não atende essa faixa.

a.2) Projetos técnicos com alternativas tecnológicas, compatíveis com a nossa realidade, resguardando as tradições culturais e qualidade ambiental, afim de racionalizar custos de infra-estrutura que representa até 70% do custo total do Conjunto Habitacional/padrão COHAB.

a.3) Participação efetiva do Governo do Estado, com os diversos órgãos como a: FUNTAC. DERACRE, SANACRE. ELETROACRE. e outros). Pois a aquisição de terrenos, elaboração de projetos técnicos. fiscalização e implantação de infra estrutura básica, será de responsabilidade do Estado com recursos próprios.

a.4) Para construção de habitação ficará a cargo de cada proprietário de lote em sistema de auto-construção, mutirão; pois o Governo incentivará a implantação de empresas comunitárias para produção de componentes de construção.

b) Programas de Casa Populares - "PRÓ-CASA"

O programa "Pró-Casa", consistirá na entrega de lotes urbanizados com a infra-estrutura básica e a unidade habitacional financiada pela Sistema Financeiro Habitacional, atendendo especialmente população até 5 salários mínimos; tendo como condição básica:

b.1) Atender os ítens a.2, e a.3, citados no Programa anterior.

b.2) Desenvolver moradia de custo reduzido, dentro das exigências técnicas, levando-se em conta as peculiaridades regionais e as diversas experiências já realizadas em inúmeras instituições/empresas e companhias habitacionais. Com projeto arquitetônico "aberto", oferecendo facilidade e opções de ampliações futuras.

b.3) Desenvolver estudos alternativas para as unidades sanitárias que representa 40% do custo total da habitação.

b.4) Promover o desenvolvimento econômico e geração de novos empregos; com produção de materiais ou componentes de construção, num sistema racionalizado ou semi-industrializado, por micro e pequenas empresas, como também incentivar empresas comunitárias, consórcios ou cooperativas.

b.5) As construções de moradias serão através de financiamentos da Caixa Econômica Federal, dentro do Plano de Ação Imediata para Habitação - PAIH, plano este emergencial ditado pelo Governo Federal através do Ministério de Ação Social/Secretaria Nacional de Habitação, que visa com recursos disponíveis do FGTS e recursos oriundos da União e do banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), viabilizarmos a construção de moradias necessárias.

O **Governo Jorge Viana**, terá preocupação também com moradias rurais e vilas industriais, mesmo sabendo que os problemas são bem menores que a carência habitacional urbana. Para atender essas moradias serão criados 2 sub programas dentro do "Pró-Casa", a seguir:

- Pró-Casa/Rural
- Pró-Casa/Industrial

A implantação de moradias rurais garantirá mais conforto e estabilidade ao homem do campo,nesta fase se dará em comunidades organizadas, para tornar possível a operacionalização do processo, com projeto arquitetônico e sistema construtivo adaptado a cada realidade. Neste caso a construção poderá ser em mutirão ou auto-construção.

A implantação de vilas industriais atendendo trabalhadores do setor produtivo de Estado, como forma de incentivar os empresários e acima de tudo dar uma melhor condição ao trabalhador que normalmente reside distante do local. Nesta primeira etapa como unidade piloto, será implantado uma vila para atender os trabalhadores do Distrito Industrial de Rio Branco, com apoio de empresários e as entidades representativas.

Com esta política habitacional própria/democrática/participativa/justa, temos a convicção de que nunca mais veremos a imprensa retratar em matéria policial, famílias "sem casas" sendo retirado por policiais por terem invadido áreas alheias para ali planejar seu futuro teto. Pois só um Governo Popular como de **Jorge Viana** tem soluções concretas para combater o grave problema social que assola nossa sociedade.

SANEAMENTO BÁSICO

SANEAMENTO BÁSICO

Apresentação

Hoje se questiona muito em todo o Brasil o problema de Saneamento Básico os Governantes tanto a nível Federal quanto Estadual, fazem promessas nesse sentido para ganharem eleições. Mas hoje o que se constata é que a cada dia que passa o País vai se mergulhando em retórica, e esse setor vai ficando esquecido e permitindo ao Brasil ficar entre os Países com as mais baixas taxas de qualidade de vida do mundo no que tange a esse problema.

A nossa região onde a falta de saneamento é mais crítica que as médias brasileiras há necessidade de atacar de frente essa questão como ação prioritária do Governo

Mesmo porque investir nesse setor significa gastar menos com saúde pública, diminuir mortalidade infantil e acima de tudo melhorar a saúde da população.

Portanto, a questão de saneamento terá um tratamento especial durante o **Governo Jorge Viana** que preocupará com o problema, e entende que é chegada a hora de mostrar que não ficará só na retórica. É preciso investir e não medirá esforços para conseguir esse objetivo. através de mobilização da sociedade, amplas discussões de prioridades e viabilização de recursos.

Saneamento No Brasil

A verdade é que os sucessivos governantes pouco se preocuparam com o problema de saneamento básico no País, e hoje o País passa por triste quadro de ser a 8ª economia do mundo e com níveis de qualidade de vida comparáveis aos Países mais pobres do mundo.

O diagnóstico que nos apontam essas causas tecnicamente são: o crescimento desordenado das cidades principalmente capitais, provocando desequilíbrios, incapacidade para atender aos que chegam em busca de melhores condições de vida ou trabalho, falta de investimento pa

Enquanto as Companhias de Saneamento Estaduais ou Municipais estão atravessando grave crise econômica, não tendo capacidade de grandes investimentos; o que é mais crítico, equipamentos obsoletos sem manutenção adequada não atendendo nem a demanda atual. Comos as condições de saneamento há uma íntima relação com a saúde da população, o que se vê no País - um quadro desesperador, sendo a quarta maior taxa de mortalidade infantil da América Latina e, tendo a maior economia. E, mais de 65% da população brasileira não dispõem de coleta de esgotos sanitário, e quase 20 milhões não é servido por água potável, apresentando altíssimos índices de doenças transmitidas se multiplicando, gerando as epidemias.

Saneamento Básico em Âmbito Estadual

No Estado do Acre, a situação é mais crítica que as médias brasileiras, notadamente na capital de Rio Branco, em virtude de um crescimento populacional desordenado provocando o "inchaço" da cidade com formação de mais de 30 bairros periféricos nos últimos 10 anos. E, a população vive em absoluta miséria, com deficiência de distribuição de água e, sem saneamento básico, onde os efluentes escorrem a céu aberto.

Os números mostram que para uma população urbana de aproximadamente 140.000 habitantes, somente 24.000 são servidos por rede de esgoto com índice de apenas 17% o que nos leva a crer ser uma taxa irrisória.

Com apenas, 5.300 ligações residenciais de esgoto e extensão de 91.000m. Ressaltando que esse efluente é lançado "in natura" em igarapés que passam por localidades onde existem habitações e afetam principalmente crianças, causando doenças, poluição e o desequilíbrio ecológico. No interior do Estado as populações dos municípios ainda não foram contempladas com serviços de esgotamento sanitário.

No que tange a distribuição de água, na capital, registra-se o maior número de pessoas abastecidas, com 80% da população servida de água. Existem hoje 25.000 ligações domiciliares e rede cuja extensão

chega a 430.000m. Com o volume produzido de água chega a 1.300.000m³ / mês.

No interior a população atendida por abastecimento de água é de 42.000 habitantes correspondente a 61% com 9.500 ligações residenciais e extensão de rede que chega a 212.000m.

A Companhia detentora do serviço de captação e distribuição de água, e serviços de coleta de esgoto é a SANACRE.

Metas para o Governo Jorge Viana

A situação do Saneamento Básico é alarmante. E, o **Governo Jorge Viana** vai tratar como é devido, sem demagogia e acima de tudo propiciando saúde e melhoria dos padrões de vida da população.

O programa do **Governo Jorge Viana** na área de saneamento será baseado em estudos técnicos sérios, submetido à ampla discussão com representantes de municípios e a população através de suas entidades representativas para definir e priorizar as áreas onde deverão ser executadas as redes de Saneamento Básico.

A SANACRE também será modernizada, proporcionando treinamentos e formação de recursos humanos fazendo com que os funcionários sejam valorizados/eficientes e, prestem serviços de alto nível ao público.

1) **Abastecimento de Água**

a) Em Rio Branco, na gestão do **Governo Jorge Viana**, o programa de abastecimento de água que hoje serve, 80% da população, terá como meta de crescimento de 13,0% ao ano, atingindo no final da gestão 40.000 ligações (ver quadro I), e com 100% da população atendida com rede de água, considerando um crescimento da população com 5% ao ano.

b) E, o término das obras de ampliação da Estação de Tratamento de Água - ETA, aumentando a capacidade atual em 5 vezes, garantindo água tratada até o ano 2.024.

c) Manutenção criteriosa da rede de distribuição, para minimizar as perdas que em alguns bairros chegam a 65% do volume de água tratada, garantindo um abastecimento contínuo, o que não ocorre hoje.

d) No interior a meta é garantir um crescimento de 15% ao ano, passando de 9.500 ligações para 16.500, necessitando de reformar/ampliar as estações de tratamento.

2) Esgotamento Sanitário

Em Rio Branco, o **Governo Jorge Viana** terá como meta um crescimento arrojado de 35% ao ano, passando de 5.300 ligações residenciais e 91.000 km de rede, para 18.000 ligações e com 160.000 km de rede.

A nível de municípios, serão interiorizados os serviços de esgotamento sanitário, iniciando pelo Município de Cruzeiro do Sul onde apresenta o maior problema e estendendo-se aos demais Municípios. Tendo como meta partir do zêro e atingir no final do **Governo**, 2.000 ligações e 20.000m de rede.

RIO BRANCO - METAS

Para alcançar os índices previstos para 1994, serão necessários implementar várias ações, ou sejam:

- Construção de Sistema de Tratamento de Água, para aumentar a quantidade de água tratada.
- Construção de Sistema de Reservação, para garantir um abastecimento constante.
- Construção de Redes de Água, para levar a água até a população.
- Construção de Redes Coletoras de Esgoto, para proteger a saúde da população.
- Construção de Estações de Tratamento de Esgoto, para preservar a ecologia e o ecossistema.
- Construção da Sede da Sanacre e modernização administrativa, para fornecer um atendimento global à população.

RIO BRANCO - METAS - QUADRO I

INDICADORES	1.990	1.991	1.992	1.993	1.994	
Água						
- População (hab.)	140.000	147.000	155.000	162.000	170.000	crescimento 5% ao ano
- População abastecida - água (hab)	113.000	127.000	141.000	155.000	170.000	
- Índice da população abastecida (%)	80%	86%	91%	95%	100%	
- Número de ligações (Un)	25.000	29.000	32.000	36.000	40.000	crescimento 13% ao ano
- Extensão de rede de água (m)	430.000	470.000	490.000	510.000	530.000	
Esgoto						
- População atendida (hab)	24.000	38.000	70.000	78.000	85.000	
- Índice da população atendida (%)	17%	25%	45%	48%	50%	
- Número de ligações (Un)	5.300	18.000	15.000	17.000	18.000	
- Extensão de rede de esgoto (m)	91.000	100.000	128.000	146.000	160.000	Crescimento 35% ao ano

Hrv.

INTERIOR - METAS - QUADRO II

INDICADORES	1.990	1.991	1.992	1.993	1.994	
*Água						
- População (hab)	68.500	70.500	72.500	75.000	77.000	crescimento 3% ao ano
- População abastecida (hab)	42.000	48.000	54.000	61.000	69.000	
- Índice da população abastecida (%)	61%	68%	75%	82%	90%	
- Número de Ligações (Un)	9.500	12.500	15.500	16.000	16.500	crescimento 15% ao ano
- Extensão de rede de água (m)	212.000	222.000	232.500	240.000	247.500	
** Esgoto						
- População (hab)	23.000	24.000	24.500	25.500	26.500	
- População atendida (hab)	0	2.400	5.000	7.500	10.500	
- Índice da população atendida (%)	0	10%	20%	30%	40%	Crescimento 9% ao ano
- Número de ligações (Un)	0	500	1.100	1.600	2.100	
- Extensão de rede de esgoto (m)	0	4.500	10.000	14.500	20.000	

* Todas as localidades

** Cruzeiro do Sul

Hrv.

chega a 430.000m. Com o volume produzido de água chega a 1.300.000m³ / mês.

No interior a população atendida por abastecimento de água é de 42.000 habitantes correspondente a 61% com 9.500 ligações residenciais e extensão de rede que chega a 212.000m.

A Companhia detentora do serviço de captação e distribuição de água, e serviços de coleta de esgoto é a SANACRE.

Metas para o Governo Jorge Viana

A situação do Saneamento Básico é alarmante. E, o **Governo Jorge Viana** vai tratar como é devido, sem demagogia e acima de tudo propiciando saúde e melhoria dos padrões de vida da população.

O programa do **Governo Jorge Viana** na área de saneamento será baseado em estudos técnicos sérios, submetido à ampla discussão com representantes de municípios e a população através de suas entidades representativas para definir e priorizar as áreas onde deverão ser executadas as redes de Saneamento Básico.

A SANACRE também será modernizada, proporcionando treinamentos e formação de recursos humanos fazendo com que os funcionários sejam valorizados/eficientes e, prestem serviços de alto nível ao público.

1) **Abastecimento de Água**

a) Em Rio Branco, na gestão do **Governo Jorge Viana**, o programa de abastecimento de água que hoje serve, 80% da população, terá como meta de crescimento de 13,0% ao ano, atingindo no final da gestão 40.000 ligações (ver quadro I), e com 100% da população atendida com rede de água, considerando um crescimento da população com 5% ao ano.

b) E, o término das obras de ampliação da Estação de Tratamento de Água - ETA, aumentando a capacidade atual em 5 vezes, garantindo água tratada até o ano 2.024.

SANEAMENTO BÁSICO - ALTERNATIVO

Para atender a população rural ou bairros/moradias periféricos isolados, onde o sistema convencional de rede de abastecimento de água e disposições de esgoto ficam inviáveis pelo alto custo de implantação, serão adotadas várias soluções alternativas, apropriada sob o ponto de vista técnico e econômico e de baixo custo de manutenção.

A) Para Abastecimento de Água Potável

A.1) Implantação de poços individuais: em moradias rurais/periféricas isoladas. com acompanhamento e monitoramento de equipe técnica da SANACRE;

A.2) Implantação de poços coletivos: que poderão serem convencionais ou profundos/artesianos, para atender as comunidades rurais ou bairros periféricos isolados, cabendo a execução dos poços, sistema de bomba, reservatório e a rede de distribuição a cargo da SANACRE, com apoio da comunidade para execução e na manutenção.

Para os dois casos a SANACRE, promoverá um amplo programa de treinamento/Assistência técnica; das técnicas de tratamento de água, e distribuição de produtos químicos essenciais como o cloro, aos usuários, garantindo à qualidade da água.

B) Sistema de Esgotamento Alternativo

B.1) Implantação de sistemas de esgotos individuais: cada moradia ou mesmo comunidade; possuindo seu próprio sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgotos domésticos, que seria:

Fossa séptica individual ou coletiva: com infiltração do efluente líquido no terreno, através de sumidouro ou poço absorvente, ou ainda por um sistema de irrigação sub superficial, ou então por sis

temas de valas ou leitos de infiltração dependente do tipo de solo.

- Fossa séptica e/ou filtro anaeróbico: como dispositivo de tratamento de esgoto tendo o lançamento do produto final (esgoto tratado) em igarapés, ou mesmo em rede de drenagem de águas pluviais, este sistema é recomendado onde existem solos argilosos que tem dificuldade de infiltração.

Além das alternativas acima citadas, o Governo que aí se instalará, buscará soluções alternativas para questão de saneamento básico.

TRANSPORTE URBANO

TRANSPORTE URBANO EM RIO BRANCO - AC

Transporte Urbano e Sinalização Viária, são questões estritamente da alçada dos Municípios, e a Prefeitura de Rio Branco não os tem tratado com o cuidado merecido.

Intimamente vinculados, a sinalização viária e o transporte tem sido tratados separadamente e de forma descoordenada.

O DETRAN, Órgão Estadual, a quem cabe zelar para que os motoristas estejam melhor habilitados e veículos satisfaçam condições técnicas adequadas, aventura-se a colocar placas de sinalização, regular semáforos e mudar o sentido das ruas. Desde há muito tempo isto vem ocorrendo, valendo ressaltar o esforço sobre-humano de Diretores que por lá tem passado, sem que o Município assuma sua responsabilidade.

O Transporte Urbano, por ônibus ou táxi, também tem sido tratado com displicência pela Prefeitura que não tem demonstrado a dedicação que a questão merece.

O Poder Público Municipal tem que garantir à população de Rio Branco condições adequadas de transporte coletivo:

- Pontualidade: o passageiro deve saber a que horas passará seu ônibus e, quanto tempo durará a viagem;
- Segurança: os veículos devem estar em perfeitas condições de circulação e, o pessoal de operação ser preparado para o serviço;
- Conforto:: as viagens deverão ser tecnicamente programadas de forma a satisfazer a demanda de passageiros nos horários de maior lotação;
- Higiene: os veículos devem estar adequadamente limpos para todo o turno de serviço;

- Tarifa: o preço da viagem deve ser rigorosamente aferido de forma a remunerar a execução dos serviços efetivamente realizados.

Também em relação aos táxis a Prefeitura tem sido negligente, permitindo um número exagerado de licenças que gera concorrência predatória no sistema e não coibindo os abusos cometidos por parte significativa dos motoristas. Em resumo: Rio Branco tem muito mais táxis do que precisa e, em sua maioria, os motoristas são desqualificados para o serviço.

A interferência direta do Governo Estadual para solução dos problemas de transporte em Rio Branco fere a legislação, mas pode alcançar os efeitos desejados se contar com a anuência tanto do executivo quanto do Legislativo Municipais.

Rio Branco carece de um Órgão gestor das ações em transportes e tráfego: como sugestão de forma para que o Estado tenha real ascendência sobre o problema, entendo que possa ser criado ou adaptado um órgão, preferencialmente uma empresa, com participação majoritária do Estado e minoritária da Prefeitura, que obtenha autorização do Legislativo Municipal, sendo imprescindível a participação das associações de bairros para a monitoração e controle das condições do serviço executado pelas transportadoras.

Também não deve ficar descartada a possibilidade deste órgão gestor adaptar-se à operação de parte dos serviços com frota própria, servindo de regulador do sistema nos momentos de conflito com as empresas operadoras.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

INDÚSIRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

O Estado do Acre possui um setor industrial muito incipiente, caracterizado pelo predomínio de pequenas empresas concentradas em três segmentos:

a) Transformação de minerais não metálicos (cerâmicos)

b) Beneficiamento de madeiras (serrarias e movelarias)

c) Construção Civil

O parque industrial acreano caracteriza-se por sua considerável concentração espacial em determinados e poucos núcleos urbanos. Em 1985, 37% dos estabelecimentos industriais existentes no Estado localizaram-se em Rio Branco, 20% em Cruzeiro do Sul e 10% em Tarauacá.

O nível de importações de produtos alimentares (industrializados) continua extremamente elevado, tanto assim é que cerca de 17,6% das importações referem-se a estes produtos.

A demanda local de alguns produtos industriais (óleos comestíveis, madeira e derivados, alimentos, etc) indica a potencialidade de fabricação local destes produtos.

No entanto, não há interesse manifesto dos empresários locais em diversificar as suas atividades. Teremos de estimular a classe empresarial para que juntamente com o Governo definam programas e projetos para serem implantados e/ou executados com participação de todos setores produtivos.

A contribuição da indústria na geração de empregos urbanos não é significativa, representando cerca de 5% da população economicamente ativa. A seguir, estão apresentadas as estatísticas disponíveis (Ministério do Trabalho --RAIS/88) sobre o nível de emprego neste setor.

ATIVIDADES	ATÉ 49		DE 50 a 99		+ 99 a 500		T O T A L	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
Indústria de Transformação	1228	65	273	41	475	18	1976	38
Construção Civil	417	22	268	40	1581*	59	2266	43
Serviços Industriais de Utilidade Pública	258	13	130	19	622	23	1010	19
T O T A L	**1903**	**100**	**671**	**100**	**2678**	**100**	**5252**	**100**

* Segundo estas estatísticas existe somente uma empresa com mais de 500 empregados, que é do segmento da construção civil.

O nível de emprego deste setor está distribuído da seguinte forma: 50% em Rio Branco, 15% em Cruzeiro do Sul e 5% em Sena Madureira.

As pequenas indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas não se localizam próximas das áreas de produção, mas estão concentradas em Rio Branco.

Outro ponto importante a ser destacado é a precariedade da infra-estrutura necessária à atração de novos investimentos neste setor.

Os incentivos fiscais e financeiros direcionados à indústria da Amazônia, sob a coordenação da SUDAM, não tiveram expressão no Estado do Acre.

Diretrizes:

. Promover uma industrialização orientada para maior absorção de mão-de-obra, para o processamento de matéria-prima local, e na produção de bens de consumo populares.

. Implantar pequenas unidades de beneficiamento de produtos agrícolas nas principais fontes de produção.

. Desenvolver programas de estímulo a agroindústria, visando aumentar o valor agregado dos produtos, notadamente os de origem florestal.

. Apoiar iniciativas que visem a colocação de produtos agroflorestais industrializados, no mercado externo.

. Assegurar assistência técnica e gerencial às empresas indústrias do Estado.

. Suprir as necessidades de crédito industrial nos programas considerados prioritários (taxa de juros e correção monetária diferenciada).

. Estimular a auto-geração de energia.

. Fortalecer programas de desenvolvimento para geração e transferência de tecnologia as indústrias regionais acompanhado de um constante monitoramento tecnológico.

. Propor apoio de crédito e orientação comercial as indústrias que utilizarem tecnologias desenvolvidas no Estado.

. Apoiar a iniciativa das Federações, Associações, Cooperativas e Sindicatos para o desenvolvimento do setor de indústria e serviços.

SISTEMA ENERGÉTICO

SISTEMA ENERGÉTICO

1 - Estrutura e Funcionamento do Planejamento Energético

O funcionamento do Sistema Energético no Estado do Acre reflete as tendências gerais da política energética nacional, isto é um conjunto de táticas setoriais unilaterais, operacionalizando somente o lado da oferta de energia sem haver a implementação de mecanismos eficientes para o controle da demanda por energéticos. Ou seja, a nível específico de Estado um menor grau de adequação com a realidade.

Necessidade de se formular uma nova política para o funcionamento do Sistema Energético.

- **Proposta do Programa de Implantação do Modelo Energético Brasileiro - PIMEB** - descentralização do planejamento, criação de um Conselho Estadual de Energia - entidade que proporcionará amparo institucional e financeiro.

2 - Estruturas do Planejamento Setorial Interno/Endógeno

a) 2 concessionárias: Eletronorte/Eletroacre responsáveis por toda a operacionalização.

b) Unidades geradoras da natureza térmica, tendo óleo diesel como frente primária de energia em Rio Branco.

- Potência instalada: 77,522 MW
- Disponibilidade efetiva: 52,348 MW

No Estado

- Lenha: participação de 27,95% (1985); e atualmente 0%, devido a desativação da Termelétrica de Brasiléia.
- Proposta: - substituição de derivados de petróleo pela lenha/carvoejamento, em larga escala na Região Norte; premissa básica: a preocupação com o meio ambiente, elaborando-se inventários florestais confiáveis que viabilizam um planejamento eficiente e racional de tais recursos.

3 - Análise do Consumo de Derivados de Petróleo para Geração de Energia Elétrica

- Consumo óleo diesel (1990): 5.790.000 litros/mês - transporte de combustível para Rio Branco via fluvial Janeiro/Abril e rodoviário procedente de Porto Velho quando a BR-364 dá condições de tráfego. Para o interior a mesma situação, algumas cidades ou localidades é apenas por via fluvial.

4 - Energéticos Alternativos

- Objetivos do PIMEB/SEPLAN-AC, juntamente com o Ministério das Minas e Energias:

a) Implementação de uma Banco de Dados nas áreas de energia, capacitando a integração do planejamento energético com o planejamento sócio-econômico do Estado.

b) Criação de um Conselho Técnico local de Energia CTLE/PIMEB, que sirva de ligação entre o Estado e o Governo Federal, formando um núcleo especializado no planejamento energético.

c) Trabalhos Específicos no Campo dos Recursos Renováveis:

c.1 - estratégias específicas na agropecuária:

. incentivos à utilização de técnicos para a produção e substituição de energéticos a saber: construção de gasogênios em alvenaria rústica, construções de biodigestores rurais; secadores solar.

. utilização da energia solar, através da comercialização de placas fotovoltaicas de silício monocristalino.

ASPECTOS ENERGÉTICOS SÓCIO-ECONÔMICO

- Evolução do consumo no período 80/85: ≃ 68,56%
- A energia produzida internamente provém das fontes primárias (lenha) e secundárias (carvão-vegetal), representando 94,14%, em 1985.
- Consumo absoluto do Estado, comparado com o consumo final de energia no Brasil: 0,89%. As confrontações estenderam-se a indicadores per capita e a estrutura energética de cada um.
- Evolução do consumo final de energia por habitante evoluiu 18,14% no período (80/85).
- Evolução do consumo por fontes: 44,27%, para os derivados do petróleo.

A eletricidade - situa-se em 2º lugar a nível local com 21,99% em 1985, aumentado o seu consumo de 91,41 % no período considerado; nas demais fontes de biomassa participação ampliada com 27,95 % em 1985, em função do incentivo à colonização e do aumento da devastação.

- Análise Estrutural da Economia do Estado

Embora o Estado do Acre seja hoje reconhecido internacionalmente como uma das mais pujantes regiões de recursos naturais do globo terrestre, e portanto, capaz de representar importante parcela no processo de desenvolvimento integral da sócio-econômia brasileira, ainda não teve internamente o seu verdadeiro reconhecimento como área preferencial nas políticas que marcaram a evolução do processo de desenvolvimento nacional.

A economia acreana apresenta-se como resultado deste processo, amarrado ao subdesenvolvimento.

O Setor Primário - Constitui-se ainda no principal gerador de renda interno, apesar do setor terciário vir assumindo papel relevante a partir da década de 70, tanto na formação de renda interna, como também na geração e manutenção do nível de emprego.

Dentro do setor primário, assumem papel relevante os subsetores extrativista e agropecuário, com maior destaque para o subsetor extrativista, tanto em termos de geração de renda como do próprio processo de ocupação territorial do Estado.

O Setor Secundário - Devido a forma de organização econômica e social do modo de produção predominante, o extrativismo, a mão-de-obra no seringal nativo não permitiu investimentos econômicos significativos em outras atividades.

O Setor Industrial - Encontra-se em estágio embrionário de estruturação.

Destaca-se a implantação de pequenas unidades voltadas para o processamento de matérias-primas locais, com ênfase os ramos de transformações madeireiro, minerais não metálicos (cerâmico-oleiro), produtos alimentícios indústria editorial e gráfica, indústria de beneficiamento e indústria metalúrgica.

O Setor Terciário Local apresentou cerca de 40 % da população economicamente ativa, sendo o Governo principal gerador de emprego do setor, o isolamento por falta do tráfego rodoviário e/ ou hidroviário permamente, tornam o comércio local fortemente dependente das atividades primárias.

O Consumo do Setor Energético (segundo o Balanço Energético Estadual), em 1982, foi de 1,16 x 10^3 TEP (tonelada equivalente de petróleo), sendo o mesmo em 1983. Nos anos de 1984 e 1985 houve um decréscimo de 75% no consumo total, caindo para 290 x 10^3 TEP.

SETOR INDUSTRIAL

Predominância de micro, pequenas e médias empresas, agrupadas nos seguintes ramos: Indústria de Minerais Não Metálicos (Cerâmico-oleiro). Indústrias Madeireiras, Produtos alimentícios, editorial e gráfica, de beneficiamento e metalúrgica.

Distribuição espacial concentrada em poucos núcleos urbanos, especificamente Rio Branco e Cruzeiro do Sul 60% e 20% do pessoal ocupado do setor, respectivamente.

A principal fonte de energia é lenha, com 62,4% do consumo energético do setor, seguida da eletricidade com 24,04% e óleo diesel 13,56%.

O setor cerâmico é o de maior consumo, 59,2% das necessidades energéticas industriais; alimentos, e bebidas 5%, enquanto outros ramos industriais participaram com 35,8% do consumo energético deste setor, em 1985.

O crescimento foi em torno de 66,2% (1980/85).

DEMANDA E POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE ENERGÉTICOS REGIONALIZADOS

A localização do consumo e do potencial energético do Estado é fundamental para a adequação de políticas que substituam as fontes importadas por fontes locais.

No entanto, é necessário abordar aspectos mais específicos para as regiões, devido à heterogeneidade do meio em questão.

O critério adotado para a escolha das microrregiões energeticamente homogêneas (IBGE), tornou-se funcional para a organização das informações relacionadas ao consumo energético.

O cálculo do potencial teórico do Estado é equivalente a 21.917.027 TEP/ano.

Energia Eólica

Ausência de dados básicos.

Culturas Agrícolas

Cana-de-açúcar: a Alcobrás plantou 2.000 ha em 1987, para o cálculo do potencial de utilizaçao, foi considerada a área plantada da ordem de 2.500 ha, previsão de produção 12.250.000 l, ou seja 7.828 TEP.

A meta da Alcobrás é atingir 30.000.000 l/ano considerando como potencial teórico 19.170 TEP.

Biogás

Existem alguns biodigestores instalados no Estado, segundo a EMATER/AC, órgão responsável pela implantação dos mesmos.

Os valores devem ser atualizados para quantificação real.

POSSIBILIDADES DE SUBSTITUIÇÃO DE ENERGIA IMPORTADA POR FONTES REGIONAIS

Existe uma dependência de energéticos importados, que vem aumentando ano a ano.

De 1980 para 1985 a importaçao de emergéticos passou de 49,43% para 56,1%.

Isto ocorre devido a falta de uma política voltada para conscientizar o consumidor acerca das vantagens de energia alternativa, que não estimulam o uso mais intensivo das fontes energéticas regionais, cujos potenciais energéticos teóricos oscilam em torno de 965.992,28 x 10^3 TEP.

As principais fontes energéticas do Estado quanto ao aproveitamento a curto e médio prazo são: biomassa, carvão-vegetal, cana-de-açucar e mandioca, resíduos agropecuários, resídos urbanos, hidráulica e

solar.

POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO

- Com a entrada em operação da UHE Samuel é esperada a substituição da geração termoelétrica a diesel na cidade de Rio Branco.

- Substituição em alguns setores industriais que utilizam óleo diesel para geração de energia, em substituição gradativa, a começar a curto prazo, através do aproveitamento de resíduos da indústria madeireira, alimentícia e biomassa florestal.

- Na cocção de alimentos, substituição do GLP, principalmente na zona rural, por lenha, carvão vegetal, biogás, aproveitamento de resíduos agropecuários, no entanto se faz necessário um serviço de extensão consistente, que mostre aos consumidores as vantagens da substituição.

- Nos projetos de colonização, os processos de geração de eletricidade e prestação de serviços essenciais baseados em óleo diesel , poderão ser substituídos pela biomassa florestal, com a implantação de gasogênios em alvenaria, pela energia solar, através de placas fotovoltaícas, que podem ser usadas para a produção de energia elétrica, bombeamento d'água, telefonia rural, secadores solar (secagem de grãos , roda d'água através do bombeamento d'água para consumo doméstico.

Além destas sugestões, providências como a implantação de pequenas centrais hidrelétricas no interior, atuariam para atender a demanda existente e na diminuição ou estabilização do consumo de óleo diesel nas usinas termoelétricas do Estado.

Para o cálculo de potenciais, há uma ausência de inventários mais detalhados sobre tais recursos.

78% da potência total instalada de energia elétrica é atra - vés de geradores térmicos à diesel.

POSSIBILIDADES DE SUBSTITUIÇÃO E PRODUÇÃO DE ENERGIA NO ESTADO DO ACRE

Síntese do levantamento das potencialidades energéticas do Estado do Acre - 1986, e hipóteses quanto à substituição de energia importada pela produzida ou possível de ser incrementada no espaço local.

A) Fontes Não Renováveis

B) Fontes Renováveis

- de fluxo energético constante (energia solar, eólica e hidráulica)
- de fluxo energético variável anualmente

Energia Hidráulica

O potencial hidrelétrico é muito baixo no Estado. Estudos preliminares indicam a possibilidade de implantação de uma usina hidrelétrica com vazão regularizada de 150m³/s queda bruta de 20m, podendo dispor de uma potência de 50 MW, com energia média anual produzida de 220.000 MW.

Energia Solar

Embora não tenha sido possível de quantificar, esta energia já vem sendo utilizada no Estado, pela TELEACRE, nos serviços de telecomunicações; Secretaria da Saúde, na refigeração e conservação de medicamentos; pelo INCRA, nos projetos de colonização; em serrarias e algumas fazendas.

PROGRAMAS E METAS/ELETROACRE

- Programa de Usinas de gasogênio, para atender à pequenas demandas na zona rural, sito em Vila Capixaba
- Projetos de linha monofásica para eletrificação rural, atingindo taxas de redução nos custos de aproximadamente 45% do valor de uma linha trifásica.
- 95% da população urbana de Rio Branco encontra-se atendida, pois o crescimento em torno de 7% ao ano é bem absorvido pelo planejamento da Estatal.

Metas Futuras, a partir do abastecimento da Usina de Samuel - UHES

Interligar em aproximadamente 3 anos os municípios de:

Brasiléia/Sena Madureira/Xapuri

Tarauacá/Feijó

Extrema/Nova Califórnia

S A Ú D E

S A Ú D E

No **Governo Jorge Viana** o atendimento à saúde da população será dirigido à democratização do sistema acabando com as filas que se arrastam desde a madrugada com pessoas morrendo nos bancos de espera, e levando assistência às colônias e seringais distantes.

Situação Atual

Dados do Anuário Estatístico do Acre indicam que no final da década de 80, no município de Rio Branco, o índice de mortalidade infantil (número de crianças mortas antes de um ano de idade em cada grupo de 1.000 crianças) encontra-se próximo de 100. E nós todos sabemos que a situação, não oficializada pelas estatísticas é mais crítica tanto na capital quanto no interior do Estado.

A própria listagem das doenças transmissíveis registradas comumente no Estadó é o reflexo dos precários níveis de saúde da população acreana: hepatite, leptospirose, malária, febre tifóide, difteria, etc.

Outras doenças, (desnutrição, desidratação, diarréia, etc), a pesar de não transmissíveis, indicam os baixos níveis de renda da população, a ausência de saneamento entre outras carências.

A situação revela-se bastante delicada, refletindo de um lado os defeitos de uma política de desenvolvimento concentradora de renda, e, de outro lado, as distorções e inadequações do padrão vigente de organização e funcionamento dos serviços de saúde.

Com efeito, o baixo nível de rendimento auferido por parcela substancial da população acreana se traduz, como não poderia deixar de ser, em precárias condições de vida. Resultando daí: a má nutrição, a incidência de doenças evitáveis por imunizantes, as infecções que passam desapercebidas gerando fonte de transmissão, a quase inexistência de práticas de educação em saúde, e, não raro, a inadequação de solu -

ções adotadas quanto à qualidade da água e ao destino dos dejetos e resíduos sólidos.

Este panorama agrava-se, na medida em que a prática adotada é no sentido de privilegiar procedimentos terapêuticos sempre de custo mais elevado, em detrimento as atividades de prevenção e de promoção de maior impacto, nos níveis de saúde, de parcelas amplas da população.

Na verdade, identifica-se na realidade brasileira a existência de duas redes de serviços atuando de forma isolada: as de natureza preventiva e de alcance coletivo reduzidas, praticamente à rede pública e as de natureza curativa, de alcance individual, restritas à rede privada.

Deste modo, os déficits de atendimentos existem, em termos nacionais, a nível de Acre tornam-se particularmente críticos, sobretudo em relação ao meio rural, tendo em vista o volume da população (55% do contingente demográfico estadual) e sua dispersão pelo Território.

Em termos gerais, pode-se afirmar que no Estado, como um todo, o acesso à oferta de serviços de saúde não é fácil e é limitado, pois se a rede física hospitalar privada é insuficiente e, restrita a uma população com níveis de renda consideráveis, a situação dos serviços públicos mostra-se deficiente, quer pela precariedade das instalações existentes, quer pela dimensão da capacidade instalada.

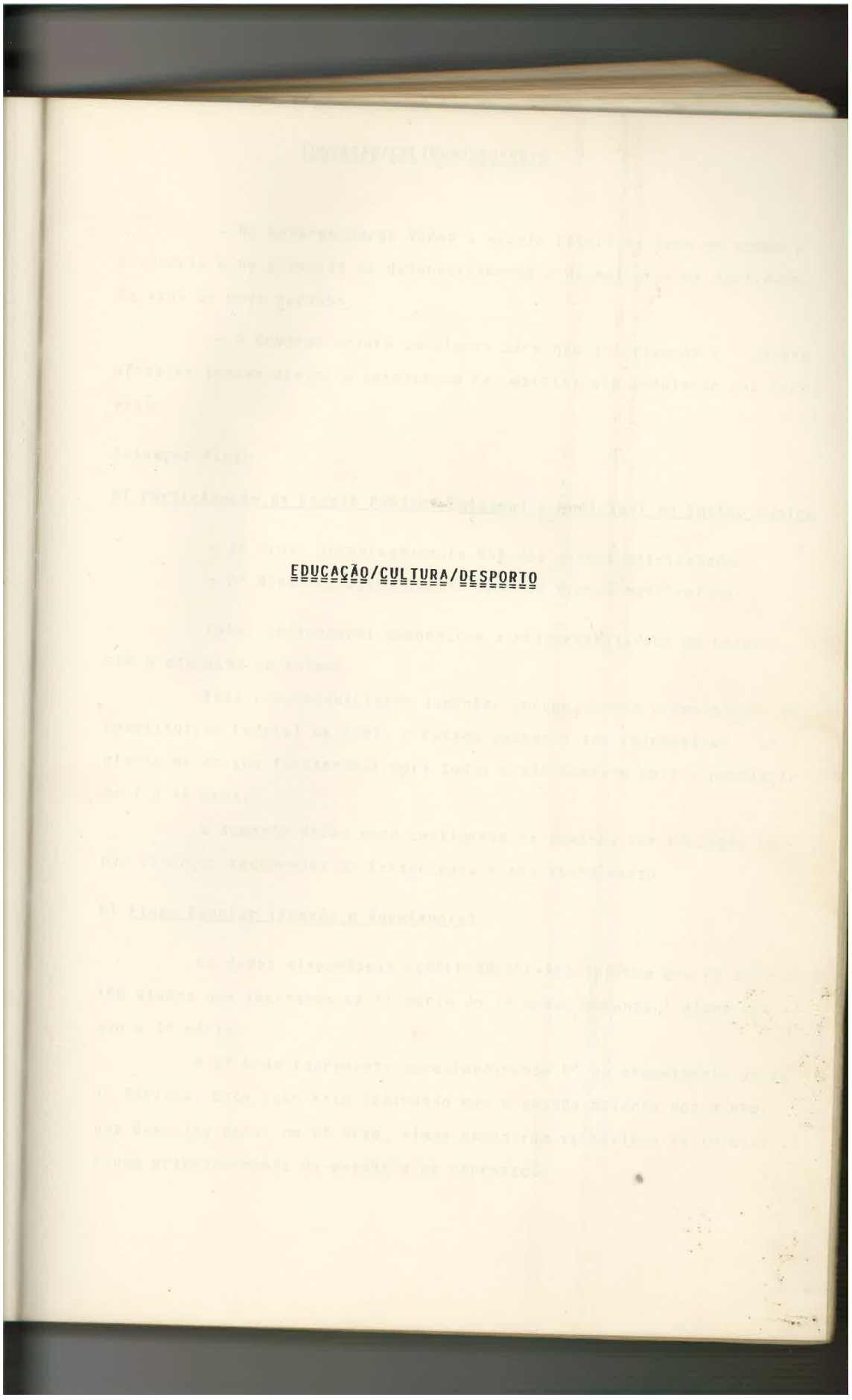
Observa-se, em consequência problemas como, os elevados índices de mortalidade infantil, fetal e precoce, da morbi-mortalidade por doenças transmissíveis e, quase sempre evitáveis por imunizantes.

O coeficiente de mortalidade infantil do Estado do Acre é de aproximadamente 100 crianças em 1.000 menores de 1 ano, sendo superado em termos de Região Norte, apenas pelo Território de Roraima.

No tocante a distribuição espacial das unidades de saúde tem-se como características predominantes, a concentração de atividades no Município de Rio Branco, já que dos quase 200 estabelecimentos existentes no Estado, aproximadamente 70 estão localizados na Capital cujo índice de atendimento é de aproximadamente 70% em relação ao total do Estado.

Os dados referentes a entidade mantenedora e categoria dos

zação, o acompanhamento de casos crônicos. Os hospitais terão que humanizar seu atendimento de emergência. Para funcionar, serão equipados e abastecidos. Haverá programas especiais de combate à malária, de atendimento odontológico nas escolas, de doação de sangue e outros. Sabemos que um dos grandes problemas a serem enfrentados é a falta de pessoal especializado em várias áreas. Será dada atenção máxima não apenas à formação, reciclagem e especialização de pessoal existentes, mas também à atração de especialistas para o trabalho na região.



EDUCAÇÃO/CULTURA/DESPORTO

EDUCAÇÃO/CULTURA/DESPORTO

- No Governo **Jorge Viana** a escola estará na base do combate à miséria e na promoção do desenvolvimento e na melhoria da qualidade de vida do povo acreano.

- O **Governo** criará condições para que as crianças e jovens acreanos tenham acesso e permaneçam nas escolas até completar sua formação.

Situação Atual

a) Participação da Escola Pública Estadual e Municipal no Ensino Básico

- 1º Grau: aproximadamente 95% dos alunos matriculados
- 2º Grau: aproximadamente 90% dos alunos matriculados

Estes indicadores demonstram a responsabilidade do Governo com a educação no Estado.

Esta responsabilidade aumentou porque, com a promulgação da Constituição Federal de 1983, o Estado passou a ser responsável pela oferta de ensino fundamental para todos e não somente para a população de 7 a 14 anos.

O aumento desse novo contigente na demanda por educação impõe esforços redobrados do Estado para o seu atendimento.

b) Fluxo Escolar (Evasão e Repetência)

Os dados disponíveis (CODEPLAN/SEC-AC) indicou que de cada 100 alunos que ingressou na 1ª série do 1º Grau, somente 1 aluno chegou a 5ª série.

O 2º Grau representa aproximadamente 6% do atendimento da Rede Pública. Este fato está indicando que a grande maioria dos alunos que deveriam estar no 2º Grau, ainda encontram-se retidos no 1º Grau, fruto principalmente da evasão e da reprovação.

As taxas de evasão e de reprovação escolar do 1º Grau no Acre chegou à 55%.

c) Crianças e Jovens Fora da Escola

Dados de 1988 (SINFOR/SEC-AC) indicou que o Estado do Acre tinha uma clientela potencial ao ensino de 1º e 2º Graus na ordem de 300.000. Para esta clientela foram oferecidas 120.000 vagas, isto representa um déficit de 60% (180.000 vagas).

Isto significa que, no Acre, é preciso se elevar gradativamente a oferta de vagas, com um incremento anual de, no mínimo, 10% só no ensino fundamental. Atualmente, este incremento médio anual é de 6,5%.

d) Analfabetismo

As taxas de analfabetismo disponíveis são variáveis, entre 42% (estimativa de Censo de 1980) e 50%, a partir dos 8 anos de idade (dados Distritais do Acre).

Sendo que as maiores taxas se encontram nas zonas rurais junto, entre outros, da inexistência do ensino de 1º Grau completo, da inadequação do ensino à realidade local, da situação de pobreza e abandono em que se encontram aquelas populações.

e) Formação dos Professores de Ensino Fundamental

No Estado do Acre, aproximadamente 50% dos professores de 1ª a 4ª séries do 1º Grau não são titulados. A situação é crítica na zona rural onde mais de 75% dos professores não são titulados, isto é possuem nem mesmo curso de magistério ao nível do 2º Grau, segundo dados da Coordenadoria de Planejamento da SEC-AC.

Proposta de Atuação do Governo Jorge Viana

a) Centros Urbanos

- Implantação de escolas de tempo e desenvolvimento integral dirigidas à população de baixa renda, garantindo às demais a elevação da qualidade de ensino.
- Associar aos programas de educação formal dos alunos, módulos voltados à preparação ao trabalho e ensino profissionalizante. No sentido de promoção do indivíduo dando-lhe condições seja de ingressar no mercado formal de trabalho, seja de desempenhar atividades autônomas (marcenaria, mecânica, eletricista, etc).
- Criar creches para o atendimento de crianças de zero a 3 anos, assegurando através de recursos financeiros provenientes de programas de saúde e assistência social. Garantir o atendimento profissional interdisciplinar e especializado em creches e pré-escolas com espaço físico e instalações adequadas.
- Oferecer cursos noturnos regulares para o aluno-trabalhador.

b) Zonas Rurais

No Estado do Acre já temos experiências bem sucedidas de implantação e trabalho com escolas comunitárias, pequenas e econômicas, mas de grande alcance social, mesmo em locais de difícil acesso.

Quando se fala em "Área Rural" é necessário atentar para a heterogeneidade da distribuição populacional. Isto é, num extremo, áreas rarefeitas, noutro, áreas com núcleos de colonização. A este aspecto se soma a flutuação/êxodo destas populações. Portanto, uma proposta educacional corrente deve buscar soluções diversificadas e cria-

tivas em comum acordo com as municipalidades e comunidades rurais.

É necessário, além de ampliar o alcance destas experiências para todo o Estado, acoplar as unidades escolares existentes e a serem construídas, unidades básicas de saúde (postos), interpondo os esforços de educação e saúde no meio rural.

c) Promoção dos Recursos Humanos

- Constante atualização dos níveis salariais previstos no Plano de Cargos e Salários do magistério Estadual. Estimular a permanência na função, através da remuneração condigna.
- Sistematização e ampliação dos programas de atualização e capacitação pedagógica para professores e de gerência escolar para professores - diretores.
- Eliminar os desvios de função em relação à formação e às especializações adquiridas. aproveitando melhor os recursos humanos disponíveis.
- Realização sistemática de concursos públicos visando suprir a demanda crescente por novos profissionais

d) Gestão Democrática e Descentralizada

A experiência tem demonstrado não somente no Acre como em outros Estados, que a maior garantia na aplicação dos recursos destinados à manutenção/conservação e funcionamento das unidades escolares (aquisição de material didático, pequenas obras de manutenção, merenda escolar. etc), é entregar a gestão destes recursos à direção destas unidades. Certamente, a direção de cada escola será melhor fiscalizada pelo público diretamente atingido (professores, alunos, pais e munipalidade) que elegerá os diretores das escolas e participarão de sua gestão de forma colegiada.

e) Participação das Municipalidades

Na base do **Governo Jorge Viana** está a descentralização com ampla participação de todos os segmentos da sociedade.

Os dados disponíveis (vide quadro) indicou a necessidade de municipalização do ensino de maneira gradual, através da assistência técnica do Governo Estadual e repasse de recursos aos municípios.

ESTABELECIMENTOS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

T O T A L		E S T A D U A L		M U N I C I P A L	
RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO
940	150	557	114	379	25

Fonte: Anuário Estatístico do Acre, 1988.

A municipalização deve ser gradativa com soluções diferentes, segundo às especificações dos municípios e com ampla participação social.

Fontes de Recursos

A questão básica coloca-se na otimização dos recursos próprios do sistema de educação pública do Estado:

- 25% dos recursos educacionais Estaduais
- 25% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios
- Parcelas mensais de salário educação cota Estadual
- Salário educação cota Federal (do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).
- Recursos Federais previstos no Programa Nacional de Alfabetização e cidadania.

A aplicação dos recursos financeiros na educação deverá:

- envolver a comunidade através das representações políticas e sociais na seleção de prioridades e distribuição de recursos;
- providenciar a divulgação através dos meios de comunicação dos planos de aplicação e relatórios de execução: física e financeira dos órgãos responsáveis pela execução da política educacional;
- garantir a punição da autoridade competente em caso comprovado do não cumprimento da Lei (afastamentos de cargos, intervenção do órgão);
- garantir autonomia aos dirigentes escolares para gerir recursos públicos específicos no âmbito de sua escola.

Finalmente, é fundamental buscar alternativas de construção de escolas com tecnologia própria de baixo custo.

Isto é possível e já vem sendo feito pela FUNTAC e o Conselho Nacional de Seringueiros, na sua unidade Escolar- Saúde da Floresta Estadual do Antimari e nas Reservas Extrativistas.

Esta unidade completa (sala de aula para 40 alunos, cozinha, depósito sanitários e posto de saúde básico), tem o seu custo estimado de construção e manutenção em Cr$ 2.000.000,00, a preços de novembro de 1990, o que equivale a várias vezes menos o custo de uma sala de aula convencional:

CULTURA

Para a **Frente Popular**, cultura não diz respeito somente às produções e práticas rotuladas de artísticas, consagradas e repassadas como padrões ou modelos por um determinado segmento da sociedade. Para a Frente, cultura tem sentido mais amplo: é todo o processo e o produto do viver, agir e pensar do homem nessa região. Assim colocado, o conceito de cultura:

a) contempla as diferenças do viver, agir e pensar das diferentes comunidades e de seus membros;

b) permea, necessariamente, todas as outras áreas de ação governamental: educação, saúde, habitação, agricultura, etc.

Somos um povo. Temos história, tradição, hábitos, maneira de viver, trabalhar, amar, de nos relacionar com a natureza. O poder público pareceu ter esquecido esse fato. O sistema econômico tem desprezado sistematicamente a cultura do povo acreano. As comunidades, oprimidas pela miséria ou esmagadas pela urbanização acelerada, vão perdendo suas tradições. A história vai sendo apagada. Um povo sem identidade é presa fácil de dominação. Nosso Governo empreenderá um trabalho incansável pelo resgate da acreanidade, pela valorização dos elementos formadores do povo acreano.

Criaremos e aprimoraremos meios de fortalecimento da identidade cultural, sem esquecer o direito de acesso aos bens culturais da humanidade. Serão apoiadas e fortalecidas as entidades representativas dos diversos setores culturais e artísticos. Os investimentos públicos serão destinados à recuperação do patrimônio histórico, às tradições comunitárias, à produção artística, criação e manutenção de espaços culturais convenientemente equipados, patrocínio no intercâmbio entre municípios, apoio aos grupos de produtores, edição, gravação, divulgado material produzido, etc. Atenção especial será dada à cultura material e espiritual dos povos indígenas, através de ações que visem a proteção de suas áreas e de seu sistema de vida, através do intercâmbio e da troca de influências em clima de igualdade e respeito.

ESPORTE

Atividade que reúne ao mesmo tempo saúde e educação, o esporte é um direito da cidadania. O Acre esta longe de oferecer condições de formação saudável à sua juventude. Não há infra-estrutura adequada para a prática do esporte, nem estímulo à atividade esportiva. O Governo tem compromisso com o desporto escolar, sob a responsabilidade da

Sêcretaria de Educação e Cultura.

O Governo garantirá a adequação pedagógica das atividades esportivas escolares e a supervisão de profissionais de saúde. O desporto comunitário receberá instalações adequadas às condições climáticas da região, com os equipamentos necessários e orientação técnica a serviço da gestão comunitária. Será dado apoio às federações de esporte amador na execução de seus calendários de atividades, estendendo sua ação para o interior do Estado.

M E T A S

I. Produção Cultural

1. Apoio à Produção Cultural e sua Circulação:

   a) incentivo à produção e circulação de espetáculos teatrais, musicais, e dança e de circo;

   b) incentivo à produção e circulação de mostras de artes plásticas e fotografias;

   c) incentivo à produção de artesanato, à promoção de feiras e exposições.

2. Apoio aos Espaços Culturais:

   a) construção, recuperação, reforma e manutenção de salas de espetáculos e espaço de exposição nos municípios, devidamente equipados;

   b) dinamizar e aproveitar os espaços das casas de espetáculos para atividades diversas;

   c) criação de Casas de Cultura nos bairros populares, como espaços de atividades múltiplas com a realização de cursos, oficinas, atividades teatrais, literárias, de dança, música, cinema, etc...

3. Formação Técnica e Artística dos Produtores:

a) promoção de cursos, oficinas, seminários e estágios visando qualificar artistas e técnicos animadores culturais;

b) promoção de festivais, mostras e encontros da produção cultural;

c) formação de um Centro de Estudos, Pesquisa e Difusão da Música e montagem de um estúdio de gravação;

d) formação de um Centro de Estudos, Pesquisa e Difusão das Artes Cênicas;

e) criação de Escolinhas de Artes Plásticas (pintura, desenho, escultura, entalhe).

II. **Memória e Patrimônio Cultural**

a) criação de lei estadual de tombamento de bens móveis e imóveis de importância histórico, social, artística-cultural, e natural;

b) promover o inventário e preservação dos bens imóveis e bens simbólicos do patrimônio histórico, artístico-cultural e natural através da criação de Centros de Memória nos municípios;

c) reconhecer e promover como sítio histórico centros relacionados à história do Acre, Porto Acre, Xapuri, Cruzeiro do Sul, etc.

d) proteger os acervos de documentos, objetos, fotografias e peças que registrem a história do Acre através dos espaços existentes (Museu da Borracha e Casa do Seringueiro) e dos Centros de Memória a serem criados nos municípios.;

e) promover o registro, documentação e difusão da sabedoria popular oriunda de uma relação direta com a natureza na valorização do meio ambiente;

f) promover a pesquisa, documentação e difusão das manifestações folclóricas e das expressões religiosas espontâneas e de origem regional;

g) reconhecer e valorizar a culinária regional como elementos de saber, conhecimento e cultura de um povo.

III. Cultura e Educação:

a) incentivar a participação dos estudantes da rede escolar nas diversas atividades da produção cultural sob a forma de estudo. produção e intercâmbio;

b) promover a interação do conteúdo curricular ao contexto cultural, inserindo nos currículos escolares disciplinas que se relacionem à realidade amazônica;

c) promover a difusão da produção literária e história sobre a região amazônica junto à rede escolar, favorecendo aos estudantes o acesso a essa produção escrita.

IV. Cultura dos Povos da Floresta:

a) promover o estudo e a difusão do pensar, dos comportamentos e organização social dos Povos da Floresta (seringueiros, índios, ribeirinhos e extratores);

b) apoiar o trabalho de educação e desenvolvimento comunitário das nações indígenas e das comunidades extrativistas;

c) apoiar a documentação das manifestações lúdicas das nações indígenas e comunidades extrativistas;

d) apoiar projetos de descrição e registro linguístico das doze línguas indígenas do Acre.

4. Atividades Literária:

a) incentivo à edição, publicação e difusão da produção literária em suas várias manifestações (poesia, contos, romances, literatura de cordel);

b) promoção de concursos, seminários, cursos e oficinas como incentivo à prática da leitura, pesquisa e produção literária;

c) publicação de pesquisas, documentos e peças importantes relacionadas à História do Acre;

d) equipar o Sistema Estadual de Bibliotecas na recuperação dos espaços físicos, melhoria dos acervos e qualificação de recursos humanos.

5. Desporto e Lazer:

a) fortalecimento dos espaços de convivência democrática destinados ao lazer e atividades esportivas e culturais: praça, parques , quadras, etc.;

b) incentivo ao desporto de quadra em suas diversas modalidades (atletismo, volei, basket, futebol de salão, etc) nos núcleos urbanos, especialmente dirigidos aos jovens;

c) incentivar a articulação entre as redes de ensino estadual e municipal visando a realização de atividades esportivas e cultu - rais.

6. Meio de Comunicação (TV, rádio, cinema, etc):

a) incentivo à produção de programas televisivos e radiofônicos de interesse regional, enfocando as diferentes formas de manifestações artístico-culturais;

b) reativar as ações relacionadas à produção regional de filmes e viabilizar a sua exibição.

COMUNIDADES INDÍGENAS

COMUNIDADES INDÍGENAS

Cerca de 15% do território acreano é ocupado por 12 nações indígenas distribuídas em diversas aldeias. Várias delas tem suas áreas reconhecidas, porém sem providências jurídicas por parte do Governo Federal. A primeira obrigação do Governo Estadual é reconhecer a presença destes povos, sem direito a seus territórios de ocupação imemorial, sua cultura, seus hábitos e costumes, sua igualdade em relação aos demais cidadãos brasileiros. A segunda é ajudá-los em sua intenção de demarcar suas reservas, realizando gestões junto ao Governo Federal para que todas as terras indígenas no Acre sejam demarcadas e regularizadas o mais rapidamente possível.

O Governo deve criar condições para que o contato desses povos com a sociedade envolvente seja realizado em condições de igualdade e liberdade, onde os legítimos interesses das nações indígenas sejam integralmente respeitados. O Governo impedirá, por todos os meios, a invasão das áreas indígenas, a exploração comercial das comunidades ou as práticas de escravidão que se verificaram no passado.

Boa parte dessas comunidades está organizada para o contato com o auxílio de entidades não governamentais que realizam programas de saúde, educação e desenvolvimento econômico baseado no cooperativismo. O Governo auxiliará todas essas atividades, proporcionando acesso às populações indígenas aos serviços públicos de saúde, educação, transporte, abastecimento, financiamento, etc, bem como aos programas de desenvolvimento econômico e social. A forma de participação destas comunidades nas ações do Governo será sempre objeto de decisão das próprias comunidades, através de suas lideranças e entidades representativas como UNI e a OPIRE.

SITUAÇÃO DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SITUAÇÃO DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Situação da Mulher

De todas as injustiças sociais e também da violência, as mulheres tem sido as maiores vítimas.

Nosso **Governo** criará um programa especial de melhoria da condição de vida ds mulheres, com profissionais da saúde especializados , assistentes sociais e educadores. Categorias profissionais inteiramente formadas de mulheres, como lavadeiras e empregadas domésticas, terão assitência especial. O Governo manterá ou obrigará as empresas a manter creches onde as mães trabalhadoras possam contar com atendimentos para suas crianças, assistência à saúde, lazer e alimentação.

Em todos os setores da atividade humana o governo promoverá o reconhecimento da cidadania plena e dos direitos da mulher.

Menores

Existem hoje, nas principais cidades do Acre, milhares de crianças e adolescentes pedindo esmolas e realizando pequenos furtos para sobreviver. Antes de atingirem a maioridade já acumulam diversas passagens pelas delegacias de polícia e juizado de menores.

Formam o enorme contingente de jovens marginalizados que vivem mergulhados num ambiente de violência. Esta situação exige providências urgentes. Mas os instrumentos atuais do Estado são poucos, pobres e inadequados para o tratamento do problema. Terão que ser ampliados e reforçados. Nosso governo realizará um programa especial à infância e adolescência carentes. Garantirá acesso à saúde, educação, habitação, formação profissional e orientação psicológica a essas crianças e adolescentes. Convocará toda a sociedade para um mutirão: o Poder Judiciário, a Polícia, os organismos civis, entidades religiosas, os clubes. Mobilizará a opinião pública. O objetivo é formar milhares de cidadãos, ao mesmo tempo impedindo o surgimento de milhares de delinquentes.

SEGURANÇA PÚBLICA

SEGURANÇA PÚBLICA

Podem ser alinhados para discussão, alguns pontos essenciais para subsidiar a formulação da política global, primeiro passo no processo de ampliação e consolidação do sistema de segurança pública e do controle da expansão preocupante da criminalidade.

Ponto Um: estimular, a capacidade de coordenação operacional do sistema de segurança pública.

A função da segurança pública é obter e manter o estado de segurança pública e compreender basicamente, o exercício de polícia judiciária, de polícia administrativa, da prevenção e do combate a incêndio, da busca e salvamento em quaisquer situações. Se analisarmos cada uma dessas atividades, constataremos que lhes são imanentes duas características:

1ª - a possibilidade de se tornarem críticas: a crise está embutida em cada uma delas;

2ª - o pendor que possuem para se integrar: toda ação policial militar acaba no balcão de uma delegacia de polícia civil; o incêndio, outro exemplo, necessita de polícia administrativa, de perícia técnica e de investigação policial.

O artigo 144 da Constituição Federal corresponde a um capítulo exclusivo dedicado à segurança pública. É a primeira vez que isso ocorre na história constitucional brasileira. Infere-se de sua leitura a necessidade de um sistema articulado e conformado, no nível estadual, por três corporações responsáveis por atividades complementares. Trata se de um conjunto de órgãos cujo desempenho pressupõe a necessidade de coordenação: a polícia administrativa, ostensiva-preventiva e de pre - servação da ordem pública, exercida pela POlícia Militar; a polícia judiciária, investigadora da autoria dos delitos cometidos, executada pela Polícia Civil; e a presenção e o combate de sinistros, além da atividade de defesa civil, responsabilidades dos Corpos de Bombeiros Militares. A solução carioca para o problema desfigura essa idéia: um Se -

cretário de Estado à testa de cada corporação, e a esperança de que a coordenação ocorra espontaneamente. O Estado de segurança pública - sensação coletiva de proteção - só é obtido através de uma coordenação operacional eminentemente técnica do sistema; esse propósito fundamental surgirá de uma convergência harmônica de atividades. É preciso que se estimule essa estruturação, impedindo soluções corporativistas ou cedendo a pressões políticas setoriais e regionais, sempre pouco operacionais.

Ponto Dois: aumentar os efetivos das Polícias Militares e engajá-los no policiamento ostensivo-preventivo.

É recente o envolvimento das Polícias Militares brasileiras no policiamento preventivo. Por tradição histórica, essas copporações conservam uma ênfase especial para o policiamento de segurança e de manutenção da ordem pública. Uma herança das antigas milícias procincianas. É preciso um esforço novo dos Comandantes Gerais e uma sólida consciência de governo para impedí-las ao engajamento maciço de seus efetivos no policiamento ostensivo-preventivo, articulado com a comunidade. Aceita-se, internacionalmente, como um dado ideal para o policiamento administrativo de prevenção, a idéia de um posto policial permanente para cada quinhentos habitantes. A relação prática decorrente, orientada da expansão dos efetivos policiais militares, seria de um policial para cada cem habitantes. Como esforço inicial, entretanto, essas corporações devem ser encaminhadas para uma relação razoável, pelo menos nas áreas metropolitanas, de 150/1. Em médio e longo prazo essa relação poderá ser estendida a outras áreas. A prevenção deve ser a base de uma política global de segurança púvlica e à Polícia Militar terão de ser reservados uma importante parcela dessa tarefa e meios para realizá-la com competência.

Ponto Três: reformular a estrutura das polícias judiciárias, aumentando-lhes os efetivos e dando ênfase à capacidade de recrutamento e de preparação de novos policiais.

As responsabilidades de uma polícia judiciária caracterizam uma atividade técnica, metódica, paciente, intelectiva e contínua. Reclamam alta qualidade profissional e estrutura operacional adequada. As polícias civis brasileiras estão, em sua maioria, muito mal estruturadas, com deficiências importantes de equipamento operacional e de apoio - criminalística, medicina legal e identificação. A relação ideal para os efetivos da polícia judiciária é de um policial para cada duzentos habitantes. O aumento desses efetivos, pelo menos nos grandes centros urbanos, deverá buscar a relação inicial de 360/1. O mais grave problema da polícia judiciária, entretanto, de solução em médio e longo prazo, é a deficiente formação de seus profissionais. em todos os níveis e de todas as qualificações. Têm sido formados em pequenos cursos. Imaginar-se, nos critérios de formação, que a verdadeira preparação pode ser concluída na atividade propriamente dita, é admitir-se, como se tem admitido, a institucionalização do empirismo.

Ponto Quatro: Investir na melhoria e na ampliação da capacidade de contenção dos menores infratores.

A problemática do menor abandonado, os chamados meninos de rua das cidades brasileiras, aponta um gravíssimo desafio nacional e, naturalmente, deverá ser encarada por uma política de assistência social, de educação e de recuperação dessa juventude. O menor infrator, no entanto, insere-se na área da segurança pública pois é o protagonista principal de uma rotina diária que traz muita dor de cabeça à polícia das grandes cidades brasileiras. Participa de assaltos (roubos), furtos. latrocínios, furtos de veículos e é usuário de drogas. De forma alguma esses jovens são submetidos a qualquer ação reeducadora ou ressocializadora de valor. Continuam na intimidade com o crime.

Ponto Cinco: ampliar, dinamizar e informatizar o sistema Polinter, criando um banco central de dados criminais.

A Polinter, órgão de ligação, de troca de informações e de articulação entre as polícias judiciárias, por sua concepção básica, não pode apresentar o padrão heterogêneo de estrutura, de agilidade

técnica e de tecnologia disponível constatado atualmente. Cada Polinter deve integrar um sistema apresentando o mesmo padrão operacional, independente de recursos disponíveis pela unidade Federada responsável isto é, a Polinter do Estado mais pobre deve equivaler à Polinter do Estado mais rico e participar da dinâmica de integração de informações criminais, em igualdade de condições. O banco central de dados criminais seria a consequência lógica desse sistema de órgãos de articulação policial. Só com apoio federal e empenho do Ministério da Justiça esse intento poderá ser atingido em médio prazo. É imprescindível que a repressão policial disponha, para a eficácia de sua operação, em qualquer parte do Território Brasileiro, do conhecimento absoluto e imediato, referente a dados criminais sobre pessoas e organizações.

Ponto Seis: aproximar a polícia da comunidade, recuperando a credibilidade da instituição policial.

Uma das causas desse insuficiente nível de credibilidade decorreu do descuido policial em permitir a qualificação especializada de seus membros sem o embasamento de valores éticos. Os cursos de formação e de aperfeiçoamento, normalmente de curta duração, deixaram de ser forma natural de questionamento e de consolidação desses valores, isto é, não discutiram os juízos de apreciação referentes à conduta policial suscetível de causar o bem ou o mal à instituição e à sua essência comunitária. Sem essa nítida identificação de valores éticos a serem exercitados, a instituição policial tem ficado desprotegida.

Outra causa tem sido a falta de visão e de sensibilidade dos governantes que permitiram, no processo administrativo que presidiram e no estabelecimento de prioridades de ação desse processo, a desvinculação da expansão do organismo policial de seu fator básico de relação: a expansão urbana-populacional. Com isso, as corporações policiais foram sufocadas pela problemática de segurança pública dos grandes centros urbanos, mantendo seus efetivos, equipamentos e estrutura organizacional mais ou menos engessados no tempo, sem agilidade e proficiência técnica.

Uma terceira causa, extremamente deformadora, tem sido a a - lienação da instituição policial de sua essência comunitária. Afastada da comunidade, a polícia agrava seus problemas e, hostilizada, imcom - preendida, temida em lugar de respeitada, entrincheira-se em ferrenho corporativismo. Finalmente, como última causa das dificuldades poli - ciais como instituição, cumpre assinalar o péssimo e equivocado rela - cionamento imprensa-polícia. Às vezes bajulada por jornalístas que pro tegem a corporação em detrimento da instituição social que a justifica. a polícia tem mantido um relacionamento ruim com a imprensa, defensivo, acuado, prejudicial ao seu entendimento com a comunidade.

Desprotegida como isntituição, desequipada como corporação , estiolada, afastada da comunidade e mal interpretada pela imprensa for madora de opinião pública, a polícia permaneceu reprimida e sem o ní - vel de credibilidade necessária ao bom desempenho de suas graves res - ponsabilidades. Nesse quadro, protegida pela ética militar e organiza- da com autonomia à base da hierarquia e da disciplina, à Polícia Mili- tar tem resistido mais ao envolvimento desgastante.

O apoio e a coordenação federal para essa recuperação são significantes. Campanhas promocionais, paralelas às outras providências indicadas pelos demais pontos abordados, com o propósito de recuperar a credibilidade policial, tem sentido objetivo. Nas Unidades Federadas devem ser articulados contatos periódicos das autoridades policiais com lideranças comunitárias. O delegado, juntamente com o comandante policial militar de área, deve discutir com a comunidade os problemas, as queixas e os anseios dos cidadãos comuns. Esse processo, inicialmen te penoso para uma instituição desacreditada, logo se transformará em entendimento, compreensão mútua e simpatia, com efeitos benéficos para a operação policial e, consequentemente para o estado de segurança pú- blica.

Fazendo a advertência de que é necessário compatibilizar o rigor da repressão aos criminosos com o respeito aos direitos humanos dos cidadãos em geral, recomendam-se as seguintes medidas de curto, médio e longo prazos.

Medidas de Curto Prazo

1. Efetivação de uma polícia eficiente, preventiva e repressiva, aparelhada tecnicamente, capaz de combater os desvios e abusos e administrar as ocorrências diuturnamente, com direcionamento social de suas ações.
2. Lutar pela adoção de formas legais para a rápida investigação, desburocratizando o julgamento e eficaz execução.
3. Enfrentar igualmente a criminalidade violenta e a não violenta (a não convencional).
4. Envolver os meios de comunicação e a comunidade com atitudes positivas em relação à publicidade e interpretação dos fatos, enfatizando o referencial de aceitação do egresso e do condenado que cumpre livre.
5. Permanência do sentenciado na Comarca da condenação para cumprir os regimes aberto e semi aberto com trabalho externo.
6. Aperfeiçoamento e treinamento dos envolvidos na investigação/julgamento/execução, para que possam atender com celeridade e garantir às vocações do Direito Penal e Criminal.
7. Sensibilizar a sociedade organizada, Ministério Público e Defensoria Pública e Privada para uma ação integrada, com comportamento atuante na educação e no incentivo à recuperação dos apenados.
8. Criação de Conselhos Comunitários de Defesa Social.

Medidas de Médio Prazo

1. Lutar pela modificação da Legislação sobre produção, comercialização, posse, transporte e porte de arma de fogo.
2. Construção de estabelecimentos penais, priorizando os estabelecimentos semi-abertos e abertos.
3. Permanente atualização do aparelhamento preventivo e repressivo para acompanhar a evolução das formas de criminalidade.
4. Promover a formação dos agentes da autoridade com cursos sobre cidadania, direitos humanos e técnicas policiais.
5. Minimizar os efeitos da violência no trânsito através das melhorias viárias, da sinalização e das formas de educação.
6. Fazer crescer a capacidade da prestação jurisdicional penal na medida em que aumente a demanda, com acento na especialização.
7. Criar alternativas para o desporto e as formas de cultura popular, reforçando os meios de convivência social e formas sadias de vida comunitária.
8. Promover campanhas educativas.

Medidas de Longo Prazo

1. Construção de estabelecimentos penais que propiciem a separação dos apenados em razão da segurança, do regime de execução e outras previsões legais.
2. Permanente atualização da prevenção e repressão, integrando-as na comunidade.
3. Melhoria das condições de vida. com a criação de espaços sociais urbanos e atendimento das indicações agrárias previstas na Constituição com vistas a reverter o fluxo migratório.

4. Interessar os municípios na execução penal, através de projetos sociais.

5. Apoio no ensino público e privado para captar a participação no esclarecimento de problemas sociais envolventes da criminalidade.

A pré-condição à possibilidade de êxito das medidas propostas é a implementação simultânea das medidas de curto, médio e longo prazos, pois normalmente as de longo e médio prazo são, de plano, descartadas.

É necessário o engajamento.

- do Executivo
- do Judiciário
- do Legislativo
- da Sociedade

ANEXO B – Relação de empréstimos do Acre (2011-2022)

Dados do Pedido	
Protocolo	713 000024202327
Solicitante	CÉSAR CLAUDINO PEREIRA
Data de abertura	05/10/2023
Orgão Superior Destinatário	SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	25/10/2023
Situação	Em Tramitação
Status da Situação	Pedido Registrado
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Descrição	Bom dia. Para fins de pesquisa de Doutorado em Direito, solicito a relação de empréstimos contraídos (com instituições financeiras nacionais e internacionais) pelo Poder Executivo (governo do Acre) no período de 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2022, com informações sobre os respectivos valores. Atenciosamente.
Origem da Solicitação	Internet

Histórico do Pedido

Data do evento	Descrição do evento	Responsável
05/10/2023	Pedido Registrado para o Órgão SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento	SOLICITANTE

ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

AV. GETULIO VARGAS, 232, PALÁCIO DAS SECRETARIAS, 4° ANDAR - Bairro CENTRO, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
- www.ac.gov.br

Despacho nº 47/2023/SEPLAN - DEPGGM

Ao Senhor
Alexandre de Souza Tostes
Diretor de Captação e Monitoramento de Recursos- DIRCAM/SEPLAN

Assunto: Pedido de Informação das Operações de Crédito

Senhor Diretor,

Em atenção ao Despacho nº 1892/2023/SEPLAN - DIRCAM (SEI 8841523), o Departamento de Gerenciamento de Créditos à Gestão e Modernização encaminha abaixo as informações referentes as operações de créditos contratadas junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) entre 2011 e 2022:

Nome do Programa	Contrato	Financiador	Data de Início	Data de encerramento	Moeda	Valor Contratado	Valor Ajustado	Valor Desembolsado
Acre: Fortalecimento de Políticas Públicas para Melhoria da Prestação de Serviços.	8310/BR	BIRD	05/12/2013	31/07/2015	U$S	250.000.000,00	-	250.000.000,00
Programa de Saneamento Ambiental Integrado e Inclusão Socioeconômica do Acre (PROSER).	8442/BR	BIRD	24/03/2016	31/12/2021	U$S	150.000.000,00	100.000.000,00	85.856.216

Atenciosamente,

Claudia Lima Saldanha
Chefe do Departamento de Gerenciamento de Créditos à Gestão e Modernização
Portaria SEPLAN Nº 1, de 10 de janeiro de 2023

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA LIMA SALDANHA**, **Chefe de Departamento**, em 30/10/2023, às 10:38, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **8853032** e o código CRC **DD251161**.

Referência: Processo nº 4004.017465.00012/2023-31

SEI nº 8853032

ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

AV. GETULIO VARGAS, 232, PALÁCIO DAS SECRETARIAS, 4° ANDAR - Bairro CENTRO, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
- www.ac.gov.br

Despacho nº 1226/2023/SEPLAN - DEPGSP

Ao Senhor
Alexandre de Souza Tostes
Diretor de Captação e Monitoramento de Recursos- DIRCAM/SEPLAN

Assunto: Pedido de Informação das Operações de Crédito

Senhor Diretor,

Em atenção ao Despacho nº 1892/2023/SEPLAN - DIRCAM (SEI 8841523), o Departamento de Gerenciamento de Créditos à Sustentabilidade e Produção encaminha abaixo informação referente a operação de crédito contratada junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entre 2011 e 2022:

Nome do Programa	Contrato	Financiador	Data de Início	Data de encerramento	Moeda	Valor Contratado	Valor Ajustado	Valor Desembolsado
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - FASE II	2809/OC-BR	BID	17/07/2018	17/11/2021	U$S	72.000.000,00	-	72.000.000,00

Atenciosamente,

Roseneide Mendonça de Sena Caldera
Chefe do Depart. de Gerenciamento de Créditos à Sustentabilidade e Produção - DEPGSP
Portaria SEPLAN nº 1, de 10 de janeiro de 2023
Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN

Documento assinado eletronicamente por **ROSENEIDE MENDONCA DE SENA**, **Chefe de Departamento**, em 30/10/2023, às 13:49, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **8854252** e o código CRC **99A52CC0**.

Referência: Processo nº 4004.017465.00012/2023-31

SEI nº 8854252

ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

AV. GETULIO VARGAS, 232, PALÁCIO DAS SECRETARIAS, 4° ANDAR - Bairro CENTRO, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
- www.ac.gov.br

Despacho nº 120/2023/SEPLAN - DEPGIF

Ao Sr.

Alexandre de Souza Tostes

Diretor de Captação e Monitoramento de Recursos - DIRCAM/SEPLAN

Assunto: Pedido de Informação das Operações de Crédito

Senhor Diretor,

Em atenção ao Despacho nº 1892/2023/SEPLAN - DIRCAM (SEI 8841523), o Departamento de Gerenciamento de Créditos à Infraestrutura – DEPGIF encaminha abaixo informação referente a operação de crédito contratada junto ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, entre 2011 e 2022:

Nome do Programa	Contrato	Financiador	Data de Início	Data de encerramento	Moeda	Valor Contratado	Valor Ajustado	Valor Desembolsado
Implantação e Estruturação da Base de Aviação do Juruá	40/00007-9	Banco do Brasil	13/09/2022	30/12/2023	R$	32.000.000,00	-	32.000.000
Programa de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA - Amortização das Dívidas -	478.145-46	Caixa Econômica Federal - CAIXA	20/06/2018	-	R$	60.000.000,00	-	60.000.000
Programa de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA - Contrapartidas e Modernização -	478.148-79	Caixa Econômica Federal - CAIXA	20/06/2018	-	R$	95.000.000,00	-	95.000.000
Programa de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA - Apoio Financeiro para o Financiamento de Despesas de Capital a serem Aplicados na Amortização, Reestruturação da Dívida e Financiamento de Investimentos Estruturantes e seus Projetos -	0554.150-49	Caixa Econômica Federal - CAIXA	08/04/2022	-	R$	100.000.000,00	-	84.426.736
Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC - Pavimentação de Vias na Baixada Sobral e Tancredo Neves	406.338-63	Caixa Econômica Federal - CAIXA	12/06/2013	-	R$	2.549.253,43	-	2.549.253
Programa Pró-Moradia - Urbanização de Bairros em Rio Branco -	346.611-07	Caixa Econômica Federal - CAIXA	07/11/2011	-	R$	9.961.818,18	-	9.961.818
Programa Pró-Transporte - Urbanização de Bairros em Rio Branco -	354.430-78	Caixa Econômica Federal - CAIXA	29/11/2011	-	R$	35.540.000,00	-	35.540.000
Programa Pró-Transporte - Pavimentação de Vias em Rio Branco bairros Nova Esperança e outros -	358.927-65	Caixa Econômica Federal - CAIXA	29/11/2011	-	R$	86.451.238,62	-	86.451.239

Programa Pró-Transporte - Pav. e Qualif. De vias urbanas nos bairros Santo Afonso, Santa Helena, Santa Luzia e Salim Fahart -	400.039-12	Caixa Econômica Federal - CAIXA	30/04/2014	-	R$	34.150.000,00	-	
Programa Pró-Transporte - Pav. e Qualif. De vias urbanas nos bairros Boa Vista, Conquista, Floresta Sul e Flor de Maio -	400.089-29	Caixa Econômica Federal - CAIXA	30/04/2014	-	R$	55.119.000,00	-	
Programa Pró-Transporte - Pav. e Qualif. De vias urbanas nos bairros Ouricuri, Rui Lino, Vale dos Sabiás e Jd Primavera -	400.131-43	Caixa Econômica Federal - CAIXA	30/04/2014	-	R$	35.370.000,00	-	
Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC - Pavimentação de Vias na Baixada Sobral e Tancredo Neves	406.333-11	Caixa Econômica Federal - CAIXA	11/06/2013	-	R$	7.463.466,13	-	7.463.466
Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC - Urbanização dos bairros Habitasa e Cadeia Velha	406.340-04	Caixa Econômica Federal - CAIXA	12/06/2013	-	R$	1.687.756,54	-	1.687.756,54
Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC - Urbanização dos bairros Habitasa e Cadeia Velha	406.341-18	Caixa Econômica Federal - CAIXA	12/06/2013	-	R$	1.019.086,65	-	1.019.086,65
Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC - Saneamento Integrado nos Bairros Glória, João Eduardo e Pista	406.342-22	Caixa Econômica Federal - CAIXA	12/06/2013	-	R$	900.000,00	-	900.000,00
Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC - Saneamento Integrado nos Bairros Placas e Ouricuri	406.343-36	Caixa Econômica Federal - CAIXA	12/06/2013	-	R$	1.500.000,00	-	1.500.000,00
Programa de Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC - Cidade do Povo	406.461-75	Caixa Econômica Federal - CAIXA	28/06/2013	-	R$	64.800.000,00	-	16.479.694,98
Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal - PROINVESTE	12.2.1318.1	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	17/12/2012	-	R$	383.202.882,73	-	383.202.882,73
Saneamento Ambiental nos Municípios do Acre – SANEAC	12.2.1384.1	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	07/02/2014	-	R$	240.662.000,00	-	208.315.337
Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre – Fase V - PIDS V	11.2.1173.1	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	09/12/2011	-	R$	641.160.000,00	-	622.616.959

Atenciosamente,

ALOISIO MESTRINER DETOMINI
Chefe do Departamento de Gerenciamento de Créditos à Infraestrutura – DEPGIF
PORTARIA SEPLAN Nº 1, de 10 de Janeiro de 2023

Documento assinado eletronicamente por **ALOISIO MESTRINER DETOMINI**, **Chefe de Departamento**, em 01/11/2023, às 09:38, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **8885049** e o código CRC **A85C41D2**.

Referência: Processo nº 4004.017465.00012/2023-31

SEI nº 8885049